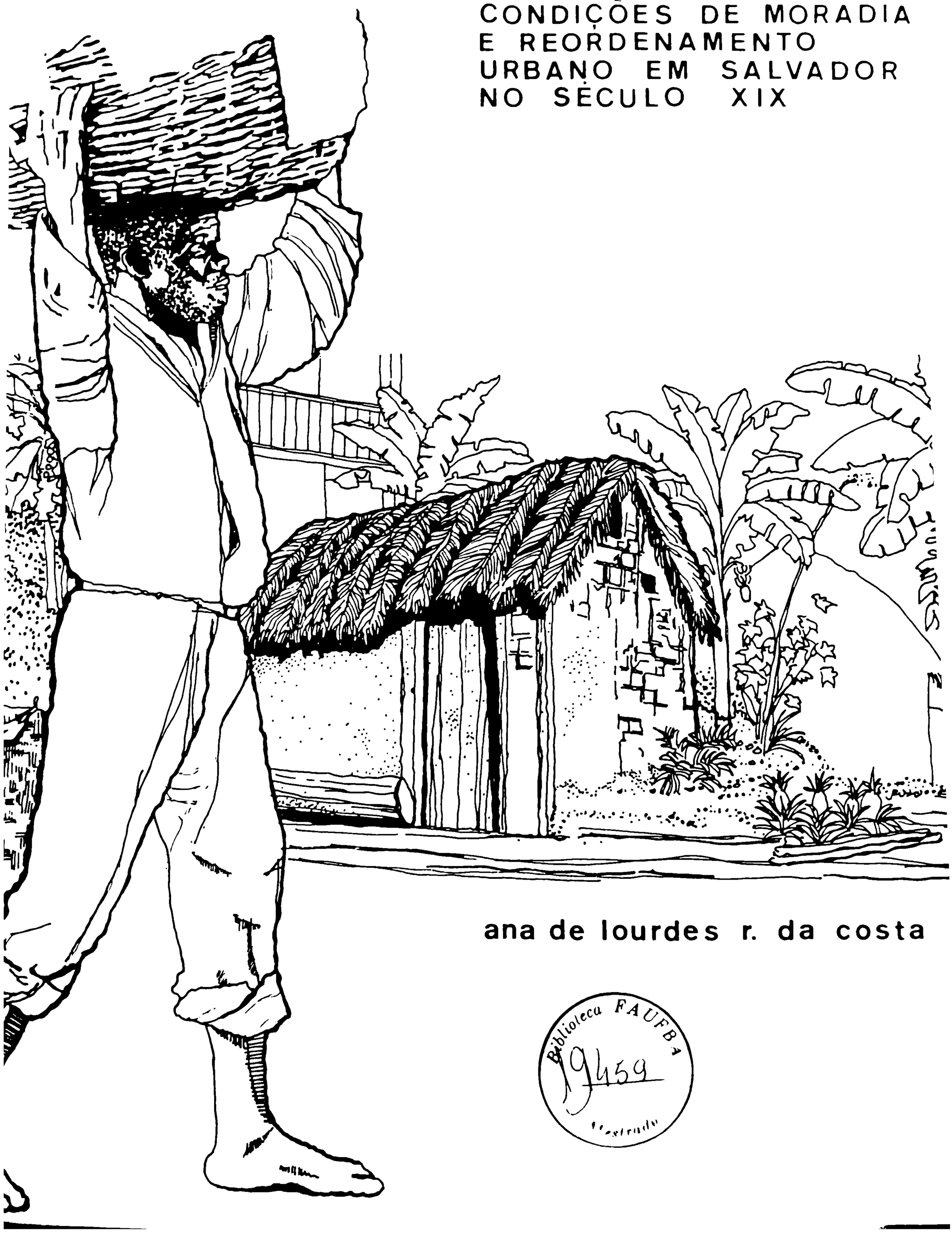
EKABÓ !

TRABALHO ESCRAVO. CONDIÇÕES DE MORADIA E REORDENAMENTO URBANO EM SALVADOR NO SÉCULO XIX



ana de lourdes r. da costa

Biblioteca FAUFBA
19459
Registrado

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

EKABÓ: TRABALHO ESCRAVO, CONDIÇÕES DE MORADIA E REORDENAMENTO URBANO EM SALVADOR NO SÉCULO XIX.

ANA DE LOURDES RIBEIRO DA COSTA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO INTITULADA CONSERVAÇÃO E RESTAURO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

BANCA EXAMINADORA:

Profª ANA MARIA FERNANDES
Profº PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS
Profº MARCO AURÉLIO A. DE FILGUEIRAS GOMES
(orientador da dissertação)

Salvador, 20 de novembro de 1989.

Agradecimentos

Gostaria de manifestar o meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para que eu pudesse realizar este trabalho. Ao professor Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes, a quem principalmente e especialmente agradeço pela orientação e incentivo recebidos, desde a fase embrionária de elaboração do projeto de pesquisa até o término da dissertação. À professora Kátia M. de Queirós Mattoso pelas informações recebidas sobretudo acerca das fontes de pesquisa, como também pelas críticas e sugestões que muito me ajudaram no direcionamento do trabalho. À professora Ana Maria Fernandes pela orientação metodológica nas discussões do projeto de pesquisa e crítica aos primeiros textos. Aos professores Socorro Targino Martinez, Francisco Soares de Senna e Maria Inês Cortês de Oliveira que me forneceram informações valiosas.

Sou grata ao colega Tito que pacientemente fez o processamento dos dados do Censo de 1855; à Virgínia, estudante de história, pela ajuda na coleta dos dados do Censo; à Antonio Dias pelos desenhos; à Nalva pelos serviços de datilografia; ao amigo Bernardo Thadeu de Almeida Nunes que gentilmente revisou o texto; e ao querido amigo Valdinei pela produção da capa.

Meus agradecimentos aos professores e colegas do mestrado especialmente Margarida, Juan, Maga e Eloísa, e à amiga Gal pela força recebida.

Regina, minha irmã e amiga, meu mais sincero agradecimento.

Salvador, 19 de novembro de 1989.

aos meus pais

S U M Á R I O

pág.

Introdução 06

1. O ESCRAVO NA ECONOMIA E SOCIADEDE DA CIDADE DO SALVADOR NO SÉCULO XIX 16

2. O MUNDO DO TRABALHO ESCRAVO

2.1 - Subdivisão na escravaria 43

2.1.1 - Escravos de ganho 43

2.1.2 - Escravos de aluguel 58

2.1.3 - Escravos domésticos 62

2.2 - Relações de trabalho 67

2.3 - Ocupação 70

2.3.1 - Serviços urbanos 73

2.3.1.1 - Transportes 73

2.3.1.2 - Abastecimento de água 82

2.3.1.3 - Limpeza urbana 85

2.3.1.4 - Iluminação pública 86

2.3.2 - Artesãos 87

2.3.3 - Comércio 90

2.3.4 - Serviços domésticos 91

2.3.5 - Indústria e manufatura 92

2.3.6 - Serviços do mar 93

2.3.7 - Outros 94

2.3.8 - Escravos com várias ocupações 95

2.3.9 - Funções vedadas aos escravos 96

3. PRESENÇA ESCRAVA NAS FREGUESIAS

3.1 - Espaço urbano de Salvador 100

3.2 - Distribuição da população escrava 107

3.2.1 - Freguesia da Sé 107

3.2.2 - Freguesia de São Pedro 117

3.2.3 - Freguesia de Santo Antonio 125

3.2.4 - Freguesia de Santana 133

3.2.5 - Freguesia do Passo 140

3.2.6 - Freguesia de Nossa Senhora da Vitória 142

3.2.7 - Freguesia de Nossa Senhora de Brotas 150

3.2.8 - Freguesia do Pilar 154

3.2.9 - Freguesia de Nossa Senhora da Conceição 159

3.2.10 - Freguesia de Nossa Senhora da Penha 164

4. CONDIÇÕES DE MORADIA DO TRABALHADOR ESCRAVO

4.1 - Formas do morar escravo 171

4.1.1 - Escravos morando com seus senhores 171

4.1.2 - Escravos morando por conta própria 188

4.2 - Condições de salubridade das habitações 210

Conclusões 217

Fontes e bibliografia 226

INTRODUÇÃO

A nossa pesquisa tem por objetivo principal estudar as condições de moradia dos trabalhadores escravos, a partir da compreensão da organização do trabalho na cidade de Salvador no século XIX [1]. Procuraremos dar elementos que permitam compreender melhor a questão da moradia para o escravo urbano, na medida em que as formas do morar escravo na cidade vão se diferenciar das existentes no mundo rural, onde a senzala era predominante. Vemos na cidade escravos morando tanto na casa dos seus senhores como longe destes, onde o próprio escravo pagava o aluguel de sua moradia.

A variedade das relações de trabalho que se estabeleceram entre senhor e escravo no meio urbano, que se achavam ligadas à organização do trabalho, possibilitavam a existência de diferentes condições de manutenção para os escravos. Assim sendo, encontramos no meio urbano escravos que se auto-sustentavam. Sabemos também que os escravos não se inseriam nas categorias existentes da organização do trabalho de forma tão estanque, podendo o mesmo escravo passar de doméstico ao ganho ou ao aluguel dependendo da conjuntura. Estas premis-

---

1. Está inserida na linha de pesquisa "*formas de trabalho e estruturação urbana*" deste mestrado, onde se pretende estudar o urbano a partir do entendimento das formas de organização do trabalho e de sua articulação com as condições de reprodução material dos trabalhadores e com o funcionamento da cidade, entendendo-se por isto a produção e a apropriação do espaço urbano.

sas nos permitem formular a seguinte indação: o que presidia a lógica da moradia dos trabalhadores escravos em Salvador no século XIX?

Inquieta-nos também saber de que forma a existência de diferentes condições de moradia para os trabalhadores escravos, vão influir na organização do espaço da cidade, sobretudo pelo contingente de escravos que não habitavam com seus senhores. A que áreas da cidade suas condições de renda lhes permitiam o acesso? Ou seja, como o espaço da cidade vai se organizando e se articulando tanto em função deste contingente, quanto do aumento daqueles que saíam da relação escravista.

Até meados do século XIX o escravismo era a forma dominante da organização do trabalho, estando o funcionamento da cidade dependente do braço escravo. Tentaremos enfocar a participação do trabalhador escravo nos serviços urbanos, ou seja, nos setores de atividades fundamentais para o funcionamento da cidade (transporte, saneamento, abastecimento d'água e iluminação) e sob que condições exerciam estas atividades.

Concentraremos o nosso estudo em meados do século XIX, sem entretanto perdermos as referências com o momento anterior e posterior. Desta forma, abrangeremos um período entre os anos 1835, quando se deu o levante de escravos urbanos de maior vulto ocorrido em Salvador, a revolta dos Malês, na qual os escravos que exerciam suas atividades na rua e muitos dos quais habitando longe dos seus senhores, foram os principais responsáveis pelo movimento; e 1872, ano em que foi realizado o primeiro censo oficial abrangendo todo o país.

O meado do século XIX representa um período de transição onde o regime escravista, que já perdurava por mais de três séculos, entra em total declínio com a promulgação da Lei de 4 de setembro de 1850, extinguindo por completo o tráfico de escravos no Brasil, abrindo

desta forma caminho para o novo que vai se configurar com o trabalho livre. A escolha deste período se deve também à concentração da maioria dos dados nas fontes que dispomos, incluindo-se o Censo de 1855, que constitui nossa fonte básica de consulta.

A abordagem das condições de vida dos trabalhadores escravos no meio urbano ainda é um tema a ser explorado dentro da historiografia sobre a escravidão no Brasil. Temos trabalhos clássicos como de Perdigão Malheiros [2], Nina Rodrigues [3] e Maurício Goulart [4] enfocando aspectos gerais da escravidão, como demografia, tráfico, rebeliões e aspectos culturais. Além destes, podemos citar muitos outros trabalhos que foram escritos dentro de uma linha de abordagem similar como os de Evaristo de Moraes [5], João Dornas Filho [6], Edison Carneiro [7] e Roberto Conrad [8], este último abordando principalmente a questão da abolição. Com um enfoque voltado especificamente para os escravos rurais temos a obra clássica de Gilbreto Freyre [9].

2. MALHEIROS, Perdigão (1824-1881). A escravidão africana no Brasil, Ensaio histórico, jurídico, social. São Paulo, Obelisco, 1964.

3. RODRIGUES, Nina (1862-1906). Os africanos no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): Ed. Universidade de Brasília, 1988.

4. GOULART, Maurício. Escravidão africana no Brasil; das origens à extinção do tráfico. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

5. MORAES, Evaristo de. A escravidão africana no Brasil; das origens à extinção. São Paulo, Ed. Nacional, 1983.

6. DORNAS FILHO, João. A escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939.

7. CARNEIRO, Edison. Ladinos e crioulos; estudo sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

8. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

9. FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1984.

Procurando aprofundar as relações entre escravatura e capitalismo temos os trabalhos de Octavio Ianni [10] e Eric Willians [11], que inserem a escravidão dentro do contexto de transformações do sistema econômico.

Dando uma visão abrangente da condição escrava no Brasil, destacamos a importância do trabalho de Kátia Mattoso [12], onde, a partir de uma base documental sólida, analisa os vários aspectos da vida do escravo no Brasil, começando pelo tráfico e indo até a alforria, sendo consideradas as diferenças regionais e abordando tanto a situação no campo quanto na cidade. Também com uma visão abrangente ressaltamos o trabalho de Jacob Gorender [13], que dedica um capítulo exclusivo para abordar as especificidades da escravidão urbana, concentrando-se nos aspectos que o trabalho escravo assumia na cidade.

Sobre o tráfico de escravos muito se tem escrito, destacando-se os trabalhos de Pierre Verger [14], Luís Henrique Dias Tavares [15], Robert Conrad [16]. Da mesma forma, com relação à temática das revoltas escravas muitos pesquisadores têm elaborado importantes trabalhos como o de J.J. Reis [17], sobre a revolta dos escravos malês na Bahia, e os de Clóvis Moura [18] e Décio Freitas [19].

---

10. IANNI, Octavio. Escravidão e Racismo. São Paulo, Hucitec, 1988.
    _____. As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo, Difil, 1962.
11. WILLIANS, Eric. Capitalismo e escravidão. Rio de Janeiro, 1975.
12. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
13. GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1985.
14. VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX. Sao Paulo, Corrupio, 1987.
15. TAVARES, Luís Henrique Dias. Comércio proibido de escravos. São Paulo, Ática, 1988.
16. CONRAD, Robert Edgard. Tumbeiros; o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1985.
17. REIS, J.J. Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos malês (1835). São Paulo, Brasiliense, 1986.
18. MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala: quilombos, inssurreições, guerrilhas. 3a. ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
19. FREITAS, Décio. Inssurreições escravas. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1976.

Enfocando o mundo dos libertos e as dificuldades de inserção na sociedade brasileira, citamos os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha [20], Maria Inês Oliveira [21], Kátia Mattoso [22], Mary Karasch [23] e Stuart Schwartz [24].

Tratando especificamente dos escravos na Bahia temos os trabalhos pioneiros de Manuel Querino [25], com um enfoque mais voltado para os aspectos culturais, o de Donald Pierson [26], com uma abordagem sociológica das relações de raça, além dos de Luis Vianna Filho [27] e Edison Carneiro [28].

Mais recentemente temos os trabalhos de Kátia Mattoso [29]; Maria José de Souza Andrade [30], em que se trata do escravo na cidade de Sal

---

20. CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros, estrangeiros; os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Brasiliense, 1985.

21. OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. O liberto: o seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio; (Brasília, DF): CNPq, 1988.

22. MATTOSO, Kátia. Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX. Uma fonte para o estudo de mentalidades. Salvador, Centro de Estudos Baianos/ UFBA, nº 85, 1979.

_____. "A propósito de Cartas de Alforria" — Bahia, 1779-1850. In: Anais de História, Assis (SP), nº 4, 1972.

23. KARASCH, Mary. Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850. Tese de Ph.D., University of Wisconsin, 1972, mimeo.

24. SCHWARTS, Stuart. "A manumissão dos escravos no Brasil colonial — Bahia, 1684-1745". In: Anais de História, Assis (SP), nº 6, 1974.

25. QUERINO, Manuel. A raça africana e os seus costumes na Bahia. Salvador, Progresso, 1946.

_____. Costumes africanos no Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca de divulgação científica, 1938.

26. PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia: estudo de contacto racial. 2a. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1971.

27. VIANNA FILHO, Luis. O negro na Bahia. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1946.

28. CARNEIRO, Edison. Candomblés da Bahia. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1969.

_____. Negros Bantus. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.

_____. O quilombo dos Palmares. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

29. MATTOSO, Kátia. "Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX". In: Revista de História, nº 97, São Paulo, 1974. Além dos trabalhos já citados anteriormente.

30. ANDRADE, Maria José de Souza. A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860. São Paulo: Corrupio; (Brasília, DF): CNPq, 1988.

vador no século XIX, procurando analisá-lo como mão-de-obra e mercadoria; os já citados trabalhos de J.J. Reis sobre revoltas escravas e o de Maria Inês de Oliveira sobre os libertos na cidade de Salvador no século XIX.

Procurando analisar as condições de vida da classe trabalhadora no meio urbano, vemos que, para os trabalhadores livres do período inicial da industrialização no Brasil, muitos estudos têm sido elaborados, principalmente para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Destacamos os trabalhos de Eva Blay sobre vilas operárias [31], Raquel Rolnik [32] e Nabil Bonduki [33], José Sérgio Lopes [34], Maria B. Alvin [35] e Luiz Antonio Machado da Silva [36]; o trabalho de Maurício de Abreu [37] sobre evolução urbana do Rio de Janeiro, insere a classe trabalhadora no processo de reestruturação do espaço físico da cidade.

Entretanto, quase nada sabemos sobre as condições de vida dos trabalhadores escravos nas cidades, sendo este um tema ainda a ser explorado, principalmente quanto à questão de como habitavam esses escravos. Seguindo esta linha de abordagem, podemos citar a iniciativa de Marilene Rosa N. da Silva [38] que elaborou recentemente um traba-

---

31. BLAY, Eva Alterman. Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel, 1985.

32. ROLNIK, Raquel. "De como São Paulo virou a capital do capital". In: Debates Urbanos, nº 3, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

33. BONDUKI, Nabil. "Habitação popular, contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo". In: Debates Urbanos, nº 3, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

34. LOPES, José Sérgio Leite. "Anotações em torno do tema 'Condições de Vida' na literatura sobre classe operária". In: Debates Urbanos, nº 6. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

35. ALVIN, Maria Rosilene Barbosa. "Trabalho infantil e reprodução social: O trabalho das crianças numa fábrica com vila operária". In: Debates Urbanos nº 6, Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

36. SILVA, Luiz Antonio M. da. "Estratégias de vida e jornada de trabalho" In: Debates Urbanos, nº 6, Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

37. ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

38. SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na rua: a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC; (Brasília, Df), CNPq, 1988.

lho sobre o negro de ganho, procurando analisar os aspectos específicos e característicos que marcaram a vida do escravo na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, como também sua participação no processo de urbanização da cidade. É pois dentro desta temática que se insere nosso trabalho de dissertação onde procuramos dar uma contribuição para que se preencha esta lacuna do conhecimento.

Com as fontes bibliográficas são insuficientes para um maior entendimento sobre a moradia do escravo urbano, houve a necessidade de recorrermos diretamente às fontes primárias. Pesquisamos principalmente no Censo de 1855, feito na cidade de Salvador por determinação do então Presidente da Província, João Maurício Wanderley. Este material encontra-se no Arquivo do Estado da Bahia e, infelizmente, apenas uma pequena parte conseguiu sobreviver ao tempo e chegar até nós. O que resta deste material constitui, entretanto, uma base de dados bastante rica, propiciando o desenvolvimento de inúmeras pesquisas, pois as listas são bem detalhadas, contendo as seguintes informações sobre o recenseado: nome, sexo, idade, naturalidade, qualidade (branco, preto, crioulo, pardo, cabra), condição (livre, escravo), estado civil (casado, solteiro, viúvo) e profissão, havendo também espaço para observações onde era assinalado geralmente o grau de parentesco com o chefe do domicílio. As listas são feitas por quarteirão, trazendo o nº da casa e separando as pessoas por domicílio "fogo" para o caso dos imóveis plurifamiliares; em algumas listas assinala-se se são térreas ou sobrados, como também o nome da rua. Trabalhamos com os seguintes quarteiros: Freguesia da Sé - 20º, 21º, 22º, 23º; Santo Antonio - 13º, 15º, 16º, 18º, 34º e o 11º do 2º Distrito; Pilar - 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 20º; Penha - 4º, 6º, 7º, 8º, 9º; São Pedro - 1º, 15º, 17º, 18º, 20º, 22º; Santana - 3º. Devido ao péssimo estado de algumas listas não nos foi possível

trabalhar com todo o material existente [39]. Trabalhamos com 5.375 casos, os quais foram processados em computador para a leitura quantitativa.

Para a Freguesia da Vitória trabalhamos com um material bastante rico que é a "*relação dos escravos africanos e nacionais residentes na Freguesia da Victoria*", feita pela Subdelegacia da freguesia em 1849. Nesta lista constam o nº da casa em que habita o escravo, o nº do quarteirão, o nome do escravo, idade, naturalidade, qualidade, sexo, ocupação e o nome do seu senhor [40].

Ainda nos valendo dos recenseamentos, trabalhamos com a "*relação dos africanos libertos residentes na Freguesia de Brotas*" elaborada pela Subdelegacia de Nossa Senhora de Brotas, também no ano de 1849. Esta listagem nos informa o nome do liberto, sua idade, naturalidade e atividade que exerce [41].

---

39. Os quarteirões existentes do Censo de 1855 no Arquivo do Estado da Bahia são os seguintes:
Freguesia da Sé: 8º, 20º, 21º, 22º, 23º (Presidência da Província, Maços 1600 e 1602).
Conceição : 8º (Presidência da Província, Maço 1602).
Santo Antonio: 8º, 13º, 15º, 16º, 18º, 23º, 34º, e o 11º do 2º Distrito (Presidência da Província, Maços 1602, 2815, 1605).
Passo: 3º, 4º, 6º (Presidência da Província, Maço 1602).
Sao Pedro: 1º, 15º, 17º, 18º, 20º, 22º (Presidência da Província, Maços 1602, 1549, 1600, 2815).
Pilar: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 20º (Presidência da Província, Maços 1602, 2815, 2808).
Penha: 2º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º (Presidência da Província, Maço 1602).
Santana: 3º (Presidência da Província, Maço 1605).

40. APEB. Presidência da Província. Subdelegado 1836-1889. Maço 3005-I.

41. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Série: Governo e Judiciário. Maço 2880-I.

A coleção das leis e resoluções da Assembléia Legislativa existente no Arquivo Municipal da cidade de Salvador também se constituiu em fonte para o nosso trabalho. Pesquisamos nos livros do período compreendido entre os anos de 1835 e 1878. Muitas são as informações encontradas neste material, correspondendo às decisões oficiais de regulamentação da vida na província. Utilizamos principalmente as resoluções que incidiam direta ou indiretamente sobre os escravos, como por exemplo a Lei de 13/05/1835 que, dentre outras providências, proibia alugar casas a escravos, a Lei de 02/06/1835 que visava a regulamentar os *cantos* de negros ganhadores, os impostos e taxas que recaíam sobre o trabalho escravo, etc. Como também utilizamos as leis referentes a intervenções na cidade, principalmente acerca dos serviços urbanos como transporte, iluminação, abastecimento d'água e coleta de lixo.

Ainda no Arquivo Municipal encontramos uma série de manuscritos como requerimentos, licenças, ofícios e atestados de conduta referentes a escravos. Destes, trabalhamos principalmente com os requerimentos e licenças através dos quais os proprietários de escravos solicitavam à Câmara Municipal a permissão para seus escravos exercerem o ganho, sendo encontrado um vasto material para o ano de 1857.

Outra fonte de inestimável valor que utilizamos foram os relatos dos viajantes estrangeiros que por aqui passaram durante todo o século XIX, valendo ressaltar que, apesar de serem documentos da maior valia, devemos atentar para o risco das informações serem pouco precisas devido, em muitos casos, ao curto tempo de permanência nos lugares e análises superficiais carregadas de preconceitos pela influência do *exótico* e visão etnocêntrica.

A nossa dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro, chamado de "O Escravo na Economia e Sociedade da Cidade de Salvador no Século XIX", busca apreender o contexto sócio-econômico no qual está inserido o escravo, e suas influências sobre as condições de vida dos mesmos. Procuramos mostrar as características de Salvador como cidade comercial-escravista estruturalmente dependente do trabalho escravo, cuja realidade histórica justifica a sua escolha como objeto do nosso trabalho. No segundo capítulo "O Mundo do Trabalho Escravo", apresentamos um panorama sobre o trabalho escravo em Salvador, procurando conhecer como se achava organizado o seu trabalho, que ocupações esses escravos exerciam e, sua presença como mão-de-obra para o funcionamento da cidade, além das relações de trabalho que se desenvolveram entre senhor e escravo no meio urbano. Entendemos que este capítulo nos dá subsídios fundamentais para alcançarmos nossos objetivos, na medida em que existiam fortes vinculações entre a organização do trabalho escravo e suas condições de vida. No terceiro capítulo, "Presença Escrava nas Freguesias", procuramos apreender o espaço urbano de Salvador, delimitando suas dez freguesias e caracterizando sua ocupação, ressaltando sobretudo os espaços de forte presença negra. Buscamos dar elementos para compreendermos de que forma as especificidades do escravismo urbano vão influir na configuração do espaço da cidade. No quarto e último capítulo, "Condições de Moradia do Trabalhador Escravo", procuramos identificar as formas do morar escravo na cidade e suas relações com o senhor, ou seja, se moravam com o senhor, com o locatário ou moravam sozinhos. Pudemos perceber também a convivência do escravo com outros grupos sociais dentro da mesma habitação, atentanto para as implicações ideológicas e culturais decorrentes desse convívio, e concluímos o capítulo abordando as condições de salubridade da moradia escrava.

1. O ESCRAVO NA ECONOMIA E SOCIEDADE DA CIDADE DO SALVADOR NO SÉCULO XIX

A cidade de Salvador acha-se assentada sobre uma falha geológica que a divide em cidade alta e cidade baixa, esta constituindo uma estreita faixa de terra no sopé da encosta, que abre para a imensa Baía de Todos os Santos, considerada pelos viajantes estrangeiros que por aí entravam como um dos espetáculos mais belos do mundo. Ao entrar na baía, o viajante distingue desde logo o panorama das cidades alta e baixa com seu perfil ponteado pelas torres e cúpulas das igrejas e sua vegetação exuberante.

O cenário urbano de Salvador no século XIX caracterizava-se sobretudo pela presença do elemento negro, impressionando aos viajantes estrangeiros e dando lugar a inúmeros relatos sobre essa população espantosamente tão numerosa, como podemos perceber em Ave-Lallemant, ao aqui chegar em 1858:

> *"Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De feito, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos"* [1].

---

1. AVE-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe/1859. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980, p. 22.

A cidade de Salvador, cujo funcionamento estava paudado na mão-de-obra escrava, assumiu, desde sua fundação, grande importância como centro político, administrativo, comercial importador-exportador e redistribuidor de mercadorias, situação esta que foi se consolidando ao longo dos séculos. Apesar da mudança da sede do governo colonial para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763, Salvador continuou como metrópole regional, com um importante porto importador e exportador de mercadorias. Com o passar do tempo a função econômica se sobrepõe às demais funções, caracterizando a cidade sobretudo como centro econômico com influência sobre um grande território.

Foi com base no braço escravo que se estruturou a economia e a sociedade brasileiras. A ocupação efetiva e colonização do nosso território teve como sustentáculo a agro-indústria do açúcar, organizada em grandes unidades monocultoras com a utilização da mão-de-obra escrava.

A produção do açúcar assumiu tamanho desenvolvimento que durante mais de século e meio representou a única base em que assentava a economia brasileira, estimulada pela crescente importância do produto no mercado internacional, onde o Brasil apareceria como maior produtor mundial até meados do século XVIII, quando surgiu a concorrência acirrada com as colônias da América Central e das Antilhas. A Bahia e Pernambuco foram os dois núcleos principais para o cultivo da cana-de-açúcar dada a fertilidade de suas terras e a posição geográfica, que favorecia a comunicação com os mercados europeus onde se consumia o açúcar brasileiro. Entretanto, na Bahia a produção tomaria tamanhas dimensões que não seria superada por nenhum outro setor da colônia, constituindo-se no maior centro produtor, com a principal área de cultivo situando-se nos contornos da Baía de Todos os Santos, no chamado Recôncavo Baiano [2].

---

2. PRADO Jr, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, 1983, p. 32.

O escravo foi, portanto, um elemento de capital importância para o assentamento e desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar. A escravidão de negros africanos foi a única forma viável que Portugal encontrou para resolver o problema da mão-de-obra para a lavoura açucareira, depois das tentativas frustadas de utilização do trabalho indígena; por outro lado, não podia Portugal contar com a população do reino para abastecer sua colônia de mão-de-obra, na medida em que a cultura do açúcar necessitava de grande quantidade de braços. Vimos, assim, desembarcarem em terras brasileiras ao longo dos séculos, até a total extinção do tráfico em 1850, levas enormes de escravos africanos, inicialmente para a lavoura do açúcar, estendendo-se depois para outras atividades não apenas no campo, mas também assumindo as funções básicas de infra-estrutura para o funcionamento da cidade.

É de se imaginar a importância que assumiu a Bahia face ao desenvolvimento da agro-indústria do açúcar, tendo a cidade de Salvador como centro aglutinador das transações que moviam esta economia. Entretanto, apesar das várias funções assumidas pela cidade do Salvador foi sobretudo pelo desenvolvimento das atividades comerciais ancoradas na agricultura de exportações que se pautou seu crescimento. Tornou-se centro de um mercado de trocas com uma grande amplidão, atingindo não somente o nível internacional, que exercia um papel preponderante na economia dominando sua atividade comercial e financeira, mas também inter-provincial, provincial e sobretudo local, onde situavam-se as trocas diretas e cotidianas e das quais dependia uma boa parte de sua população [3].

Os viajantes estrangeiros que por aqui passaram em todo o século XIX, logo observaram a dinâmica do comércio realizado na cidade, colocando-o muitas vezes como o maior do país. Esta dinâmica era retratada no seu espaço físico, onde estendiam-se por toda a cidade baixa inúmeras lojas, mercados e armazéns, além dos vendedores ambulantes, constituídos basicamente por escravos e libertos, que abarrotavam

---

3. SOBRINHO, Gabriel Kraychete. O capital agro-mercantil e a indústria na Bahia. Salvador, 1988, p. 22.

as estreitas ruas. Foram estas as primeiras impressões de Spix e Martius sobre Salvador:

"*Quando, partimos de Itaparica, nos aproximamos da ponta da terra oposta da grande Baía, onde foi constituída a antiga capital do Brasil, tivemos ocasião de verificar, logo ao primeiro lance de olhos, a extensão e riqueza de seu comércio*" [4].

Dentro deste contexto de cidade comercial e entreposto de mercadorias, o porto de Salvador assumiu fundamental importância. Salvador era considerada como capital do Atlântico português; no final do século XVIII, o seu porto, devido à atividade exportadora e importadora, ocupava o primeiro lugar em relação aos demais portos do Portugal ultramarino [5]. Até o desenvolvimento da navegação a vapor, no século XIX, era o porto de Salvador parada obrigatória de aguada para os navios europeus que iam para às Indias e vice-versa [6].

Em função direta do porto, nos seus mais variados serviços, principalmente a estiva, vivia um grande contingente da população, constituindo um mercado de trabalho tanto para os homens livres quanto escravos, gerando uma série de conflitos pela competitividade neste mercado. Em 1855, do total de 3.170 trabalhadores do porto, 43,3% eram escravos [7].

Em 1808 a coroa portuguesa tomou uma medida que provocou um intenso movimento no porto: decretou a abertura dos portos do Brasil ao comércio de todas as nações "*amigas*" em 28 de janeiro, cinco dias após o Príncipe Regente D. João VI desembarcar na Bahia, fugindo das perseguições do exército napoleônico que invadia o Reino, rompendo com isto o chamado "*pacto colonial*", que reservava à metrópole o monopólio do comércio com a colônia. Com o franqueamento dos portos ao co-

---

4. SPIX, Johann Baptist e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981, vol. 2, p. 143.

5. SOBRINHO, Gabriel Kraychete, op. cit., p. 21.

6. BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas — CPE. A inserção da Bahia na evolução nacional. Salvador, 1978, vol. 1, p.38.

7. CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros, estrangeiros. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 98.

mércio internacional livre desfazia-se a base essencial em que assentava o domínio colonial português, que já por essa época não passava de simples intermediário nas transações comerciais coloniais tanto nas exportações como importações na medida em que o reino não tinha preferência em consumir os produtos brasileiros, que iam para outros mercados, nem era fornecedor dos artigos consumidos na colônia. Os novos contatos com o estrangeiro provocaram uma mudança dos hábitos estimulando dessa forma as necessidades de consumo da colônia [8].

Pelo porto de Salvador chegava uma grande variedade de produtos: tecidos de algodão, de lã, de linho e de seda, carnes, vinhos, carvão de pedra, farinha de trigo, ferragens, moedas, peixes em conserva e bacalhau, calçados, bebidas, louças de vidro, chapéus, papel, sal e máquinas [9]. Spix e Martius observaram que *"as lojas abertas patenteiam incrível profusão de todas as mercadorias européias; são especialmente bem sortidas de fazendas inglesas, chapéus, objetos de metal, artigos de luxo franceses, linhos alemães..."* [10].

Ocupando uma vasta área ao longo do porto, existiam os trapiches, que eram uma espécie de armazéns que serviam de entreposto para a guarda das mercadorias:

> *"Numerosos navios de todas as nações, que ancoram sob a proteção das baterias do Forte do Mar e do Forte de São Felipe, ... descarregam nos espaçosos trapiches da alfândega, e dali retiram grande quantidade de produtos nacionais. Esta tarefa, assim como o transporte da alfândega para os trapiches próximos, ocupa também aqui, como no Rio de Janeiro, bandos de negros quase nus, que caminham com suas cargas soltando brados em intervalos"* [11].

---

8. PRADO Jr., Caio, op. cit., p. 123.
9. TAVARES, Luis Henrique Dias. "A economia da província da Bahia na segunda metade do século XIX". Universitas, 29, jan-abr., 1982, p. 35.
10. SPIX e MARTIUS, op. cit., p. 143.
11. Ibid.

segundo Góes Calmon, em 1824 esses trapiches eram em número de dezesseis [13].

A cidade de Salvador, em função do seu comércio, passou a interagir e dominar um vasto espaço, pois para aí dirigia-se toda a produção de açúcar, tabaco, couro, café, algodão e diamantes vindos do interior para seguir, pelo seu porto, para outras regiões; além disso era centro redistribuidor de manufaturas, alimentos e sobretudo escravos. Foi como entreposto que Salvador se ligou à cadeia das cidades comerciais européias, ao mesmo tempo em que, como sede do capital comercial, iria controlar a produção agro-exportadora fazendo a ligação desta produção com a circulação internacional de mercadorias [14].

O comércio em nível internacional configurou-se pela exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados e bens de produção, como era considerado o escravo.

Este comércio de importação-exportação, antes concentrado apenas nas mãos dos portugueses, com a abertura dos portos passou para o controle de comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses, e para os comerciantes baianos que dominavam o comércio de escravos. Foram instaladas aqui inúmeras firmas comerciais que atuavam não apenas no comércio importador-exportador, mas também nas imediações financeiras, que supriam de crédito os lavradores e subjugavam o produtor, e nas atividades industrial-manufatureira [14].

A cultura do fumo achava-se intimamente ligada ao tráfico de escravos através do escambo da costa da África, tendo o seu desenvolvimento se pautado, portanto, pelas condições do tráfico. Sofreu séria crise quando se extinguiu o tráfico em 1855, recuperando-se a seguir

---

13 CALMON, P.M. de Goés. Vida econômico-financeira da Bahia. Salvador, 1978, p.102.

14 BARBINHO, Gabriel Kraychete, op. cit., pp. 22-23.

14 BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisa — CPE, op. cit., pp. 47-48.

graças à iniciativa dos alemães que controlavam seu comércio e assumiram o financiamento de sua produção [15].

O tráfico de escravos, concentrado nas mãos de pouco negociantes, se constituía na atividade comercial mais lucrativa, apesar das proibições e perseguições inglesas, vindo a extinguir-se só em 1850. Assumia uma extrema importância na medida em que dele dependia o suprimento de mão-de-obra para a cultura do açúcar.

A sordidez do ambiente nos navios negreiros era tamanha que muitos escravos sucumbiam na própria viagem. Eram porões úmidos, amontoados de negros, uns por cima dos outros, com péssimas condições higiênicas, sem espaço para a latrina, em viagens que duravam meses, constituindo um ambiente propício para a proliferação de doenças. Recebiam uma ração alimentar escassa à base de feijão, milho e farinha de mandioca, que muitas vezes estavam deteriorados [16]. Algumas vezes morriam negros que só eram jogados ao mar dias depois. Alguns traficantes atribuíam as doenças dos negros como sendo adquiridas na escala em São Tomé, tentando ignorar as verdadeiras causas dos elevados índices de morbidade e de mortalidade. A situação era tão crítica que o governo tomou algumas providências no sentido de limitar a lotação das embarcações que faziam o tráfico [17].

Os horrores pelos quais passavam os escravos começavam ainda na África, no momento em que eram apreendidos, e em seguida amontoados em barracões de madeira, com uma alimentação escassa, à espera de que aparecesse algum navio: *"afinal, aparece um navio do Brasil, e o possuidor dos escravos, contente por poder livrar-se de uma vez da mercadoria, negocia a venda de tão grande número, para o qual não há nem espaço necessário no navio, nem provisões suficientes"* [18]. No

15. Ibid, pp. 68 e 78.

16. SPIX e MARTIUS, op. cit., p. 171.

17. ANDRADE, Maria José de Souza. A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811/1860. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p. 152.

18. SPIX e MARTIUS, op. cit., p. 171.

ano de 1817, dos 20.075 escravos que foram embarcados da costa da África para o Rio de Janeiro, morreram na viagem 2.342, ou seja, mais de 10% da carga total. Um navio de Moçambique com 807 escravos perdeu 339 deles e em 1821 dos 1.573 negros que vieram para a Bahia em cinco navios, 374 foram perdidos [19].

As informações acerca do número total de escravos importados para a Bahia são incompletas, existindo apenas para alguns períodos, porém estima-se que tenha desembarcado na Bahia, na primeira metade do século XIX, um total de 300 mil escravos vindos do Golfo de Benin [20]. As Tabelas 1 e 2 nos oferecem uma visão para o período anterior à abolição do tráfico (1831) e para o período do tráfico clandestino.

Tabela 1 [21]

ANO	Nº DE ESCRAVOS	ANO	Nº DE ESCRAVOS	ANO	Nº DE ESCRAVOS
1812	7.741	1819	7.033	1826	7.858
1813	7.789	1820	7.722	1827	10.186
1814	8.219	1821	6.689	1828	8.127
1815	6.907	1822	8.418	1829	12.808
1816	4.139	1823	2.302	1830	8.425
1817	5.802	1824	2.994		
1818	8.706	1825	4.259		

19. Ibid.

20. GOULART, Maurício. Escravidão africana do Brasil. São Paulo, 1950, p. 272. Apud VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos. Sao Paulo, Corrupio, 1987, p. 663.

21. CALMON, F.M. de Goés, op. cit., pp. 69-70.

Tabela 2 [22]

ANO	Nº DE ESCRAVOS	ANO	Nº DE ESCRAVOS	ANO	Nº DE ESCRAVOS
1840	1.675	1844	6.201	1848	7.393
1841	1.410	1845	5.582	1849	8.401
1842	2.360	1846	7.824	1850	9.102
1843	3.004	1847	11.769	1851	785

Vemos que, apesar da ilegalidade (a partir de 1831), o tráfico continuou intenso, na medida em que a economia baiana tinha como suporte a lavoura açucareira, que era dependente da mão-de-obra escrava, como também incentivava o comércio do fumo por ser o produto que servia para escambo, e principalmente por ser a partir deste comércio que se formavam os grandes cabedais [23].

A mão-de-obra escrava era absorvida em sua maioria na agricultura, sendo que para a lavoura açucareira convergia a sua maior parcela No ano de 1833 trabalhavam 48.240 escravos nos 603 engenhos da província e em 1855 dentre os 50 mil trabalhadores, 40 mil eram escravos. O Censo de 1872 aponta a metade dos escravos existentes na província como vinculados à agricultura [24].

No comércio interprovincial Salvador ocupava posição de metrópole regional, que, pelo seu papel de centro redistribuidor de mercadorias,

22. VERGER, Pierre, op. cit., p. 663.

23. BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas — CPE, op. cit., p. 64.

24. Ibid; p. 65.

importava também de outras províncias, principalmente do Rio Grande do Sul e São Paulo, gêneros alimentícios básicos como a carne seca e a farinha de mandioca [25]. O comércio entre a Bahia, Minas e Goiás e o norte do Piauí era bem variado e os produtos principais eram escravos, sub-produtos do fumo, tecidos e sal [26].

Os escravos chegavam ao porto de Salvador e eram redistribuídos para outras regiões, aparecendo a figura dos agentes revendedores. Este comércio mobilizava uma imensa quantia de capitais e auferia lucros tais que compensava o pagamento por seus altos impostos, os quais eram mais elevados do que sobre transações com imóveis [27].

Com a definitiva abolição do tráfico de escravos em 1850, a lavoura do país sofreu de imediato o impacto com a escassez de mão-de-obra, principalmente a cultura do café que estava em franca expansão. Teve início então uma verdadeira drenagem de escravos para o centro-sul do país onde desenvolvia-se a lavoura cafeeira, com um movimento de tal intensidade que já em 1854 o Barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley, lançava um projeto de lei proibindo o tráfico interprovincial de escravos, que não foi aprovado; surgiram, porém, restrições a esta saída de escravos como a cobrança de taxas e impostos [28].

Além do comércio importador-exportador e interprovincial, desenvolvia-se em Salvador um comércio local bastante intenso, dele se abastecendo a cidade e seus subúrbios, como também as cidades e povoados do Recôncavo. Inúmeros eram os comerciantes retalhistas com suas tabernas, quitandas, padarias, lojas e secos e molhados, perfumarias, boticas, etc, além de todo um comércio ambulante. Este comércio local aglutinava um número considerável da população livre da cidade

---

25. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo, HUCITEC, 1978, p. 244.

26. BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas — CPE, op. cit., p. 74.

27. SOBRINHO, Gabriel Kraychete, op. cit., pp. 63-64.

28. PRADO Jr., Caio, op. cit., p. 174.

que dependia dele para a sua sobrevivência, além do que representava um mercado de trabalho para uma camada escrava conhecida como os negros ganhadores ou escravos de ganho. Sobre este comércio local voltaremos a falar com maiores detalhes no próximo capítulo.

Entretanto, não era apenas do comércio que vivia a cidade do Salvador. Desenvolveu-se também, embora em pequenas proporções, o setor industrial e manufatureiro. As primeiras fábricas e manufaturas foram aqui instaladas a partir do final da primeira metade do século XIX, onde a indústria têxtil se configurava como o principal investimento neste setor, vindo a Bahia a ser o principal centro produtor do país até a década de 1860. As fábricas de tecidos Santo Antonio do Queimado e Nossa Senhora da Conceição foram as primeiras instaladas no ano de 1830 em Salvador. A mão-de-obra empregada na indústria têxtil era basicamente livre, não se tendo notícia do emprego de escravos aqui na Bahia [29].

A indústria metalúrgica se dedicava à produção de peças de reposição para os engenhos e embarcações a vapor, sendo implantada em Salvador em meados do século XIX a Cameron & Smith, pertencente a ingleses, onde encontramos em 1857 um número de 10 escravos na composição de sua mão-de-obra [30].

Existiam ainda as manufaturas de fumo, como a firma de Areia Preta, pertencente a Meuron e Cia, instalada em 1819 no antigo Solar do Unhão, contando em 1849 com 31 escravos dentre sua mão-de-obra [31] e que eram em 1857 em número de 20 [32]; a de cigarros de Leite e Alves, implantada em 1856; de papel, instalada no antigo Engenho Cabrito em 1843; de chapéus, pertencente à firma Bastos & Cia em 1860, com cerca de 250 operários sendo a primeira a ser estabelecida [33]. Além de manufaturas de calçados, sabão, óleos, carvões, velas e fósforos.

---

29. SOBRINHO, Gabriel Kraychete, op. cit., pp. 104-105.
30. Ibid., p. 111.
31. APEB. Presidência da Província. Subdelegado 1836-1889. Maço 3005-I.
32. SOBRINHO, Gabriel Kraychete, op. cit., p. 111.
33. CALMON, F.M. de Goés, op. cit., pp. 32, 91 e 93.

Ao tentarmos identificar os acontecimentos marcantes que determinaram os rumos tomados pela economia baiana ao longo do século XIX, vemos que durante todo o século ela passa por sucessivas fases que foram identificadas por Mattoso [34] da seguinte forma: 1787 à 1821 -Prosperidade; 1822 à 1842/45 - Depressão; 1842/45 à 1860 - Recuperação; 1860 à 1887 - Grande Depressão; 1887 à 1897 - Recuperação; 1897 à 1905 - Crise.

O período de prosperidade econômica vivido pela economia baiana no final do século XVIII e primeira década do século XIX vai declinar a partir de 1821 em função de vários fatores dentre os quais são preponderantes a guerra da independência e a mudança da conjuntura internacional [35], entrando então numa fase de depressão que se prolongará até 1845.

Segundo Góes Calmon, o movimento revolucionário de 10 de fevereiro de 1821, como consequência da resistência à constituição portuguesa de 1820 e que resultou na substituição do governador da Bahia por uma junta provisória, marca o início das agitações políticas que culminariam com a independência do Brasil. Estas agitações exerceram influências desorganizadoras na vida econômico-financeira da província da Bahia, contribuindo para "*estancar o progresso que, tão rico de promessas, de novo se vinha accentuando desde 1800, iniciando-se então a série negra de factores decisivos, que d'ali por diante continuaram sua obra de ameaçadora destruição*" [36].

Os conflitos pela independência, nos quais a Bahia tomou parte ativamente, trouxe como consequência grandes perdas em bens e vidas. Sabe-se que foi grande o número de escravos que participaram nos conflitos recebendo a alforria, como também houve a fuga generalizada

34. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "Os preços na Bahia de 1750 à 1930". In: L'Historie Quantitative du Brésil de 1800 a 1930. Paris, CNRS, 1971, pp. 181-182.

35. ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951, p. 7.

36. CALMON, F.M. de Goés, op. cit., pp. 41-45.

de escravos no campo [37], desfalcando desta forma a atividade produtora, onde a queda da produção foi evidente, atingindo em maior grau as lavouras do açúcar e do fumo [38]. Da mesma forma que, por financiarem os exércitos em conflito, houve a descapitalização de senhores de engenho e comerciantes.

Durante os conflitos o porto de Salvador foi interditado pois a esquadra Portuguesa aí ancorada vedava-lhe o acesso, prejudicando desta forma as inúmeras transações comerciais que dele dependiam [39].

A perseguição que houve aos portugueses aqui instalados, no episódio conhecido como o levante de *"mata-marotos"*, também trouxe consequências danosas principalmente ao comércio, devido aos saques e incêndios de lojas e armazéns de propriedade de portugueses e a deportação dos mesmos, culminando na liquidação de muitas casas e firmas comerciais. Esta perseguição exercida pelos brasileiros aos comerciantes portugueses, causando a emigração maciça dos mesmos, trouxe como consequência imediata a evasão de capitais.

O deslocamento da mão-de-obra para o sul do país, que se configurava como o novo espaço econômico em função da lavoura cafeeira, além das dificuldades do crédito são ainda dois fatores que acentuaram a crise.

Afora as questões internas, mudanças na conjuntura internacional influíram desfavoravelmente na economia baiana. O desenvolvimento crescente do açúcar de beterraba na Europa passou a competir seriamente com o produto brasileiro, ao mesmo tempo em que as colônias da América Central produtoras do açúcar de cana estavam se restabelecendo das crises sofridas no período anterior. Todos os gêneros produzidos na

---

37. BAHIA. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas — CPE, op. cit., p. 42.

38. ALMEIDA, Rômulo, op. cit., p. 7.

39. CALMON, F.M. de Goés, op. cit., p. 45.

colônia perderam a preferência de Portugal como também foram sendo excluídos no comércio de outros países [40].

Esse período de crise da economia determinou um aumento do número de escravos alforriados, na medida em que decaía o preço da mão-de-obra escrava em função da pouca demanda, ficando pois mais acessível para a compra da liberdade. Como também o tráfico continuou intenso colocando sempre "*peças*" novas no mercado, não cessando portanto a oferta. Temos nos primeiros cinquenta anos do século XIX um aumento constante de alforrias, com exceção dos anos 29 e 30 em função das pressões inglesas contra o tráfico negreiro, que teriam ameaçado a possibilidade de escassez de mão-de-obra escrava no mercado, fazendo com que os proprietários resistissem em vendê-los ou conceder-lhes a alforria [41].

Da mesma forma que as crises provocaram um aumento do custo de vida, onerando os custos com a manutenção do escravo, cremos que os proprietários preferissem que seus escravos de ganho se auto-sustentassem, ficando assim desobrigados de arcarem com seu sustento, embora não tenhamos dados estatísticos que comprovem isso. Ao mesmo tempo em que para o escravo deveria tornar-se bastante difícil a sua sobrevivência nesta conjuntura de crise, onde, aliada ao alto custo de vida, havia a falta de oportunidade no mercado de trabalho em função da retração deste.

Por volta de meados do século XIX a economia baiana atravessou um período de recuperação, em decorrência sobretudo da comercialização de novos produtos como o diamante, café e algodão que passaram a ocupar lugar de destaque na pauta das exportações [42].

---

40. ALMEIDA, Rômulo, op. cit., pp. 7-8.

41. OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. O liberto: o seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p.26.

42. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 34, p. 182.

A recuperação da economia baiana neste período está em consonância com a economia nacional como um todo, que entrava numa fase de franca prosperidade e grande ativação, após ter vivido um período de transição no qual se adaptava às novas condições advindas com a independência, quando vimos expandirem-se suas forças produtivas impulsionadas pelo início de um processo de concentração de capitais [43].

A abolição do tráfico de escravos em 4 de setembro de 1850 provocou mudanças importantes na economia do império, sendo considerada como ponto de partida de toda a sua evolução posterior segundo Caio Prado, que não vê nenhum outro acontecimento de nossa história com repercussão tão profunda, fazendo-se sentir até os últimos anos de império pelas suas consequências mediatas ou imediatas. Este fato atingiria a base de todo um sistema colonial montado na produção extensiva de gêneros tropicais destinados ao comércio internacional. Além desta consequência mais geral e profunda, a abolição do tráfico trouxe de imediato a liberação dos capitais investidos neste comércio que, como vimos, constituía somas consideráveis, sendo talvez o maior negócio brasileiro da época. Esses capitais liberados bruscamente passaram a ativar outros setores da economia, levando o país a um período financeiro áureo onde se verificou um grande movimento de negócios com novos investimentos em empresas comerciais, financeiras e industriais. Este surto desenvolvimentista culminou, porém, com uma crise em 1857 e outra em 1864 com efeitos mais danosos [44].

Na Bahia vemos a liberação destes capitais se ramificarem para diversos setores, dentre os quais estava a compra de títulos da dívida pública. A esse tempo as atividades do Estado aliavam-se à iniciativa empresarial subscrevendo capitais de empresas do setor de transportes e serviços públicos, dando garantia de juros para alguns desses investimentos [45].

---

43. PRADO Jr., Caio, op. cit., pp. 192-193.
44. Ibid., pp. 153-154.
45. SOBRINHO, Gabriel Kraychete, op. cit., p. 79.

Entretanto, em meio a esse período de conjuntura econômica favorável irromperam epidemias que assolaram a província nesse meado do século, repercutindo negativamente na sua economia, destacando-se as da febre amarela e do *cholera morbus* pela forte incidência e gravidade das suas manifestações.

A febre amarela surgiu na Bahia em 1849, trazida pelo brigue "Brasil" vindo de Nova Orleans, daqui se espalhando para outras províncias, em situação de extrema gravidade, sendo a Bahia a mais duramente atingida; reapareceu em 1856 causando grande devastação, sobretudo por ter eclodido quase simultaneamente com *cholera morbus*. Outros surtos de menores proporções atingiram principalmente os marinheiros em 1858, 1861, 1862, 1864, 1873 e 1875 [46].

A epidemia do *cholera morbus* assolou a Bahia em meados de 1855 transportada pelo vapor "*Imperatriz*" vindo do Pará, alastrando-se rapidamente por todas as freguesias da cidade. Fez um número de vítimas que aumentou assustadoramente, gerando pânico na população. Provocou uma crise de abastecimento com a escassez de produtos alimentares básicos como a farinha de mandioca e a carne verde ao mesmo tempo em que certos produtos como o peixe e o bacalhau eram evitados por serem considerados prejudiciais. Essa crise de abastecimento decorreu do alastramento da epidemia pelas áreas do Recôncavo e outros municípios do interior da província como Geremoabo, Barra do Rio de Contas e Feira de Santana. O fato de Salvador estar sitiada pela epidemia afastou os seus abastecedores (lavradores, criadores e negociantes) com receio do contágio, gerando principalmente a escassez da farinha de mandioca. A epidemia desorganizou a produção do Recôncavo, liquidando praticamente uma safra inteira e dizimando uma parcela considerável da escravaria, trazendo sérias consequências para a reposição de mão-de-obra na medida em que, com a extinção do tráfico, a substituição pela mão-de-obra africana tornava-se impraticável. A epidemia

46. ATHAYDE, Johildo Lopes e MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "Epidemias e flutuações de preços na Bahia no século XIX". In: L'historie Quantitative du Brésil de 1800 à 1930. Paris, CNRS, 1973, p. 185.

deixou um saldo de 7.987 mortos na cidade de Salvador e cerca de 30.000 em toda a província [47].

Em decorrência da desarticulação econômica da região do Recôncavo, verificou-se uma forte elevação nos preços dos gêneros alimentícios que atingiu seu ponto máximo entre os anos 1857 e 1860, sendo um dos mais violentes do século XIX [48]. Essa carestia dos gêneros alimentícios determinaria, por sua vez, um elevado aumento dos gastos necessários à manutenção do escravo.

A partir de 1860 a economia baiana entrou numa fase de grande depressão que duraria até o ano de 1887, quando passou por nova recuperação até atingir o final do século.

Um fato marcante deste período que trouxe consequências negativas para a economia não só baiana quanto nacional foi a Guerra do Paraguai em que o Brasil se envolveu juntamente com a Argentina e o Uruguai, durante cinco anos, indo de 1865 a 1870. Apesar de sair vitorioso, economicamente, o Brasil não teve lucro nenhum pois o Paraguai possuía uma economia muito fraca não podendo pagar uma parcela sequer da dívida da guerra. Desta forma, o Brasil, que não estava preparado suficientemente para o conflito, comprometeu seriamente suas finanças gerando um desequilíbrio de sua vida econômico-financeira com repercussão durante um longo período [49]. Da província da Bahia saíram vários contingentes de soldados num total de 18.725 [50]. Muitos destes soldados eram escravos que foram alforriados para este fim, sendo comum acontecer de alguns rapazes ricos e apadrinhados oferecerem escravos para substituí-los na guerra [51].

---

47. Ibid., pp. 186, 187, 197.
48. ATHAYDE, Johildo Lopes. Salvador e a grande epidemia de 1855. Salvador, Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1985, p. 24.
49. PRADO Jr., Caio, op. cit., pp. 193-194.
50. CALMON, F.M. de Goés, op. cit., p. 99.
51. OLIVEIRA, M. Inês C. de, op. cit., p. 23.

A crise do açúcar que teve o seu começo já antes de meados do século se estendeu até o final com apenas algumas safras melhores, apesar de todo o esforço tanto público quanto privado para restaurar a agro indústria do açúcar, com inovações técnicas como máquinas a vapor, instaladas em muitos engenhos, além da melhoria na variedade da cana com o uso da cana caiana [52]. A lavoura açucareira passaria por sérias dificuldades com a moléstia que atingiu a cana em 1873 e com o tráfico interprovincial de escravos que se tornou cada vez mais intenso com o desenvolvimento da lavoura do café nas províncias do centro-sul do país, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, causando desta forma a escassez da mão-de-obra nos engenhos de açúcar; estes, devido ao endividamento crescente dos senhores de engenho, valiam-se da venda de seus escravos para a liquidação de débitos [53].

Outro fator que veio agravar o contexto da economia baiana na segunda metade do século XIX foram as sucessivas secas que assolaram a província. Desde o início do século que a província conhecia irregularidades climáticas, com períodos alternados de seca e de pluviosidade excessiva, gerando grandes perturbações no mercado de consumo de Salvador em função da escassez de alimentos. Estas irregularidades climáticas constituíam-se num dos fatores preponderantes para a oscilação de preços dos gêneros alimentares básicos de consumo da população, o que iria incidir diretamente na manutenção dos escravos.

A cidade de Salvador não era produtora de seus gêneros de consumo alimentar, pois as áreas cultiváveis próximas à cidade eram dedicadas, desde suas origens, ao cultivo dos grandes produtos de exportação: açúcar e tabaco. Apesar de haver algum esforço do poder público em promover o plantio de certos gêneros como a farinha de mandioca, a lei que obrigava os lavradores do Recôncavo a plantar 500 covas de mandioca por escravo não era obedecida [54], sendo então a cidade obrigada a importar quase todos os produtos básicos de alimentação.

---

52. ALMEIDA, Rômulo, op. cit., p. 7.

53. SOBRINHO, Gabriel Kraychete, op. cit., p. 80.

54. ALMEIDA, Rômulo, op. cit., p. 6.

Mesmo a cidade de Salvador apresentando características semi rurais, com a existência de inúmeras roças em seus arredores, o cultivo de gêneros alimentícios básicos se dava em pequenas proporções, sendo insuficiente para atender à demanda.

Constituindo alimento básico não só para a escravaria como também pa todas as outras categorias sociais, a farinha de mandioca era produzida em áreas longínquas da cidade, porém em quantidades que nunca chegaram a satisfazer a demanda do mercado consumidor. Além disso, o problema era agravado pela deficiência dos transportes, principalmente os terrestres, dificultando sua chegada ao centro de consumo. A presença da farinha de mandioca no mercado consumidor foi sempre irregular e segundo Mattoso o seu déficit crônico foi uma das constantes mais importantes da história econômica da Bahia [55].

Produtos como feijão, arroz e milho integrantes da alimentação dos escravos, também sofriam os mesmos problemas de abastecimento, e a flutuação de seus preços, assim como o da farinha de mandioca, ligava-se a questões de conjuntura local, como a deficiência em atender ao mercado consumidor, e à baixa produtividade, que se agravava com as intempéries climáticas, com períodos de seca prolongados seguidos de anos muito úmidos. Dada a insuficiência de produção, importava-se arroz do Maranhão e do exterior, como também acontecia a necessidade de vir do exterior o toucinho, feijão e sal [56].

A carne seca, que também era produto de consumo básico para as camadas pobres da população, tinha o seu abastecimento igualmente deficiente, pois era importada do Rio Grande do Sul e o monopólio do seu fornecimento era do grande negociante Joaquim Pereira Marinho, que ditava seu preço básico. Ocorria também a sua importação do exterior, como observaram Spix e Martius [57], para a manutenção da numerosa es-

---

55. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta pela independência". Universitas, 15/16, 1973, p. 15.

56. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 25, pp. 255, 300.

57. SPIX e MARTIUS, op. cit., p. 154.

cravaria era considerável a importação da carne seca e charque de Buenos Aires; Habsburgo, em 1860, coloca também que "*quando querem uma refeição de luxo, os pobres escravos acrescentam ainda a carne seca, carne prensada de Buenos Aires*" [58]. A deficiência no fornecimento de carne sofrida por Salvador se devia também à falta de mangas nas suas proximidades em decorrência da antiga proibição de se criar gado nas dez léguas de beira-mar, para não se disputar terras à lavoura da cana [59].

Esse problema de abastecimento perdurou por todo o século XIX, agravando-se com o crescente aumento populacional:

> "*Assim, era um mercado de abastecimento irregular e deficiente que a população de Salvador enfrentava no dia-a-dia de sua existência. Uma população que, apesar dos flagelos das guerras e das epidemias que assolaram a província, encetara um ritmo crescente, triplicando os seus efetivos até o final do século e, por conseguinte, aumentando sempre a demanda de gêneros de primeira necessidade* [60].

Dentro deste contexto crônico de problemas de abastecimento, o custo de manutenção dos escravos tornava-se mais barato para os donos de chácaras, na medida em que poderiam produzir o próprio alimento, fugindo assim da dependência dos preços majorados pelo comércio local.

Como vimos, a Bahia, que foi um dos principais suportes da economia colonial, entrou então no século XIX em um período de decadência cada vez mais acentuado, culminando no final do século com o declínio absoluto do seu principal produto, a cana-de-açúcar. Conheceu durante o século apenas algumas fases de recuperação dessa economia, sem entretanto se definir um crescimento.

A sociedade de Salvador se configurou com o reflexo da macroestrutura econômica de base agroindustrial e mercantil fundada no trabalho

---

59. ALMEIDA, Rômulo, op. cit., p. 6.
60. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 25, p. 260.

escravo, que caracterizou todo o processo de colonização brasileira. Entretanto, mostra-se limitado considerar a sociedade dividida apenas em senhores e escravos, esquecendo da existência de uma série de grupos sociais que contribuíam de certa forma para atenuar a grande diferenciação entre os extremos retratados na figura do grande senhor e do escravo, embora, segundo J.J. Reis [61], qualquer análise deveria considerar que as relações senhor/escravo constituíam a matriz estruturadora desta sociedade.

Em função da situação jurídica, ou estatuto legal, a população achava-se dividida em livres, escravos e libertos (que eram as pessoas egressas da escravidão). Nos livres se concentrava a camada de mando da sociedade, aos quais estavam reservados todos os privilégios e cujos direitos eram assegurados por todo um aparato legal. Os escravos formavam a principal categoria de trabalhadores, na medida em que desempenhavam os trabalhos essenciais ao sistema econômico, além de sua importância numérica; eram considerados como coisa, objeto, mercadoria alienável segundo à vontade do proprietário que podia vendê-los, doá-los, emprestá-los, alugá-los, transmiti-los por herança, etc, tornando-se desta forma totalmente subordinados aos seus senhores . Os libertos constituíam um grupo social específico; apesar de obterem a alforria não adquiriam as mesmas condições de um homem livre, pairando sempre sobre eles a pecha do cativeiro, sendo-lhes permitido uma ascensão econômica, porém nunca social [62].

A sociedade baiana caracterizava-se pela estratificação advinda da própria base onde estava montada, em cujo estudo deve ser considerada a diferenciação entre o mundo rural e o urbano. O modelo de estratificação da sociedade da cidade de Salvador no século XIX proposto por Kátia Mattoso [63] nos oferece uma competente visão dos vários gru

61. REIS, J.J. Rebelião escrava no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 13.
62. OLIVEIRA, M. Inês C. de, op. cit., p. 104.
63. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 25, p. 159-166.

escravo, que caracterizou todo o processo de colonização brasileira. Entretanto, mostra-se limitado considerar a sociedade dividida apenas em senhores e escravos, esquecendo da existência de uma série de grupos sociais que contribuíam de certa forma para atenuar a grande diferenciação entre os extremos retratados na figura do grande senhor e do escravo, embora, segundo J.J. Reis [61], qualquer análise deveria considerar que as relações senhor/escravo constituíam a matriz estruturadora desta sociedade.

Em função da situação jurídica, ou estatuto legal, a população achava-se dividida em livres, escravos e libertos (que eram as pessoas egressas da escravidão). Nos livres se concentrava a camada de mando da sociedade, aos quais estavam reservados todos os privilégios e cujos direitos eram assegurados por todo um aparato legal. Os escravos formavam a principal categoria de trabalhadores, na medida em que desempenhavam os trabalhos essenciais ao sistema econômico, além de sua importância numérica; eram considerados como coisa, objeto, mercadoria alienável segundo à vontade do proprietário que podia vendê-los, doá-los, emprestá-los, alugá-los, transmiti-los por herança etc tornando-se desta forma totalmente subordinados aos seus senhores. Os libertos constituíam um grupo social específico; apesar de obterem a alforria não adquiriam as mesmas condições de um homem livre, pairando sempre sobre eles a pecha do cativeiro, sendo-lhes permitido uma ascensão econômica, porém nunca social [62].

A sociedade baiana caracterizava-se pela estratificação advinda da própria base onde estava montada, em cujo estudo deve ser considerada a diferenciação entre o mundo rural e o urbano. O modelo de estratificação da sociedade da cidade de Salvador no século XIX proposto por Kátia Mattoso [63] nos oferece uma competente visão dos vários gru

61. REIS, J.J. Rebelião escrava no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 13.
62. OLIVEIRA, M. Inês C. de, op. cit., p. 104.
63. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 25, p. 159-166.

pos que a compunham, retratando sua complexidade. Define quatro grupos distintos, onde os escravos, juntamente com os mendigos e os vagabundos, encontram-se no quatro grupo, compondo o patamar mais baixo da escala social. Os libertos fazem parte do terceiro grupo, onde também estão os pobres livres como pescadores, marinheiros, vendedores ambulantes, oficiais mecânicos, profissionais liberais secundários, funcionários subalternos de administração real, além dos militares de patentes inferiores como sargentos, cabos e soldados [64].

A cor ou "*qualidade*" era também um fator de divisão na sociedade soteropolitana do século XIX, onde existiam: os brancos, brasileiros ou europeus, principalmente portugueses, sendo todos livres e ocupando geralmente os lugares de maior privilégio no contexto da sociedade; os negros, que eram geralmente escravos ou libertos e recebiam na documentação pesquisada do Censo de 1855 a denominação de pretos quando eram originários da África, e de crioulos, quando nascidos no Brasil; os pardos, descendentes de brancos com negros e também chamados de mulatos; e os cabras, mestiços de pardo e negro. Segundo Oliveira, a estratificação social tinha um forte cunho racial que superava o legal, na medida em que os libertos, apesar de serem legalmente homens livres, continuavam socialmente segregados, sendo-lhes exigido o branqueamento racial e cultural só conseguido efetivamente através de seus descendentes [65].

---

64. No primeiro grupo encontram-se os altos funcionários da Administração Real, os militares de altas patentes, o alto clero secular e regular, os grandes mercadores e os grandes proprietários rurais, todos compondo a elite baiana e vivendo cercados de privilégios e honrarias. O segundo grupo é composto como o primeiro, dele se diferenciando porém pelos níveis de renda e salários inferiores, estando aí compreendidos os funcionários médios da Administração Real, os militares oficiais ou de patentes inferiores, o clero secular e regular como os curas, vigários e capelões, os comerciantes varejistas, os proprietários rurais, fazendeiros ou criadores médios, além dos profissionais liberais, dos mestres de ofícios nobres e as pessoas que viviam de seus rendimentos como os aposentados e aqueles que se mantinham exclusivamente das rendas advindas do trabalho escravo.

65. OLIVEIRA, M. Inês C. de, op. cit., p. 104.

Está sociedade não se compunha de uma estrutura rígida, sendo marcante as suas possibilidades de assimilação, ou seja, permitia-se uma mobilidade social, tanto ascendente quanto descendente, apesar da existência de barreiras legais, raciais e econômicas, e continuava ainda uma sociedade escravista onde o "*racismo e a intolerância étnico-cultural desempenhavam um papel importante na definição de quem devia obedecer e quem dar ordens*" [66].

Era uma sociedade em sua maoiria constituída de pessoas pobres; Mattoso estima um percentual de 90% da população vivendo no limiar da pobreza, estando a riqueza concentrada nas mãos da minoria. Apesar disto, o fato de possuir escravos não era apenas privilégio das camadas mais abastadas, mas estava disseminado pelas várias categorias sociais, podendo-se mesmo dizer que "*em todas as casas baianas, das mais humildes às mais nobres, a presença de pelo menos um escravo doméstico era a regra*" [67]. O possuir escravo era símbolo de status, reforçado pelo preconceito existente com relação ao trabalho braçal, principalmente quanto ao trabalho doméstico, considerado como uma ocupação socialmente aviltante [68]. Existiam até casos de escravos possuidores de escravos.

Reis, pesquisando inventários dos anos de 1800 a 1850, coloca que apenas 13% das pessoas em sua amostra não possuíam escravos, e que 65% eram proprietários de menos de onze escravos, lançando a hipótese de que os escravos de Salvador fossem propriedade em sua maioria de pequenos escravistas, ou seja, pessoas com no máximo 10 escravos [69]. O Censo de 1855 nos mostra claramente que pessoas pertencentes aos vários grupos sociais, desde os mais abastados até os mais

---

66. REIS, J.J., op. cit., p. 21.
67. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 25, pp. 235, 289.
68. GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1985, p. 485.
69. REIS, J.J., op. cit., p. 24.

humildes, possuíam escravos, de desembargadores, negociantes, médicos, empregados públicos a tintureiros, carpinteiros, caixeiros, costureiras, sapateiros, serralheiros, charuteiros, marceneiros, pescadores, etc.

Ao tentarmos estabelecer a população escrava da cidade de Salvador no século XIX, nos sentimos impossibilitados de oferecer dados quantitativos exatos devido à inexistência de fontes seguras que permitam esta informação. As fontes habitualmente utilizadas para se determinar uma população são os recenseamentos, feitos para fins fiscais, eclesiásticos ou militares, e as avaliações que podem ser elaboradas a partir de dados estatísticos testados ou sobre estimativas globais. Para a cidade de Salvador ainda não existe um estudo de demografia dinâmica e diferencial para o século XIX que nos forneça dados mais precisos, restando-nos para tanto o material existente, constituído pelos censos e avaliações, aos quais reconhecemos as devidas limitações e riscos que oferecem em sua manipulação em função das imprecisões [70]. Como observa Thales de Azevedo: "*não foi o século XIX mais exato em seus censos do que os anteriores. Tudo que sabemos sobre a população da capitania ou da província, e da sua capital, apesar de se falar mais uma vez em recenseamento, baseia-se mais em estimativas*" [71].

Infelizmente as estimativas feitas pelos viajantes falam geralmente em negros, não se destinguindo entre livres e escravos. Fica, entretanto, ressaltada a grande expressão numérica do elemento negro, como em Alcide D'Orbigny, viajante francês que aqui esteve em 1831, onde avalia a população de Salvador em 120.000 habitantes, dois terços dos quais constituídos por negros, considerando este contingente ameaçador "para os donos da Bahia" [72]. Avé-Lallemant em 1859 nos fala em

---

70. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 25, p. 127.

71. AZEVEDO, Thales de. O povoamento da cidade do Salvador. Salvador, Itapuã, 1969 p. 75.

72. ORBIGNY, Alcide d'. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 105.

humildes, possuíam escravos, de desembargadores, negociantes, médicos, empregados públicos a tintureiros, carpinteiros, caixeiros, costureiras, sapateiros, serralheiros, charuteiros, marceneiros, pescadores, etc.

Ao tentarmos estabelecer a população escrava da cidade de Salvador no século XIX, nos sentimos impossibilitados de oferecer dados quantitativos exatos devido à inexistência de fontes seguras que permitam esta informação. As fontes habitualmente utilizadas para se determinar uma população são os recenseamentos, feitos para fins fiscais, eclesiásticos ou militares, e as avaliações que podem ser elaboradas a partir de dados estatísticos testados ou sobre estimativas globais. Para a cidade de Salvador ainda não existe um estudo de demografia dinâmica e diferencial para o século XIX que nos forneça dados mais precisos, restando-nos para tanto o material existente, constituído pelos censos e avaliações, aos quais reconhecemos as devidas limitações e riscos que oferecem em sua manipulação em função das imprecisões [70]. Como observa Thales de Azevedo: "*não foi o século XIX mais exato em seus censos do que os anteriores. Tudo que sabemos sobre a população da capitania ou da província, e da sua capital, apesar de se falar mais uma vez em recenseamento, baseia-se mais em estimativas*" [71].

Infelizmente as estimativas feitas pelos viajantes falam geralmente em negros, não se destinguindo entre livres e escravos. Fica, entretanto, ressaltada a grande expressão numérica do elemento negro, como em Alcide D'Orbigny, viajante francês que aqui esteve em 1831, onde avalia a população de Salvador em 120.000 habitantes, dois terços dos quais constituídos por negros, considerando este contingente ameaçador "para os donos da Bahia" [72]. Avé-Lallemant em 1859 nos fala em

---

70. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 25, p. 127.

71. AZEVEDO, Thales de. O povoamento da cidade do Salvador. Salvador, Itapuã, 1969, p. 75.

72. ORBIGNY, Alcide d'. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 105.

180.000 habitantes para Salvador, com a metade composta por negros, um quarto de mestiços e um quarto de brancos [73]. Um ano depois, 1860 Maximiliano de Habsburgo estimou em 120.000 o número de seus habitantes, sendo 80.000 negros e apenas 40.000 brancos [74].

No que diz respeito aos recenseamentos, temos ao longo do século XIX e antes do Censo Oficial de 1872, várias tentativas de quantificação desta população, dentre as quais conhecemos os resultados do Censo Eclesiástico de 1805, da indagação do Conde da Ponte em 1807 e do levantamento de 1870. O Censo Eclesiástico apresenta a população da capital composta por 45.000 habitantes e já o de 1807 aponta esta população na ordem de 51.112 habitantes. Segundo o "*quadro da população livre e escrava da Província da Bahia*", levantado pela repartição de Polícia da Bahia em 22 de abril de 1870, Salvador aparece dividida em dois distritos, cujas áreas que abrangem desconhecemos, totalizando uma população de 77.686 habitantes, sendo 61.198 livres e 16.488 escravos [75].

Procuraremos centrar nossa base demográfica em três momentos que são 1835, 1855 e 1872, cobrindo desta forma o nosso período de estudo. Para 1835 utilizamos a estimativa de J.J. Reis, que tomou por base o Censo de 1775 (35.253 habitantes, com 20.557 livres e 14.696 escravos) e o de 1807, onde, mantendo o mesmo padrão de distribuição da população desses censos, com um crescimento de cerca de 1% ao ano, estimou 65.500 habitantes para Salvador, dentre as quais 38.800 livres (58%) e 27.500 escravos (42%) [76] (Tabela 3).

---

73. AVE-LALLEMANT, Robert, op. cit., p. 47.

74. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., p. 75.

75. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 25, p. 122.

76. REIS, J.J., op. cit., 15-16.

Tabela 3

	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL
1835	38.000	58	27.500	42	65.500
1855	62.855	72,26	24.129	27,74	86.984
1872	95.637	88,43	12.501	11,5	108.138

Do Censo de 1855, feito no mês de janeiro, infelizmente não conhecemos o resultado geral. Entretanto, podemos estimar a população escrava a partir da amostra que trabalhamos e das estimativas elaboradas por Mattoso onde, baseada nos Censos de 1805 e 1872, encontrou uma taxa de incremento anual de 1,013%, avaliando portanto a população de Salvador para 1855 em 86.984 habitantes [77]. Na nossa amostra do Censo de 1855 (Tab. 4) encontramos 27,74% de escravos; portanto, considerando os 86.984 habitantes temos 62.855 livres e 24.129 escravos (Tab. 3).

Tabela 4

	HOMENS	%	MULHERES	%		%
Livres	1.662	-	2.220	-	3.884	72,26
Escravos	703	47,2	788	52,8	1.491	27,74
TOTAL GERAL	-	-	-	-	5.375	-

FONTE: Amostra Censo de 1855

77. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 25, p. 138

O Censo Oficial de 1872 aponta a população de Salvador em 180.138 habitantes, distribuídos em suas 11 paróquias, sendo 95.637 livres num total de 88,43%, e 12.501 escravos, constituindo 11,5% da população (Tab. 3), e etnicamente composta por 30,9% brancos, 43,7% mulatos, 23,5% negros e 2% caboclos. Dentre a população escrava tem-se um percentual de 51,3% para as mulheres e 48,7% para os homens [78].

Notamos, tanto em 1855 como em 1872, que a população escrava feminina excede, embora em pequena proporção, a masculina [79]. Temos então um certo equilíbrio entre os sexos, não ocorrendo na cidade a típica relação de 2 homens para 1 mulher encontrada nos engenhos. Mattoso[80] atribui a predominância da mulher escrava na cidade em função da utilização de sua força de trabalho em todos os serviços, excetuando-se os mais pesados, como os de transporte de carga, e alguns ofícios artesanais, podendo ela passar facilmente dos serviços domésticos ao de ganho, enquanto os homens são menos preparados para passar dos serviços grosseiros do transporte para atividades mais refinadas como criado. Devemos fazer a ressalva de que a partir da segunda metade do século XIX inicia-se o tráfico interprovincial, onde os homens são preferidos para a lavoura do café.

Podemos perceber que era expressivo o contingente de escravos existentes em Salvador, apesar do declínio gradativo que demonstra ao longo do século XIX, rumando para a abolição definitiva em 1888. A cidade de Salvador, vivendo sob a égide do regime escravista, não poderia deixar de pautar seu funcionamento e modo de vida na dependência do trabalho escravo; desta forma, inúmeras atividades eram entregues ao escravo, que desempenhavam as funções básicas da vida social, justificando sua presença marcante no contexto da cidade.

---

78. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Família e Sociedade na Bahia do século XIX. São Paulo, Corrupio, 1988, p. 24.

79. Maria José Andrade, em "A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860" (São Paulo, Corrupio, 1988, pág. 199, Tabela 5), encontrou um percentual de 55,8% para os escravos homens e 49,2% para as mulheres, no período de 1811 a 1888, o que nos mostra o certo equilíbrio entre os sexos na cidade, com pequena predominância para os homens.

80. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 78, p. 26.

2. O MUNDO DO TRABALHO ESCRAVO

2.1 - SUBDIVISÃO NA ESCRAVARIA

A maioria dos pesquisadores que se dedicam à questão da escravidão urbana costuma estruturá-la em três grandes grupos: escravos de ganho, escravos de aluguel e escravos domésticos. Na base desta divisão está a renda auferida pela exploração da mão-de-obra escrava, inexistente para a categoria dos domésticos, enquanto que, sobre os escravos de ganho e de aluguel o senhor extraía uma renda, estando a diferença entre estas últimas categorias no fato de que no ganho também o escravo podia se apropriar de uma parte dela, não acontecendo o mesmo no aluguel.

Em nosso estudo usaremos também esta subdivisão, sabendo entretanto que essa classificação não é plenamente satisfatória, pois na realidade não existia compartimentação tão bem determinada. Os mesmos escravos podiam passar facilmente de uma categoria para outra ou desempenhar ao mesmo tempo papéis diferentes. Um escravo doméstico poderia trabalhar no ganho ou ser alugado e vice-versa, a depender das condições do mercado de trabalho, pois o que importava para o senhor era a rentabilidade de sua mão-de-obra.

2.1.1 - Escravos de Ganho

No sistema do ganho o escravo trabalhava para fora da casa do seu senhor, exercendo principalmente atividades relacionadas com o transporte de pessoas e mercadorias, como carregadores de cadeira, estiva

dores, carregadores de carga (carreto), carregadores de lenha, e no comércio ambulante vendendo os mais variados produtos, como doces, frutas, peixes, tecidos,etc. Podiam ainda ser aguadeiros, artesãos como alfaiates, barbeiros e oficiais de sapateiro, lavadeiras e engomadeiras, além de rendeiras, bordadeiras e costureiras que tinham o produto do seu trabalho vendido para fora da residência do seu senhor.

Esse sistema caracterizava-se por ser o escravo obrigado a pagar ao seu senhor, por dia ou por semana, uma quantia pré-estabelecida, podendo se apropriar de qualquer excedente. Esse acordo se estabelecia de forma verbal entre o escravo e seu dono, e era geralmente respeitado apesar de não existirem garantias legais.

Para exercer o ganho era preciso uma licença expedida pela Câmara Municipal, a qual era solicitada pelo proprietário do escravo, nela constando seu endereço, o número de escravos que queria colocar no ganho, seus nomes, origem e ocupação, como nos mostram estes exemplos [1]:

Ilm^os Sr^s Presidente e Vereadores da C. Municipal

João Antonio Nogueira morador na Freguesia de S. Pedro rua do Arial de Cima caza nº 60, quer tirar licença para seos dois escravos, que se achão no serviço do ganho sendo de nomes Benedito, nação nagô, e Caetano, de nação nagô.

Bahia 4 de junho de 1857

Ilm^os Sen^os Presid^e e Vereadr^es da Camara Municipal

Diz D. Antonia Mª de Coutto que para poder continuar no serviço do ganho como carregador de cadeira seu escravo Caetano, nagô, vem requerer a V^a SS^as se sirvão mandar dar a respectiva chapa.

B^a 3 de junho de 1857

1. AMCS. FCMS. - Requerimentos.

Estas licenças eram pagas à Câmara e em seguida o escravo recebia uma chapa constando seu número de matrícula, a qual deveria levar consigo no exercício de sua atividade de ganho; caso o escravo fosse pego sem esta chapa receberia uma multa.

Encontramos no Arquivo Municipal de Salvador um grande número de pedidos de licença para o ano de 1857, e dentre todos não encontramos nenhum pedido para as escravas exercerem o ganho, o que nos leva a crer que para as "*negras ganhadeiras*", geralmente do comércio ambulante, não era necessária tal licença.

Vale ressaltar também que não era apenas dos escravos que se exigia a licença, os libertos tinham também que requisitá-la, e para tal era preciso que apresentassem um fiador ou um atestado de conduta emitido pelo Juiz da freguesia onde residia, como vemos neste exemplo [2]:

Ilmº Pres. da Camara Municipal

João Ferraz, africano forro, da nação gege, quer se empregar no ganho desta cidade, em virtude de postura, apresenta como seu fiador, a Antonio dos Santos Jacinto.

P. a V.Sª se digne
conceder-lhe o comprovamento
da matrícula.

Antonio dos Santos Jacinto

Além da taxa paga com a licença, os escravos ganhadores tinham ainda que pagar um imposto para poderem exercer suas atividades, pois dentro do sistema de tributação da Província da Bahia esta era uma fonte de receita, como podemos ver no orçamento provincial de 1860, on-

2. AMCS. FCMS. Atestado de Conduta (1857).

de cobrava "5$rs por cada carregador de cadeira ou ganhador escravo"[3].

A quantia que o escravo pagava ao seu senhor variava a depender do tipo de trabalho que realizava, como também da idade, saúde e atributos individuais; porém, segundo Reis, deveria ser a produtividade média de cada ocupação no mercado o parâmetro definidor desse valor[4]. Spix e Martius, por volta de 1820, avaliam em 240 réis o jornal diário pago ao seu senhor considerando "*tristíssima a condição dos que são obrigados a ganhar diariamente uma certa quantia (uns 240 réis) para os seus senhores; são considerados como capital vivo em ação, e como os seus senhores querem recuperar dentro de certo prazo o capital e juros empregados, não os poupam*" [5].

Infelizmente não dispomos de estudos sistemáticos que nos permitam conhecer o valor dessas percentagens e o que realmente elas significavam para a sobrevivência do escravo após ter pago a quantia do senhor. Todavia, arrolaremos algumas cifras para o ano de 1847, encontradas por Andrade [6] nos inventários *post-mortem*, nos permitindo uma avaliação da rentabilidade da mão-de-obra escrava. Para um carregador de cadeira este valor era de 400 réis diários, como também para um oficial de sapateiro; já para lavadeira e engomadeira a cota era de 240 réis diários e 320 réis para ganhador de cesto. Estes valores eram pagos ao senhor estando livre das despesas que teriam com a manutenção do escravo, pois segundo Andrade o auto de inventário parece deixar claro que estes escravos não moravam na residência do seu senhor, sendo responsáveis pela sua própria manutenção. Desta forma, Andrade calcula que o tempo necessário para o proprietário recuperar o capital investido na compra do escravo variava de três a quatro anos, e, considerando o tempo de vida útil do escravo em 20 anos, so

---

3. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa (1860).
4. REIS, J.J. Rebelião escrava no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 198.
5. SPIX, J.B. e MARTIUS, K. F. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1981, vol. 2, p. 158.
6. ANDRADE, Maria José de Souza. A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p. 133.

braria bastante tempo para o senhor usufruir os lucros. Vale ressaltar que este tempo necessário para o proprietário recuperar seu capital não se coloca de forma absoluta, dependendo portanto da relação preço de compra do escravo e diárias ganhas.

Apesar da variação do tempo necessário para a recuperação do capital investido na compra do escravo, encontramos inúmeras referências alegando as vantagens de se colocar um escravo no ganho, como afirma Gorender:

> *"Os negros de ganho dispensavam instrução especial, podendo ser africanos com um grau mínimo de aculturação. Por isso, bastava investir na compra de um único negro e já se adquiria uma fonte de renda. Semelhante investimento se fazia acessível até a famílias pobres, cuja única fonte de renda residia na exploração de um ou dois negros de ganho"* [7].

Encontramos nos pedidos de licença um mesmo proprietário solicitando colocar vários escravos seus no ganho, em número que variava até oito, como nos mostra este requerimento:

> *"José Nogueira Pinto, morador a rua do Alvo, caza sem nº Freguesia de Santa Anna, quer matricular os seus escravos de nomes Antonio Nagô, Antonio Crioulo, Augusto Nagô, Augusto Nagô, Herme Nagô, José Ussá, Domingos Nagô, e Pedro Nagô, para poderem andar no ganho pela rua.*
>
> *Bahia 8 de junho de 1857"* [8].

Os negros de ganho trabalhavam nas ruas sobretudo como carregadores e, juntos com as negras ganhadeiras do comércio ambulante, marcavam a paisagem urbana de Salvador, como evidenciam os viajantes estran-

---

7. GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1985, p. 476.
8. AMCS. FCMS. Requerimentos.

geiros nos seus relatos:

"Uma outra figura característica nas ruas da Bahia são as negras vendedoras, que carregam, na cabeça as mercadorias, em caixas de vidro, compridas e realmente grandes ... Nesse receptáculo transparente, as negras oferecem à venda pastéis, fitas, linhas, linho e outros objetos necessários ao uso caseiro" [9].

NEGRA GANHADEIRA (aquarela de J.C. GUILLOBEL)

Esses negros ganhadores gozavam de certa liberdade, na medida em que trabalhavam longe da vista do seu senhor, podendo até dormir fora da casa deste ou mesmo morar em casas ou quartos alugados. Entretanto, esta liberdade relativa se colocava apenas em relação ao senhor, pois, como veremos no capítulo IV, o poder público passou a controlar a vida dos escravos nas ruas, ditanto até que horas podiam transitar, fazer batuques, ou mesmo permanecer em vendas, etc, assumindo desta forma a posição de feitor.

9. HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Bahia: FCBa., 1982, p. 125.

Era a rua o seu espaço de trabalho por excelência, onde se desenvolviam as mais variadas relações entre os negros, desde os sentimentos de solidariedade, enquanto grupo oprimido, até a própria competitividade no mercado de trabalho. Este ambiente de trabalho urbano permitiu, segundo Reis, o aprofundamento de identidades étnico-religiosas tradicionais entre os africanos, favorecendo a rebelião dos malês em 1835 [10].

Kátia Mattoso coloca a "*liberdade*" do escravo urbano como inerente à própria forma como a atividade era exercida, na medida em que o senhor seria forçado a permitir-lhe certo grau de autonomia, como também esses escravos, ao estabelecerem vínculos nas ruas com a camada de trabalhadores livres pobres, sentiam-se menos prisioneiros de sua condição do que os escravos rurais [11].

Na disputa cotidiana pelo mercado de trabalho os negros de ganho organizavam autonomamente, com relação ao senhor, as formas de trabalho. O senhor tinha controle sobre o produto do seu trabalho apenas mediante o recebimento da quantia preestabelecida, porém era o escravo quem decidia como exercer o seu trabalho.

O sistema de organização das tarefas de ganho originou os "*cantos*", que eram ajuntamentos de ganhadores, tanto escravos quanto libertos, geralmente pertencentes à mesma nação e exercendo o mesmo ofício, onde os fregueses podiam requerer os seus serviços. Esses cantos se espalhavam em locais específicos da cidade determinados pela municipalidade, ocupando geralmente um ângulo ou um cruzamento de ruas e recebendo o nome do local da cidade onde se instalavam, como por exem-

---

10. REIS, J.J., op. cit., p. 197.
11. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 111.

plo: canto da Calçada, canto do Portão de São Bento; cando da Mangueira, etc [12].

Os nagôs se concentravam em vários cantos espalhados pela cidade: canto do Mercado; na rua do Comércio ao lado dos Cobertos Grandes; em vários pontos na rua das Princesas; canto da rua da Ajuda (atrás do prédio da Câmara Municipal); Largo da Piedade (em frente ao Convento); ao lado do Hotel Paris, na Ladeira de São Bento; canto do Campo Grande, etc. Nos arcos de Santa Bárbara se ajuntavam os guruncis e alguns haussás se reuniam entre os arcos de Santa Bárbara e o Hotel das Nações na cidade baixa. No canto de São Raimundo, à rua das Mercês, reuniam-se os negros minas, e na Baixa dos Sapateiros o canto da rua da Vala era composto por africanos de várias nacionalidades[13]. Silva Campos aponta a maior concentração dos cantos entre o Cais do Ouro e a Conceição da Praia, na cidade baixa [14] (Planta 01).

---

12. Na planta 01 fizemos também o mapeamento dos cantos. Entretanto, não nos foi possível identificar no espaço da cidade todos os cantos de que tivemos notícia: canto do Mercado; canto na rua do Comércio ao lado dos Cobertos Grandes; Arcos de Santa Bárbara; entre os Arcos de Santa Bárbara e o Hotel das Nações; rua das Princezas (em mais de um ponto); rua da Ajuda atrás da Câmara Municipal; Largo da Piedade; na Ladeira de São Bento; canto do Campo Grande; canto de São Raimundo; canto da rua da Vala; canto de São Miguel; canto do Guadalupe; na rua do Cabeça; no Largo Dois de Julho; Ladeira do Boqueirão; no Cais de Desembarque (RODRIGUES, Nina. Os Africanos ... op. cit., pp. 101-102; rua do Comércio esquina com o Beco dos Galinheiros; canto do Largo da Ladeira do Taboão (AMCS.FCMS - Requerimentos); canto da Preguiça; canto do Pilar; do Beco do Mucambinho; canto da Mangueira; canto do Cais da Cachoeira; do Cais Dourado; do Cais do Corpo Santo (VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo. São Paulo, Corrupio, 1987, pp. 335, 517, 519, 529); canto do Largo da Vitória; da Calçada; do Portão de São Bento (REIS, J.J. Rebelião escrava ... op. cit., pp. 202, 217; e o canto do Arsenal (HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860... op. cit., p. 122.

13. RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo: Nacional; Brasília: Ed. UNB, 1988, pp. 101-102.

14. CAMPOS, J. da Silva. "Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia". Anais do Arquivo do Estado da Bahia, nº 29, 1943, p. 291.

As mulheres também tinham seus cantos, porém comumente não se separavam por nações. Concentravam-se no canto da Rua da Vala, no canto de São Miguel; na Rua da Guadalupe; na Rua do Cabeça; no Largo Dois de Julho; no Cais de Desembarque e na Ladeira do Boqueirão em Santo Antonio [15].

Habsburgo nos fala do canto existente na casa da Alfândega:

> "*Rente ao arsenal, diante do portão da Casa da Alfândega, está a praça que é o principal ponto de encontro e de partida dos célebres carregadores baianos ... Carregam, em seus ombros largos, em longas varas, a quatro, seis e também oito, as mais poderosas cargas, que balançavam no ar, suspensas pelas varas. E os carregadores deslocam-se um movimento oscilante, cada vez mais rápido, cantarolam e gemem uma canção dolente, sem parar, ... O canto melancólico acompanha, em ritmo uniforme, o movimento do corpo ...*" [16].

Encontramos no Arquivo Municipal da Cidade do Salvador um documento de 1859 em que um negociante com loja de "*fazendas seccas*" solicita à Câmara Municipal que promova a remoção de um canto de negros ganhadores, situado em frente à sua loja na Rua do Comércio, esquina do Beco dos Galinheiros, alegando que era tão grande a quantidade de negros para um pequeno espaço que obstruíam a passagem pelo beco, além de produzirem "*tão horrível algazarra*" e proferirem "*taes obscenidades*". O negociante se sentia prejudicado tanto por tais incômodos como também por roubos contínuos, o que o obrigava a manter a porta que dava para o Beco dos Galinheiros constantemente fechada; propunha então que os negros fossem para o canto do Largo da Ladeira do Taboão, onde se reuniam os ganhadores de cadeira [17]. Podemos ver também através deste documento os conflitos e tensões que

---

15. RODRIGUES, Nina, op. cit., p. 102.
16. HABSBURGO, Maximiliano de., op. cit., p. 122.
17. AMCS. FCMS. Requerimentos.

existiam entre os habitantes da cidade na apropriação de seus espaços (Anexo I).

Quanto à organização dos cantos, vemos a tentativa do poder público no sentido de promover e regular de certa forma esta atividade, o que nos faz perceber a importância que os cantos assumiam para o funcionamento da cidade, como também a existência de grande número deles espalhados por toda a cidade. Encontramos um regulamento de 14 de abril de 1836 [18], determinado pela Assembléia Legislativa, no qual tratava-se da formação de "*capatazias de ganhadores*", ou seja, de cantos. Ordenava-se que nas Freguesias da Sé, Paço, Santo Antonio, Penha, Pilar, Conceição, São Pedro e Santana deveriam haver uma ou mais capatazias de ganhadores onde seriam matriculados todos os escravos, ingênuos ou libertos que quisessem trabalhar no transporte de pessoas e gêneros de qualquer espécie. Caberia aos Juízes de Paz de cada freguesia estabelecer os locais específicos para as capatazias e nomear inspetores que fariam a matrícula dos ganhadores, na qual conteria o nome do ganhador, o de seu senhor, caso fosse escravo, o local de moradia e o serviço a que se destinava. Dentre as atribuições do inspetor estava a de "*vigiar a conduta dos individuos, que formarem sua capatazia, para que não hajam extravios dos objectos, que lhes forem carregados, procedendo, logo que receba queixa escripta ou verbal, à todas as diligências, para que appareçam as cousas desencaminhadas, ...*". Ou seja, exerceriam o controle do funcionamento de cada canto. Estes inspetores nomeariam entre os ganhadores livres um capataz que deveria arrecadar de cada ganhador a quantia de 60 réis diários, cujo montante seria dividido entre ele e o inspetor.

Seriam também estabelecidas "*capatazias do mar*" onde se matriculariam os indivíduos que quisessem trabalhar no serviço de saveiros e alvarengas, as quais seriam distribuídas pelo caes de embarque e

18. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa (1835-1838).

desembarque e os capatazes estariam sempre em terra observando a ordem do serviço.

Segundo Reis [19], os cantos tinham uma organização independente do poder público, cada um deles ficando sob a direção de um chefe — "*Capitão de Canto*" —, com a função de intermediar entre o ganhador e o contratador, devendo acertar os serviços e determinar preços e pagamentos aos africanos. Era eleito pelos membros do canto, havendo todo um ritual de posse seguindo os costumes africanos. Pelas descrições de Manoel Querino [20] vemos que se constituía uma cerimônia pomposa onde "*todo o canto desfilava em direção ao bairro das Pedreiras, entoando os carregadores monótona contilena, em dialeto ou patuá africano*". Esta forma de abordar os cantos nos leva a crer que tradicionalmente possuíam uma organização de certa forma autônoma, baseada em costumes africanos das feiras livres iorubás. Quando então vemos o poder público intervindo nesta organização, que pelo documento encontrado seria a partir de 1836, cremos que referendaram uma estrutura preexistente.

Nos cantos, enquanto esperavam os seus fregueses, os negros desenvolviam outras atividades; teciam chapéus de palha, faziam pequenos cestos, trançavam correntes de fio de ferro para os papagaios, faziam gaiolas para os passarinhos, pulseiras de contas, objeto de couro com incrustações de conchas [21] ou trançavam esteiras de ouricuri, vassouras de piaçaba, enfiavam rosários de coquinhos e batiam os panos da costa que chegavam crespos [22]. Reis nos dá o exemplo do malê Liberto Aprígio, carregador de cadeira do canto da Mangueira, que costurava roupas enquanto esperava seus passageiros [23]. A ativi

19. REIS, J.J., op. cit., p. 202.
20. QUERINO, Manoel. A raça africana e seus costumes. Salvador, Progresso, 1955. Apud REIS, J.J., op. cit., p. 202.
21. CAMPOS, J. da Silva, op. cit., p. 293.
22. CUNHA, Manuela Carneira da. Negros, estrangeiros. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 33.
23. REIS, J.J., op. cit., p. 209.

dade dos negros nos cantos foi também observada por Denis, em 1816:

"*Os negros de cadeiras, aqueles que são destinados a conduzir pela cidade fardos de toda a espécie, se ajuntam com frequência à esquina de certas ruas, aguardando o momento de serem chamados: uns se ocupam de fazer chapéus de palha, outros, mais industriosos, tecem esteiras de cor,*" [24].

Muitos barbeiros ambulantes também exerciam suas atividades nos cantos, servindo aos ganhadores, como também para lá afluíam negras ganhadeiras vendedoras de comidas, pois os negros ganhadores faziam sua alimentação diurna nas ruas durante o exercício do próprio trabalho. Ofereciam mingau de milho e de tapioca, pão, acaçá quente, arroz de haussá com carne seca frita e molho de pimenta, bolas de inhame dissolvidas na água com açúcar, carne de baleia moqueada, inhame cozido e caruru [25].

Sobre as condições de alimentação dos negros ganhadores, Habsburgo nos faz o seguinte relato com uma forte dose de racismo:

"*Nesse cenário das ruas chamaram-me a atenção os locais onde os negros comem. Em grandes recipientes de metal, muitas vezes também nas cabaças já mencionadas, algum velho monstro negro, do sexo feminino amassa a farinha. De vez em quando, alguns grãos de feijão perdem-se na farinha de mandioca, aparecendo, às vezes, também grãos de arroz. O pão é substituído pela fruta-pão ou pelo fruto assado da jaca. Quando querem uma refeição de luxo, os pobres escravos acrescentam ainda a carne seca, carne prensada de Buenos Aires, que tem a consistência de couro vêlho... Em volta dessa cozinhas improvisadas, acocoram-se, então, os negros esfarrapados, semelhantes a macacos, enfiando suas patas longas e negras no pirão de farinha e levando-o às goelas escancaradas, ruminando, sob falatório gutural, tranquilos à semelhança dos camelos*" [26].

---

24. DENIS, Ferdinand. Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980, p. 249.

25. CAMPOS, J. da Silva, op. cit., p. 293.

26. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., p. 124.

O ritmo imposto ao trabalho pelos ganhadores demonstra a interpenetração das esferas do trabalho e do lazer. Apesar de viverem sob os horrores do regime escravista, os negros conseguiam tornar mais ameno o trabalho, como também dentro de certos limites faziam o que lhes convinha.

Os negros carregadores de cadeira, no exercício de seu trabalho, vestiam-se de forma simples, como observou Wetherell *"quando trabalham, estão nus tanto quanto possível: sua roupa é feita com calção insuficiente e grosseiro"* [31]. Também Habsburgo nos fala que vestiam apenas velhos trapos de linho, andavam descalços e sem chapéu [32].

Silva Campos nos dá uma descrição mais detalhada sobre a roupa dos trabalhadores do canto em seu serviço diário: calças curtas de cós de enfiar, descendo uns 10 cm abaixo dos joelhos, e camisolão comprido que iam até os joelhos, com bolsos de dois palmos de profundidade em cada lado. Eram feitos com pano de algodão grosso de saco de farinha de trigo ou sacos de aniagem (tecido de juta usado em sacaria, principalmente para o charque) [33], ou eram produzidos nas fábricas têxteis existentes na Bahia, sendo de qualidade bastante inferior, como as chitas, que eram muito usadas, e o zuarte, uma espécie de mescla de algodão rústico com fios brancos e azuis.

Através dos anúncios de jornais sobre fuga de escravos, obtivemos muitas informações acerca de seus vestuário: Os negros de ganho em geral usavam calças e camisas de algodão, geralmente de cor branca, como mostram os seguintes anúncios:

---

31. WETHERELL, James. Brasil. Apontamentos sobre a Bahia 1842-1857. Bahia, 1972. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 504.

32. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., p. 122.

33. CAMPOS, J. da Silva, op. cit., p. 292.

"*Fugio da casa do abaixo assinado, ..., estava vestido com um calção longo e com uma camisa de algodão de fábrica de Valença, tinha o costume de alugar seus serviços como carregador, transportanto fardos num cesto, e usava um chapeo de 20 réis que tinha sempre na cabeça, e enfiava as fraldas de sua camisa dentro do calção;*" [34].

"*Desapareceo no dia 30 de dezembro de 1853, a Manoel do Carmo Moreira, um seu escravo carregador de cadeira, ... levou vestido camiza e calça d'algodão de valença*" [35].

Para os que trabalhavam no porto era comum o uso de calças curtas e camisolão sem mangas, trazendo na cabeça um gorro de pano de algodão grosso que lhes servia de rodilha, quando fossem transportar objetos [36].

O vestuário das negras ganhadeiras, segundo os anúncios de jornais, também era simples e leve, consistindo geralmente em largas saias de chita e camisa de algodão. A negra Felisberta, vendedora de pão com bolos de milho, trajava ao fugir uma "*saia de chita cor de café com chuvesquinhos brancos, pano inglez de riscas azues e brancos e camiza branca*" [37].

Os panos da costa eram frequentemente usados, como neste traje da escrava Iria, vendedora de peixe: "*saia de chita vermelha com franjas amarelas, camiza de madrasto com bicões na gola, pano de costa com riscas vermelhas e torço de chita*" [38]. Também a escrava Silvinha, vendedora de pão-de-ló, usava ao fugir saia de chita branca, lenço cor de rosa e pano de costa [39].

---

34. Jornal da Bahia. Salvador, 09/01/1854. Apud VERGER, Pierre, op. cit, p.496.
35. Ibid., p. 507.
36. CAMPOS, J. da Silva, op. cit., p. 292.
37. Jornal da Bahia. Salvador, 10/02/1854. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 502.
38. Jornal da Bahia. Salvador, 25/10/1859. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 508.
39. Diário da Bahia. Salvador, 19/03/1859. Apud BAHIA, SEC. Pelourinho Informa; Boletim Bibliográfico. 4 (3/4): jul/dez, 1978, p. 88.

Os escravos anduvam sempre descalços, pois não lhes era permitido o uso de sapatos. Usar sapatos era símbolo de liberdade, por isso, quando libertos, compravam-nos imediatamente [40].

2.1.2 - Escravos de Aluguel

Eram aqueles escravos que temporariamente saíam do domínio do seu senhor passando ao domínio de seus empregadores, podendo ser alugados por dia, semana, mês ou ano, através de contratos geralmente verbais entre o dono do escravo e o locatário. Quando o tempo era superior a um ano, fazia-se uma escritura pública onde eram estabelecidas preços, duração, tipo de serviço e obrigações mútuas das partes contratantes, como também prévia compensações a serem pagas pelo dono do escravo se este fugisse, fosse preso ou morresse durante o tempo em que prevalecesse o contrato. O locatário se comprometia a devolver o escravo em boas condições. Caso o escravo adoecesse, o prazo da locação teria uma prolongação igual aos dias que este não tivesse trabalhado, pois no contrato era estabelecido que o escravo deveria cumprir certo número de dias de trabalho bem determinados [41].

Havia outro tipo de contrato que permitia ao escravo conseguir uma alforria condicional. Era passado entre o locatário e o próprio escravo, onde o locatário pagava ao dono do escravo o preço da alforria deste e em troca o escravo se comprometia a lhe prestar serviços até o pagamento total da dívida podendo se estender por vários anos, como demonstra o documento seguinte:

---

40. AUGEL, Moema Parente. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. São Paulo, Cultrix, 1980, p. 205.

41. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., p. 141.

"Pelo locador Elísio, africano, liberto, me foi dito que tendo tomado por em prêstimo, a quantia de hum conto seiscentos e oitenta mil réis para remir sua liberdade, obrigava-se a servir e trabalhar pelo ofício de barbeiro na loja do locatário Antonio Ramos das Neves pelo tempo de sete anos a contar de hoje, pagando vinte mil réis mensais e por isso receberá do locatário, tudo mais quanto ganhar excedente aquela quantia, podendo remir sua obrigação antes do referido prazo, logo que pague toda a quantia" [42].

As ocupações exercidas pelos escravos de aluguel eram as mais variadas, tais como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, serventes, boleeiro, vendedor de pão, de leite e de hortaliças, serviço de estrebaria, cozinheiros, engomadeiras, lacaio, copeiro, lavadeira, bordadeira, ama-de-leite, carregador de caixa de mascate, serviço da lavoura, alfaiates, ourives, etc.

"O estabelecimento de carros da Victoria precisa contractar alguns bulieiros, forros ou captivos, para tractar-se no mesmo estabelecimento, a qualquer hora" [43].

"Na fábrica de chapeos, à quinta da Rua da Fonte dos Padres, há para alugar um cozinheiro bom, africano e muito indicado para o serviço de qualquer casa regular" [44].

Anúncios como estes eram frequentemente encontrados, embora não existam estudos sistemáticos que provem o aumento do número de escravos alugados. Sabemos que esta era uma prática corrente no século XIX não somente em Salvador, mas também em várias cidades brasileiras, como observou Luccock com relação ao Rio de Janeiro e ao

---

42. CARDOSO, José Fábio Barreto Paes. "Modalidade de mão-de-obra escrava na cidade de Salvador". Revista de Cultura - Vozes. Petrópolis (3): 173-176, abril, 1979, p. 175.
43. Jornal da Bahia. Salvador, 17/03/1857. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 503.
44. Jornal da Bahia. Salvador, 24/02/1854. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 506.

Rio Grande do Sul, indicando que era vantajoso instruir escravos em algum ofício para depois alugá-los; esta prática abriu espaço para o surgimento de um grupo social composto de pessoas que compravam escravos com o fim de alugá-los [45]. Também com relação ao Pará, Salles [46] encontrou uma camada de proprietários bastante numerosa, que vivia excluivamente da renda obtida com os aluguéis de seus escravos.

Encontramos no Censo de 1855 um funcionário público, morador da Freguesia do Pilar, possuidor de 14 escravos dentre os quais 12 tinham a ocupação de serventes e 1 era aprendiz de carpina, dentre os serventes, 5 eram mulheres. Acreditamos que estes escravos eram de aluguel pois seria incabível que alguém possuísse tão grande número de escravos serventes para o uso restrito de sua residência.

O aluguel de escravos domésticos tornou-se uma prática tão frequente, pela dificuldade de contratar pessoas livres para esse serviço, que no Rio de Janeiro em 1860 já havia uma agência de emprego de escravos domésticos cobrando uma comissão de 10% do locador e mais uma taxa, a título de depósito, do locatário [47]. Não temos notícia de uma agência deste tipo em Salvador, embora saibamos pelos anúncios dos jornais que era frequente a procura por escravos para exercerem serviços domésticos.

Na medida em que o escravo era fonte direta de renda, tornava-se necessário o uso mais racional possível dessa mão-de-obra. A rentabilidade de um escravo de aluguel estava intimamente ligada com a sua capacidade de realizar várias funções, adaptando-se assim às condições flutuantes do mercado de trabalho, pois para o locador o impor

45. LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. São Paulo, Liv. Martins, 1951. Apud GORENDER, Jacob, op. cit., p. 474.

46. SALLES, Vicente. O negro no Pará. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971, p. 170.

47. GORENDER, Jacob, op. cit., p. 486.

tante era não manter a sua mão-de-obra ociosa. Desta maneira, tornava-se realmente vantajoso investir na qualificação de um escravo, pois se era compensado com a sua consequente valorização e com os aluguéis mais altos que se cobraria.

Os preços dos aluguéis dos escravos variavam conforme sua ocupação, onde temos para o ano de 1861, em Salvador, uma escrava do serviço doméstico valendo 16 mil réis mensais [48] e um negro para carregar caixa de mascate sendo oferecido por 20 mil réis mensais [49]. O mesmo acontecia no Rio de Janeiro onde o preço do aluguel de um escravo, segundo Eschwege [50] por volta da segunda década do século XIX, custava 300 réis diários para um escravo comum, 600 réis diários para os aprendizes de um ofício qualquer e 900 a 1.200 réis diários para os mestres.

O sexo também era outro fator que influía no preço cobrado pelas diárias dos aluguéis, como nos mostra o seguinte anúncio do Diário da Bahia de 2 de julho de 1686:

> *"Alugar negros e negras para carregarem caixas de mascate na ladeira da Rua do Passo, nº 11, junto ao ferreiro, Sobrado, sendo os negros a 30$ por mês e de comer, e as negras 15$ e de comer; quem os tiver pode procurar na mesma casa"* [51].

Em função das diárias obtidas com o aluguel de um escravo e o seu valor de compra, elaboramos alguns cálculos que nos permitem ter idéia aproximada de quanto tempo o senhor precisaria para recuperar o capital investido na compra do escravo. Assim, para o ano de 1861,

---

48. VERGER, Pierre, op. cit., p. 500.
49. Diário da Bahia. Salvador, 21/10/1861. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 39, p. 120.
50. ESCHWEGE, W.L. von. Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica, na capitania de Minas Gerais. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936. Apud GORENDER, Jacob, op. cit., p. 474.
51. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 39, p. 126.

uma escrava que cozinha, lava e engoma bem, podendo ser alugada por 16 mil réis mensais, daria ao seu senhor uma renda anual de 192 mil réis; utilizando a tabela de preços que nos é dado por Andrade [52], onde uma escrava do serviço doméstico custava 1.080$000, naquele ano de 1861, temos que, em aproximadamente 5 anos e meio, o senhor recuperaria este capital, supondo-se que o locatário arcaria com os custos da manutenção da escrava.

Nesse mesmo ano de 1861, oferecia-se por um escravo para "*carregar caixa de mascate e todo o mais serviço que preciso for*" 20 mil réis mensais ficando a alimentação por conta do locatário. Desta maneira, o senhor obtinha uma renda anual de 240 mil réis. Considerando que o preço médio do escravo para esse ano era de 997$058 [53], em pouco mais de 4 anos o seu proprietário recuperaria a soma inicial investida na compra do escravo.

2.1.3 - Escravos Domésticos

Enquadram-se nessa categoria os escravos que exerciam atividades no âmbito da casa do seu senhor, executando tarefas economicamente não produtivas, compreendendo todas as ocupações que dizem respeito ao serviço de manutenção da casa, como cozinheira, copeira, lavadeira, engomadeira, mucamas, pajens, lacaios, etc. São caracterizados sobretudo por não gerarem uma renda ao seu senhor, diferenciando-os assim das outras categorias.

Dentro do regime escravista, os serviços da casa eram característicos de escravos, havendo todo um preconceito na camada dos livres pobres em aceitar essas atividades consideradas aviltantes pois se

---

52. ANDRADE, M. J. de Souza, op. cit., p. 204.
53. Ibid., p. 203.

riam equiparados aos escravos. Segundo Gorender [54], os estrangeiros que vieram ao Brasil após a abertura dos portos encontraram dificuldades em conseguir criadas por ser impossível contratar pessoas livres e as famílias consideravam vergonhoso vender um negro de casa. Entretanto, como vimos, em função da demanda tornou-se um negócio lucrativo vender ou alugar escravos domésticos.

Vilhena, no final do século XVIII, observou o preconceito com os trabalhos braçais, citando que os portugueses que vieram ao Br como criados, percebendo que aqui isto era tarefa de negros logo trataram de abandonar o serviço [55]. Da mesma forma, Tschudi, em 1865, também nos fala da desonra do trabalho físico, sendo considerado vergonhoso alguém que não possuía pelo menos um escravo para servi-lo [56].

Pelos dados do Censo de 1855 a grande maioria dos escravos de Salvador achava-se na categoria dos domésticos, com um índice de aproximadamente 70%. As escravas eram praticamente absorvidas nos serviços domésticos, concentrando 82,8% do total. Também para os homens os domésticos eram maioria, embora com um índice bem menor de 54,8% (Tab. 5 e 6, págs. 71 e 72).

Esses escravos estavam presentes em todas as casas baianas, desde as mais humildes até as mais nobres, pois dentro do sistema social vigente na época a quantidade de escravos era um indicador de status, havendo nas famílias ricas todo um séquito de escravos domésticos que exerciam funções bem definidas. Já as famílias da classe média possuíam dois a três escravos, geralmente do sexo feminino, e as famílias mais pobres possuíam pelo menos uma escra-

---

54. GORENDER, Jacob, op. cit., p. 485.

55. VILHENA, Luis dos Santos. A Bahia do século XVIII. Salvador, Itapuã, 1969, vol. 1, p. 137.

56. TSCHUDI, J.J. von. Reisen durch Siidamerika. Leipzig, Brockhaus, 1866-1869. Apud AUGEL, Moema P. op. cit., p. 189.

va [57]. Para as grandes residências o número de escravos podia chegar de 60 a 70, segundo Vilhena, em fins do século XVIII [58].

No Censo de 1855 encontramos fogos com até 17 escravos declarados do serviço doméstico, na Freguesia do Pilar, muito embora o número máximo de escravos encontrados para uma mesma residência fosse de 25; porém nesse caso suas ocupações não foram explicitadas.

As residências nobres da Vitória apresentavam em média 15 escravos domésticos, segundo dados de uma "*relação dos escravos africanos e nacionais residentes na Freguesia da Vitória*" de 1849, sendo encontrada também uma residência com 34 escravos onde cinco eram carpinteiros, três pedreiros, um marinheiro, quinze do serviço da lavoura e dez do serviço doméstico [59].

Os escravos domésticos tinham também uma função social na medida em que dentro da sociedade escravista o possuir escravos era um indicador de status. Vemos, portanto, o esmero dos senhores no vestuário dos escravos que formavam o cortejo ostentatório nos seus trajetos fora de casa. Wetherell nos deixou uma descrição detalhada destes trajes de gala onde:

> "*A parte superior do vestido, acima da saia, é feita de fina musselina, simples ou trabalhada, algumas veses tão transparente que apenas dissimula o corpo da cintura para o alto. A parte em torno do busto é bordada com uma larga renda; braçadeiras ricamente trabalhadas são presas por um duplo botão de ouro ... a saia do vestido é muito volumosa, formando um círculo completo quando é estendida no chão, a borda inferior é bordada com rendas, onde está ornada com um arabesco branco costurado por dentro; o saiote inferior é também bordado com renda. Os pés nus estão enfiados em pequenos*

---

57. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo, HUCITEC, 1978, p. 289.

58. VILHENA, Luis dos Santos, op. cit., p. 137.

59. APEB. Subdelegado. Maço 3005-I.

sapatos que cobrem as extremidades dos artelhos ... os braços estão cobertos com braceletes de coral, de ouro, de contas, etc. o pescoço, carregado de correntes e os dedos com anéis ... um elegante pano da costa é jogado sobre os ombros ... um grande lenço de rede branca, de renda ou de musselina com uma borda de renda branca, ou uma rede preta é muito graciosamente enrolada em turbante na cabeça, e curiosos brincos completam esta roupa ..." [60].

Denis também observou mucamas muito bem vestidas, usando jóias de suas senhoras para acompanhá-las às festas ou à rua [61]. Os pajens e carregadores de palanquins apareciam uniformizados em libré e casaca, com galões dourados e outros enfeites [62]. Rugendas vê o séquito de escravos domésticos das pessoas ricas como um artigo de luxo inerente antes à vaidade do senhor do que às necessidades da casa [63].

Estes trajes requintados constituíam exceções, pois geralmente o vestuário dos escravos consistia em roupas leves, simples, desprovidas de adornos, como podemos perceber nessa narrativa de Habsburgo, que nos descreve com detalhes a vestimenta comumente usada pelas escravas, tornado-se, por assim dizer, o traje característico da negra baiana:

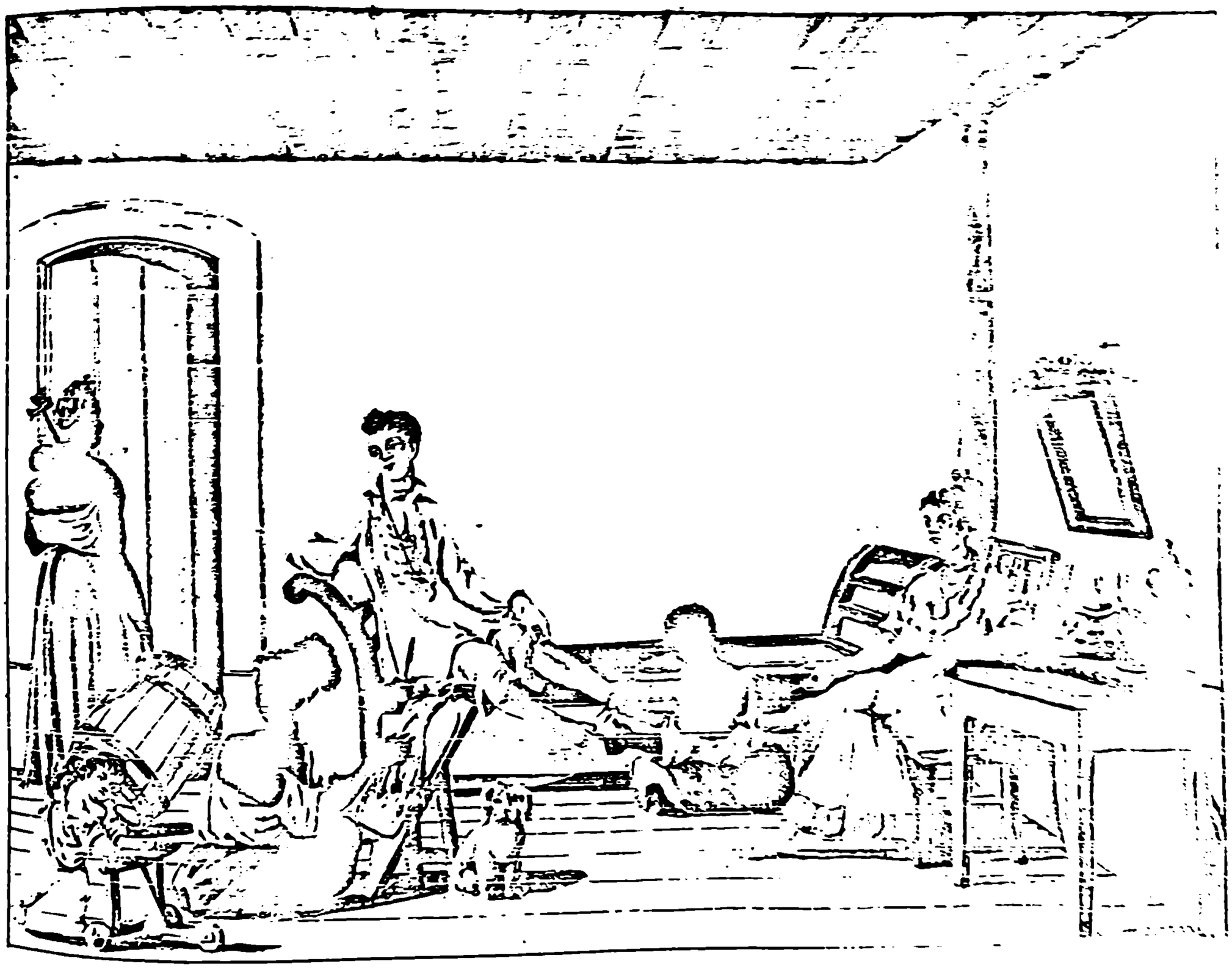
"Uma saia de chita estampada com flores vivas cai, folgada e descuidadamente, em volta das ancas, que balançavam suavemente. Uma bata branca, sem manga, esvoaça, como peça casual, na parte superior do corpo. Ao andar pela cidade, um xale colorido, com bordado aberto e pregas graciosas, cobre-lhe os ombros. Contas de vidro com amuletos profanos pendem em longas voltas sobre o peito. Um torço de tecido leve, branco ou azul-claro envolve-lhe a cabeça" [64].

---

60. WETHERELL, James, op. cit., Apud VERGER, Pierre, op. cit., pp. 523-524.
61. DENIS, Ferdinandi, op. cit., p. 249.
62. AUGEL, Moema P., op. cit., p. 205.
63. RUGENDAS, J. M. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979, p. 269.
64. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., p. 82.

Dentro dos domésticos havia certas distinções na divisão do trabalho com tratamentos diferenciados: os escravos dos serviços pessoais do senhor (mucamas, pajens, amas-de-leite, etc), os dos serviços gerais da casa (copa, cozinha, lavadeira, etc) e os executores dos serviços mais pesados (aguadeiros, despejadores de dejetos, etc) [65].

Os escravos da casa eram sempre escolhidos entre os que se adaptavam mais facilmente ao modo de vida do senhor branco, fazendo-se necessário que tivessem um agradável aspecto físico, encontrados geralmente entre negros minas [66]. Os senhores preferiam para seus serviços pessoais os escravos mulatos, nascidos no Brasil. Às vezes dentro de sua própria família.



ESCRAVOS DOMÉSTICOS (aquarela de J.C. GUILLOBEL)

65. OLIVEIRA, M. Inês Cortês de. O liberto: o seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p. 14.

66. VERGER, Pierre, op. cit., p. 216.

Muitos escravos domésticos, como forma de propiciar uma renda a mais para seu senhor, além de exercerem as tarefas de casa trabalhavam também no "*ganho*" vendendo doces e outros alimentos produzidos na casa do senhor.

Os escravos domésticos tinham maiores restrições quanto a sua liberdade de movimento, na medida em que, trabalhando no interior da casa do senhor, estavam sob um maior controle e vigilância deste. Como não tinham acesso ao dinheiro, esses escravos, para conseguirem sua alforria, dependiam das boas relações que podiam estabelecer com o senhor, assumindo o comportamento do bom escravo.

2.2 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Podemos determinar em três ordens as relações de trabalho que se estabeleciam entre proprietários e escravos no âmbito urbano em função da apropriação do produto do trabalho escravo.

No primeiro caso era o próprio proprietário que se apropriava integralmente do produto do trabalho de seu escravo e assumia o ônus de sua manutenção. Enquadravam-se nesse tipo de relação os escravos domésticos que só realizavam serviços no âmbito da casa do senhor, não possuindo renda alguma que lhes propiciasse a responsabilidade pelos custos de sua manutenção. Existiam alguns escravos domésticos que esporadicamente exerciam atividades no ganho, principalmente vendendo produtos produzidos na caso do senhor, sem obter todavia renda suficiente para arcar com seu sustento.

Ainda sob essa forma de relação eram encontrados escravos qualificados, comprados por artesãos para trabalharem em sua companhia, sendo por eles integralmente mantidos [67].

---

67. OLIVEIRA, M. Inês C. de., op. cit., p. 14.

Nos autos dos inventários *post mortem* encontram-se referências das mais diferentes despesas que os senhores tinham com seus escravos, e frequentemente aparecem recibos de alimentação, vestuário, remédios, curativos, visitas médicas, sangrias, cuidados com parturientes, notas em boticas, sepultamentos, etc, como por exemplo:[68]

"gastos com alimentos da escrava Francisca, que vive em casa nos serviços dos menores em 1.167 dias a $ 200 (duzentos réis) cada dia — 233$400 (duzentos e trinta e três mil e quatrocentos réis)"

"Pagamento ao alfaiate das roupas de luto dos escravos (30$000)".

"Dispendio com o parto da escrava Maria Faustina que esteve em perigo 6$00".

"Médico para a cura de escravo Higino e remédios, dietas e mais despesas ... 30$00".

"Pago a quem tratou da preta Maria do seu enterro e certidão da mesma - 19$240".

Era do interesse dos proprietários de escravos dispensar cuidados com a saúde dos seus negros, principalmente quando ainda representavam importante força de trabalho, conservando sua mão-de-obra e preservando seu próprio capital.

Na segunda forma de relação o trabalho do escravo era em parte apropriado pelo senhor e em parte por quem se utilizava do seu trabalho, o locatário, que passava a arcar com os custos de sua manutenção. Nesse tipo incluíam-se os escravos que eram alugados pelos seus senhores, passando por um certo período, mais ou menos longo, para o domínio de seu locatário. Nesses contratos geralmente, o empregador se comprometia a manter totalmente o escravo, dando-lhes casa, comida, vestuário e cuidados médicos, como podemos ver neste anúncio do Jornal da Bahia de 17/03/1857: *"na padaria da Ladeira do*

68. ANDRADE, M.J. de Souza, op. cit., pp. 134-135.

Brocó precisa-se de um preto para vender pão: paga-se 15.000 réis mensalmente e se dá sustento" [69]. Porém, encontramos casos em que o locatário se comprometia apenas a custear a alimentação do escravo, como demonstra este anúncio de jornal:

> *"Precisa-se alugar 1 ou 2 ou 3 escravos para carregar caixa de mascate e todo o mis serviço que preciso for paga-se 20$ por nês e comida, quem tiver procure na Cruz do Pasçoal na venda nº 24 do Sr. Joaquim Gomes de Pinho"* [70]

Mattoso, pesquisando em escrituras de locação de serviços, não encontrou nenhuma em que o escravo fosse parcialmente mantido ou mantido por si próprio, dentre as 126 que trabalhou. O ônus com a manutenção do escravo estava sempre a cargo do locatário ou dividido com o proprietário [71].

Cabe aqui colocar a interferência que passaram a sofrer as relações senhor/escravo, onde este já não trabalhava somente para o seu senhor, executando serviços que o beneficiassem diretamente. O escravo de aluguel passou a ter um patrão que o controlava, porém ainda se achava ligado ao seu senhor pelo vínculo jurídico e pela quantia que este recebia pelo produto de seu trabalho.

Na terceira forma de relação tanto o escravo quanto o senhor se apropriavam cada qual de uma parcela do trabalho do escravo, cabendo ao proprietário ou não a responsabilidade pela manutenção do escravo.

Esta forma de relação era característica dos ganhadores de todo o tipo, que, como vimos, não trabalhavam com remuneração fixa mas eram obrigados a pagar uma cota preestabelecida ao seu senhor, podendo se apropriar de qualquer excedente. A manutenção do escravo

---

69. Jornal da Bahia. Salvador, 17/03/1857. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 503.
70. Diário da Bahia. Salvador, 21/10/1861. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 39, p. 120.
71. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 57, p. 289.

poderia ser de responsabilidade tanto do senhor quanto do escravo, dependendo do que ficasse estabelecido. Algumas vezes o senhor dava ao escravo moradia, alimentação, vestuário e cuidados médicos, outras vezes apenas moradia e cuidados médicos. Em alguns casos, como observou Rugendas, os senhores davam ao escravo de manhã, antes de sua partida, e de noite, ao voltar do ganho, farinha de mandioca e feijão; quanto à alimentação do dia, cabia aos escravos conseguirem-na [72]. Havia casos também em que o escravo se auto-sustentava.

Reportando-se à Salvador de 1835, Reis cita os exemplos da escrava ganhadeira Marcelina, que se autosustentava, vivendo independente, havia já 12 anos; do escravo Antonio, trabalhador do ganho, residindo em quarto alugado nas vizinhanças do Mercado de Santa Bárbara, responsável pelo seu sustento e cujo senhor morava na Ilha de Itaparica, e da escrava Emereciana, negra ganhadeira vendedora de comidas no Mercado de Santa Bárbara, vivendo apenas de seu negócio [73].

2.3 - OCUPAÇÃO

"Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro" [74].

O escravo desempenhava variadas funções dentro do contexto urbano, executando junto com libertos e homens livres pobres as funções básicas da vida social. No Censo de 1855 encontramos 21 ocupações diferentes para os homens e 10 para as mulheres (Tab. I e II, em ane

72. RUGENDAS, J. M. op. cit., p. 269.
73. REIS, J.J. op. cit., pp. 221-222.
74. AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 22.

xo). Já Maria José Andrade, estudando os inventários *post-mortem*, identificou 75 ocupações diferentes para os homens e 14 para as mulheres, numa amostra de 6.974 escravos, entre os anos de 1811 e 1860 (Tab. III e IV, em anexo).

Em nossa amostra do Censo de 1855 trabalhamos com um total de 1.489 escravos, sendo 702 homens e 787 mulheres. Do total dos homens, 40% declararam uma ocupação, onde figura como maioria os serviços domésticos com um percentual de 54,8%, vindo em seguida os artesãos com 24,5%, os dedicados à lavoura, com 7,8%, o ganho com 7,5% e os serviços de pesca e mar com 5,4%. Para as mulheres, 37,6% declararam possuir uma ocupação, onde a grande maioria se concentrava nos serviços domésticos, totalizando 82,8%, aparecendo 12,5% dedicadas ao ganho, 3% artesãs e 1,7% trabalhavam na lavoura (Tab. 5)

Tabela 5

OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS
Salvador/1855

	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
Serviço doméstico	54,8%	82,8%
Ganho	7,5%	12,5%
Com ofício (artesão)	24,5%	3,0%
Lavoura	7,8%	1,7%
Pesca e mar	5,4%	-

(FONTE: Amostra Censo 1855)

No cômputo geral, os escravos domésticos eram maioria com um percentual de 69,2%, seguidos por aqueles que possuíam um ofício (artesãos) com 13,5% pelos que se concentravam no ganho 9,7% e 7,6% em outras ocupações (lavoura e pesca) (Tab. 6).

Tabela 6

OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS
Salvador/1855

OCUPAÇÃO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Doméstico	399	69,2
Ganho	56	9,7
Com ofício	78	13,5
Outros	44	7,6
TOTAL	577	100
Não especificou ocupação	912	-
TOTAL	1.489	

(FONTE: Amostra Censo 1855)

Nos dados encontrados por Andrade, a categoria mais numerosa para os homens foi a de escravo com ofício e artesão, representando 28,5%; logo após destacavam-se os escravos utilizados no transporte e carga com 25%, os domésticos com 18,5%, 17% na rubrica *"de subsistência"*, 5,5% para os empregados no serviço da embarcação e 5% no comércio. A grande maioria das mulheres se dedicavam ao serviço doméstico, representando 58%; 20% eram artesãs, 18% ganhadeiras e 4% ligadas ao trabalho de subsistência [75].

75. ANDRADE, M.J. de Souza, op. cit., pp. 136-138.

Para melhor discorrermos sobre as formas de utilização da mão de obra escrava, procuramos agrupá-la em grandes setores de atividades, que abrangem os mais variados campos onde os escravos se faziam presentes. Assim sendo os dividimos nos seguintes grupos: escravos dos serviços urbanos; escravos artesãos; escravos do comércio; escravos da indústria e manufatura; escravos do serviço doméstico; escravos do serviço do mar; e outros.

2.3.1 - Serviços Urbanos

Como já dissemos anteriormente, a cidade de Salvador impressionava os visitantes estrangeiros pela grande quantidade de negros vistos nas ruas. Praticamente todos os serviços urbanos estavam na dependência do trabalho escravo, desempenhado sobretudo pelos negros de ganho.

Agrupamos nesse setor os carregadores de cadeira, estivadores, boleeiros, carroeiros, carroceiros, acendedores de lampiões, aguadeiros, carregadores, etc. Essas ocupações exigiam apenas maior força física, dispensando qualquer qualificação, sendo portanto desnecessário se fazer maiores investimentos com os escravos, para se ter uma fonte de renda.

2.3.1.1 - Transporte

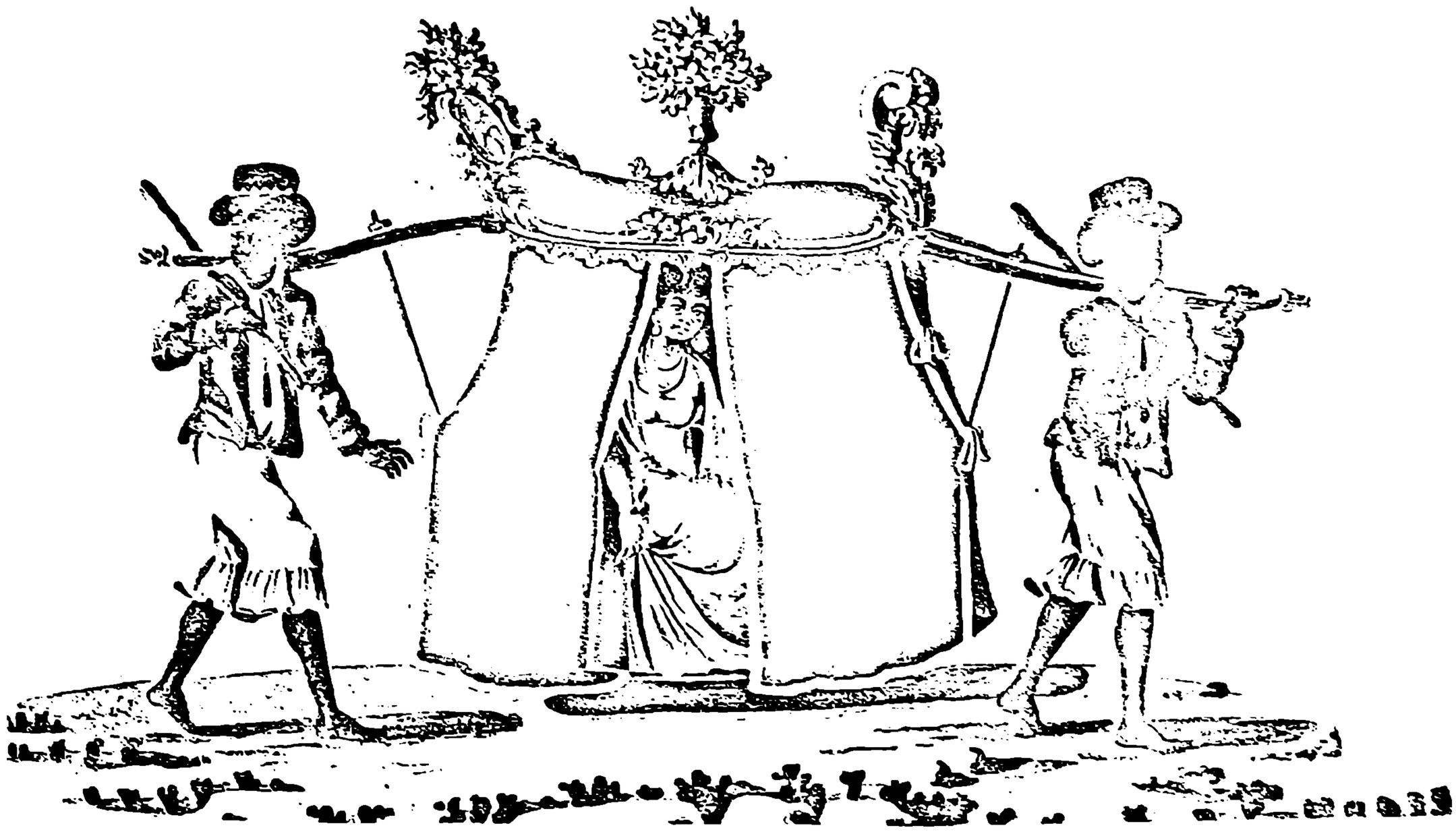
"*Tudo quanto precise ser transferido de um lugar para outro, nesse porto de mar que é o segundo da América do Sul, é carregado à cabeça ou aos ombros de homens*" [76].

Dentro dos serviços urbanos o setor que mais concentrava a mão-de-obra escrava era o transporte de pessoas e mercadorias, onde os

76. KIDDER, Daniel P. Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p.24.

carregadores de cadeira constituíam a categoria mais numerosa.

As cadeirinhas de arruar eram o principal meio de transporte usado em Salvador, constituindo um elemento marcante na paisagem urbana, sempre descrita pelos viajantes estrangeiros, que se surpreendiam com a inexistência de outros tipos de transporte. Maria Graham, em 1821, achou-as cômodas e as descreve como uma cadeira de vime com descansa-pé e um espaldar recoberto de couro, com cortinas ondulantes enfeitadas com galões dourados e dobrões de algodão ou linho, dispostas em volta do espaldar ou abertas, sendo suspensa por único varal carregado por dois negros [77].



CADEIRINHA DE ARRUAR (aquarela de J.C. GUILLOBEL)

77. GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, pp. 145-146.

Toda residência senhorial possuía seu palanquim cuja elegância e requinte denotavam a posição social de seus proprietários. D'Orbigny [78] encontrou a cada passo pelas ruas essas liteiras carregadas por negros, achando-as requintadas, com cúpula encimada por penas, esculturas douradas em relevo, cortinas em musselina ou seda, cujo luxo consistia na elegância dos baldaquinos, na riqueza das cortinas e no brilho da vestimenta dos negros que as carregavam.

Entretanto, até meados do século XIX, quando ainda não existia outro meio de transporte na cidade do Salvador, eram nas cadeirinhas de arruar que se locomoviam as pessoas, existindo em vários locais da cidade, nos cantos, as cadeiras de aluguel, como observou Kidder em sua viagem a Bahia em 1839:

> *"O transeunte não encontra ônibus, carro ou sege que o transporte. Condizente com esse estado de cousas, acha porém, em todas as esquinas ou logradouros públicos, uma fila de cadeiras fechadas com cortinas, cujos portadores, de chapéu na mão, cercam avidamente os possíveis fregueses ..."* [79].

Encontramos neste setor o emprego de grande número de escravos, sendo colocado por Habsburgo [80] como existindo apenas escravos nas cadeiras de aluguel que eram exploradas com a finalidade de lucro por senhores empobrecidos e que não possuíam nenhum outro bem a não ser *"alguma carne negra"*. Entretanto, sabemos que além dos escravos existia um grande número de libertos carregadores de cadeira, que após a alforria continuavam em seu antigo trabalho.

---

78. ORBIGNY, Alcides d'. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 103.

79. KIDDER, Daniel P., op. cit., p. 25.

80. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., p. 81.

Nos pedidos de licença para os escravos exercerem o ganho, encontramos um grande número deles onde especifica-se a ocupação de "*carregador de cadeira*". Segundo Andrade, era frequente nos inventários a avaliação de parelhas de negros e suas respectivas cadeiras de arruar, o que nos demonstra um uso corrente da mão-de-obra escrava nesta ocupação [81].

As cadeirinhas de arruar continuaram existindo até fins do século XIX, apesar do desenvolvimento no setor dos transportes com a existência de outros meios mais eficazes, como comentaram os viajantes Hadfied, em 1870, e Benko, em 1885. Este último lembra que a preferência de alguns pelas cadeiras de arruar ou carruagens era devido aos transportes coletivos serem utilizados sobre tudo pelas classes mais baixas [82].

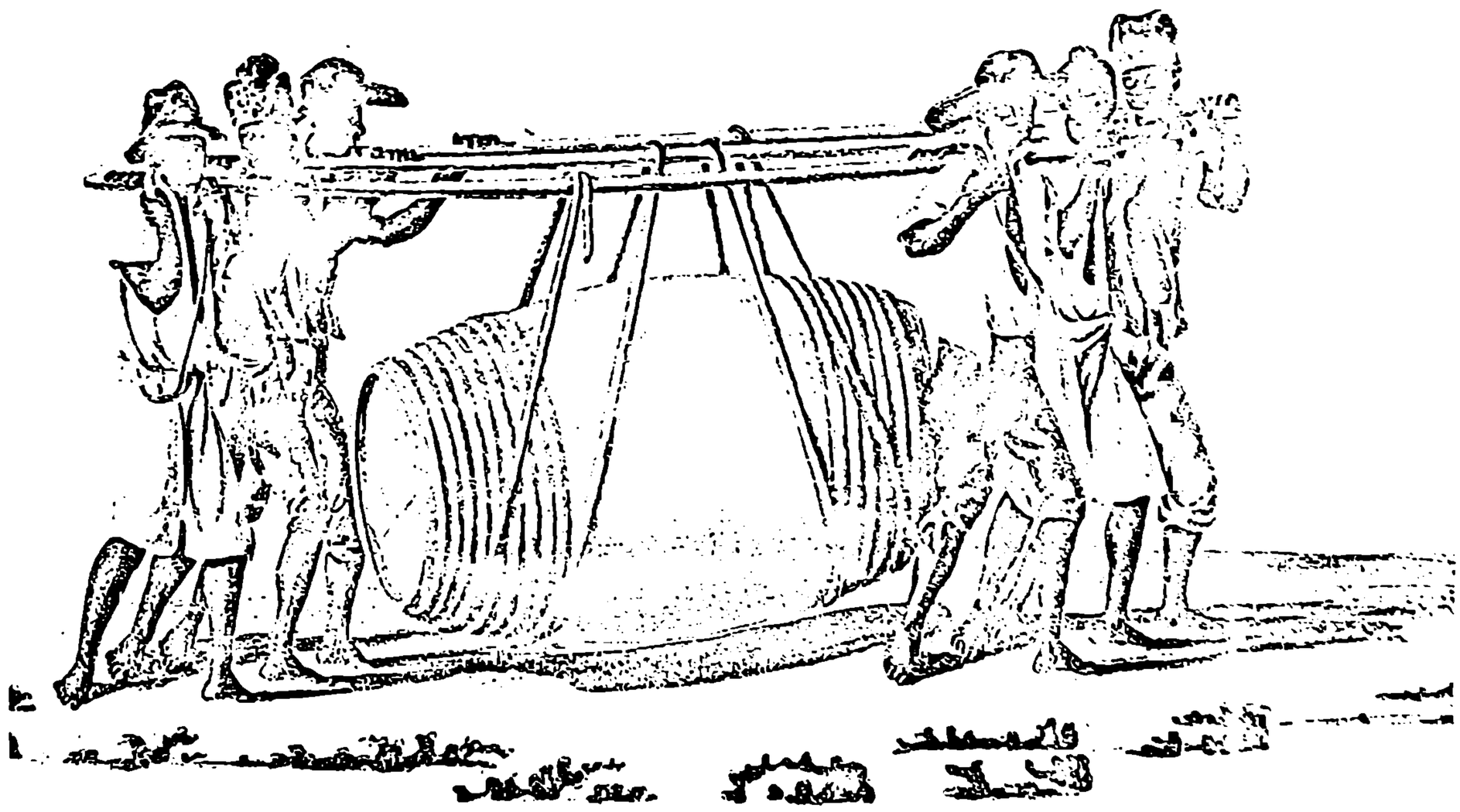
Além do transporte de pessoas, os escravos também se ocupavam do transporte de mercadorias, carregando os mais variados volumes, desdes pesados barris de vinho até o mais ínfimo pacote. Em função do preconceito existente sobre os trabalhos braçais, os artesãos livres envergonhavam-se em carregar na rua os seus instrumentos de trabalho, contratando um escravo para tal, da mesma forma que procediam os artesãos escravos utilizando-se de escravos carregadores [83].

Os serviços de transporte de cargas era vital para o funcionamento do porto numa cidade comercial por excelência como era Salvador, onde já vimos o intenso movimento vivido pelo seu porto.

---

81. ANDRADE, M.J. de Souza, op. cit., p. 137.
82. AUGEL, Moema P., op. cit., pp. 113, 123.
83. GORENDER, Jacob, op. cit., p. 475.

Spix e Martius, em 1817/20, atestam que o transporte das mercadorias desembarcadas no porto era feito por "*bandos de negros quase nus, que caminham com as suas cargas soltando brados em intervalos*" [84]. D'Orbigny achava "*divertido*" observar o movimento do cais, onde podia-se ouvir os cantos dos negros que carregavam fardos num passo cadenciado [85]. Kidder comenta a falta de carroças para o transporte de cargas pesadas no porto. Esse transporte, portanto, era feito exclusivamente aos ombros dos negros. Como as principais mercadorias de exportação, a exemplo do açúcar e do algodão, eram embaladas em caixas e fardos respectivamente e não podiam ser carregadas à cabeça, viam-se negros aos pares ou em grupos de quatro ou seis transportanto as pesadas cargas suspensas em grossos paus [86].



NEGROS CARREGADORES (aquarela de J.C. GUILLOBEL)

84. SPIX e MARTIUS, op. cit., p. 143.
85. ORBIGNY, Alcides d', op. cit., p. 24.
86. KIDDER, Daniel P., op. cit., p. 24.

Um dos importantes cantos de negros carregadores era o existente na praça diante do portão da Casa da Alfândega, que, segundo Habsburgo:

> "*O principal ponto de encontro e de partida dos célebres carregadores baianos, figuras características, que não podiamos deixar de mencionar. São escravos negros, robustos que, enquanto em pleno vigor, são alugados pelos senhores para tal trabalho, uma fonte de renda que dá mais lucro do que o aluguel de bois de canga*" [87].

Era comum aos escravos ganhadores que trabalhavam no transporte de pessoas e mercadorias possuírem aleijões nos membros inferiores, causados pelas excessivas cargas que eram obrigados a transportar. O tempo de vida útil de um carregador do cais do porto do Rio de Janeiro foi calculado em 7 anos [88].

Andrade, estudando o estado de saúde dos escravos através dos inventários *post-mortem*, encontrou várias referências a escravos ganhadores e carregadores de cadeiras portadores de doenças que os identificavam como "*rendido do umbigo*", "*rendido das verilhas*", com reumatismo ou dores no corpo [89].

Nos anúncios de escravos fugidos comumente se identificava o escravo pelos defeitos existentes, muitas vezes em decorrência do trabalho, como demonstra este anúncio do Diário da Bahia de 12 de outurbo de 1867:

> "*Desapareceu no dia 9 do corrente ás 5 horas da tarde o escravo Manuel, africano, baixo, grosso, sem signaes na cara, com pouca barba, com falta de cabellos no alto da cabeça por ser ganhador, faltando-lhe também um pedaço de uma das orelhas: quem o pegar e levar á botica do Sr. Barata, ao largo do Terreiro, tera 50$000 de gratificação*" [90].

---

87. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., p. 122.
88. GORENDER, Jacob, op. cit., p. 479.
89. ANDRADE, M.J. de Souza, op. cit., p. 160.
90. Apud BAHIA, SEC., op. cit., p. 89.

Segundo Reis, a maioria dos africanos que participaram da revolta dos malês em 1835 estava ocupada nos serviços urbanos, onde os carregadores de cadeira eram a maioria, como também constata a coexistência de escravos e libertos nos serviços urbanos de forma numericamente equilibrada [91].

O desenvolvimento dos transportes coletivos na cidade de Salvador teve início na segunda metade do século XIX quando em 1862 surgiram as *"gôndolas"*, que eram altas, com molas e puxadas por quatro animais controlados por um cocheiro, sendo introduzidas pelo italiano Rafael Ariani na calçada do Bonfim. Surgiram a partir daí outras gôndolas pertencentes a diferentes proprietários em alguns pontos da cidade [92].

Tentativas de estabelecer um sistema de transporte mais eficaz interligando as freguesias centrais da cidade com o longínquo bairro da Penha já vinham sendo esboçadas desde 1845, quando o Presidente da Província, Francisco Soares Andréa, sancionou a Resolução nº 225, de 04/05/1845, onde concedia privilégio exclusivo por dez anos a qualquer companhia que quisesse estabelecer uma linha de ônibus, indo das pedreiras até a Baixa do Bonfim ou para qualquer outra parte da cidade [93].

Em 1866 surgiram os bondes puxados a burro, indo da Munganga até a Baixa do Bonfim, implantados pelo mesmo empresário Rafael Ariani, e que foram substituídos em 1869 pelo serviço de linha férrea dos Veículos Econômicos [94].

---

91. REIS, J.J., op. cit., pp. 204-205.
92. NASCIMENTO, A.A.V. Dez freguesias da cidade do Salvador. Salvador, FCFSa. EGBa., 1986, p. 49.
93. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1842 à 1847.
94. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 57, p. 183.

Salvador possuía no ano de 1873 três empresas de bondes sobre trilhos, responsáveis pelo sistema de transporte urbano de pessoas: Trilhos Urbanos, Trilhos Centrais e Veículos Econômicos. A empresa Trilhos Urbanos tinha sua estação central na Graça e a linha ia até o largo do teatro, na Sé, *"estando previsto para breve o término da construção da linha até a Barra"* [95].

A empresa Veículos Econômicos ligava a Freguesia da Penha com a área comercial na Freguesia do Pilar, através de quatro linhas regulares: de Itapagipe à Praça do Riachuelo, do Bonfim à Alfândega, de Itapagipe ao Caes Dourado e do Bonfim ao Caes Dourado.

A Empresa Trilhos Centrais possuía duas linhas que saíam da estação central da Barroquinha, com um ramal indo até a Fonte Nova e o outro à Baixa da Soledade, sendo a bifurcação feita no Largo das Sete Portas ou Sangradouro, *"estando ainda em construção a linha para o Retiro"* [96].

Segundo o regulamento destas empresas, que foi elaborado pelo Governo através do ato de 29 de maio de 1873, em função das ditas empresas não terem cumprido o prazo para entrega do regulamento, os serviços começariam às seis horas da manhã e terminariam à meia noite, com os preços variando de 200 a 300 réis. Os horários também eram variados a depender da empresa [97].

Para o transporte de carga encontramos a Lei de 29 de Agosto de 1874 sancionada pelo Presidente da Província, concedendo a William Scott Smith o privilégio, por trinta anos, de construir uma empresa de transporte de cargas pelo *"Systema Tram-Way de arame Hadgs-On's Patent"*, entre a cidade baixa partindo da Preguiça e a Barra,

---

95. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1873.
96. Ibid.
97. Ibid.

pelo litoral, como também podia estabelecer quantos ramais quisesse ou planos inclinados para conduzir as cargas para a cidade alta [98]. Entretanto, não sabemos se tal empreendimento veio a acontecer.

Com o intuito de facilitar a comunicação entre a cidade baixa e a alta, foi dado início à construção em 1869 de um elevador hidráulico, chamado inicialmente de Parafuso e posteriormente de Lacerda, tomando o nome do seu empreendedor, o Comendador Antonio de Lacerda, sendo inaugurado em 8 de dezembro de 1873 [99].

O estabelecimento de meios mais rápidos para a comunicação da cidade baixa com a alta já era preocupação do Governo da Província, em 1835, quando, através da Resolução nº 12, de 2 de junho de 1835, concede ao Senador Visconde de Pedra Branca privilégio exclusivo para a formação de uma companhia que se destinava a estabelecer, por meio de máquinas próprias, *"um vehiculo para a condução de cousas, e pessoas da cidade alta para a baixa"* [100].

Vemos também acontecer a partir da segunda metade do século XIX uma série de obras públicas com vistas ao embelezamento da cidade, como também, em função do desenvolvimento dos transportes, a necessidade de abertura, pavimentação e alargamento de ruas, facilitando desta forma a circulação de pessoas e mercadorias. Cabe-nos colocar aqui que neste sentido são continuadas todas as obras do porto e os sucessivos aterros da cidade baixa.

---

98. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1874.
99. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 49.
100. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1835 à 1838.

2.3.1.2 - Abastecimento de Água

A mão-de-obra escrava também era encontrada no serviço de abastecimento de água da cidade do Salvador. Eram os chamados negros aguadeiros que saíam a vender água pelas ruas da cidade, além dos domésticos que abasteciam as residências de seus senhores, como podemos ver nestes anúncios:

"*Desapareceo a Manoel da Costa Lima, no dia 3 do corrente, uma negra nagô por nome Carolina, que andava vendendo agoa em um barril ...*" (*Correio Mercantil, 16/09/1846*) [101].

"*Fugirão da padaria de S. Felippe Neru dous escravos, um na tarde de 23 do corrente, em occasião que accompanhava dous burrinhos que trazião agoa da fonte do Forte de S. Pedro, levando também um barril d'agoa, ...*" (*Correio Mercantil, 29/10/1846*) [102].

O sistema de abastecimento d'água de Salvador era feito pelas fontes e chafarizes, existentes em grande número e espalhados por vários pontos da cidade (Planta 01), de onde os negros aguadeiros coletavam em barris e vendiam pelas ruas, fato muito bem retratado por Rugendas [103] em uma de suas gravuras. Spix e Martius também observaram os aguadeiros onde "*nos chafarizes da cidade, costumam reunir-se grupos numerosos de escravos, e não sem interesse o observador filantropo repara esses filhos desgraçados de um longinquo contingente, os quais parecem destinados a fecundar com o seu suor as terras do novo mundo*" [104].

---

101. Correio Mercantil. Salvador, 16/09/1846. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 502.
102. Correio Mercantil. Salvador, 29/10/1846. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 505.
103. RUGENDAS, J.M., op. cit., p. 231.
104. SPIX e MARTIUS, op. cit., p. 157.

Kidder, em 1839, andando pelas ruas da cidade se deparou com cha farizes antigos, talhados em pedra e instalados em vales para captar as águas de alguns riachos que desciam pelas encostas, não observando portanto nenhum aqueduto de vulto [105].

NEGROS AGUADEIROS (RUGENDAS, J.M., op. cit., p. 231, prancha 94)

105. KIDDER, Daniel P., op. cit., p. 25.

Com a preocupação de promover melhorias no sistema de abastecimento de água da cidade, o Governo Provincial em 1848 autoriza a qualquer indivíduo ou companhia a construir dois chafarizes na cidade baixa [106]. Entretanto, foi só no ano de 1852 que se iniciou um sistema mais eficaz de abastecimento d'água, com a contratação de uma companhia que captava a água do açude e vertentes do Queimado e distribuía na cidade através dos chafarizes. Desta forma, foram construídos 5 chafarizes na cidade baixa no trecho compreendido entre Água de Meninos e Conceição da Praia, e 7 na cidade alta entre a Cruz do Pascoal e a Piedade [107]. Habsburgo em 1860 fez uma visita à Fonte do Queimado onde teve a oportunidade de apreciar o *"novo e grande aqueduto"* cuja água era puxada por máquinas a vapor e sugada da terra, sendo levada para as partes mais distantes da cidade em diversos níveis de altitude [108].

Sobre os chafarizes da cidade, Avé-Lallemant em 1858 descreve-os como belas fontes, talhadas no mármore e de bronze fundido, situados nos principais pontos da cidade, sendo a mais perfeita a do Terreiro de Jesus com magníficas figuras de bronze de dimensões colossais fundidas na França [109].

Entretanto, apesar das várias fontes e chafarizes, segundo Nascimento o serviço de abastecimento de água jamais chegou a funcionar de forma satisfatória aos seus habitantes, que até os primeiros anos do século XX ainda se queixavam da precariedade do serviço [110].

---

106. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1848 à 1849.
107. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 48.
108. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., p. 133.
109. AVÉ-LALLEMANT, Robert, op. cit., p. 25.
110. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 48.

2.3.1.3 - Limpeza Urbana

A limpeza urbana era um dos grandes problemas enfrentados pela cidade de Salvador, na medida em que não possuía um sistema capaz de remover todo o lixo da cidade, associado aos hábitos da população d jogar imundices e detritos nas ruas. Os viajantes estrangeiros, e seus relatos, sempre comentam a sujeira da cidade, principalmente n cidade baixa, onde, segundo Kidder, *"a rua é muito estreita, acidentada e pessimamente calçada. Além disso, a sargeta fica mesmo n meio, de maneira que a rua se torna asquerosamente imunda"* [111].

Na medida em que a cidade era desprovida de um sistema de esgoto, era também o escravo responsável pelo recolhimento dos dejetos das casas feito em barris chamados *"tigres"*. Esses escravos eram conhecidos como os carregadores de dejetos e caracterizados como do serviço doméstico.

Os *"tigres"*, segundo postura da Câmara Municipal em 17 de junho de 1844, deveriam ser levados ao mar. Entretanto Avé-Lallemant, passeando pelo dique nas proximidades dos Barris, comenta:

> *"... e mesmos os 'tigres' porquanto destes vi lá vestígios da pior espécie, esse horrível receptáculo de porcaria. A parte, em que isso logo me veio a mente, chama-se até 'barris', e isso certamente não tanto pelos barris de água que lá vão buscar como pelos barris de excrementos que nela são despejados"* [112].

Os serviços de limpeza das ruas até meados do século eram de responsabilidade dos moradores, que deveriam cumprir as posturas que mandavam despejar os excrementos no mar e o lixo em locais específicos de

---

111. KIDDER, Daniel P., op. cit., p. 23.
112. AVÉ-LALLEMANT, Robert, op. cit., p. 29.

terminados pela Câmara. Em função da epidemia do *cholera morbus* em 1835, o poder público passa a se responsabilizar pelo asseio da cidade, o que de fato nunca o fez de forma satisfatória [113].

Com relação à limpeza das ruas, encontramos documentos nos quais há referências ao uso de africanos livres [114] para este serviço, como o seguinte, enviado ao Presidente da Câmara Municipal em 25/01/1862

> "*A comissão encarregada das visitas preventivas da Freguesia da Penha, tendo de cumprir as instruções de 17 de janeiro corrente, entende conveniente requisitar, como requisita a V.Ex.ª, a remessa de seis africanos livres com quatro carrinhos, 2 enxadas, 1 foice, e 1 pá accompanhados de um feitor, para cuidarem da remoção de alguns exterquilinios, e limpeza das praças, e ruas (...)*" [115].

2.3.1.4 - Iluminação Pública

Também neste setor temos notícia do uso da mão-de-obra escrava. Reis encontrou entre os escravos que participaram da revolta dos malês em 1835, um que tinha a ocupação de cuidar dos lampiões da iluminação pública [116]. Da mesma forma, Andrade, pesquisando inventários *post-mortem*, também constatou a presença do escravo neste setor como acendedor de lampiões [117].

Os africanos livres que estavam a serviço da Província também trabalhavam como acendedores de lampiões, percebendo 100 réis diários, além de alimentação e vestuário [118].

---

113. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 57, p. 182.
Sobre esta questão ver documento anexo nº 2.

114. Africanos livres eram aqueles negros que foram apreendidos após a Lei de 1831 que considerava ilegal o tráfico, ficando sob a custódia do Estado, o qual fazia uso dos seus serviços como escravos enquanto esperavam o momento de serem remetidos de volta a África.

115. AMCS. Ofícios.

116. REIS, J.J., op. cit., p. 205.

117. ANDRADE, M.J. de Souza, op. cit., p. 215.

118. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 47.

Até a primeira metade do século XIX, para a iluminação da cidade era utilizado o azeite de peixe, sendo criado em 1858 uma administração para à iluminação pública [119], composta por um administrador, 2 inspetores, 01 fiel, 10 fiscais e 54 acendedores. Aos acendedores competia cuidar todos os dias da limpeza dos lampiões e prepará-los para serem acesos a determinada hora, como também cuidar para que permanecessem acesos. Cada acendedor fica encarregado de 25 lampiões.

Dada a precariedade do serviço de iluminação da cidade, o Governo resolveu contratar uma companhia para a melhoria desse serviço. Em 1862 já estava funcionando a iluminação a gás da cidade e no ano de 1867 já contava com cerca de 2.100 bicos de gás. Entretanto, a cidade do Salvador chegava ao fim do século com uma iluminação precária, com alguns lampiões caídos e outros apagados [120].

2.3.2 - Artesãos

Os escravos artesãos constituíam um grupo bastante numeroso de trabalhadores, não só na Bahia como também em várias cidades brasileiras. Segundo Salles, a maioria dos artesãos de Belém e São Luiz era composta por escravos [121].

Neste grupo estavam os sapateiros, pedreiros, carpinteiros, calafates, alfaiates, tanoeiros, marceneiros, alambiqueiros, servidores da fábrica de rapé, barbeiros, padeiros, serventes, arreeiros, (Tab. I e II, em anexo); amassadores, cabeleleiros, cabouqueiros, cantei-

---

119. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1858.
120. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 47.
121. SALLES, Vicente, op. cit., p. 161.

ros, caldereiros, cravadores, correeiros, empalhadores, estanhadores, ferreiros, folieiros, fundidores, funileiros, imaginários, oleiros, ourives, pintores, polidores, serralheiros, torneiros, tintureiros, chapeleiros, tecelões, escultores, charuteiros, latoeiros, relojoeiros, serradores, e seleiros. Isto para os homens. E para as mulheres: bordadeiras, costureiras, rendeiras, charuteiras, e serventes (Tab. III e IV, em anexo).

Para o exercício dessas ocupações havia a necessidade de uma qualificação, dada no próprio desempenho da função, pois era proibido por lei que os escravos recebessem instrução nas escolas [122]. Começava-se como aprendiz junto a um mestre, depois passava-se para oficial e por fim chegava-se ao mais alto grau da hierarquia, que era o mestre.

Durante todo o período colonial os artesãos para exercerem suas ocupações organizavam-se em corporações com característica essencialmente medieval, com a esfera de ação de cada profissão bem definida e onde os artífices só podiam realizar os trabalhos que os regimentos indicavam como próprio de seu ofício. Eram regidos pelo *"Livro de regimentos dos officiais mecanicos"* de Lisboa de 1672, reformulado pelo Marquês de Pombal em 1771, e pelas posturas da Câmara Municipal de Salvador, além do Regimento ou Compromisso das Confrarias. Os regimentos regulavam os ofícios mecânicos no que diz respeito à eleição dos dirigentes (juízes e escrivãos); condições para o exercício da profissão, como abertura de lojas, ou tendas, preços e salários; condições de trabalho, onde eram decididos os exames, produção e processos adotados; e sansões de caráter monetário, penal e impeditivo de exercício de direito [123].

---

122. GORENDER, Jacob, op. cit., p. 64.

123. FLEXOR, M. Helena Ochi. Oficiais mecânicos na cidade do Salvador. Salvador, PMS/UFBA, 1974, p. 17.

Segundo Flexor, o número maior de escravos artesãos aparecem no século XIX, pois a câmara já não controlava a entrada nas profissões mecânicas, como também as irmandades profissionais não possuíam mais sua antiga organização rígida [124].

Era muito comum artesãos comprarem escravos e instruí-los no seu ofício. Maria Inês Oliveira encontrou nos testamentos de libertos, artesãos que possuíam escravos como oficiais ou aprendizes e que deixaram-lhes como herança as ferramentas e até o local de trabalho [125].

Era bastante vantajoso, como já vimos antes, também para os senhores de escravos investirem na qualificação dos mesmos, embora demorada, para depois alugá-los e recuperar em pouco tempo o capital investido.

A mão-de-obra artesanal era absorvida principalmente no setor da construção civil e naval, sendo o governo provincial um dos grandes empregadores [126]. Nesse sentido, em 1800, o governador da Bahia recebeu ordens de Lisboa para formar escravos nos serviços de carpintaria e calafate a fim de serem empregados nos arsenais e estaleiros públicos [127].

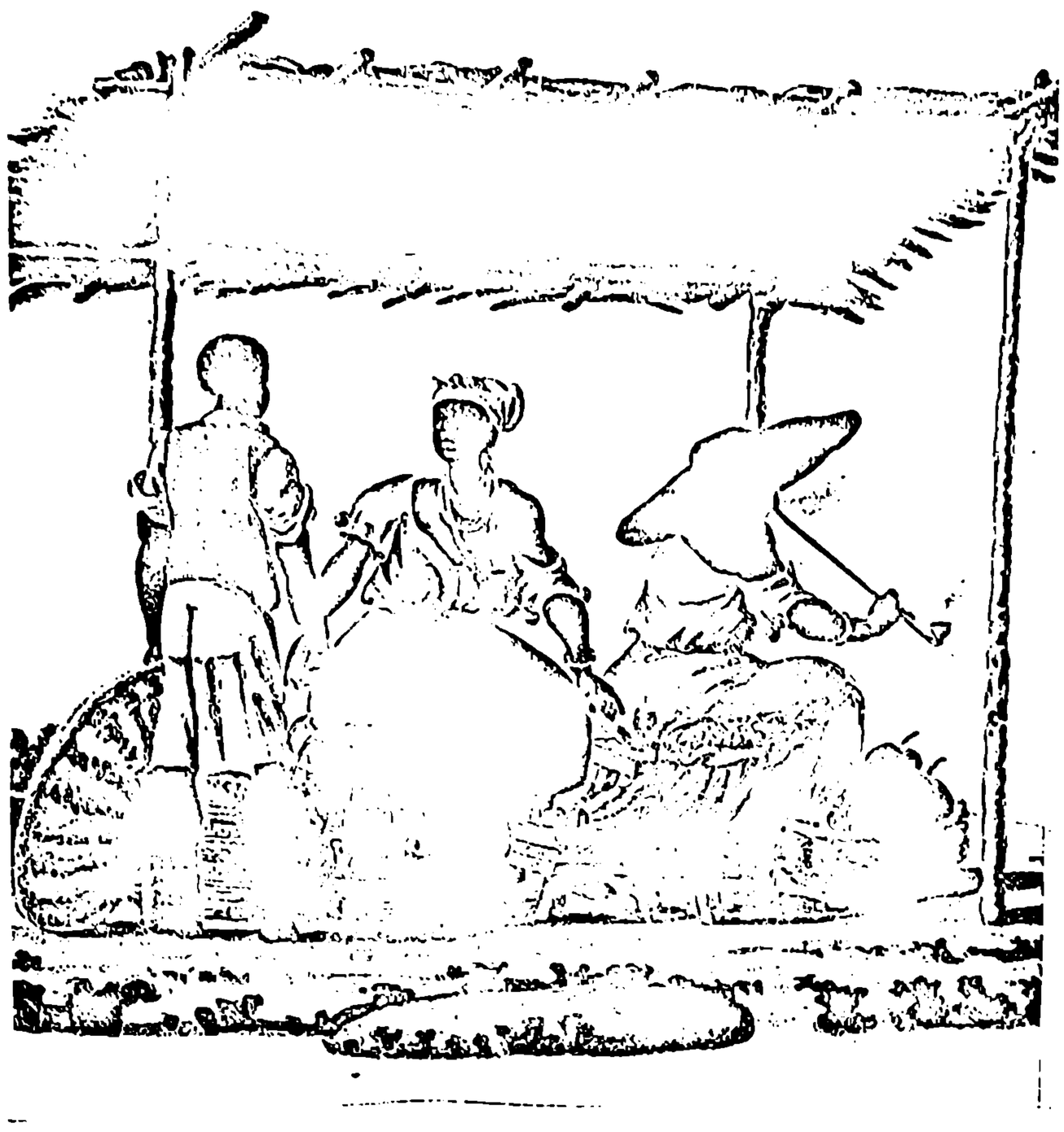
Dentro do sistema de tributação da Província da Bahia havia impostos que recaíam sobre os ofícios mecânicos, como vemos no orçamento provincial de 1863 [128], sendo cobrada a taxa de dez mil réis por escravo que exercesse ofício mecânico dentro da demarcação da décima urbana.

---

124. Ibid., p. 39.
125. OLIVEIRA, M. Inês C. de., op. cit., p. 16.
126. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 57, p. 282.
127. VERGER, Pierre, op. cit., p. 500.
128. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1863.

2.3.3 - Comércio

Neste grupo estão listadas as funções exercidas pelos escravos que estão ligadas ao comércio: boticário, "*do serviço de armazém*", loja, venda de molhados, talhador de carne verde, vendedores ambulantes, negociantes, quintandeiras, "*vende verduras*", "*vende caixinha*".



NEGRA GANHADEIRA (aquarela de J.C. GUILLOBEL)

A mão-de-obra nesse setor era em sua maior parte absorvida pelo pequeno comércio feito nas ruas, atividades sobretudo exercida pelas mulheres, denominadas "*ganhadeiras*". Elas praticamente dominavam esse comércio, vendendo uma diversidade de produtos tais como peixes, verduras, frutas, carne de baleia, toucinho, frangos, comidas

e doces preparados na casa do seu senhor, tecidos, perfumes, louças, artigos de lata, quinquilharias em geral. Podiam, muitas vezes, se organizar em feiras livres chamadas "*quitandas*", das quais temos o exemplo de uma instalada no Pelourinho, frequentada por mais de cem ganhadeiras [129]. Vilhena no final do século XVIII, acusa as ganhadeiras que a serviço de suas senhoras atravessavam na comercialização de peixe e carne:

> "*O que é inevitável por passar por quatro, ou cinco mãos, antes de chegar às do que o compra para comê-lo, ... vendem as ganhadeiras o peixe a outras negras, para tornarem a vender, e a esta passagem chamam carambola ... menos escandaloso seriam estes procedimentos, se tornassem só a carne que lhes bastasse, e não para entregar a negras, com quem têm tratos, ou contratos, conhecidos por cacheteiras, que moquenado-a, segundo a frase do país, a vendem a bocadinhos ...*" [130].

2.3.4 - Serviços Domésticos

Como já vimos, os alfazeres domésticos empregavam a maior parte da mão-de-obra escrava urbana tanto masculina quanto feminina.

Aqui incluíam-se os escravos que exerciam atividades relacionadas com a manutenção da casa e execução de serviços pessoais dos senhores, como cozinheiras, copeiras, lavadeiras, engomadeiras, mucamas, pajens, amas-de-leite, amas-secas, cocheiros, lacaios, despejadores de dejetos, do serviço da casa em geral.

Nos pequenos anúncios de venda ou aluguel de escravos nos jornais há uma grande frequência de escravos para os serviços domésticos,

---

129. O Alabama. Salvador, 01/06/1870. Apud BAHIA. SEC., Pelourinho Informa; Boletim Bibliográfico. 6 (2): abr/jun, 1980, p. 78.

130. VILHENA, Luis dos Santos, op. cit., pp. 127, 129.

não sendo raros anúncios como este:

"*Quem quizer comprar uma escrava crioula de 20 anos, que sabe lavar, cozer e engomar liso, e que serve para ama-de-leite, procure nas portas do Carmo, no 2º andar, na casa de Bernardo José de Freitas, com loja de cera*" [131].

2.3.5 - Manufatura e Indústria

O setor industrial em Salvador no século XIX ainda era pouco desenvolvido e incapaz de absorver grande contingente de trabalhadores. Como já vimos no Capítulo I, ele surge no final da primeira metade do século XIX com a instalação das fábricas de Santo Antonio do Queimado e de Nossa Senhora da Conceição em 1830, de produção têxtil e recebendo posterior impulso em 1880. Além do setor têxtil existiam manufaturas de fumo, papel, chapéus, calçados, sabão, óleo, carvões, etc, como também um pequeno setor de metalurgia e fundição.

Embora em pequenas proporções, a mão-de-obra escrava era também usada nesse setor. Temos notícia de escravos trabalhando nas seguintes empresas em 1857: Meuron e Cia (fumo), 20 escravos; Cameron e Smith (metal), 10 escravos; Lima e Irmãos (química), 26 escravos; Ferreira Pinto e Cia (vestuário), 36 escravos [132].

Encontramos na "*Relação dos escravos africanos e nacionais residentes na Freguesia da Vitória*", em 1849, um número de 31 escravos entre 18 e 62 anos de idade, trabalhando na fábrica de rapé Meuron e Cia [133].

---

131. Gazeta da Bahia. Salvador, 10/03/1830. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 39, p. 115.

132. SOBRINHO, Gabriel Kraychete. O capital agro-mercantil e a indústria na Bahia. Dissertação de mestrado, UFBA, Salvador, 1988, p. 184.

133. APEB. Subdelegado. Maço 3005-I.

No Censo de 1855 encontramos na rua do Noviciado, Freguesia do Pilar, na casa de nº 103 do Sr. Ignácio Dias Limas a existência de 25 escravos, todos africanos, com idades variando entre 27 e 59 anos, e na casa vizinha é arrolada a "*fábrica de Ignácio D. Lima e Irmãos*", o que nos leva a crer que estes escravos eram usados no trabalho da fábrica; infelizmente não é explicitado na lista o que era produzido nesta fábrica.

Não temos referência acerca do emprego da mão-de-obra escrava na indústria têxtil na Bahia. Sabemos, entretanto, que em Minas Gerais utilizava-se o trabalho escravo não só na indústria têxtil doméstica, como também no sistema fabril, com o exemplo da fábrica São Sebastião, que operava basicamente com mão-de-obra escrava [134].

2.3.6 - Serviços do Mar

Encontramos escravos exercendo as atividades de marinheiro, canoeiro, marinheiro barra fora, marinheiro carreira da costa, marinheiro de lancha, pescador, marinheiro (longo peso), marinheiro (cabotagem), mestres de embarcações e pilotos, remadores de saveiro, e marinheiro nas alvarengas que serviam à carga e descarga dos navios na angra [135]. No porto de Salvador, em 1855, num total de 3.170 trabalhadores, 43,3% eram escravos [136].

A Província da Bahia cobrava um imposto sobre os escravos que se ocupassem de marinheiro, como vemos no orçamento provincial de 1863, onde era cobrado cento e cinquenta mil réis por cada escravo matriculado marinheiro [137]. Como também todo africano livre, liber

134. LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 200, 229.

135. ANDRADE, M.J. de Souza, op. cit.; OLIVEIRA, M. Inês C. de, op. cit., p. 15.

136. CUNHA, Manuela C. da, op. cit., p. 98.

137. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1863.

to ou escravo que remasse saveiro ou alvarenga pagaria uma taxa que em 1849 era de dez mil réis [138].

2.3.7 - Outros

Os escravos exerciam ainda funções que não se enquadrariam dentro dos setores anteriormente definidos, tais como "*curador de feitiço*", músico, cômico, enfermeiro [139].

Os graves problemas de abastecimento sofridos por Salvador durante o século XIX demandavam a existência de muitas roças, quintais e chácaras dentro do seu termo, justificando um número considerável de escravos exercendo atividades de roceiros, totalizando 496 de uma amostra de 5.584 estudada por Andrade [140]. O viajante Habsburgo em seus passeios pelos arredores da cidade observou "*figuras negras, só de calças e chapéu de palha piramidal, e cujos corpos robustos brilhavam com o suor do trabalho, como os bronzes da antiguidade sob os raios perpendiculares do sol*" [141], ocupando-se com a colheita e a lavoura.

Também nos anúncios de jornais se observa a solicitação por escravos roceiros:

"*Precisa-se alugar até seis escravos para serviço de roça e uma escrava para rua ou casa, sabendo cozinhar. Quem os tiver e quizer alugar faça constar na Padaria da Cruz do Pascoal para ser procurado*" [142].

---

138. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1848-1849.
139. REIS, J.J., op. cit., p. 210. OLIVEIRA, M. Inês C. de, op. cit., p. 15.
140. ANDRADE, M.J. de Souza, op. cit., pp. 129-130.
141. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., p. 107.
142. Diário da Bahia. Salvador, 13/01/1863. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 39, p. 122.

No Censo de 1855 também encontramos um contingente de escravos ocupando-se do serviço da lavoura, na Freguesia de Santo Antonio (Tab. I e II, em anexo).

Outra atividade também exercida pelas escravas era a prostituição, feita de comum acordo com suas senhoras. Dias, estudando a mão-de-obra feminina em São Paulo, refere-se a essa atividade como sendo secundária e complementar aos outros serviços de ganho das escravas [143].

A mendicância também era uma prática encontrada na cidade, como forma de gerar uma renda a mais. Vilhena, nos fins do século XVIII, critica os senhores por, após terem usado até à exaustão a força de trabalho dos escravos, ainda os obrigava a mendigar, exigindo uma parte das esmolas recebidas [144].

2.3.8 - Escravos com Várias Ocupações

Os escravos dentro do contexto urbano muitas vezes desenvolviam mais de uma função, sendo comum encontrar-se escravas do serviço doméstico que também trabalhavam como ganhadeiras no comércio ambulante, ou carregadores de cadeiras que nas horas vagas exerciam atividades artesanais, como já vimos. Segundo Mattoso, a qualificação do escravo se dava em função do mercado de trabalho, pois o seu dono estava preocupado em usá-lo da forma mais racional possível, visando maior rentabilidade. O mesmo escravo poderia exercer uma atividade qualificada ou simplesmente um trabalho braçal, a depender da demanda do mercado [145]. O Diário da Bahia em 1859, por

---

143. DIAS, M.O. Leite da Silva. Quotidiano e poder. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 91.

144. VILHENA, L. dos Santos, op. cit., p. 134.

145. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 57, p. 286.

exemplo, anuncia a venda de um escravo cozinheiro e charuteiro e de outro sapateiro e padeiro [146].

Reis nos dá exemplos, de 1835, de escravos do serviço doméstico e carregador de cadeira; tanoeiro e roceiro; cortador de carne e carregados de cadeira; serviço doméstico e remador; vendedor de pão e carregador de cadeira. E atribui aos períodos de crise econômica o aumento da multiplicação de atividades exercidas por uma mesma pessoa [147].

Muitos barbeiros eram também músicos, além de arrancar dentes e fazer sangrias com sangues sugas [148]. Em 1854 o Jornal da Bahia noticia a fuga de um escravo com ofício de barbeiro, que tocava na banda de música de barbeiros [149].

2.3.9 - Funções Vedadas aos Escravos

Os escravos sofriam restrições quanto à sua admissão em algumas ocupações, que não eram fixas no tempo, podendo variar em função da conjuntura. Era-lhes proibido, por exemplo, o exercício de qualquer função pública e o ingresso em regimentos militares [150].

Em alguns setores, quando a mão-de-obra escrava ameaçava a sobrevivência dos trabalhadores livres, legislava-se com o objetivo de resguardar o trabalho livre. Na estrutura do mercado de trabalho, de um lado estavam os trabalhadores servis e do outro os trabalhadores livres que se constituíam de brancos pobres, pretos e mula-

---

146. Diário da Bahia. Salvador, 6/03/1859 e 5/04/1859. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 39, pp. 118 e 119.
147. REIS, J.J., op. cit., p. 208.
148. AUGEL, M.P., op. cit., p. 209. VERGER, Pierre, op. cit., p. 122.
149. Jornal da Bahia. Salvador, 19/04/1854. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 506.
150. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 57, p. 278.

tos e forros [151]. Esses dois grupos de trabalhadores disputavam os espaços oferecidos por esse mercado: "*nem nas cidades, nem no campo havia uma compartimentalização das tarefas ou funções para escravos e libertos ou livres pobres, talvez com a única exceção dos empregados domésticos, até meados do século XIX. Até então, os criados eram sempre escravos*" [152].

Praticamente os escravos, libertos e livres pobres desempenhavam as mesmas funções, fazendo com que a mão-de-obra urbana se tornasse abundante, gerando problemas de desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalho.

Por ser a cidade de Salvador predominantemente comercial, as oportunidades de trabalho para essa massa da população eram encontradas em maior número no setor terciário, que tendia a se expandir na medida em que a cidade ia crescendo e demandando o desenvolvimento de serviços essenciais ao seu funcionamento. O que absorvia de fato essa mão-de-obra era o pequeno comércio ambulante e os serviços de transporte de pessoas e mercadorias.

A convivência entre trabalhadores livres e cativos não era de todo pacífica. Existia em alguns setores uma competição acirrada, na medida em que o mercado de trabalho não conseguia absorver esse contingente de mão-de-obra.

Os escravos representavam não só seus interesses, mas sobretudo os de seus senhores, que muitas vezes viviam apenas às custas do ganho de seus escravos. Portanto, travava-se uma concorrência desigual em detrimento dos trabalhadores livres uma vez que os senhores tinham maiores condições, pela posição social que ocupavam, de colocar sua mão-de-obra no mercado.

---

151. Ibid., p. 277.

152. CUNHA, Manuela C. da, op. cit., p. 90.

Na medida em que aumentava o número de trabalhadores livres houve por parte do governo várias tentativas no sentido de protegê-los através de taxações de impostos sobre serviços exercidos por escravos e proibição de algumas funções aos escravos. Em 1831, baixou-se um decreto proibindo a admissão de escravos para trabalharem como artesãos nas estações públicas da província enquanto houvesse candidatos livres [153]. O Governo da Bahia em 1848 resolveu vetar a utilização de escravos nas obras públicas em favor dos trabalhadores livres [154]. Outra lei, em 1850, excluía os escravos do serviço de saveiros de Salvador, o que representa bem a competição neste setor, tendo atingido 750 africanos [155]. Ainda uma tentativa de evitar a concorrência com a mão-de-obra livre, a Lei nº 420, baixada pelo Presidente da Província da Bahia, Francisco Martins, em 1852, proibia a admissão de escravos nas oficinas como aprendizes [156].

Em 1855 os escravos foram excluídos do serviço de estiva e, em consequência da desorganização reinante com a epidemia de cólera em 1855, os escravos voltaram a ocupar, de forma bastante acentuada, posições dentro desse setor, o que foi motivo de protesto em 1861 por parte dos estivadores junto ao Presidente da Província alegando que:

> *"Logo depois da Lei de 1850 sobre os saveiros, devia Exmo. Sr. ser uma consequência clara e perpétua que não fossem os livres afastados de qualquer serviço profissional do mar em que se achassem empregados para se dar lugar a escravos. Não tendo porém assim acontecido virão-se os estivadores obrigados em 1855 a representar ante o Presidente Dr. Tibúrcio contra o mal que lhes causava a dita introdução de escravos em sua profissão... foi por aquele Presidente ouvido a justa queixa dos estivadores e logo proibida daí em diante a admissão de escravos. Mas pela perturbação dos animos nascidos, da invasão da cholera-morbus foi se ensinando a desobediência a referida disposição do Governo e daí por diante crescendo, ..."* [157].

---

153. Ibid.
154. MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 57, p. 279.
155. CUNHA, Manuela C. da, op. cit., p. 99.
156. Ibid.
157. APEB. Seção Histórica, Série Presidência da Província: Juízes (capital), Maço 1855-1861. Apud MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit., nota 57, p.279.

Alguns setores eram monopolizados pelos escravos, como o do mercado, pelas negras ganhadeiras, e o ofício de barbeiro, que era exercido em sua grande maioria por escravos e libertos. Como também o do transporte, que deu lugar a que em 1870 um grupo de trabalhadores livres se organizasse e formasse a Companhia União e Indústria, com a finalidade de prestar serviços ao setor de transporte de mercadorias "*substituindo com o correr do tempo o trabalho até então feito exclusivamente por escravos, e quebrando, sem prejuízo do comércio, o monopólio dos africanos...*" [158].

158. João Antonio de Araújo Freitas Henriques, Falla, 1872. Apud CUNHA, Manuela C. da, op. cit., p. 99.

3. PRESENÇA ESCRAVA NAS FREGUESIAS

3.1 - ESPAÇO URBANO DE SALVADOR

O espaço urbano de Salvador no século XIX subdividia-se em dez Freguesias, só sendo criada a 11ª em 1871. As freguesias eram delimitações de território feitas pelo poder da igreja e se caracterizavam como a menor unidade eclesiástica, tendo como sede a igreja matriz sob a responsabilidade de um pároco. A função das freguesias era, em última instância, o controle dos seus habitantes, na medida em que congregavam de certa forma a vida social das pessoas através dos batismos, casamentos, óbitos e atividades assistenciais organizadas principalmente pelas irmandades. Também tinham a responsabilidade de realizar as listas de qualificação eleitoral e o recrutamento de pessoas para o serviço militar. Os censos demográficos eram elaborados levando em conta a divisão por freguesias. Vemos assim a freguesia exercer funções político-administrativas próprias da administração oficial, retratando a estreita vinculação entre esses poderes [1].

Salvador foi implantada seguindo o modelo português, com um termo e um rossio. O termo da cidade era o território sob o qual se exercia a autoridade municipal; o rossio era a parte desse termo imediata ao núcleo urbano com funções semi-rurais, como a pastagem de animais de uso doméstico dos seus moradores e abastecimento de lenha, servin

1. CÂMARA, Marcos Paraguassu de A. Conceição e Pilar; Freguesias seculares do centro econômico e do porto de Salvador no século XIX. Dissertação de mestrado, UFBA, 1988, p. 93.

do ainda como área para expansão do próprio núcleo urbano [2].

Tentando definir o espaço da cidade de Salvador no século XIX, podemos dizer que era subdividido em freguesias ditas urbanas e freguesias rurais — ou "*subúrbios da cidade*", como chamou Vilhena [3] — e que os limites do termo até meados do século XX, quando foram desmembrados os municípios de Simões Filho e Lauro de Freitas, não foram alterados, mantendo-se a mesma delimitação do século XVI [4].

Luis dos Santos Vilhena, no final do século XVIII, já define em número de 10 as freguesias da "*cidade da Bahia*", apresentando ainda o número de fogos e sua população [5]:

Freguesias	Fogos	Almas
1. O Salvador na Sé	1.483	8.946
2. N.S. Conceição da Praia	913	8.017
3. S.S. do Pilar	461	4.119
4. S. Antonio Além do Carmo	800	3.000
5. N.S. da Penha em Itapagipe	249	1.260
6. S.S. Sacramento em Santa Ana	996	4.170
7. N.S. de Brotas	189	1.063
8. S. Pedro Velho	1.232	6.680
9. S.S. Sacramento na Rua do Passo	402	2.075
10. N.S. da Vitória	355	1.582

2. MATTOSO, K.M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo, HUCITEC, 1978, pp. 115-116.
3. VILHENA, L. dos Santos. A Bahia no século XVIII. Salvador, Itapuã, 1969, vol. 1. p. 460.
4. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., p. 116.
5. VILHENA, L. dos Santos, op. cit., pp. 460-461.

As freguesias dos subúrbios da cidade também eram em número de 10, segundo Vilhena:

Freguesias	Fogos	Almas
1. S. Bartolomeu em Pirajá	156	897
2. N.S. Ó em Paripe	127	644
3. S. Miguel em Cotegipe	120	1.516
4. N.S. da Piedade em Matoim	194	1.695
5. S. Amaro da Ipitanga	400	3.056
6. S. Pedro no Sauípe da Tôrre	110	835
7. O Senhor do Bonfim da Mata	112	851
8. Sta. Vera Cruz em Itaparica	387	2.897
9. S. Amaro em Itaparica	187	1.425
10. N.S. da Encarnação do Pacé	298	2.497

Essas freguesias ditas rurais, como podemos perceber pelos dados numéricos, eram pouco populosas, sendo habilitadas de forma dispersa e apresentando alguma concentração de povoamento em torno das igrejas matrizes. Seus habitantes se dedicavam sobretudo à agricultura, constituindo-se em pessoas pobres, fato evidenciado pelas características humildes de suas habitações [6]. Vilhena ao descrever a Freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, se refere a "*diversos moradores em pequenas povoações; vivendo todos de suas lavouras, e todos muitos pobres; ...*". Havia também dentro dos limites destas freguesias vários engenhos de açúcar, como os de Mata de São João e Pojuca na Freguesia do Senhor do Bonfim da Mata [7].

6. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., p. 116.
7. VILHENA, L. dos Santos, op. cit., pp. 48,50.

Torna-se difícil definir com precisão os limites urbanos de Salvador no século XIX devido às fortes vinculações da cidade com o seu termo. As várias divisões que conhecemos e que foram estudadas por Mattoso[8], como a de 1757, a de Vilhena e a de Domingos José Antonio Rebello, são por vezes imprecisas. Essa indefinição também é sentida nos atos das autoridades públicas, como as posturas municipais, onde a cidade propriamente dita e seu termo são praticamente uma só unidade para efeitos administrativos, sendo a vida nos povoados do termo considerada como prolongamento da vida na cidade. Em 1857, quando foi instituído o imposto das décimas, tributo pagos pelos proprietários de edificações compreendidas nos limites urbanos, houve a necessidade dos governos provincial e municipal estabelecerem este perímetro (Planta 03). Vê-se aí que algumas freguesias, como Brotas e Vitória, foram reduzidas em sua área urbana.

Num recenseamento da população da Província da Bahia em 1870, a cidade de Salvador é dividida em dois distritos desaparecendo nesse documento a antiga divisão entre freguesias urbanas e suburbanas, embora não se saiba que áreas abrangiam esses distritos [9].

Mattoso ainda nos coloca uma tripla divisão para a cidade de Salvador no século XIX: a cidade propriamente dita, limitada em 1857; os subúrbios, que iam dos limites do núcleo urbano até os limites com as freguesias do termo; e as freguesias periféricas ou do termo [10].

A área urbanizada da cidade de Salvador no final do século XVIII estava compreendida entre o Forte de São Pedro, na parte sul, e os Fortes de Santo Antonio e Barbalho, ao norte, sendo essa a zona mais densamente povoada. Existiam ainda núcleos de povoamento, de forma

---

8. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., pp. 117-122.
9. Ibid., p. 123.
10. Ibid., pp. 170-171.

mais dispersa, em Itapagipe, Bonfim, Monte Serrat, Calçada, Barra e Rio Vermelho. No século XIX com o crescimento populacional, novas áreas foram sendo incorporadas ao tecido urbano, ao mesmo tempo em que intensificava-se o povoamento nas áreas já ocupadas, como a Península Itapagipana, os Barris, Tororó e a Rua da Vala, que foi canalizada em 1851. Seriam povoadas principalmente as cumeadas, com praticamente dois focos radiais, o Campo Grande e a Soledade. A partir do Campo Grande, ocupou-se o Corredor da Vitória, Ladeira da Barra, Canela, Graça, Garcia e Federação. Da Soledade estendeu-se para a Estrada das Boiadas, Cruz do Cosme, São Gonçalo, Cabula, Estrada da Rainha e Quintas. Foram ocupadas também as cumeadas do Matatu, Quinta das Beatas, Acupe de Brotas e Estrada de Brotas (Planta 02).

Para efeito do nosso estudo limitaremos a nossa base espacial de Salvador no século XIX às freguesias centrais, ou seja, aquelas consideradas urbanas por serem mais densamente povoadas: Sé, São Pedro, Santo Antonio, Passo, Santana, Brotas, Vitória, Conceição, Pilar e Penha.

Tentamos, através da Planta 03, delimitar as dez freguesias urbanas de Salvador; a nossa intenção é dar uma idéia do espaço urbano de cada freguesia, sem contudo estabelecermos limites precisos devido à ausência de fontes para tal fim [11].

As freguesias situadas na cidade baixa são as da Conceição da Praia, Pilar, Penha e, a partir de 1871, dos Mares, desmembrada da Freguesia da Penha; as demais estão na cidade alta.

---

11. Está planta começou a ser elaborada no trabalho "Salvador: Hierarquia social, ocupação e moradia no século XIX" por Ana Costa e Griselda Kluppel. Passa no momento por averiguações e complementação. A planta base é a elaborada por Carlos Augusto Weyll por volta de 1850. Utilizamos as seguintes fonte: VILHENA, L. dos Santos, op. cit.; MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit.; CÂMARA, M. Paraguassu, op. cit.; NASCIMENTO, A.A.V. Dez freguesias da cidade do Salvador. Salvador, FCEBa./EGBa., 1986.

A nossa intenção neste capítulo é perceber a presença do escravo nas freguesias urbanas de Salvador e tentar entender o porquê dessa presença. Para a identificação da composição sócio-espacial da população tanto escrava quanto livre, utilizaremos principalmente o material existente do Censo de 1855 e em condições de ser trabalhado, correspondendo a um número de seis freguesias: Sé, São Pedro, Santo Antonio, Santana, Pilar e Penha. Para a Freguesia da Vitória trabalharemos com um material também muito importante e que nos oferece uma visão bem representativa da composição dos escravos moradores dessa freguesia; trata-se da "*relação dos escravos africanos e nacionais residentes na Freguesia da Victoria*" solicitada pela subdelegacia da Vitória e datada de 20 de outubro de 1849 [12]. Para as Freguesias de Brotas, Conceição e Passo utilizaremos os dados obtidos através de fontes secundárias.

Do Censo de 1855 trabalhamos com uma amostra de 5.375 casos, com 3.884 pessoas livres e 1.491 escravos, o que nos aponta um percentual de aproximadamente 30% de escravos dentre a população da cidade de Salvador em meados do século XIX (Tab. 7). Como vimos no Capítulo I, as estimativas para a população de Salvador em 1855 indicam um número de 86.984 habitantes. Assim considerando, podemos dizer que a nossa amostra representa 6,2% do total da população, considerada representativa em termos estatísticos.

12. APEB. Presidência da Província. Subledegado 1836-1889. Maço 3005-I.

Tabela 7

QUADRO GERAL DA POPULAÇÃO

FREGUESIA	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL POR FREGUESIA
	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	
Sé	299	430	729	75	91	166	895
São Pedro	313	475	788	148	178	326	1.114
Stº Antonio	311	414	725	123	155	278	1.003
Pilar	423	548	971	280	276	556	1.527
Penha	236	274	510	36	40	76	586
Sant'Ana	82	79	161	41	48	89	250
TOTAL	-	-	3.884	-	-	1.491	5.375

(FONTE: Amostra Censo 1855).

Tabela 8

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA POR FREGUESIA

FREGUESIA	%
Sé	18,5
São Pedro	29,3
Santo Antonio	27,7
Santana	35,6
Pilar	36,4
Penha	13,0

(Elaborada com base na amostra do Censo 1855).

3.2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA

3.2.1 - Freguesia da Sé

A Freguesia da Sé data dos primórdios da fundação da cidade, tendo sido instituída por D. Pero Fernandes Sardinha, em 1552 [13]. Caracterizava-se por ser o coração da cidade dada a posição central que ocupava e as facilidade de comunicação com as freguesias da cidade baixa, através das Ladeiras da Preguiça, Taboão, Conceição, Misericórdia e Montanha (aproximadamente 1880) (Planta 04). A Sé possuía a função de centro administrativo, judiciário, legislativo e religioso. Estavam situados aí os principais edifícios da administração pública, como o Palácio dos Governadores, a Casa da Moeda, a Casa da Relação [14], a Casa de Câmara e Cadeia; atrás dessa, encontrava-se um *"canto"* de negros ganhadores de origem nagô. Todos esses monumentos estavam situados na Praça do Palácio, que era a praça mais importante da cidade, sendo local de reunião da população tanto para os festejos públicos quanto para manifestações de protesto em épocas de crise.

Na Praça do Terreiro de Jesus, e em seu prolongamento pelo Cruzeiro de São Francisco, situam-se importantes monumentos religiosos, como a Igreja e Colégio dos Jesuítas, a Igreja e Convento de São Francisco com a Capela da Ordem Terceira, a Igreja da Ordem Terceira de São Domingos e a Igreja de São Pedro dos Clérigos. Era a segunda praça mais importante da cidade, sendo ponto de convergência dos transeuntes que se deslocavam para as Freguesias de Santo Antonio e de Santana (Planta 04). No seu centro estava situado um chafariz que concen-

---

13. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 35.

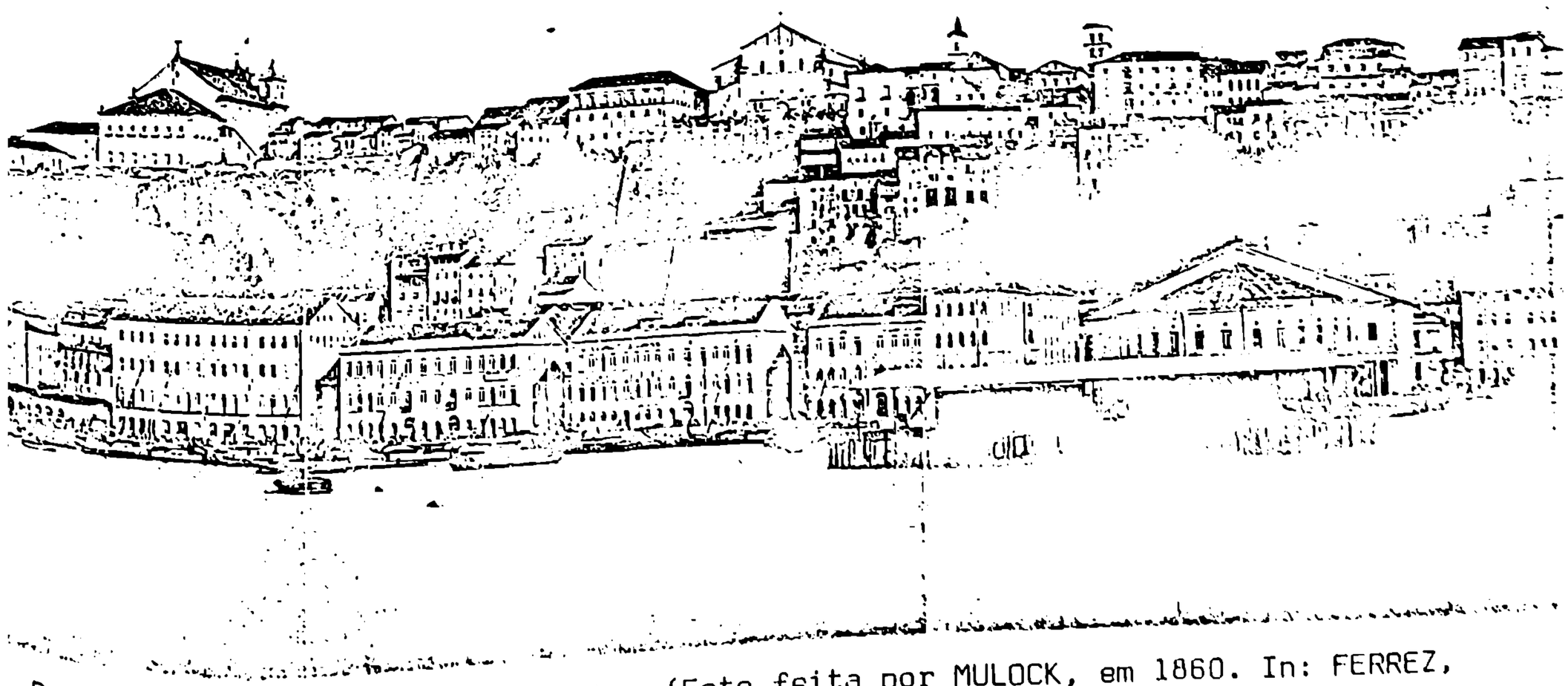
14. O local onde situava-se a Casa da Relação veio em 1869 dar lugar ao Elevador Lacerda (AUGEL, Moema Parente. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. São Paulo, Cultrix, 1980, p. 149).

trava negros aguadeiros. O Jornal "*O Alabama*" publica várias denúncias de arruaças em seu redor:

"*Portaria ao guarda do chafariz do terreiro, ordenando-lhe que não consinta um ajuntamento de negros e negras que há todas as noites em redor daquelle chafariz, onde se profere toda casta de obcenidades sem nenhuma attenção ás famílias que por alli passam*" [15].

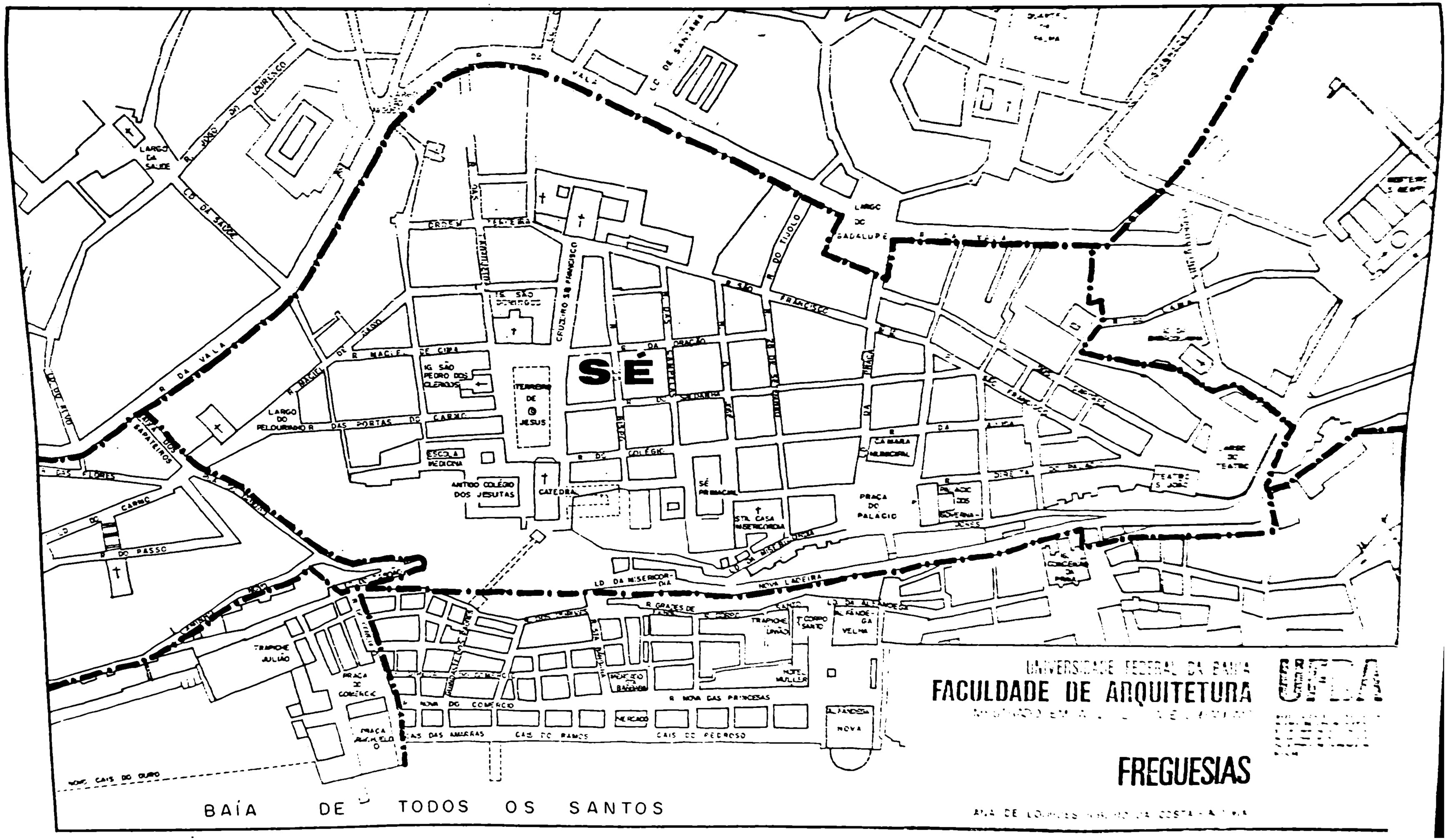
No romance "*O Feiticeiro*" de Xavier Marques podemos perceber o movimento no Terreiro de Jesus quando a personagem Eulália, olhando à janela, de manhã, observa o grande chafariz cercado de pretas que entravam e saíam com barris d'água, o adro da Catedral e o de São Domingos onde grupos de beatas esperavam missa vendo também passarem negociantes rumo à cidade baixa, ganhadeiras, operários, e reverendos caminhando para os templos [16].

Entre essas duas praças erguem-se três monumentos de grande significação, como a Santa Casa de Misericórdia, a Sé Catedral (demolida em 1933) e o Palácio Arquiepiscoal. Seguindo em direção à Freguesia de São Pedro, encontrava-se o Largo do Teatro, atual Praça Castro Alves, implantada na borda da encosta, donde pode-se contemplar a bela vista da Baía de Todos os Santos e toda a cidade baixa com seu porto permeado por inúmeros trapiches. O teatro situava-se no topo da praça, sendo sempre referido nos relatos dos viajantes.



Perfil da Freguesia da Sé ao alto. (Foto feita por MULOCK, em 1860. In: FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias 1858-1900)

15. O Alabama. Salvador, 20/03/1866. Apud BAHIA. SEC. Pelourinho Informa: O Alabama; Boletim Bibliográfico, 6 (2): abr/jun, 1980, p. 81.
16. MARQUES, Xavier. O feiticeiro. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1975, p. 41.


SÉ
LARGO DA SAÚDE
R. DA VALA
LARGO DO PELOURINHO
R. DAS PORTAS DO CARMO
R. DOS SAPATEIROS
R. DO PASSO
R. DA ORAÇÃO
R. SÃO FRANCISCO
R. DO TIJOLO
LARGO DE GUADALUPE
R. DA VALA
R. DA ALMA
R. DA CAMARA
PRAÇA DO PALÁCIO
CAMARA MUNICIPAL
SÉ PRIMACIAL
CATEDRAL
ANTIGO COLÉGIO DOS JESUITAS
ESCOLA MEDICINA
IG. SÃO PEDRO DOS CLERIGOS
IG. SÃO DOMINGOS
CRUZEIRO SÃO FRANCISCO
LD. DA MISERICORDIA
NOVA LADEIRA
R. GRANDES DE FORA
TRAPICHE JULIÃO
PRAÇA DO COMÉRCIO
R. NOVA DO COMÉRCIO
R. NOVA DAS PRINCESAS
MERCADO
CAIS DAS AMARRAS
CAIS DO RAMOS
CAIS DO PEDROSO
NOVO CAIS DO OURO
BAÍA DE TODOS OS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
FREGUESIAS

Neste Largo do Teatro cruzavam-se vários caminhos, comunicando a Freguesia da Sé com a Freguesia de São Pedro e daí para para toda a parte sul da cidade através da Ladeira de São Bento; pela Ladeira da Conceição chegava-se à cidade baixa; e pela Barroquinha ia-se para a Freguesia de Santana (Planta 04). Temos neste largo uma concentração de negros em função da existência de um chafariz e de um canto de ganhadores (situado mais precisamente ao pé da Ladeira de São Bento), além de em suas proximidades, atrás da Igreja da Barroquinha, existir um batuque que deu origem a um dos primeiros candomblés da cidade. Na parte sul da freguesia ficava o Largo do Pelourinho onde situava-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que constituía-se um importante centro de ajuntamento de negros, pois nela foi fundada a confraria da venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo, exclusivamente constituída por negros, tanto livres quanto escravos. Foi também nesta igreja que de 1848 até 1868 funcionou a sede da Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em 1832 como junta de alforria e que depois ampliou-se para uma associação de ajuda mútua, cujos associados deveriam ser exclusivamente de cor preta [17].

O Jornal "*O Alabama*" se refere à existência no Largo do Pelourinho de uma quitanda que era frequentada por mais de cem ganhadeiras, número que consideramos bastante alto, podendo configurar-se num mercado, embora não encontramos outras evidências que comprovem aí a existência de tal mercado [18].

Na extremidade norte deste largo (Baixa dos Sapateiros) tem-se um ponto de convergência de vários caminhos: Ladeira do Taboão, que comunicava com a cidade baixa; Ladeira do Carmo, dando acesso ao Passo e Santo Antonio; e a própria Baixa dos Sapateiros que se comunicava com a rua da Vala e daí, pela Ladeira do Alvo, chegava-se à Fregue-

17. VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. Sao Paulo, Corrupio, 1987, p. 517.
18. O Alabama. Salvador, 01/06/1870. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 15, p. 78.

sia de Santana (Planta 04). Aí nesta área estava estabelecido um canto de negros ganhadores.

Permeando os nobres edifícios públicos e religiosos, surgia um conjunto arquitetônico civil dos mais belos e importantes da nossa arquitetura. Eram casarões sóbrios, com vários pavimentos, característicos das classes mais abastadas da população. Apesar de em meados do século XIX a Freguesia da Sé ter passado por mudanças em seu quadro populacional, como veremos adiante, não podemos nos esquecer que foi aí que se instalaram as famílias nobres desde os primórdios da fundação da cidade. Ainda encontramos aí vários exemplares dos mais nobres casarões, como o Solar Ferrão, a Casa dos Sete Candeeiros, o Paço do Saldanha e a Casa Berquó.

Em nosso trabalho de sistematização das informações do Censo de 1855 para a Freguesia da Sé, onde trabalhamos com quatro quarteirões [19] representando 15% do seu total [20], pudemos obter uma amostra que nos permite traçar o perfil dessa população, notadamente de seus escravos, para os quais encontramos um percentual de 18,5% (Tab. 8). Vemos a presença na Sé de elementos representativos das várias camadas sociais, numa mesclagem que vai desde altos funcionários do Governo, como o próprio Presidente da Província e Desembargadores possuidores de muitos escravos, até libertos pobres que viviam de suas tarefas no ganho, habitando lado a lado.

O quadro ocupacional dos escravos residentes na Sé achava-se constituído para os homens, de 45,5% de domésticos, 12,2% de escravos de ganho, 9,1% de escravos com ofício (sapateiro e pedreiro) e aparecen

---

19. Trabalhamos com os seguintes quarteirões da Freguesia da Sé: 20º, 21º, 22º e 23º, correspondendo às ruas Direita do Palácio, Direita da Ajuda, do Bacalhau, Ladeira do Aljube, Rua do Pão-de-Ló, Ximengs, Rua das Vassouras, Beco do Tira-Chapéu, Travessa do Valango, Ladeira atrás do Palácio. APEB, Presidência da Província. Governo. Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.

20. NASCIMENTO, A.A.V. Dez freguesias da cidade do Salvador. Salvador, FCKBa./EGBa., 1986, p. 30.

do o percentual de 33,2% para os escravos de "*todo serviço*". Para as mulheres escravas, os serviços domésticos apresentavam uma alta taxa de 47%, assim como a denominação de "*todo serviço*" (50%), e apresentando um pequeno percentual para o ganho (Tab. 9). Essa mão-de-obra escrava estava concentrada na faixa etária compreendida entre os 19 e 35 anos, à qual chamamos de idade adulta [21].

Quanto à origem, esses escravos eram tanto africanos (51,2%) quanto nascidos em Salvador (48,8%).

Tabela 9

FREGUESIA DA SÉ: OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS

	HOMENS	MULHERES
Serviços domésticos	45,5%	47%
Todo serviço	33,2%	50%
Ganho	12,2%	3%
Com ofício	9,1%	-

(FONTE: Amostra Censo 1855).

Para a população livre da Sé encontramos uma grande incidência de negociantes e caixeiros, que acreditamos ter tido aqui um perfil diferenciado dos residentes no Pilar pois, como o próprio censo mostra, tínhamos na Sé na rua Direita do Palácio, um comércio de menor porte, com artigos de varejo como charutos, calçados, perfumarias, teci

21. Para a determinação da pirâmide de idade, tomamos como base a definida por Kátia Mattoso em Ser Escravo no Brasil, pág. 86, com pequenas alterações: criança (molequinho) de 0 à 7 anos; menino (moleque) de 8 à 14 anos; adolescente (molecão) de 15 à 18 anos; adultos (negro) de 19 à 35 anos; velhos de 36 à 60 anos; e ancião, acima de 60 anos.

dos, chapelaria e miudezas em geral. A população livre da Sé ocupava-se de uma gama de atividades onde predominavam os ofícios pouco rentáveis, próprio das camadas mais despossuídas, como sapateiros, marceneiros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates e ganhadores (Tab. V, em anexo).

É notável também a presença dos funcionários públicos e escrivães, por ser nessa freguesia que se encontravam os principais edifícios da Administração Pública, sendo considerada o centro administrativo da cidade.

Encontramos um percentual significativo de mulheres dentre as pessoas livres (ambos os sexos) que declararam ocupação, 25,6%, o que denota serem as famílias pertencentes aos estratos mais populares, onde as mulheres necessitavam trabalhar para, junto com o chefe do fogo, proverem o sustento da família. Essas mulheres podiam ainda ser os próprios chefes dos fogos, pois detectamos a presença marcante de viúvas e mães solteiras habitando na Sé. Dentre as ocupações declaradas para as mulheres livres, figuravam com maior incidência as de costureira (43,6%) e ganhadeira (16,4%), embora aparecessem lavadeiras, amas-de-leite, quitandeiras, engomadeiras e algumas que viviam de rendas (Tab. VI, em anexo).

Quanto à origem dessa população livre, vemos que para a Sé afluíam pessoas das mais variadas procedências. Os baianos (naturais de Salvador) e africanos (libertos) constituíam a maioria; entretanto, havia pessoas tanto de outras cidades do interior da Província da Bahia (Cachoeira, Nazaré, Itaparica, Maragogipe, Santo Antonio, Valença, Ilhéus), como de outras Províncias (Sergipe, São Paulo e Minas), destacando-se também a presença de muitos estrangeiros vindos de Portugal, Espanha, Itália, França, Estados Unidos e Suíça. Essa mistura de pessoas de diversas origens, constituía um traço característico da Freguesia da Sé que: juntamente com a de São Pedro, aparentava ser a preferida daquelas pessoas que para cá vinham movidos pelos mais diversos interesses.

A população da Sé, entre livres e escravos, era constituída por 36,2% de brancos, 27,5 de pardos, 20,3% de pretos, 10,9% de crioulos e 5,1% de cabras. Os escravos eram geralmente pretos (72,9%) e crioulos (19,3%), embora aparecessem os pardos (6,6%) e os cabras (1,2 %) (Tab. 10). Ainda que individualmente aqui os brancos fossem maioria, no conjunto temos a população de cor como dominante, fazendo com que os brancos ficassem por assim dizer, diluídos, dando aquela marca característica da negritude na paisagem da cidade, tão falada pelos viajantes estrangeiros que por aqui passaram no século XIX.

Tabela 10

FREGUESIA DA SÉ: QUALIDADE

QUALIDADE	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL GERAL	%
Branco	325	44,4	-	-	323	36,2
Preto	60	8,2	121	72,9	181	20,3
Crioulo	65	9	32	19,3	97	10,9
Cabra	44	6	2	1,2	46	5,1
Pardo	235	32,4	11	6,6	246	27,5
TOTAL	727	100%	166	100%	893	100%

(FONTE: Amostra Censo 1855)

O estado civil predominante era o de solteiro, com 85,8% do total entre livres e escravos, sendo essa freguesia, juntamente com a de Santo Antonio, a que apresentou o mais alto índice de pessoas solteiras. Os casados eram minoria, com um percentual de 8,7%, aparecendo esta condição apenas para os livres; sabemos, entretanto, que as pessoas se juntavam extra-oficialmente, não sendo raros os casos de concubinato como as próprias listas do Censo de 1855 nos deixam inferir. Os casos de viuvez apresentam-se com um índice considerável, sendo o mais alto dentre todas as freguesias.

Podemos dizer que em meados do século XIX a Freguesia da Sé passava por transformações em sua estrutura social, deixando se ser a Freguesia que abrigava as camadas mais abastadas da população da cidade, característica dos séculos passados, para abrigar uma população de níveis econômicos inferiores. Dessa forma, uma boa parte do parque imobiliário da freguesia, composto por grandes casarões que abrigavam uma só família, foi sendo liberado, passando a ser morada de pessoas pertencentes às camadas média e de baixa renda da sociedade, que não tinham condição de manter uma única família em um casarão, ocorrendo então a subdivisão dos mesmos, para abrigar várias famílias.

A Sé foi a freguesia que apresentou o maior percentual de pessoas morando em "*lojas*" — espaços situados geralmente nos térreos e sub-solos das edificações e que se constituíam em morada dos mais pobres, como libertos e escravos de ganho que viviam por conta própria — . Essas "*lojas*" estavam localizadas em toda a freguesia. Em nossa amostra do Censo de 1855 encontramos uma concentração delas nas ruas próximas à Praça do Palácio, como a Rua da Ajuda e a Ladeira do Aljube. Como também era grande o número de "*lojas*" na área do Maciel [22].

Encontramos na Freguesia da Sé muitas prostitutas moradoras da Rua das Portas do Carmo, Ladeira de São Francisco, Rua das Laranjeiras, Rua do Maciel de Baixo, Rua do Maciel de Cima, Cruzeiro de São Francisco, e Rua da Ordem Terceira [23]. A presença dessas prostitutas era motivo de queixas e denúncias no Jornal "*O Alabama*" pelas arruaças que faziam e pelo desrespeito ao decoro público, como nos mostra a seguinte nota:

> "*Officio ao Illm. Sr. Subdelegado da Sé, reclamando o auxilio de sua authoridade em apoio da moralidade publica torpimente vilipendiada, por umas mulheres de vida desregrada, moradoras ao Cruzeiro de São Francisco, Sobrado 15, 1º andar. Estas perdidas dão-se illimitadamente ao uso de bededeiras, e*

22. No próximo capítulo veremos com mais detalhes a questão das "*lojas*".
23. Dados tirados do Jornal "*O Alabama*" entre os anos de 1860 e 1870. Apud BAHIA. SEC., op. cit.

quando estão no pifão commethem toda sorte de desatinos, desacatando o decoro publico; tem a audacia de porem-se em fraldas de camisas; as familias da vizinhança são atrozmente injuriadas com phrases grosseiras e insultosos; e não é só, dentro de casa, que ellas praticam tais desmandos e depravações; por ocasião dos bailes mascarados pintaram a mauta na rua e fizeram mil bandaleiras; em vista do que pede-se a S.S. que empregue sua conhecida energia a fim de que tão devassas meretrizes cheguem a um melhor comportamento; o que espera-se" [24].

As denúncias de badernas na Freguesia da Sé eram frequentes pela existência de várias casas de jogos e tavernas que ficavam abertas até a madrugada, sendo antros de "*moleques vadios e mulheres perdidas*" e provocando incômodos a toda a vizinhança, como por exemplo a Taverna Curuzú situada no Terreiro de Jesus onde "*commette-se ali actos indecorosos, offensivos à moral e repugnantes à descencia*". Da mesma forma, era incômodo o samba que havia, às noites, num sobrado da Rua da Ordem Terceira, onde moravam algumas crioulas. A Rua das Laranjeiras era vista como "*valhacouto de larapios*" e o Maciel era zona propícia para arruaças pelos "*sambas desordenados, casas de jogo e ajuntamento de mulheres pervertidas na mais crapulosa orgia*" [25]. Vemos, portanto, a Freguesia da Sé apresentar características de uma população empobrecida e marginalizada, tendo sido nesta freguesia que morava o maior número de acusados na revolta dos Malês [26].

Em função do empobrecimento pelo qual passava a Sé é que justificamos o pequeno percentual de 18% de escravos aí encontrados, na medida em que as famílias não tinham condições de arcar com o sustento de muitos escravos. Por esse mesmo motivo é que encontramos um elevado número de escravos que declararam ocupação no ganho, os quais geravam uma renda a mais aos seus senhores e em muitos casos eram a

---

24. O Alabama. Salvador, 22/03/1867. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 15, p. 105.
25. O Alabama. Salvador, 20/07/1867; 15/06/1870; 05/06/1868; 23/09/1870. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 15, pp. 81, 86, 117 e 107.
26. REIS, J.J. Rebelião escrava no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 216.

única fonte de renda de seu proprietário; dentre esses escravos também deviam ser encontrados aqueles que se auto-sustentavam, morando longe de seus senhores.

3.2.2 - Freguesia de São Pedro Velho

Vizinhando-se com a Sé pelas portas de São Bento encontrava-se a Freguesia de São Pedro Velho, surgida com a expansão da cidade pelo lado sul logo que o perímetro primitivo começou a avançar nas zonas extra-muros. Criada em 1679 pelo Arcebispo D. Gaspar de Mendonças [27]. Abrigava em seus limites importantes edifícios religiosos com o Mosteiro de São Bento, a Matriz de São Pedro, a Igreja do Rosário de João Pereira, o Convento das Mercês, o Convento de Santa Tereza, o Convento da Lapa, Nossa Senhora da Piedade dos Capuchinhos Italianos, situada na Praça da Piedade, e a Igreja da Barroquinha. Nessa igreja reuniam-se mulheres nagô-iorubás da nação ketu, formando a confraria de Nossa Senhora da Boa Morte [28], e foi desse ajuntamento que surgiu aí um dos primeiros candomblés da cidade por volta de 1830 [29].

Por ser uma freguesia central, era densamente povoada e bastante movimentada, sendo passagem obrigatória para os que se dirigiam ao lado sul da cidade, em direção à Vitória. A Praça da Piedade era o centro da freguesia. Daí, pela Rua da Lapa, ia-se para a Freguesia de Santana; descendo a Rua de São Pedro chegava-se à Sé e à cidade baixa; e pela Rua do Rosário de João Pereira seguia-se para a Freguesia da Vitória (Planta 04).

---

27. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 36.
28. VERGER, Pierre, op. cit., p. 525.
29. NASCIMENTO, Iria S. Sallea. Espaço de Terreiros de Candomblé. Dissertação de Mestrado em preparação, FAU/UFBA, Salvador, 1989.

Essa praça era uma das mais movimentadas da cidade, como bem descreveu a gravura de Rugendas [30] onde vemos negros ganhadores, carregadores de cadeira com liteiras de diferentes tipos, homens e cavalos carroças, carruagens, pessoas pedindo esmolas, uma procissão religiosa - um contínuo ir e vir de pessoas num verdadeiro burburinho. Temos notícias de que nessa praça estava instalado um 'ponto' de negros, principalmente nagôs. Em seu centro localizava-se um chafariz, sendo portanto ponto de concentração de negros aguadeiros [31].

Praça da Piedade (RUGENDAS, J.M. prancha 76)

30. RUGENDAS, J.M. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979, prancha 76.

31. Este chafariz foi construído em meados do século XIX, não aparecendo portanto na gravura de Rugendas, que é de 1821/1825.

Além do canto da Praça da Piedade, existiam outros espalhados por toda a freguesia, como os cantos do Cabeça e do Largo Dois de Julho (Largo do Accioli), que eram de negras ganhadeiras, o canto do Portão de São Bento, o canto da Ladeira de São Bento, o canto do Beco do Mucambinho e o canto de São Raimundo. Todos localizados em pontos de grande movimento, como largos e praças e em confluência de caminhos. Além dos cantos, outro importante ponto de ajuntamento de negros eram as fontes e os chafarizes, existindo três na freguesia: o já citado chafariz da Piedade, a fonte do Coqueiro da Piedade, próxima à Praça da Piedade, e a fonte dos Aflitos, localizada próxima ao Largo Dois de Julho (Planta 01).

Situava-se nessa freguesia a área chamada dos Barris que se estendia até o Dique. Era um local onde se reuniam lavadeiras e onde os negros aguadeiros iam também encher seus barris para a venda de água pela cidade. Spix e Martius, por volta de 1820, assim descreveram a área:

> "*Esse fosso (Dique) estende-se, na extremidade leste do Arrabalde dos Barris, por entre outeiros revestidos, em encantadora desordem de moitas cerradas, bosques, plantações, jardins e casaria, que se prestam, já pela configuração variada do terreno, já pela vegetação luxuriante, para os mais belos passeios*" [32].

Os quarteirões da Freguesia de São Pedro sobre os quais existem dados no Arquivo do Estado em condições de serem trabalhados, são em número de seis [33], de um total de 38 [34], correspondendo, portanto, a uma amostra de 15,8%.

Também nessa freguesia, como em todas as outras da cidade, vemos a presença marcante do elemento escravo, com uma variação em torno de 30% (Tab. 8). Esse contingente de escravos mesclava-se com uma popu-

---

32. SPIX, J.B. e MARTIUS, K.F.P. von. Viagem pelo Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981; vol. 2, p. 146.

33. São os seguintes os quarteirões da Freguesia de São Pedro trabalhados por nós: 19, 209, 229 - APEB. Presidência da Província. Governo. Recenseamento 1824-1873, Maço 1602; 159 - APEB. Presidência da Província. Governo. Estatística 1844-1888, Maço 1549; 179 - APEB. Presidência da Província. Governo. Recenseamento 1855-1881, Maço 1600; 189 - APEB. Presidência da Província. Judiciário. Qualificação 1852-1876, Maço 2815.

34. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 30.

lação livre, caracterizada pela heterogeneidade nas suas funções, cor, procedência e condições sociais diversas.

Da população escrava masculina residente em São Pedro a metade (52%) era constituída por escravos domésticos, 32% por escravos com ofício (alfaiates, sapateiros, pedreiro, boleeiro e servente) e 16% por escravos de ganho. As escravas também tinham maior concentração nos serviços domésticos (80%), aparecendo um percentual significativo de ganhadeiras, que aqui comparecem com 17,2% (Tab. 11). Essa mão-de-obra escrava estava compreendida, em sua maioria, na faixa etária de 19 a 35 anos, correspondendo à sua idade mais ativa, embora encontremos também crianças escravas dedicadas aos afazeres domésticos.

Tabela 11

FREGUESIA DE SÃO PEDRO: OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS

	HOMENS	MULHERES
Serviços domésticos	52%	80%
Ganho	16%	17,2%
Com ofício	32%	2,8%

(FONTE: Amostra Censo 1855)

Traçamos o perfil ocupacional da população livre da Freguesia de São Pedro com a seguinte base: das 788 pessoas registradas, 222 declararam possuir uma ocupação, equivalendo a 28% da amostra; dessas, 81,5% eram homens e apenas 18,5% mulheres, confirmando sempre uma pequena percentagem de mulheres a declarar uma ocupação definida.

Dentre as profissões masculinas, observamos a presença preponderante dos negociantes, atingindo o percentual de 24,3%, seguidos pelos caixeiros, como profissão correlata, com 11% (Tab. V, em anexo). Por ser uma freguesia central e com estreita vizinhança com a Sé, já vemos em São Pedro o surgimento de um comércio de varejo, principalmente de calçados, loja de cera, botica, venda de molhados, padaria, etc. Não queremos com isso, afirmar de uma forma absoluta, que essas pessoas vinculadas ao comércio exerciam suas atividades na mesma freguesia em que moravam. Sabemos que Salvador era uma cidade comercial por excelência, desde os primórdios de sua fundação, e que obviamente apareciam negociantes espalhados por toda ela.

Abaixo dos comerciantes tínhamos os alfaiates, apresentando destaque no quadro ocupacional dos habitantes livres de São Pedro, concentrando um número elevado de pessoas com relação ao todo da amostra, assim como também se faziam presentes os funcionários públicos.

Habitavam também a Freguesia de São Pedro uma gama de variados profissionais, tais como os oficiais mecânicos (ferreiros, carpinteiros, marceneiros, ourives, pedreiros, canteiros, etc) e, em maiores proporções, os profissionais liberais, como médicos, advogados, músicos; e ainda tantos outros como militares, padeiros, barbeiros e tipógrafos (Tab. V, em anexo).

As mulheres livres habitantes de São Pedro que declararam possuir uma ocupação estavam concentradas principalmente na atividade de costureira, com um percentual de 31,7%, seguidas daquelas voltadas aos serviços domésticos (24,4%) e das ganhadeiras e negociantes (20%) (Tab. VI, em anexo). É relevante aqui o aparecimento de mulheres dedicadas às atividades comerciais, certamente pertencendo a categorias sociais mais baixas pois, como tivemos oportunidade de ver em textos anteriores, eram as mulheres que praticamente dominavam o comércio ambulante e das feiras livres, principalmente gêneros alimentícios — fato bastante retratado na iconografia pelas negras ganhadeiras, sempre com seus tabuleiros.

Seguindo no intuito de traçar o perfil dos habitantes de São Pedro, ao analisarmos a Tabela 12 de "*Qualidade*", observamos que os brancos constituíam maioria, com um percentual de 44,7%, seguidos dos pretos (23,9%), pardos (14,4%), crioulos (13,9%) e cabras (3,1%). As pessoas de cor, tomadas em conjunto, superavam os brancos; porém, para o caso dessa freguesia, a superioridade não era muito acentuada, aparecendo quase um equilíbrio, o que a fazia ser detentora da maior concentração de pessoas brancas dentre as freguesias que estudamos. Para os escravos isoladamente a maioria era constituída de pretos (64,4%), vindo os crioulos a seguir (28%), tendo também pequenos índices para os cabras (4%) e pardos (3,6%).

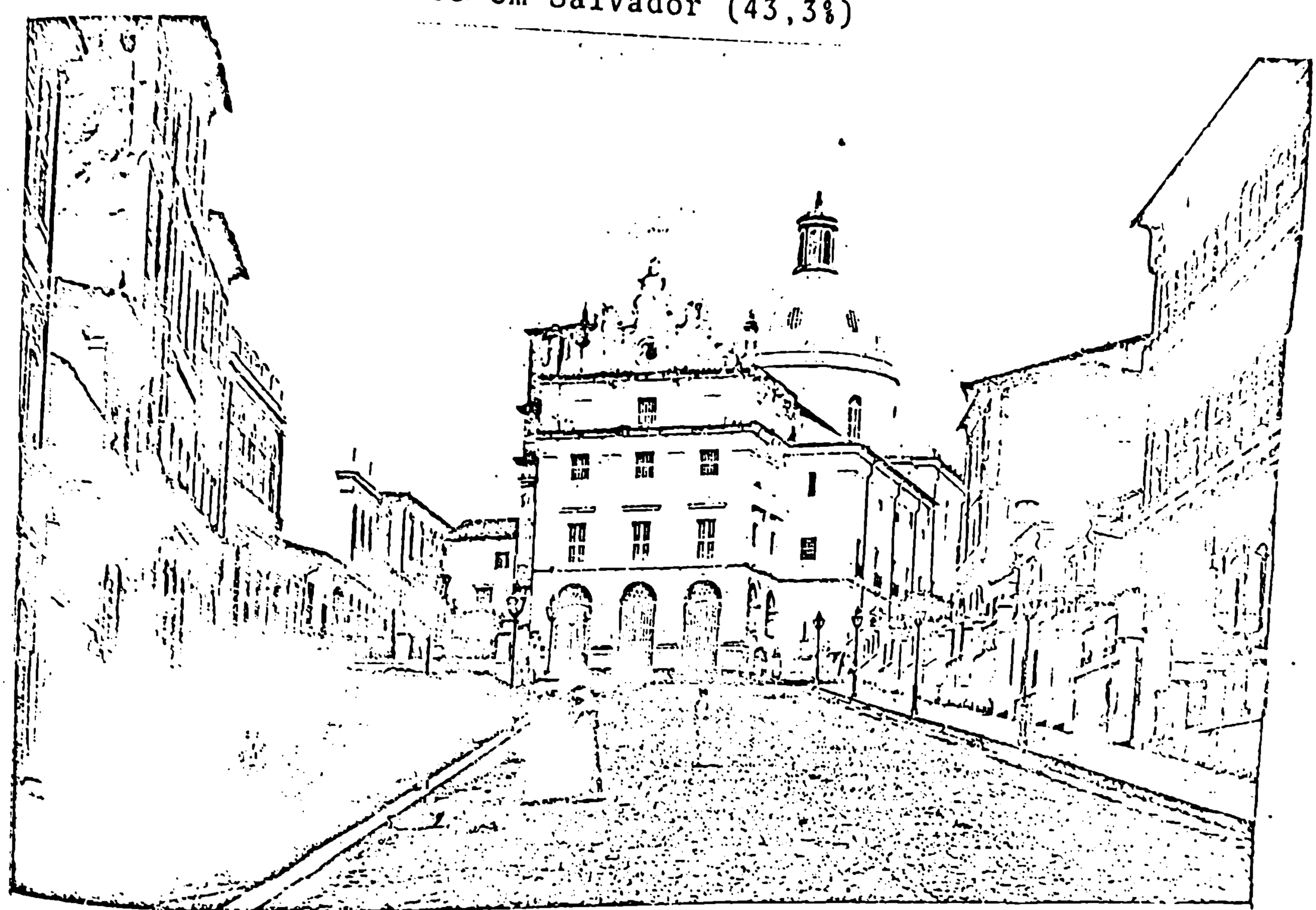
Tabela 12

FREGUESIA DE SÃO PEDRO: QUALIDADE

QUALIDADE	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL GERAL	%
Branco	496	63,4	-	-	496	44,7
Preto	55	7,0	210	64,4	265	23,9
Crioulo	62	8,0	91	28,0	153	13,9
Cabra	22	2,8	13	4,0	35	3,1
Pardo	147	18,8	12	3,6	159	14,4
TOTAL	782	100%	326	100%	1.108	100%

(FONTE: Amostra Censo 1855)

A somelhança da Freguesia da Sé, os habitantes livres de São Pedro tinham procedências bem variadas, não obstante sua maioria pertencer à própria cidade ou serem africanos (libertos). Assim eram encontradas pessoas de Cachoeira, Jaguaripe, Santo Antonio, Pernambuco, Ceará, Rio Grande, Rio de Janeiro, Portugal, Espanha, Itália, França, Alemamha e Suécia. Os escravos eram africanos em sua maioria (56,7%) ou nascidos em Salvador (43,3%)



Ladeira de São Bento (Foto feita por MULOCK, em 1860. In: FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias, 1858-1900)

Seu parque imobiliário era constituído por sobrados e casas térreas. Esses sobrados eram de dois, três e até quatro pavimentos. Muitos dos sobrados dividiam-se em habitações plurifamiliares, aparecendo também nesses sobrados as chamadas *"lojas"*. Cremos que também na Freguesia de São Pedro ocorresse um processo semelhante ao da Freguesia da Sé, embora em menor grau, onde os antigos casarões sete-

centistas, antes morada de uma única família, passam a abrigar várias, denotando uma queda no nível social da freguesia. Foi nessa freguesia que encontramos o maior número de libertos declarados no Censo de 1855, como veremos no próximo capítulo.

O percentual significativo de escravos encontrados na Freguesia de São Pedro, aproximadamente 30%, cremos ser em função do poder aquisitivo de seus habitantes, que, como podemos perceber pelo seu perfil ocupacional, pertencem, em sua maioria, aos estratos medianos da sociedade, podendo arcar com o sustento de escravos domésticos, que aparecem em 68% do total dos escravos, embora fazemos a ressalva de que eram encontradas também nesses extratos medianos pessoas que viviam do ganho de seus escravos.

O alto índice de escravos com ofício aí encontrados devia-se seguramente a existência de muitos artesãos (aproximadamente 30% dos habitantes) que podiam utilizar os escravos em suas oficinas, como também em função do nível econômico dos seus habitantes, que, sendo de níveis médios, podiam investir na qualificação de escravos para depois alugá-los, conseguindo uma renda a mais.

Tínhamos também nessa freguesia o mais alto percentual de escravos de ganho (segundo dados do Censo de 1855), com 16% para os homens e 17,2% para as mulheres. Isto se explica tanto por aí se encontrarem também pessoas pobres (muitos libertos) cuja única fonte de renda era o ganho do escravo, onde vemos um percentual de mulheres livres dedicadas ao pequeno comércio, como também era prática corrente entre pessoas da classe média utilizarem seus escravos no ganho. Do mesmo modo que, devido ao grande número de libertos, é possível que os escravos de ganho que viviam por conta própria dividissem a moradia com esses libertos.

3.2.3 - Freguesia de Santo Antonio

Foi criada em 1648 [35] e tinha como matriz a Igreja de Santo Antonio. Era uma freguesia de grandes dimensões, dividindo-se em dois Distritos: o 1º Distrito, que compreendia a parte mais urbanizada e com concentração de população, situando-se em continuidade da área do Passo, e o 2º Distrito, habitando por uma população dispersa cuja atividade econômica era a pequena lavoura, as chamadas "roças". Encontramos uma única lista do Censo de 1855 correspondendo ao 2º Distrito, onde apresenta o 11º quarteirão constituído por 51 pessoas, sendo 31 livres, 7 libertos e apenas 3 escravos; 35 pessoas declararam a lavoura como atividade profissional [36]. Essse quarteirão compreendia uma parte da área da Mata Escura, contendo 22 casas, sendo 14 cobertas de palha e 8 cobertas de telha [37].

Existiam no 2º Distrito algumas áreas com certa concentração de população, correspondendo aos eixos de expansão da cidade no século XIX (Planta 02): as ruas da Cruz do Cosme, do Pau Miúdo, e da Vala, até o rio Camurujipe, o Largo do Resgaste, a Estrada do Cabula, a Estrada de São Gonçalo, Pernambués, Mata Escura e a Estrada das Boiadas. Em meados do século XIX existiam nesse 2º Distrito 634 casas, 62% cobertas de telha e 38% cobertas de palha [38], as choupanas, denotando moradias de população pobre.

Dispersos por essa área semi-rural existiam inúmeros quilombos e terreiros religiosos, principalmente no Cabula (Planta 05). Segundo Reis, toda a cidade estava cercada por batuques e redutos de negros fugitivos, os quais não eram fixos, mudando de área conforme a re-

---

35. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., p. 101.
36. APEB. Presidência da Província. Recenseamento 1851-1877. Maço 1605.
37. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 56.
38. Ibid.

pressão policial [39]. Um desses quilombos de que se tem notícia é o do Cabula, que em 1807 foi combatido pelo Conde da Ponte [40]. Segundo Décio Freitas [41], apesar das batidas policiais esses quilombos suburbanos voltavam a se reconstituir rapidamente e os negros que aí se acoitavam trabalhavam na cidade fazendo-se passar por libertos.

A repressão policial era também exercida nos batuques, existindo posturas municipais proibindo tais ajuntamentos. O Diário da Bahia de 02/06/1859 noticia uma batida em um candomblé numa roça do Cabula [42]. O primeiro registro baiano da palavra candomblé designando um local de culto africano apareceu em um documento policial se referindo a um terreiro no Cabula, em 1826. Em 1838, tem-se registro de um candomblé em Bate Folha (Planta 05); ele era bastante conhecido, chegando até a aparecer em um mapa elaborado por um oficial que combatia a Sabinada [43].

No 1º Distrito da freguesia, estavam situados vários edifícios religiosos, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, o Recolhimento Bom Jesus dos Perdões e a Igreja e Convento de Nossa Senhora da Soledade. Além do Forte de Santo Antonio, localizado ao lado da matriz, outra importante fortaleza situava-se aí, o Forte do Barbalho, implantado um pouco fora da cidade, em um local elevado e circundado por jardins e roças [44]. O Campo do Barbalho, em frente ao referido forte, foi um dos locais a que o Conde dos Arcos, em 1814, deu permissão para que os escravos fizessem seus batuques [45].

---

39. REIS, J.J., op. cit., p. 65.
40. REIS, J.J. e SILVEIRA, Renato da. "Violência repressiva e engenho político na Bahia do tempo dos escravos". Comunicações do ISER, nº 21, out., 1986, p. 62.
41. FREITAS, Décio. Palmares: a guerra dos escravos. Porto Alegre, 1973. Apud SILVA, Marilene R. Nogueira da. Negro na rua. Sao Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1988, p. 99.
42. Diário da Bahia. Salvador, 21/06/1859. Apud BAHIA. SEC. Pelourinho Informa; Boletim Bibliográfico, 4 (3/4); jul/dez, 1978, p. 77.
43. REIS, J.J. e SILVEIRA, R. op. cit., pp. 62 e 64.
44. AUGEL, M.P., op. cit., p. 161.
45. VERGER, Pierre, op. cit., p. 335.

Não era apenas na periferia que os escravos se reuniam para seus batuques. Apesar da repressão policial, os batuques existiam por toda as áreas do centro da cidade, sendo motivo de queixas constantes da população, que se sentia ameaçada com tais ajuntamentos. O Diário da Bahia de 02/06/1859 noticia a batida na casa da parda Carlota, situada à Conceição do Boqueirão, nessa freguesia, onde se fabricava os rituais do candomblé, e elogiava os policiais dando *"honra aos cidadãos que se prestão a acabar com essas immoralidade no centro da cidade"* [46].

A arquitetura civil era composta por sobrados de vários pavimentos, principalmente na rua Direita de Santo Antonio; e as edificações térreas eram predominantes sobretudo nas ruas dos Carvões, dos Adobes, dos Marchantes e dos Ossos, com características mais populares, indicando uma população mediana ou pobre. O Jornal *"O Alabamba"* denuncia os incômodos causados por uma casa de jogos na rua dos Ossos onde *"se reunem pessoas de todo calibre, inclusive moleques captivos"*, como também pede ao sublegacia da freguesia para que mande acabar com um *"furioso quilimbo que há na loja do sobrado nº 05 a rua dos Marchantes onde se praticam as maiores indignidades"* [47].

Para a Freguesia de Santo Antonio trabalhamos, através do Censo de 1855, com cinco [48] dos seus trinta e seis quarteirões [49], correspondendo a uma amostra de 13,9%, o que nos revelou que o contingente de escravos residentes nessa freguesia era de 27,7%, constituindo presença marcante (Tab. 8).

Nesta amostra, a população escrava com ocupação declarada constituía 71,6% da mesma, com 42,2% para o sexo masculino e 57,8% para o

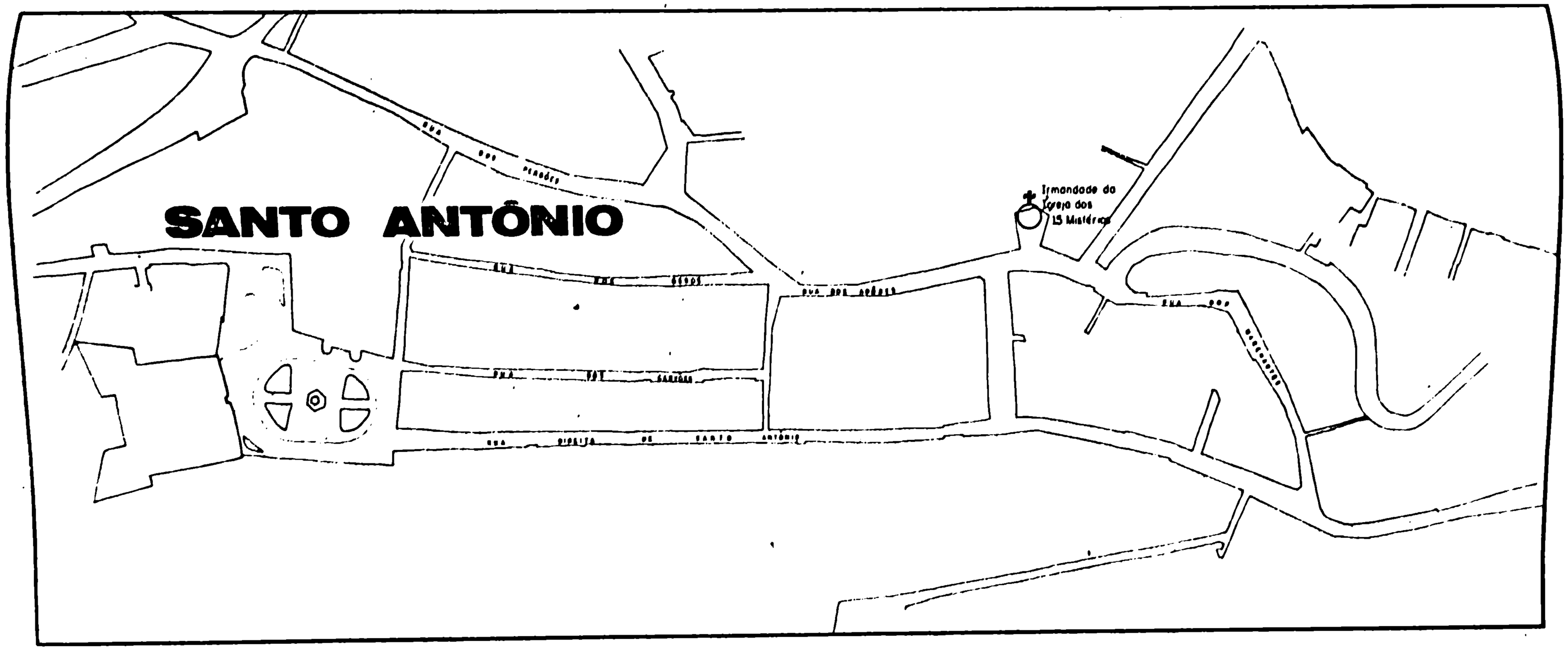
---

46. Diário da Bahia. Salvador, 02/06/1859. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 42, p. 77.

47. O Alabama. Salvador, 06/12/1864 e 22/12/1864. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 15, pp. 89-90.

48. Existem no Arquivo Público do Estado os seguintes quarteirões do Santo Antonio: 8º, 11º, 13º, 15º, 16º, 18º, 23º e 34º para o 1º Distrito; e o 11º do 2º Distrito. Porém, devido ao estado de conservação das listas, só nos foi possível trabalhar com cinco deles, que são: 13º, 16º - APEB. Presidência da Província. Judiciário. Qualificação 1852-1876, Maço 2815; 15º - APEB. Presidência da Província. Recenseamento 1851-1877, Maço 1605; 18º, 34º - APEB. Presidência da Província. Governo. Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.

49. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 30.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

UFBA

FREGUESIAS

ANA DE LOURDES RIBEIRO DA COSTA - AUTORA

sexo feminino. Vemo-los concentrados principalmente nos serviços domésticos, com 52,3% para os homens e 86% para as mulheres (Tab. 13). Encontramos no Santo Antonio um alto número de escravos (sexo masculino) dedicados à lavoura, totalizando um percentual de 26,2%, sendo a segunda atividade de maior concentração para os homens. Esse alto percentual é entendido na medida em que sabemos que a Freguesia de Santo Antonio, embora fosse urbana, era dividida em primeiro e segundo distritos, sendo o segundo constituído por inúmeras roças. Apesar de termos feito nossos levantamentos apenas no primeiro distrito, que era a área mais urbanizada, cremos que a relação de vizinhança com o segundo distrito levava a existência de roças ainda dentro dele.

Os escravos com ofício totalizavam 14,3% da amostra, sendo eles alfaiates, arreeiros, pedreiros, carpinteiros, e "*trabalha na fábrica*" — não sabemos ao certo que tipo de atividade era exercida por esses escravos na fábrica, porém preferimos enquadrá-los dentre os com ofício (artesãos) por serem necessários aos trabalhos fabris uma certa especialização, assim diferenciando-os dos domésticos e dos de "*ganho*".

Os escravos de ganho também encontram-se evidentes no Santo Antonio, apresentando um percentual de 7,2%.

Para as mulheres escravas, como já vimos, 86% exerciam os serviços domésticos, sendo o "*ganho*" a segunda atividade mais exercida com 9,6%, apresentando também um percentual de 4,4% de mulheres dedicadas à lavoura (Tab. 13).

Tabela 13

FREGUESIA DE SANTO ANTONIO: OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS

	HOMENS	MULHERES
Serviços domésticos	52,3%	86,0%
Ganho	7,2%	9,6%
Com ofício	14,3%	-
Lavoura	26,2%	4,4%

(FONTE: Amostra Censo 1855)

Os escravos domésticos começavam a exercer a atividade desde bem cedo, ainda quando criança. Encontramos no Santo Antonio um percentual de 11,5% dentre os domésticos, cuja idade ia até os sete anos. Entretanto, a faixa de idade que concentra maior número deles (43%) é dos 19 aos 35 anos, na fase adulta, seguida pela faixa dos 36 aos 60, com um percentual de 21,4%, faixa onde apresentavam ainda um certo vigor físico. Para os escravos de ganho, o maior número deles se inseria na faixa compreendida entre os 19 e 35 anos, não aparecendo nenhum caso de escravos menores de 15 anos exercendo atividades de ganho. De modo geral podemos dizer que para a Freguesia de Santo Antonio, como para as outras freguesias, a faixa de idade onde se utilizou a mão-de-obra escrava com maior intensidade foi a dos 19 a 35 anos.

Em nossa amostra a população livre masculina da Freguesia de Santo Antonio se dedicava a várias atividades como os ofícios mecânicos, com um percentual de 48%, e incluindo os sapateiros, marceneiros,

pintores, pedreiros, ferreiros, tecelãos, alfaiates, latoeiros, etc. Em seguida vinham as pessoas dedicadas ao comércio, como os negociantes e caixeiros (18,5%), aparecendo também os funcionários públicos dentre as ocupações com maiores frequências (Tab. V, em anexo).

Dentre a população livre que declarou possuir uma ocupação um pouco mais da metade (50,7%) era constituído de mulheres e 49,3% de homens, sendo essa freguesia a que apresentava o mais alto percentual de mulheres com um trabalho definido, denotando assim uma população empobrecida, onde o trabalho da mulher era necessário para a complementação da renda familiar. A ocupação feminina exercida por excelência nessa freguesia foi a de costura, com um percentual de 74%, seguida pelas atividades de negócio, com 9,7%, e aparecendo também os serviços domésticos e o "*ganho*" (Tab. VI, em anexo).

Os habitantes do Santo Antonio eram em sua maioria pardos, chegando a perfazer um terço de sua população entre livres e escravos, sendo essa freguesia a de maior concentração de pardos dentre as por nós estudadas. Para os escravos, o mais alto percentual apresentado é de pretos, com 45,6%, assim como nas demais freguesias, seguidos pelos crioulos, que juntos somam quase 90% do total da nossa amostra, aparecendo em pequeno número escravos pardos e cabras (Tab. 14).

Tabela 14

FREGUESIA DE SANTO ANTONIO: QUALIDADE

QUALIDADE	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL GERAL	%
Branco	236	36,2	-	-	236	25,8
Preto	39	6,0	120	45,6	159	17,4
Crioulo	60	9,2	114	43,3	174	19,0
Cabra	18	2,8	17	6,5	35	3,8
Pardo	299	45,8	12	4,6	311	34,0
TOTAL	652	100%	263	100%	915	100%

(FONTE: Amostra Censo 1855)

A procedência dos habitantes do Santo Antonio era pouco variada, constituindo-se quase que exclusivamente de pessoas oriundas da própria cidade para a população livre (91%), aparecendo uma pequena percentagem de africanos (6,3%), portugueses (1,8%) e de outros locais (0,9%). Os escravos eram africanos em sua maioria (59,9%) e originários da própria cidade do Salvador (40,1%), não aparecendo nenhum caso de escravos vindos de outras localidades.

Como em todas as freguesias que estudamos, através do Censo de 1855, os habitantes do Santo Antonio eram em sua maioria solteiros (85,7%) dentre os livres e escravos, aparecendo pequeno número de casados (9,8%) e viúvos (4,5%) apenas entre os livres.

Para o 1º Distrito da Freguesia de Santo Antonio, o alto percentual de escravos (27,7%) e a forma como estão distribuídos no quadro ocupacional (Tab. 13) se deve a vários fatores: a existência de pessoas pertencentes às camadas medianas da sociedade que podiam adquirir escravos para o uso doméstico, embora esse número não fosse muito alto, como era comum nas famílias mas abastadas; o índice de escravos dedicados à lavoura, é entendido na medida em que deveriam existir roças também dentro do 1º Distrito, nas áreas pouco habilitadas próximas ao 2º Distrito; a existência de grande número de artesãos que se utilizavam do trabalho escravo em suas oficinas; o percentual significativo de escravos de ganho apresentado, e que cremos ser função da população de baixa renda que habitava nessa freguesia — que, como vimos, apresentava o maior índice de mulheres livres exercendo uma ocupação, refletindo a necessidade de complementação da renda familiar para ambos os casos.

Na amostra que temos para o 2º Distrito, a lavoura figura como atividade predominante, o que achamos perfeitamente coerente na medida em que a freguesia possuía um extenso território (Planta 03) e é sabido da existência de inúmeras roças nos arredores da cidade propriamente dita, onde os viajantes estrangeiros descrevem vários

passeios [50]. Sendo lavoura de subsistência, era cultivada pelos próprios proprietários ou arrendatários, com o perfil de pequeno agricultor, que se utilizava de um número reduzido de escravos ou até mesmo de nenhum, justificando deste modo o pequeno índice de escravos aí encontrados.

3.2.4 - Freguesia de Santana

A Freguesia de Santana do Sacramento vizinhava-se com as Freguesias da Sé, São Pedro e Passo, como continuidade da área mais urbanizada e densamente povoada da cidade, e com as Freguesias de Santo Antonio e Brotas, indo seus limites até as margens do Dique (Planta 03).

Foi criada em 1673 [51] constituída de núcleos como a Palma, Mouraria, Desterro e Saúde que foram polos de ocupação desde a época da Invasão Holandesa (1624-25) consolidando desta forma o povoado da segunda linha de cumeada [52]. Possuía várias vias de comunicação com a Freguesia da Sé, centro das decisões políticas, administrativas e comércio de varejo, e através dela, com a cidade baixa. Pelo bairro da Palma, descendo a Ladeira da Palma, atingia-se o Largo do Guadalupe e a Ladeira da Praça; do bairro da Saúde, através da Ladeira do Alvo e Ladeira da Saúde, chegava-se à Baixa dos Sapateiros e ao Taboão; do Desterro atingia-se o Largo de São Miguel, subindo daí para o Pelourinho. Pelo eixo sul, através da atual Avenida Joana Angélica, comunicava-se com a Freguesia de São Pedro Velho. Indo em direção norte chegava-se ao Campo de Nazaré, onde exis

---

50. No Romance "O Feiticeiro", Xavier Marques também se refere às roças nos arredores da cidade, para onde se ia em grupos fazer passeios.

51. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., p. 101.

52. UFBA. CEAB. Evolução física de Salvador. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979, vol. 2, p. 47.

SANTANA
DO
SACRAMENTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO
FREGUESIAS
ANA DE LOURDES RIBEIRO DA COSTA - AUTORA

te do Gravatá, também uma área de forte presença negra.

Além dos cantos e fonte já citados, identificamos ainda na Freguesia de Santana o canto da Mangueira e as Fontes das Pedras, localizada na Ladeira que dava acesso à Freguesia de Brotas, e a do Dique, sendo portanto área de concentração de negros (Planta 01).

Além da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento e Santana, existiam a Capela de Santo Antonio da Mouraria, de Nossa Senhora do Rosário do 1º Regimento e de Nossa Senhora da Saúde, o Convento de Religiosas de Santa Clara do Desterro e o Hospício de Nossa Senhora da Palma [55].

Localizava-se nessa freguesia o Quartel das Forças Armadas na Mouraria e um Corpo de Guarnição fixa do Comando de Armas, na Palma, bem como o Hospital Regimental, além de uma Escola de Ensino Público de Instrução Secundária, o Liceu, localizado no Hospício da Palma [56].

Para a Freguesia de Santana, encontramos uma única lista correspondente ao terceiro quarteirão que, embora não esteja datada, cremos pertencer ao Censo de 1855 [57]. Passaremos a dar agora os dados encontrados nesse quarteirão, correspondente à Ladeira da Saúde. Embora seja apenas um único quarteirão, consideramos a amostra significativa na medida em que era bastante populoso.

---

55. VILHENA, L. dos Santos, op. cit., p. 47.

56. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 84.

57. Devido às características da mesma, que conta com o mesmo tipo e disposição de informações das outras listas, ou seja: Rua, nº de casa, nº de fogo, nome, sexo, idade, estado, qualidade, naturalidade, condição, profissão e observação. Essa quantidade detalhada de informações é bem característica do Censo de 1855. Os outros documentos existentes da época sobre relação de pessoas eram mandados fazer por Delegacias de Polícia, pelas Paróquias, ou listas eleitorais, não contendo um nível detalhado de informações. APEB Presidência da Província. Recenseamento 1851-1877, Maço 1085.

Tínhamos no 3º quarteirão de Santana 250 habitantes, dos quais 161 possuíam o estatuto legal de livres e 89 de escravos, o que corresponde ao elevado percentual de 35,6% de escravos (Tab. 8).

Dessa amostra um percentual de 35,5% de escravos declarou possuir uma ocupação; desses, 63% eram homens e 37%, mulheres. Dentre os homens, os escravos com ofício eram maioria, (88,2%), tais como calafates, carpinteiros, pedreiros, barbeiros e padeiros, embora existissem casos de escravos dedicados ao ganho (11,8%). Não aparece na nossa amostra escravos homens exercendo serviços domésticos. Para as mulheres escravas a atividade do ganho foi predominante (50%), aparecendo ainda casos de escravas do serviço doméstico (20%) (Tab. 15).

Tabela 15

FREGUESIA DE SANTANA: OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS

	HOMENS	MULHERES
Serviços domésticos	-	20%
Ganho	11,8%	50%
Com ofício	88,2%	30%

(FONTE: Amostra Censo 1855)

Neste quarteirão encontraremos uma maior concentração de homens livres ligados aos ofícios mecânicos como os carpinteiros, sapateiros, caixeiros, pintores, marceneiros, calafates, barbeiros, pedreiros, dentre outros — profissões características das categorias sociais mais baixas que Mattoso classificou como pertencentes

ao terceiro grupo dentro da hierarquização social [58]. Em seguida vinham os ligados ao comércio. Eram encontradas também funcionários públicos, boticário, médico, ganhador, etc (Tab. V, em anexo).

Dos habitantes livres que declararam possuir uma ocupação, 16% eram mulheres, concentrando-se na atividade de negócio e aparecendo também a ocupação de lavadeira, engomadeira e serviços domésticos (Tab. VI, em anexo).

Encontramos na Ladeira da Saúde, vários imóveis subdivididos em fogos, constituindo habitações plurifamiliares e denotando uma população pertencente aos estratos mais populares. Nesta mesma ladeira, porém, morava o negociante Caetano Alberto de França, possuidor de 19 escravos.

O perfil de qualidade dos habitantes, entre livres e escravos, desse quarteirão aponta um equilíbrio entre crioulos (27,5%), pretos (26,8%) e brancos (26,8%), estando os pardos presentes em menor número (18,5%) e aparecendo ainda um caso de cabra (Tab. 16). Vemos portanto, que a população de cor, atingindo o percentual de 73,2%, supera em muito os brancos.

Para os escravos tomados isoladamente vemos que eles dividiam-se entre pretos (63,2%) e crioulos (34,5%), sendo que os primeiros constituíam a maioria deles, como era comum para todas as freguesias. Não temos aí casos de escravos cabras (Tab. 16).

58. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., p. 164.

Tabela 16

FREGUESIA DE SANTANA: QUALIDADE

QUALIDADE	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL GERAL	%
Branco	65	41,7	-	-	65	26,8
Preto	10	6,4	55	63,2	65	26,8
Crioulo	37	23,7	30	34,5	67	27,5
Cabra	1	0,7	-	-	1	0,4
Pardo	43	27,5	2	2,3	45	18,5
TOTAL	156	100%	87	100%	243	100%

(FONTE: Amostra Censo 1855)

Pessoas oriundas da própria cidade constituíam a grande maioria (78%) dos habitantes livres do quarteirão; afora esses, temos um percentual de portugueses de aproximadamente 12% e alguns casos de pernambucanos, franceses e africanos libertos. Para os escravos a maioria era originária da África (65%) e 35% nascidos em Salvador.

Apesar de em nossa amostra para a Freguesia de Santana, os seus habitantes livres terem se apresentado com uma predominância de ocupações características dos estratos mais populares da sociedade, sabemos da existência de famílias com um nível econômico mais alto como o já citado negociante Caetano de França ou o português Joaquim da Matta, possuidor de sete escravos, o que nos faz crer que era a presença dessas famílias que reforçava um maior número de escravos aí existentes. Como também a presença de muitos artesãos pode justificar o significativo índice de escravos com ofício, onde

temos o exemplo do barbeiro morador da casa nº 12 da Ladeira da Saúde que possuía dois escravos também barbeiros.

O aparecimento significativo das escravas ganhadeiras se deve tanto ao nível econômico mais baixo de seus habitantes como ao fato de algumas viverem longe dos seus senhores, dividindo a moradia com libertos, como era o caso da escrava Maria que morava com a liberta Anna Luiza, na casa nº 21 da Ladeira da Saúde. Encontramos também nesse quarteirão a presença de várias *"lojas"* nos imóveis subdivididos e que constituíam opção de moradia para a camada mais pobre.

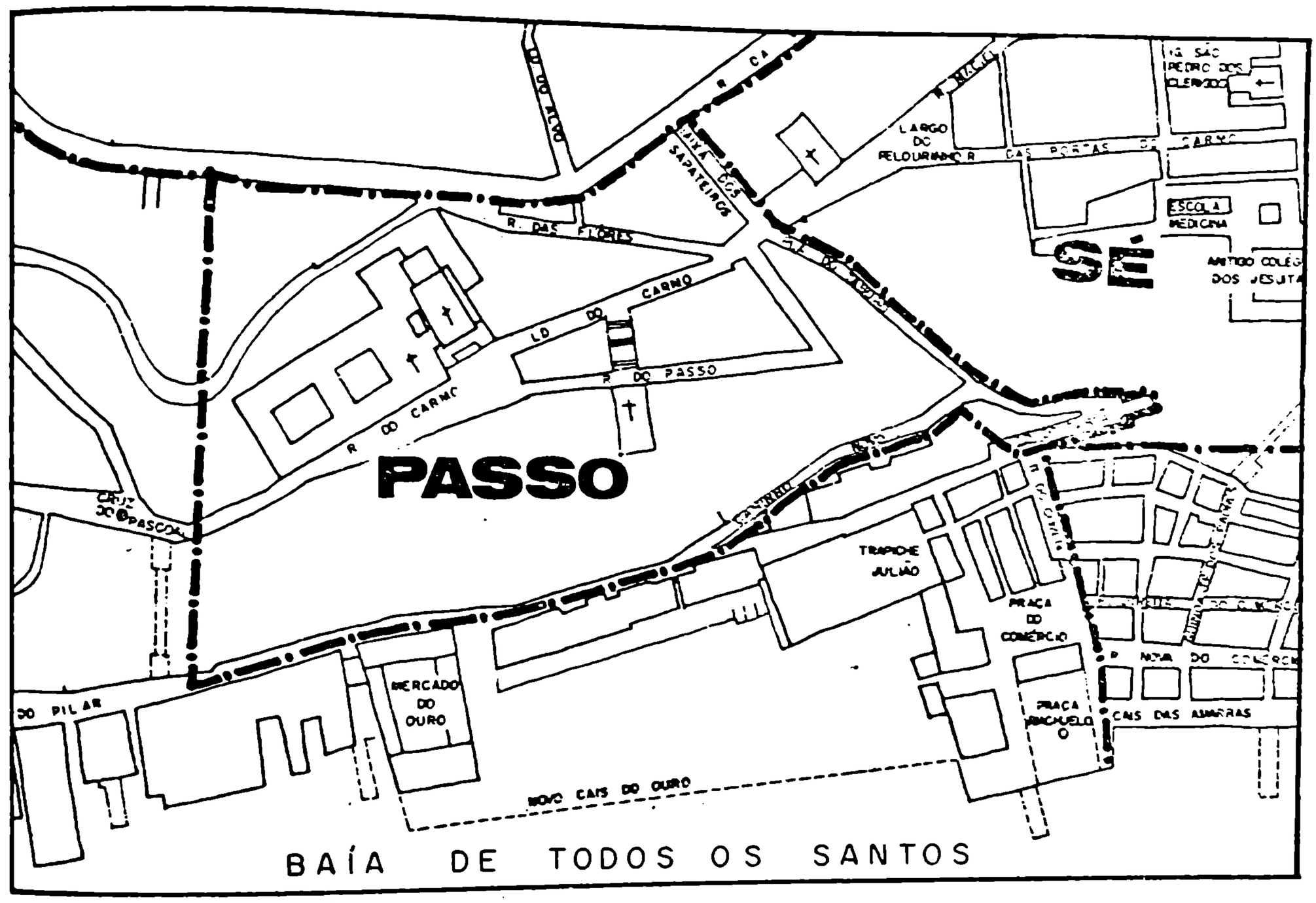
3.2.5 - Freguesia do Passo

Era a freguesia que possuía a menor área da cidade, ocupando uma posição central e praticamente espremida entre as freguesias da Sé, Santana, Santo Antonio e Pilar. Composta por poucas ruas, como as ruas do Taboão, do Caminho Novo, do Passo, do Carmo e das Flores, apresentava dois largos: o da Baixa dos Sapateiros e o do Carmo. Foi criada como desmembramento da Sé em 1718 [59]. Apresentava um conjunto arquitetônico setecentista bastante denso. com sobrados de vários pavimentos e poucas casas térreas, o que possibilitava uma alta densidade populacional apesar de sua pequena extensão. Entre os casarões, situavam-se a Igreja do Santíssimo Sacramento na rua do Passo, e a Igreja e Convento do Carmo.

Em meados do século XIX era habitada por uma população constituída por representantes dos vários segmentos da sociedade, encontrando-se tanto famílias tradicionais, cujos chefes eram profissionais li

59. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 37.

berais ou negociantes, como também funcionários públicos e muitos pardos, crioulos e pretos pertencentes às camadas mais pobres. Muitas mulheres declararam ocupação de costureiras e quitandeiras. Vale salientar que os negociantes aí residentes eram de mediana categoria pela observação do número de escravos que possuíam [60].



Pelos dados do Censo de 1872, a Freguesia do Passo contava com 3.198 pessoas livres e 438 escravos, representando 12% do total da população da freguesia [61].

Notícias de jornais de meados do século XIX permite-nos inferir que a degradação social da Freguesia da Sé já começava a invadir a

60. Ibid. pp. 86-88.
61. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., pp. 134 e 136.

Freguesia do Passo, onde vemos denúncias sobre a falta de asseio das ruas, em função do mau hábito das pessoas de jogarem o lixo e águas sujas do interior dos sobrados, atingindo os transeuntes:

"*Ao fiscal da Freguesia do Paço, ordenando-lhe que faça effectiva a respectiva multa aos moradores da Rua das Flores, os quaes costumam à noite despejar agoas putridas o excrementos para a rua dando não poucas vezes tão aromáticos banhos em quem por alli passa. Cumpra*" [62].

Queixas contra a algazarras e badernas também eram frequentes, como a intimação dirigida ao dono de um botequim à rua das Flores para parar com as *immoralidades e voseiras que em sua casa tem lugar*", ou ainda pedindo a intervenção do subdelegado da rua do Paço para a "*extinção da depravada assuada que fazem as filhas da noite na Ladeira do Caminho Novo*" [63].

Observamos também a ocorrência nas ruas dessa freguesia de vários distúrbios envolvendo escravos, como a prisão do escravo africano Elias por espancar a também escrava Maria Rosa [64].

3.2.6 - Freguesia de Nossa Senhora da Vitória

É considerada por Vilhena a freguesia mais antiga da cidade por terem aí se instalado os primeiros povoadores, erigindo a Matriz de Nossa Senhora da Vitória "*no cimo da montanha, na enseada que vem fazendo a ponta da Barra para dentro da Baía*" [65]. Nesta freguesia se estabeleceram Diogo Álvares e, posteriormente, o donatário da capitania, Francisco Pereira Coutinho, fundando a Vila Velha [66]

---

62. O Alabama. Salvador, 04/10/1867. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 15, p. 73.
63. O Alabama. Salvador, 10/09/1864 e 23/09/1870. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 15, pp. 79, 80 e 106.
64. Diário da Bahia. Salvador, 22/05/1858. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 42, p. 99.
65. VILHENA, L. dos Santos, op. cit., p. 49.
66. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 35.

Foi instituída como freguesia em 1552, juntamente com a da Sé [67].

Apesar de ter em seus limites núcleos primitivos de povoamento, a cidade se desenvolveu na Freguesia da Sé, ficando a Vitória na área extra-muros, com uma população pequena e dispersa, vindo somente no século XIX a ter uma população mais concentrada na área do Corredor da Vitória, Campo Grande, Canela, Graça e Garcia (Planta 02), quando as famílias mais abastadas, abandonando as freguesias centrais, aí se estabeleceram. Afora a área do Corredor da Vitória e suas proximidades, a freguesia assumia características rurais com um povoamento esparso e seus habitantes vivendo do cultivo da mandioca, hortaliças e árvores frutíferas, além de pescadores que viviam da caça da baleia [68]. O viajante americano Kidder, em 1839, relata ter visitado o principal estabelecimento ligado à pesca da baleia na cidade localizado nas fraldas do Morro de Santo Antonio [69].

Nessa freguesia havia várias igrejas filiais: Santo Antonio da Barra, Senhor dos Aflitos, São Lázaro, Santana do Rio Vermelho, Madre de Deus, e Nossa Senhora da Conceição da Graça dos Religisos Beneditos [70].

O bairro da Vitória era um dos locais mais visitados pelos viajantes estrangeiros no século XIX, apontado como o local preferido de residência dos cônsules estrangeiros e grandes negociantes. Segun-

---

67. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., p. 100.
68. Ibid., p. 117.
69. KIDDER, Daniel P. Reminiscências de viagens e permanências na província do norte do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 26.
70. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 35.

do Kidder:

"Não conseguiríamos apontar lugar algum que rivalizasse com o que na Bahia chamam o Morro da Vitória ... as vantagens parecem-se concentrar todos num único bairro, de modo a não deixar dúvidas, ao estrangeiro, quanto à escolha da localização de sua residência. No Morro da Vitória encontram-se os mais belos jardins da Bahia, as mais encantadoras alamedas e as mais vastas extensões de sombra. Aí se acham, também, as melhores casas, o melhor clima, a melhos água e a melhor sociedade" [71].

Avé-Lallemant, em 1859, também se refere à Vitória como o lugar mais encantador para morar pela maravilhosa paisagem da Baía e pela vegetação exuberante existente na área, observando também a existência de bonitas casas em meio a jardins [72].

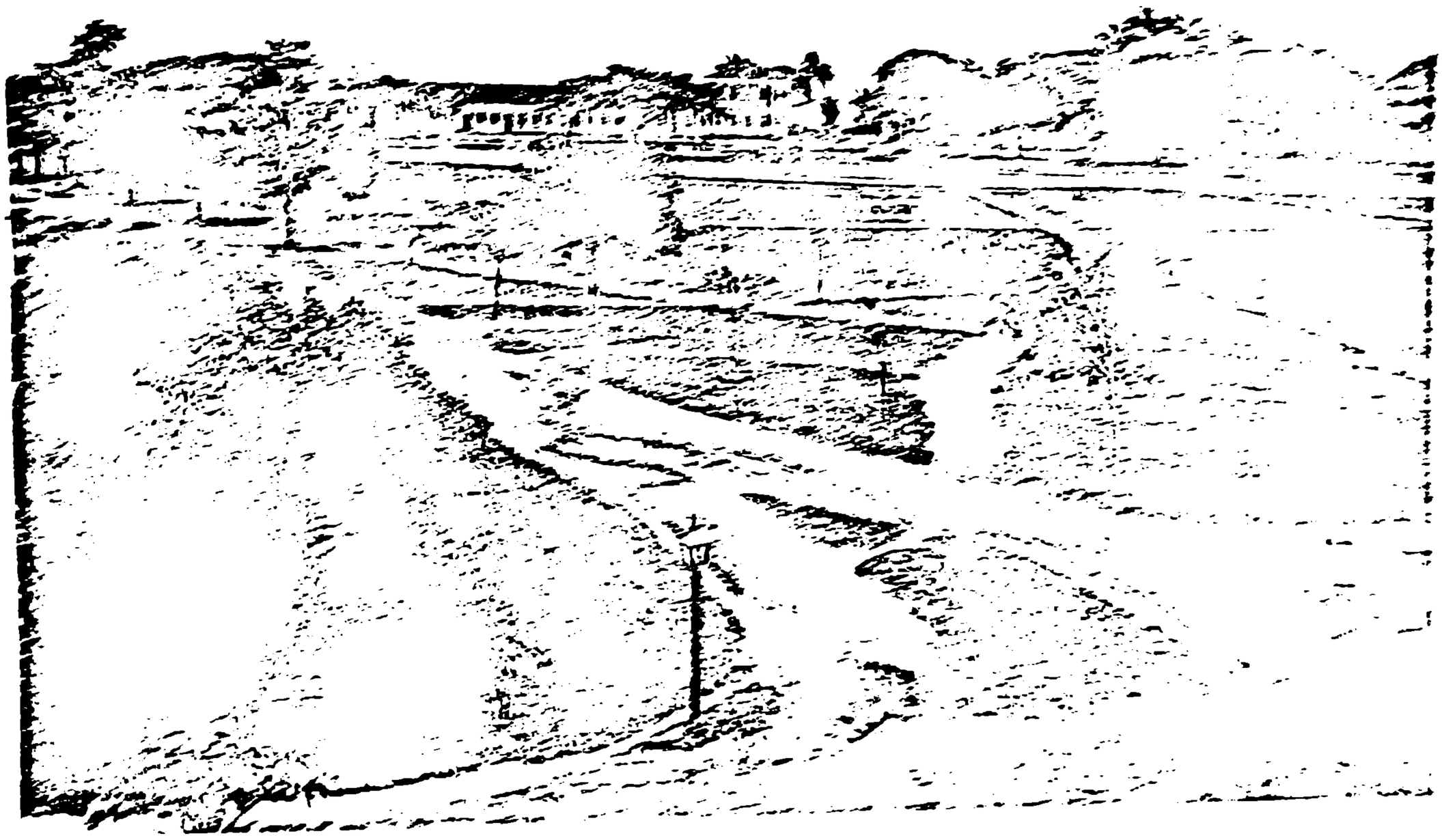
Também segundo Habsburgo, era nessa freguesia que se estabelecia o corpo consular:

"Em cada casa da Vittoria ergue-se para o céu o mastro inevitável, já que cada uma delas abriga um cônsul qualquer ... atrás de grades ricamente trabalhadas, vêem-se cintilar e brilhar, como que numa cesta ou num engaste de jóia, as mais preciosas plantas do globo, com milhares de flores, na mais maravilhosa composição de cores e banhadas pela luz dourada do sol" [73].

Em 1860, a área do Corredor da Vitória é descrita por Habsburgo como "uma rua reta, larga, ladeada de algumas casas de campo" conduzindo à "grande praça da Vittoria", que é o atual Campo Grande. Esta praça era um gigantesco campo de treinamento, com uma área ampla e plana, em volta da qual achavam-se "casas graciosas e claras, com encantadores jardinzinhos... casas em geral, em leve estilo

71. KIDDER, D.P., op. cit., pp. 53 e 54.
72. AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 26.
73. HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: FCBa., 1982, pp. 78 e 79.

grego ou italiano", que traziam em si a marca da moradia de novos-ricos [74]. Para a praça convergiam vários caminhos. Era o ponto de ligação da freguesia com a área central da cidade e funcionava como foco radial, de onde partiam os principais vetores de povoamento da freguesia: Corredor da Vitória, Estrada do Garcia e Canela (Planta 02). Estava aí localizado um canto de negros ganhadores.



Praça do Campo Grande (Foto feita por GAENSLY, em 1873. In: PEPPEL, Silberto. Bahia: velhas fotogravias, 1858-1900)

Sem falarmos de segregação espacial de forma rígida, podemos dizer que as áreas do Corredor da Vitória, Graça, Garcia e Canela abrigavam uma população pertencente à camada mais alta da sociedade. O Corredor da Vitória era sobretudo onde aparecia, de forma mais clara, os contornos dessa segregação.

74. Ibid.

Dentro dos limites da freguesia existiam ainda dois núcleos de povoamento, a Barra e o Rio Vermelho.

O Rio Vermelho era um povoado de pescadores, contando em 1817 com mais de cem cabanas, segundo observou Tollenare [75]. Dentre seus habitantes muitos eram ex-escravos. Em 1827 sua população era composta por 50 brancos, 50 escravos, 900 libertos e 40 mulatos e cabras, segundo pesquisa feita por um cônsul britânico, e sendo a pesca sua atividade principal [76]. Avé-Lallemant aí esteve em 1859 e observou "*bonitas e alegres casas, bem protegidas contra a arrebentação do oceano por agudos rochedos, por entre os quais o elemento verde do mar se transforma em nívea espuma, murmurando ininterruptas melodias*" [77].

Na povoação da Barra também se concentrava uma população de pescadores, habitando em casas térreas de porta e janela e construídas de pau-a-pique.

Na área semi-rural da freguesia constatamos a presença de terreiros de candomblé existentes ainda hoje, como o do Engenho Velho ou Casa Branca, instalado aí desde 1855, o do Gantois, na Federação, do qual se tem notícias de sua instalação por volta de 1885, e o Bogum, de tradição Jeje, também instalado nessa área no século XIX (Planta 05) [78].

A população escrava da Freguesia da Vitória era bastante numerosa, contando, em 1849, com 1.121 escravos, sendo 648 homens e 473 mulheres, onde os homens eram maioria, constituindo 58% do total [79] (Tab. VII, em anexo).

---

75. TOLLENARE, L.F. de. Notas dominicais, tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Bahia, Livraria Progresso, 1956. Apud AUGEL, M.P., op. cit., p. 169.
76. VERGER, Pierre, op. cit., p. 526.
77. AVÉ-LALLEMANT, Robert, op. cit., p. 30-
78. NASCIMENTO, Iris S. Salles, op. cit.
79. "*Relação dos escravos africanos e nacionais residentes na Freguesia da Vitória - 1849*". APEB. Presidência da Província. Série - Polícia. Subdelegado 1836-1889. Maço 3005-I.

Dos 1.121 escravos, apenas 10% não tiveram suas ocupações declaradas, incluindo-se crianças e idosos. A população masculina estava concentrada em sua maioria nos serviços domésticos (serviço da casa, criado, cozinheiro, copeiro, lacaio), representando 50,9% do total dos escravos homens com ocupação declarada. Em seguida vinham os escravos que trabalhavam nas roças, representando um percentual de 26,1%. Os escravos com ofício também se faziam presentes de forma significativa, concentrando 14,4% dos escravos homens que declararam ocupação; dentre estes, estão os que trabalhavam na fábrica de rapé, os carpinteiros, sapateiros, pedreiros, alambiqueiros, marceneiros, etc. Os escravos de ganho apareciam em 5,7%, divididos explicitamente entre ganhadores (45,5%) e carregadores de cadeira (54,5%). E com uma ocorrência mais baixa, de 2,9%, dedicavam-se aos serviços do mar como os pescadores, remadores de saveiro e marinheiros (Tab. 17).

As mulheres escravas, assim como os homens, em sua grande maioria enquadravam-se na categoria dos domésticos (serviço da casa, cozinheira, ama, criada, lavadeira, compradeira), representando 82,1% do total das escravas com ocupação declarada. Em segundo lugar apareciam as escravas dedicadas ao serviço das roças, com um percentual de 10,5%. As escravas de ganho (ganhadeiras, quitandeiras, verdureiras, *"serviço de rua"*, *"vende caixinha"*) estavam presentes também nessa freguesia, com um percentual de 5,4%, índice semelhante ao dos homens. Em menor número, apareciam ainda, as escravas com ofício, representadas pelas costureiras, que constituem 2% do total das escravas que declararam possuir uma ocupação (Tab. 17).

Tabela 17

FREGUESIA DA VITÓRIA: OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS

	HOMENS	MULHERES
Serviços domésticos	50,9%	82,1%
Ganho	5,7%	5,4%
Com ofício	14,4%	2,0%
Lavoura	26,1%	10,5%
Serviço do mar	2,9%	-

FONTE: "*Relação dos Escravos Africanos e Nacionais residentes na Freguesia da Victoria - 1849*".

De modo geral, entre homens e mulheres, vemos que os domésticos constituíam a grande maioria da população escrava residente na Vitória, o que está em conformidade com as demais freguesias, exceto a Penha. O aparecimento desse grande número de escravos domésticos é perfeitamente entendido na medida em que vimos residirem aí pessoas pertencentes aos mais altos estratos da sociedade, como os cônsules e grandes negociantes, a exemplo do Sr. Querino Antonio, morador do 14º quarteirão, possuidor de 34 escravos, sendo dez do serviço doméstico, quinze da lavoura, cinco carpinteiros, três pedreiros e um marinheiro. Ou o Sr. Francisco Vasconcelos Bitencourt, possuidor de 20 escravos, ou ainda o Sr. Manoel Ignácio de Mello, que possuía 14 escravos sendo 10 do serviço doméstico.

O caráter semi-rural da Freguesia da Vitória, com a existência de grande número de roças, vai justificar o aparecimento da lavoura como a segunda atividade que concentrava o maior número de escravos, tanto homens quanto mulheres, residentes na freguesia. Temos,

dentre outros, os exemplos do Capitão Manoel Ignácio Paim, possuidor de 20 escravos sendo 11 dedicados à lavoura, e da D. Maria Jacintha D'Aguiar que, dentre os seus 14 escravos, 9 eram do serviço da roça. Cremos que o perfil dos proprietários de roças na Freguesia da Vitória diferia dos existentes na Freguesia de Brotas: na primeira o maior número de escravos pertencia às camadas mais abastadas, enquanto na última eles pertenciam geralmente a pessoas pobres e, em número significativo, eram libertos. Na Vitória, através do documento estudado, também vimos aparecerem libertos possuidores de escravos, só que não trabalhando em roças e sim nos serviços da casa e do ganho.

O pequeno número de escravos de ganho aí residentes deve-se ao alto nível econômico de grande parte de seus habitantes, que não necessitavam do ganho do escravo para a complementação de sua renda.

Os escravos com ofício apareciam com um índice muito pequeno entre as mulheres, representadas pelas costureiras, que podiam tanto trabalhar apenas no âmbito da casa do seu senhor, o que seria lógico em função do alto nível econômico dos mesmos, como vender o produto do seu trabalho para fora da casa do seu proprietário. Os homens artesãos eram em maior número, em função talvez da fábrica de rapé aí existente, que absorvia quase 40% da mão-de-obra artesã declarada no documento pesquisado; devido ao elevado padrão econômico de muitos de seus habitantes, estes artesãos também podiam executar seus serviços apenas na residência de seu senhor. Entretanto, a Vitória não era habitada exclusivamente pelas famílias mais abastadas da cidade, existindo segmentos médios da sociedade que poderiam utilizar os escravos artesãos para o aluguel.

3.2.7 - Freguesia de Nossa Senhora de Brotas

Foi criada em 1718 [80] e além da Matriz de Nossa Senhora de Brotas possuía três capelas filiais: a de Nossa Senhora da Luz, na Pituba, a de Nossa Senhora da Boa Vista e a de Santo Antonio [81].

Das freguesias urbanas, a de Brotas era a que possuía a maior área, indo seus limites do Dique até Itapuã:

> "*Divide com a Freguesia de São Pedro, e com a de Santa Ana pela parte do sul, no Dique que por aí circula a cidade; e pela parte do norte divide com a Freguesia de Santo Antonio do Carmo; pelo leste com a de Santo Amaro de Ipitanga, e por aí corre pela costa ocupando de norte a sul mais de quatro léguas, e duas e meia de leste a oeste*" [82].

Apesar de ser considerada urbana, essa freguesia tinha um caráter semi-rural, sendo habitada por uma população dispersa em seu grande território. Apresentava apenas alguns núcleos com concentração de população situados em volta da Matriz de Nossa Senhora de Brotas, em Boa Vista e na Armação do Gregório [83]. Podemos ver através da planta 03 que o povoamento se dava principalmente nas linhas de cumeada, ao longo das estradas: atual Av. D. João VI, seguindo ao núcleo da matriz; atual rua Cosme de Farias indo em direção a Quinta das Beatas; e a estrada que ligava ao Matatu. O acesso a esses principais caminhos se fazia pela Ladeira da Fonte das Pedras na região de Nazaré, Freguesia de Santana, sendo portanto o ponto de ligação da Freguesia de Brotas com a área central da cidade (Planta 04).

---

80. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., p. 101.
81. VILHENA, L. dos Santos, op. cit., p. 48.
82. Ibid.
83. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 48.

Na demarcação dos limites da cidade para o pagamento da décima urbana (1857), a área da freguesia, compreendia nesses limites, correspondia à parte das três estradas citadas, denotando portanto que todo o restante da freguesia era praticamente rural, não existindo aglomeração de casas que justificasse o pagamento do imposto sobre as edificações urbanas (Planta 03).

A atividade predominante de sua população era a lavoura de subsistência, com o cultivo da mandioca e hortaliças nas chamadas roças, onde também se criava gado leteiro. Dedicavam-se ainda à pesca, nas armações de baleia [84], valendo salientar que grande parte da Freguesia de Brotas se limitava com o mar, estendendo-se desde aproximadamente Itapuã até o Rio Vermelho.

Encontramos no Arquivo do Estado da Bahia uma "*relação dos africanos libertos residentes na Freguesia de Brotas*", elaborada pela subdelegacia de Nossa Senhora de Brotas e datada de 13 de janeiro de 1849 [85], onde é listado um total de 232 libertos, sendo 101 homens e 131 mulheres (Tab. VIII, em anexo), todos com idade a partir dos 30 anos, exceto um liberto com 22 anos.

A grande maioria desses libertos exercia suas atividades na lavoura, que concentrava 90% dos homens e 54,2% do total das mulheres listadas. O restante dos homens libertos exercia atividades de alfaiate, ganho, negócio, carpina, pedreiro, sapateiro, marchante e caixeiro.

As mulheres libertas, depois da lavoura, se concentravam nos serviços do ganho (ganhadeiras, negócio, quitandeiras e venda) representando 33% do total. Os serviços da casa, como ocupação declara-

---

84. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., p. 117.

85. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Série: Governo e Judiciário. Maço 2880-I.

da, apresentava o baixo índice de 5,3% de libertas, embora saibamos que pelas baixas condições econômicas dos libertos, a maioria das mulheres que exercia as atividades da lavoura e do ganho também devia ser responsável pelos serviços domésticos de sua residência. Aparecem ainda residindo nessa freguesia mulheres que viviam da mendicância (3%). Apenas 4,5% do total das libertas relacionadas não tiveram suas ocupações declaradas.

Segundo dados do Censo de 1872 [86], a Freguesia de Brotas contava com 594 escravos correspondendo a 11,6% do total de sua população. Continuava escassamente habitada, com 4,7% da população da cidade, índice considerado pequeno em função da grande dimensão de seu território.

Pesquisando em listas de qualificação eleitoral, Anna Amélia Nascimento deduz que viviam ali em sua maioria pessoas pobres e de cor, habitando em roças, sendo registrada também a presença de descendentes do Visconde do Rio Vermelho, rico proprietário de terras nessa área. Através de correspondências oficiais do Juiz de Paz da freguesia, Nascimento identificou a existência de libertos, que muitas vezes eram acusados de induzirem escravos a fugir dos seus senhores e os acolhiam, dando-lhes trabalho em suas roças, já tendo o referido juiz devolvido aos seus donos mais de 400 escravos[87].

A existência de quilombos e terreiros na Freguesia de Nossa Senhora de Brotas era evidentes dado seu caráter semi-rural. Em 1814, alguns comerciantes temerosos com as revoltas escravas elaboraram um documento explicitando o perigo que constituíam os ajuntamentos de negros como os "*batuques*", e observando o fraco policiamento da Casa da Pólvora, situada no Matatu, pois essa área era cercada por "*aldeias de negros fugitivos*" [88].

---

86. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., pp. 134 e 136.
87. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 89.
88. VERGER, Pierre, op. cit., p. 335.

Muitos candomblés aí localizados (Planta 05), constituem hoje importantes e tradicionais casas de culto africano, como o Alaketu, de Olga de Iansã cuja notícia de instalação no Matatu remonta a 1865 e o terreiro Ilê Ogum Ja, do babalorixá Procópio [89]. Na Quinta das Beatas também existia um batuque, como vemos nesta nota do Jornal da Bahia de 12/02/1859:

> *"Foram presos e colocados à disposição da polícia, por terem se reunido em batuques no lugar chamado Quinta das Beatas, 42 indivíduos, dos quais eram escravos; havia 17 homens e 25 mulheres, 4 mulatos escuros, 8 crioulos e 30 africanos"* [90].

Temos notícia ainda de um candomblé Jeje no Acupe de Brotas, o qual foi invadido pela polícia, em 1829 [91].

Infelizmente não temos listas do Censo de 1855 para essa freguesia nem tampouco outros censos para o meado do século XIX, que nos permitam avaliar com maior precisão a população escrava aí residente. Entretanto, sua principal atividade econômica era a lavoura de subsistência, que determinava o baixo nível de renda de seus habitantes. A lavoura, por sua vez, era uma atividade econômica que não demandava grande utilização de mão-de-obra escrava; o trabalho nas roças era geralmente exercido pela própria família do lavrador, nem sempre com o auxílio de escravos — mesmo porque os lavradores não tinham capital suficiente para adquirí-los. Com base no exposto, podemos inferir que era pequeno o número de escravos na freguesia.

---

89. NASCIMENTO, Iris S. Salles, op. cit.

90. Jornal da Bahia. Salvador, 12/02/1859. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 53

91. REIS, J.J. e SILVEIRA, R., op. cit., p. 63.

3.2.8 - Freguesia de Nossa Senhora do Pilar

Situada na cidade baixa, foi criada em 1717 como desmembramento da Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, que a esse tempo se estendia até o mar. Sua ocupação inicial se deu em decorrência do crescimento da Freguesia da Conceição da Praia no sentido norte [92]. Estendendo-se desde as proximidades da Praça do Comércio, onde se limitava com a Conceição, ocupava uma faixa estreita entre a escarpa e o mar, alargando-se a partir da Água de Meninos, seguindo beirando o mar até o Largo de Roma (Planta 03).

Sua ocupação e desenvolvimento, assim como a Conceição, também estiveram pautados pelas atividades do porto, onde encontramos estabelecidos os grandes armazéns atacadistas da cidade, sendo o comércio sua atividade preponderante, principalmente nos quarteirões próximos à Freguesia da Conceição. Estavam localizados nessa freguesia os dois maiores trapiches, o da viúva de Manoel Pereira de Andrade e o Barnabé, dois edifícios dos mais notáveis que existiam [93]. Nas proximidades desses trapiches, no Cais do Ouro, localizava-se um canto de negros ganhadores.

Seu parque imobiliário era composto por grandes casarões de vários pavimentos, principalmente na faixa mais estreita entre a Montanha e o mar, muitos dos quais ocupados por grandes negociantes portugueses, onde no térreo ficava o armazém e nos andares superiores, a família do proprietário. Também encontramos aí, segundo dados do Censo de 1855, muitos desses casarões subdivididos em vários fogos, constituindo-se habitações plurifamiliares.

Além da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, situavam-se também em seus limites a Igreja dos Órfãos de São Joaquim, a Igreja de São

---

92. CÂMARA, M. Paraguassu, op. cit., p. 95.
93. UFBA. CEAB. op. cit., p. 93.

Francisco de Paula, e a Igreja da Ordem Terceira da Santíssima Trindade.

Existiam na freguesia a Fonte da Munganga, localizada em frente ao arsenal da guerra, e a Fonte de Água de Meninos, com um chafariz do sistema do Queimado em suas proximidades.

Da mesma forma que na Conceição, ocorreram aqui sucessivos aterros desde o século XVIII, alargando em alguns trechos a estreita área entre a escarpa e o mar.

Conseguimos coletar para essa freguesia, através do Censo de 1855, dados de sete quarteirões [94] de um total de 22 [95], perfazendo uma amostra de 32%, considerada bastante significativa em termos estatísticos.

Da análise da Tabela 8, temos a Freguesia do Pilar como a que apresentou maior concentração de escravos: 36,4% de sua população. Dessa população escrava, 35,4% tiveram suas ocupações declaradas, sendo 54,8% do sexo masculino e 45,2% do sexo feminino. Para os homens a maior incidência foi o serviço doméstico (64,8%), seguido por 33,3% de escravos com ofício, dentre os quais estavam os serventes, alambiqueiros, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, barbeiros, tanoeiros, marceneiros, pedreiros, boleeiros e marítimos, com apenas uma pequena parcela de 1,9% constituída declaradamente de escravos de ganho. Para as mulheres, a maior frequência também acha-se entre o serviço doméstico (93,2%), aparecendo 5,6% de escravas com ofício de servente e 1,2% com dedicação ao ganho (Tab. 18).

---

94. 9º, 11º, 12º, 13º, 14º - ARQUEB, Presidência da Província. Governo. Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.
10º - ARQUEB, Presidência da Província. Judiciário. Qualificação 1832-1876, Maço 2815.
29º - ARQUEB, Presidência da Província. Judiciário. Qualificação 1842-1862, Maço 2808.

95. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 30.

Tabela 18

FREGUESIA DO PILAR: OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS

	HOMENS	MULHERES
Serviços domésticos	64,8%	93,2%
Ganho	1,9%	1,2%
Com ofício	33,3%	5,6%

(FONTE: Amostra Censo 1855)

O Censo nos mostra que a população livre da Freguesia do Pilar ocupava-se principalmente do comércio, aparecendo as profissões de negociante e caixeiro como as de maior incidência entre os homens, seguidas pelas de alfaiate e empregado público. Ao lado destas, apareciam com bastante frequência os ofícios mecânicos como os marceneiros, carpinteiros, ferreiros, correeiros, sapateiros, pedreiros e ourives (Tab. V, em anexo). Das 971 pessoas livres do Pilar um total de 26% declararam possuir uma ocupação, sendo em sua grande maioria do sexo masculino (92%), e apenas 8% das mulheres. Essas ocupações femininas eram basicamente atividades do ganho, serviço doméstico, costura e ama-de-leite (Tab. VI, em anexo), caracterizando-se como ocupações específicas de uma população de baixa renda — fato que se mostra coerente com a estrutura social da época, onde para as mulheres das classes mais abastadas estavam reservados apenas os serviços de administração do lar ou mesmo a ociosidade. O baixo percentual de mulheres livres que exerciam um trabalho é um indicador do nível econômico mais elevado dessa população.

O alto índice que apresentou a população da Freguesia do Pilar, com atividades voltadas para o comércio, torna-se evidente na medida em que, pela sua própria situação espacial, vinculava-se às atividades do porto, juntamente com a da Conceição da Praia, na cidade baixa. Aí estavam instalados os grandes armazens atacadistas da cidade, permeados por um pequeno comércio de varejo e também amulante. Nessa área, consequentemente, residiam os grandes negociantes, principalmente portugueses (sendo a mais alta concentração de portugueses dentre as freguesias estudadas).

De modo geral, a população da Freguesia do Pilar (escravos e livres) apresentava-se compreendida em sua maioria entre 19 e 35 anos, caracterizando-se como uma população adulta; entretanto, era considerável o número de crianças entre 0 e 7 anos. Quanto ao estado civil, era basicamente constituída por solteiros (83,9%), com apenas 12% de casados, valendo ressaltar que não registramos sequer um único caso de escravos casados.

Através da Tabela 19 podemos caracterizar a população do Pilar (livres e escravos) no tocante à qualidade como sendo constituída de 69,1%, por pessoas de cor (pretos, crioulos, pardos e cabras) e 30,9% de brancos. Dentro do universo da população escrava observamos que os pretos eram dominantes, com 71,5% do total, seguidos pelos crioulos, com 19%, cabras, 5%, e pardos, 4,5%. Vemos aparecer na Freguesia do Pilar, segundo os índices, o maior contingente de pretos, entre livres e escravos (31,3%) em relação às outras freguesias por nós estudadas. Para os escravos, essa maioria quase absoluta de pretos reflete o fato de que o contingente de escravos aqui constituído era geralmente originário da África e só uma pequena parcela era nascida no Brasil, na medida em que as facilidades do tráfico abasteciam constantemente os mercados, não havendo necessidade de se estimular os "*criatórios*", pelo menos até meados so século XIX.

Tabela 19

FREGUESIA DO PILAR: QUALIDADE

QUALIDADE	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL GERAL	%
Branco	430	49,2	-	-	430	30,9
Preto	66	7,5	370	71,5	436	31,3
Crioulo	61	7,0	98	19,0	159	11,4
Cabra	42	4,8	26	5,0	68	4,9
Pardo	276	31,5	23	4,5	299	21,5
TOTAL	875	100%	517	100%	1.392	100%

(FONTE: Amostra Censo 1855)
OBS: 135 pessoas não declararam qualidade.

Podemos constatar que, no cômputo geral, os escravos domésticos imperavam ante os escravos de ganho e os com ofício. Esse alto índice de domésticos é perfeitamente justificado quando identificamos a presença na área das residências de uma camada abastada da população, os grandes comerciantes, que podiam se dar ao luxo de possuir um grande número de escravos para servi-los, como por exemplo Sr. Fermino José Ferreira, negociante português, morador do sobrado de nº 41, do 10º quarteirão, e possuidor de 14 escravos. Ressaltamos que muitos escravos domésticos desses negociantes, deveriam exercer também atividades ligadas ao comércio como transporte de cargas e armazenamentos, na medida em que havia a superposição espacial das funções comércio e habitação. A Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, foi a que apresentou o mais alto índice de escravos na nossa amostra do Censo de 1855, cremos que em função da presença desses grandes negociantes.

Apesar dos escravos domésticos serem maioria, é relevante também o percentual de escravos com ofícios, os quais se prestavam geralmente ao aluguel. Temos também nessa área a presença de muitos artesãos que poderiam utilizar o trabalho do escravo nas suas próprias oficinas.

O baixo índice relativo aos escravos de ganho denota que realmente eles eram minoria no total da população escrava. Apesar disso consideramos este dado importante pois evidencia a presença dos mesmos dentro do quadro ocupacional da mão-de-obra escrava, fazendo-se ressalva de que, como sabemos, muitos escravos aos quais se atribui a categoria de domésticos exerciam também atividades no ganho.

3.2.9 - Freguesia de Nossa Senhora da Conceição

Localizava-se na cidade baixa, ocupando uma estreita faixa de terra entre o sopé da encosta e a Baía de Todos os Santos, e estendendo-se desde a Preguiça até a Praça do Comércio, onde se limitava com a Freguesia do Pilar. É importante colocar que o crescimento em área desta freguesia se deu através de sucessivos aterros da baía feitos desde os primeiros séculos de colonização [96].

Criada em 1623, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição da Praia, foi portanto a terceira freguesia a ser instituída, após a Sé e a Vitória [97].

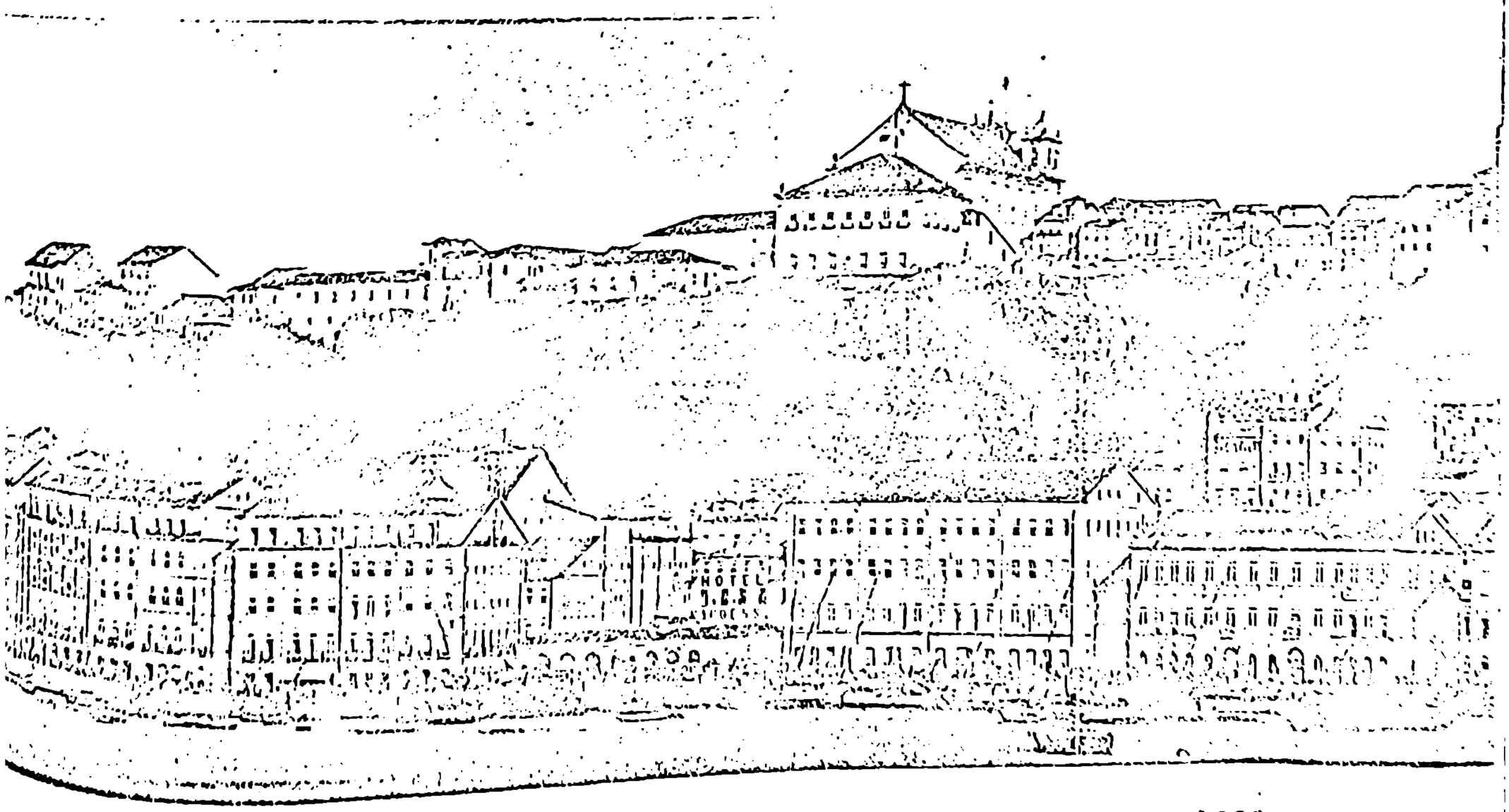
Essa freguesia tinha a função de sediar o comércio, estando aí instalados os grandes armazéns em grosso da cidade, como também pequenas lojas onde eram vendidos os mais variados produtos, além do co

96. CÂMARA, M. Paraguassu, op. cit., p. 97.
97. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., p. 101.

mércio ambulante, que enchia as ruas e tanto impressionava os viajantes estrangeiros, onde se via "*sob árvores verdes, saborosas frutas e legumes, camarões e peixes, macacos e papagaios, maravilhosas araras coloridas ou azuis cor de aço, além de genuínos cristais de rochas e lindas amestistas azul claro*" [98].

Ao desembarcar na cidade baixa era comum o espanto dos viajantes ao se depararem com uma série de vielas abarrotadas por vendedores ambulantes e extremamente sujas. O relato de Maria Graham nos oferece uma imagem do mundo característico da cidade baixa:

"*A rua pela qual entramos através do portão do arsenal ocupa aqui a largura de toda a cidade baixa da Bahia, e é sem nenhuma exceção o lugar mais sujo em que eu tenha estado. É extremamente estreita; apesar disso, todos os artífices trazem seus bancos e ferramentas para a rua. Nos espaços que deixam livres, ao longo da parede, estão os vendedores de frutas, de salsichas, de chouriças e de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sargeta corre no meio da rua tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se os animais. Nessa rua estão os armazéns e os escritórios dos comerciantes, tanto estrangeiros, como os nativos*" [99].



Freguesia da Conceição, cidade baixa (Foto feita por MULOCK em 1860. In: FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias, 1858-1900).

98. SCHWIEGER, Henry. Eine Ozeanfahrt nach Brasilien. Hamburg, Herold, 1988 Apud AUGEL, M.P., op. cit., p. 146.

99. GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, p. 145.

Rugendas refere-se a essa freguesia como sendo composta por ruas estreitas e irregulares "*porque o pequeno espaço entre o rochedo e o mar não permitia abrí-las com maior largura* [100].

O porto, aí instalado, exerceu forte influência sobre as atividades desenvolvidas nessa freguesia e segundo Paraguassu "*foi o porto com toda a sua infraestrutura que condicionou, em última instância, a formação física do bairro da praia: desde o seu aterramento e ocupação até as condições de retalhamento, ocupação e uso do solo*". As atividades comerciais principalmente ligadas à exportação e importação tinham a dependência do transporte marítimo, aglutinando-se dessa forma nas proximidades do porto, da mesma forma que a este comércio estava ligada uma série de pequenos negócios formando uma rede entrelaçada de relações [101].

Localizava-se aí uma grande concentração de cantos de negros ganhadores que identificamos, marcando desta forma a forte presença dos negros nas ruas, como o canto do arsenal, os cantos do Mercado, dos Arcos de Santa Bárbara, da rua do Comércio ao lado dos Cobertos Grandes, da rua do Comércio esquina com o Beco dos galinheiros, do Cais da Cachoeira, do Cais do Corpo Santo, da Preguiça, do Largo da Ladeira do Taboão, o existente entre os Arcos de Santa Bárbara e o Hotel das Nações, e vários cantos na rua das Princezas (Planta 01). Esta grande quantidade de cantos é explicada pela necessidade de transportes em função das atividades do porto.

As ladeiras do Taboão e da Preguiça eram importantes eixos de comunicação entre as cidade alta e baixa (Planta 04), sendo portanto locais de intenso movimento, onde vemos localizarem-se cantos. A presença negra nesses dois pontos era intensificada pela existência de fontes, a dos Padres ou do Taboão e a das Pedreiras (Planta 01).

---

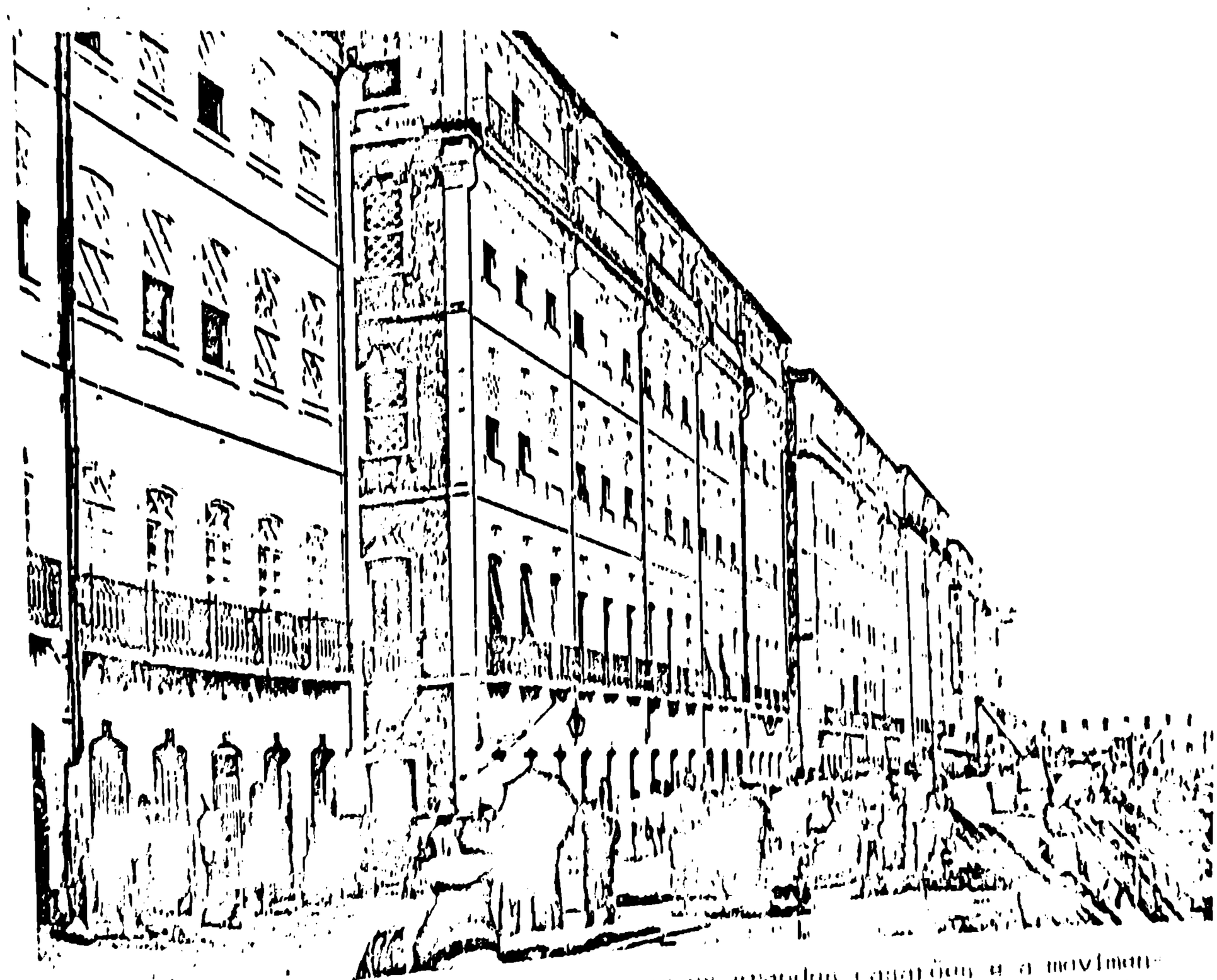
100. RUGENDAS, J.M., op. cit., p. 86.

101. CÂMARA, M. Paraguassu, op. cit., p. 114.

Estavam aí situados os prédios da Alfândega, o Celeiro Público, o Arsenal da Marinha, o Consulado, a Bolsa de Mercadorias, numerosos trapiches, o Mercado de Atacados e o de Escravos [102].

Era grande o movimento no Mercado de Atacados, chamado de Santa Bárbara, onde atulhavam-se negros e negras a venderem os mais variados produtos. Segundo Habsburgo, assemelhava-se a uma cidade de barracas, simétrica e com ruas que se cortavam e o circundavam, cujos produtos formavam um rico mostruário da zoologia e botânica dos trópicos:

"Quando se entra no mercado, fica-se, como no Bazar do Cairo, atordoado e extasiado. Não se sabe para onde olhar primeiro, se para os vendedores ou para as mercadorias. (...) Quando se quer deter-se um pouco diante de um objeto, a pessoa se vê rodeada, imediatamente, pela multidão negra, que tagarela à nossa volta, com tons guturais, de tal forma que não é possível uma apreciação cuidadosa" [103].



Fragueiro da Conceição. Podemos observar os grandes casarões e o movimentação de pessoas no Cais do porto (foto feita por MULOCK, em 1860. FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil: 1840-1900).

101

102. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., pp. 171 e 172.

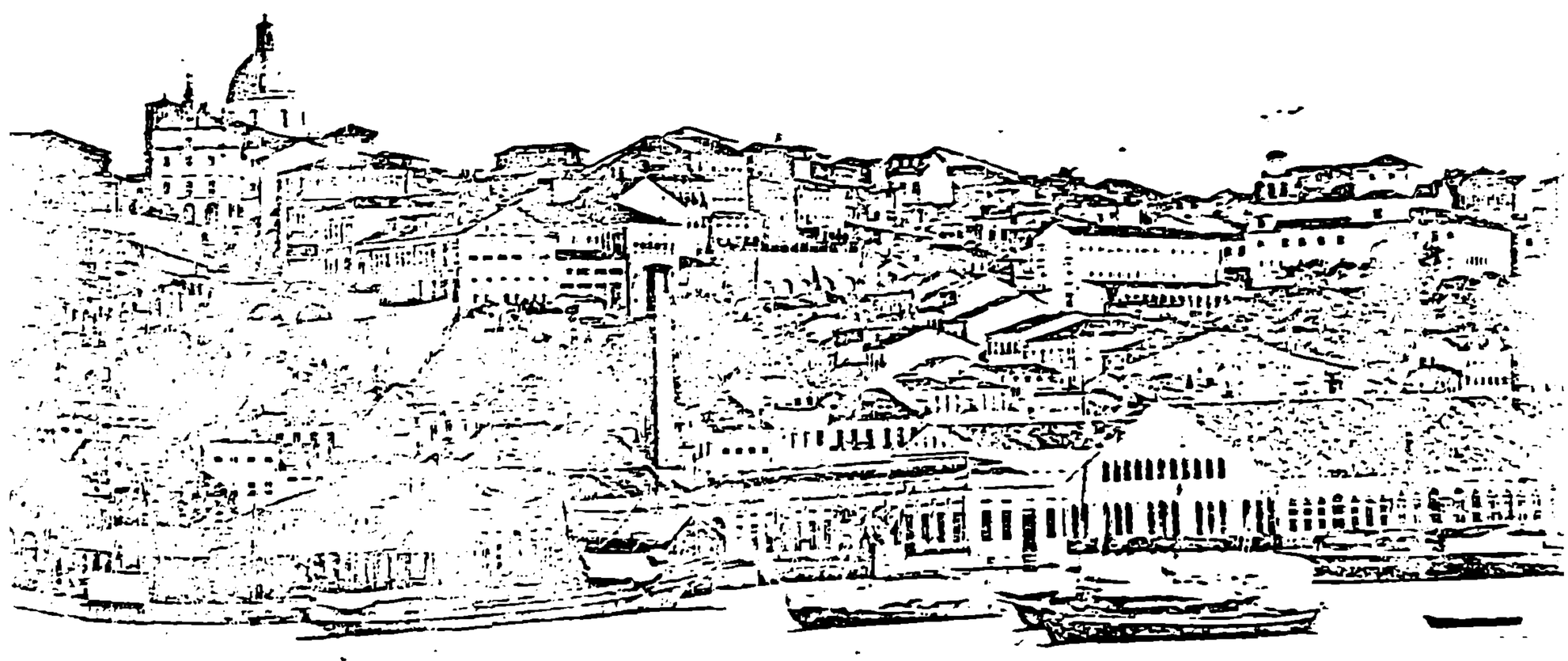
103. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., pp. 138-140.

lém da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, localizava-se essa freguesia a Igreja do Corpo Santo onde reuniam-se negros da ação Jeje, formando a confraria do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção dos Homens Pretos (Planta 01) [104].

A população livre que habitava a Freguesia da Conceição da Praia, assim como a do Pilar, tinha suas atividades relacionadas com o porto e o comércio. Segundo Nascimento, aí tinham morada muitos portugueses negociantes e baianos, que exerciam o trabalho no mesmo prédio que habitavam e eram possuidores de muitos escravos, como também habitavam muitas pessoas de cor e libertos pertencentes às camadas mais populares da sociedade [105].

O viajante Benko, em 1855, encontrou morando aí negros livres, carregadores e estivadores em miseráveis mansardas [106].

Era uma freguesia bastante populosa, com um grande adensamento de edificações compostas por grandes casarões setecentistas de em geral três, quatro e até cinco pavimentos, com camarinhas, sotãos e águas-furtadas, onde no térreo funcionavam os armazéns e lojas co-



Freguesia da Conceição, área da Preguiça (Foto feita por MULOCK, em 1860. In: FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias, 1858-1900).

104. VERGER, Pierre, op. cit., p. 525.
105. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 74.
106. AUGEL, M.P., op. cit., p. 147.

merciais. Essa maior concentração de sobrados com cinco andares, armazéns e lojas comerciais situava-se no trecho compreendido entre o prédio da Alfândega e a Praça do Comércio. É possível que muitos desses casarões fossem subdivididos em habitações plurifamiliares, à semelhança do que ocorria nas freguesias vizinhas do Pilar e da Sé, nas quais encontramos o maior número de imóveis subdivididos em nossa amostra do Censo de 1855.

A área da Preguiça e as Pedreiras apresentavam, em menores proporções, também um adensamento de edificações de vários pavimentos com características tipológicas mais modestas. Na Ladeira da Conceição localizava-se uma série de casas térreas de porta e janela, que mais tarde, com a construção da Ladeira da Montanha, foram demolidas e ocupados os espaços sob os seus arcos, com edificações de dois pavimentos constituindo moradia dos mais pobres.

Segundo dados do Censo de 1872 a Freguesia da Conceição da Praia era habitada por 4.340 pessoas livres e 1.150 escravos. Esses escravos representavam 20,94% do total dos habitantes da freguesia — o mais alto índice de escravo por freguesia dentre as 11 existentes [107]. Cremos que este alto índice de escravos seja em função dos negociantes portugueses pertencentes a camadas mais abastadas da população.

3.2.10 - Freguesia de Nossa Senhora da Penha

A Freguesia de Nossa Senhora da Penha foi criada em 1760 por desmembramento da Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo [108], situada também na parte baixa da cidade, ocupando toda a península de Itapagipe (Planta 03).

---

107. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., pp. 134 e 136.
108. Ibid., p. 119.

Caracterizava-se por abrigar principalmente uma população pobre, composta sobretudo por pescadores, da mesma forma que era o lugar preferido pelos ricos para estabelecerem suas residências de veraneio, devido ao seu ar salubre, à beleza do local e ao seu afastamento do burburinho da cidade, como foi o caso do Arcebispo que a preferiu para a construção de sua residência de verão.

Essa freguesia caracterizava-se também por abrigar atividades econômicas industriais pois aí estavam localizados vários estaleiros na área da Ribeira, como também era sede de fábricas têxtis (em número significativo a partir de 1873) além de manufaturas de produtos alimentícios [109].

Essa freguesia permaneceu por muito tempo num certo isolamento do centro da cidade devido à precariedade de acesso, sendo o mar a forma mais fácil de se chegar até lá, como fez Lindley em 1802, usando um barco [110], e Kidder em 1839, que fez o percurso de saveiro. Kidder relata ser este local preferido para o descanso — onde *"há então grande procura de casas até as mais humildes ficam atulhadas de gente da cidade que prazeirosamente abandona suas residências para mudar de ares e gozar das delícias de uma casa de campo"* —, descrevendo também a rua principal, que era calçada e com belas casas, com tamanho, estrutura e aparência uniforme [111]. Ambos viajantes preferiram regressar por terra, a pé, para a cidade; Lindley voltou pela beira mar, enquanto Kidder preferiu subir pela Soledade.

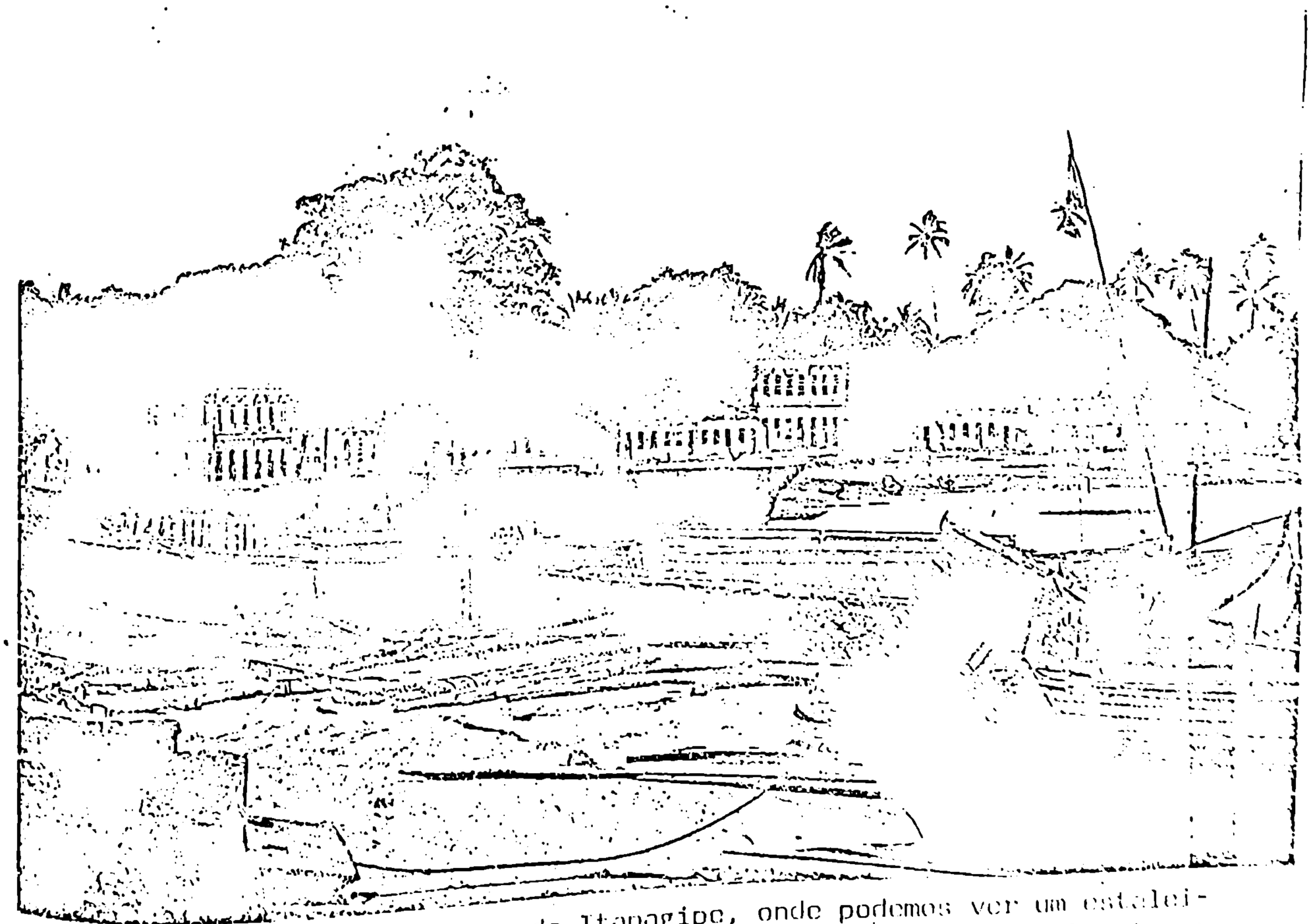
---

109. Ibid., p. 179.
110. AUGEL, M.P., op. cit., p. 167.
111. KIDDER, D.P., op. cit., pp. 68 e 69.

Os primeiros transportes coletivos para a Penha, por terra, como vimos no Capítulo II, só vieram a ser instalados em 1866, quando o empresário Rafael Ariani instituiu um serviço regular de bondes puxados a burro que ia de Água de Meninos até a Baixa do Bonfim, sendo substituído em 1869 pelo serviço de linha férrea urbana dos Veículos Econômicos.

Em meados do século XIX a Freguesia da Penha possuía dezenove quarteirões [112]. Desses, conseguimos trabalhar com um número de cinco, não obstante existirem sete quarteirões levantados no Censo de 1855 no Arquivo Público do Estado; as listas de dois deles encontram-se em péssimo estado de conservação, não havendo condições de trabalhá-las [113].

A nossa amostra representa 26,3% do total dos quarteirões da Freguesia da Penha, onde podemos trabalhar com um número de 586 pes-



Freguesia da Penha, Ribeira de Itapagipe, onde podemos ver um estaleiro (Foto feita por CAMILLO VEDANI, em 1860/65. In: FERREZ, Gilberto : Bahia: velhas fotografias, 1858-1900).

112. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 30.

113. São os seguintes os quarteirões da Freguesia da Penha por nós pesquisados: 4º, 6º, 7º, 8º, 9º - APEB. Presidência da Província. Governo. Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.

soas, sendo 510 livres e 76 escravos. A Freguesia da Penha era pouco populosa, pois apesar de ser uma freguesia urbana ela vivia um certo isolamento do centro da cidade.

Encontramos os escravos exercendo principalmente a atividade de pescador, com o alto índice de 64,3%. O que é perfeitamente coerente na medida em que era a pesca a atividade básica da população livre da Penha, estando os escravos envolvidos na mesma ocupação de seus senhores. Além da pesca encontramos em menor número escravos exercendo a ocupação de sapateiro, carpinteiro, pedreiro, ganho e serviços domésticos (Tab. 20).

As mulheres escravas em nossa amostra, das que tiveram declarada a ocupação, exerciam em 100% suas atividades no ganho (Tab. 20).

Tabela 20

FREGUESIA DA PENHA: OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS

	HOMENS	MULHERES
Serviços domésticos	7,1%	-
Ganho	7,1%	100%
Com ofício	21,5%	-
Pesca	64,3%	-

(FONTE: Amostra Censo 1855)

para a população livre, também a pesca era a atividade que concentrava o maior número de pessoas, 41,5%. Além dessa atividade a população livre masculina dedicava-se também aos ofícios mecânicos, aparecendo um alto percentual para os carpinteiros (13,6%), pedreiros (5,2%) e ferreiros (3,2%). Os alfaiates (9%) juntamente com os negociantes (7,8%) também constituíam ocupações com frequências relevantes dentre os habitantes da Penha, esses últimos sempre presentes de forma marcante em todas as freguesias. Outras ocupações como caixeiros, sapateiros, empregados públicos e calafates também se encontravam presentes entre os habitantes da Freguesia da Penha (Tab. V, em anexo). Na medida em que sabemos da existência de estaleiros na freguesia podemos inferir que esses carpinteiros e ferreiros, juntamente com os calafates, trabalhavam na construção naval. Temos aí a maior concentração de carpina dentre as freguesias trabalhadas com o Censo de 1855, apresentando um percentual de 41%.

Dentre as pessoas livres que declararam uma ocupação, 23% eram mulheres, representando um índice elevado com relação às freguesias estudadas. Em função do baixo nível econômico e social dos habitantes da Pénha, havia a necessidade do trabalho feminino. Na nossa amostra, 76% das mulheres livres eram costureiras, constituindo assim um percentual bastante alto para essa atividade. O ganho e o negócio, ou seja, ocupações relacionadas ao comércio, eram as outras atividades que concentravam o trabalho livre feminino na Freguesia da Penha (Tab. VI, em anexo).

Tomando o conjunto da população, livre e escrava, era predominante na Freguesia da Penha a presença dos pardos, apresentando um percentual de 31,7% na nossa amostra, sendo constituído apenas de pessoas livres. Os brancos vinham em segundo lugar, mantendo o percentual de 30% em torno do qual giram os índices para todas as freguesias exceto a de São Pedro (44,7%). Os pretos apareciam em 18,2%, os crioulos em 14,3% e os cabras com o percentual de apenas 5,8%. Os escravos eram constituídos por pretos e crioulos, encontrando-se também alguns casos de escravos cabra; os pretos eram a grande maioria, representando 79,7% do total dos escravos (Tab. 21).

Podemos ver que no conjunto as pessoas de cor (70%) predominam sobre os brancos (30%), dando também a essa freguesia a mesma aparência de negritude.

Tabela 21

FREGUESIA DA PENHA: QUALIDADE

QUALIDADE	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL GERAL	
Branco	129	35,3	-	-	129	30,0
Preto	27	7,4	51	79,7	78	18,2
Crioulo	50	13,7	11	17,2	61	14,3
Cabra	23	6,3	2	3,1	25	5,8
Pardo	136	37,3	-	-	136	31,7
TOTAL	365	100%	64	100%	429	100%

(FONTE: Amostra Censo 1855)

Em nossa amostra, os habitantes da Penha ou são oriundos da própria cidade ou são africanos, não se encontrando aí pessoas de outras localidades, com exceção apenas para dois casos de portugueses.

Vemos para a Freguesia da Penha aparecer um alto índice de pessoas indedicadas à pesca, tanto livres quanto escravos, o que nos faz inferir que a sua população vivia quase exclusivamente da pesca, caracterizando os seus habitantes como pessoas pouco abastadas e justificando assim o pequeno percentual de 13% de escravos que apareceu na nossa amostra (Tab. 8), sendo esta a freguesia que apresen-

tou o menor índice de escravos dentre as que estudamos.

Apesar de não aparecerem em nossa amostra escravos domésticos (exceção apenas para um caso), podemos inferir que eles existiam dentre os que não declararam ocupação na medida em que sabemos serem eles maioria no total da escravaria urbana. Podemos atribuir essa carência de escravos do serviço doméstico às condições econômicas de seus habitantes, que por pertencerem às camadas populares não tinham condições financeiras suficientes para manter um escravo que não lhes propiciasse uma renda.

Do mesmo modo, nos é importante perceber a presença acentuada de escravos de ganho nessa freguesia, podendo-se justificar essa incidência pelo nível econômico dos senhores de escravos que, empobrecidos, precisavam colocá-los no ganho para a obtenção de uma renda a mais. Esses senhores eram constituídos em sua maioria por libertos, como é o caso do liberto pescador Onofre, morador do nono quarteirão, que possuía a escrava ganhadeira Francisca. Possivelmente para aí afluíam também aqueles escravos que não moravam com seus senhores, movidos pela esperança de encontrarem habitações mais acessíveis ou mesmo dividindo-as com libertos. Temos no nono quarteirão o exemplo dos escravos Matheus e Afra, ambos ganhadores que moravam sozinhos.

4. CONDIÇÕES DE MORADIA DO TRABALHADOR ESCRAVO

4.1 - FORMAS DO MORAR ESCRAVO

Dentro do contexto da cidade as condições de moradia dos escravos vão assumir aspectos diferenciados das existentes no mundo rural, onde a senzala era a situação predominante. Como decorrência das exigências das próprias atividades urbanas, os escravos da cidade desfrutavam de certa liberdade de movimento, podendo até habitar em locais separados dos seus senhores. Assim, encontramos escravos morando tanto na casa dos seus senhores em porões, lojas, sotãos ou outros espaços, como também habitando quartos alugados, em casa de cômodos ou em choupanas de taipa.

4.1.1 - Escravos Morando com seus Senhores

Estão incluídos aqui tanto os escravos que habitavam na residência de seus senhores, como aqueles que eram alugados por outrem, saindo temporariamente do domínio do proprietário e passando ao domínio do locatário, pois essas situações eram semelhantes, na medida em que o escravo se encontrava sempre sob as vistas de um senhor, fosse ele proprietário ou locatário.

para estes escravos, os espaços físicos que lhes eram destinados variavam conforme a tipologia da edificação, estando esta, por sua vez, vinculada ao nível de renda dos proprietários. Assim, vamos encontrar escravos morando com seus senhores em edificações unifamiliares, como também em edifícios plurifamiliares.

Vemos no século XIX grandes sobrados senhoriais, remanescentes do período colonial, abrigarem ainda as famílias mais abastadas da população com seu séquito de escravos. Esses sobrados construídos nos séculos XVII e XVIII, seguindo uma tipologia de raízes portuguesas, possuíam uma grande uniformidade nos partidos arquitetônicos, chegando essa padronização a ser fixada até em cartas régias ou em posturas municipais, onde eram determinados dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento com as edificações vizinhas. Eram de dois ou mais pavimentos, chegando alguns a possuir cinco andares, como os existentes na Freguesia da Conceição da Praia; alguns possuíam ainda sótão aproveitando o desvão do telhado. No pavimento térreo ficava a loja ou armazém, com um corredor lateral dando acesso à escada que levaria ao pavimento nobre, sendo a entrada para esse corredor independente do armazém, e situando-se nos fundos a acomodação para os escravos. O pavimento superior era habitado pela família do senhor, sendo constituído por uma grande sala de visitas na frente e a cozinha e serviços ao fundo, ficando na parte intermediária, onde não penetrava a iluminação natural, os espaços para dormir denominados de alcovas. Estes casarões eram construídos sobre o alinhamento das ruas e com paredes laterais sobre os limites do terreno, formando portanto conjuntos geminados. Obviamente que se encontram variações nas plantas destes sobrados, porém elas nunca fugiam muito deste esquema básico [1].

1. REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo, perspectiva, 1978, pp. 24, 28 e 29.

Eles eram edificados em lotes retangulares com uma pequena testada e grande profundidade, possibilitando a existência dos quintais, onde, no século XIX, veremos surgir os quartos de aluguel.

Vale ressaltar aqui a significação social que possuía um sobrado, sendo sinônimo de riqueza para quem o habitasse, ficando a casa térrea, ou de "*chão batido*", caracterizando a pobreza. Era por este motivo que a família do proprietário não habitava no pavimento térreo, ficando este para a loja ou acomodação dos escravos e cocheiras [2].

O engenheiro e arquiteto francês Vauthier, que esteve no Brasil entre os anos de 1840, nos deixou a descrição de dois sobrados senhoriais da cidade do Recife, observando quanto à uniformidade nos partidos adotados, que "*que viu uma casa brasileira, viu quase todas. Uma sala na frente, uma sala nos fundos, comunicando-se a cada uma dessas peças, há uma ou duas alcovas fechadas por meio de portas envidraçadas; entre esses dois grupos, um corredor, mais ou menos comprido, de onde parte a escada e para onde dão, às vezes, diversos cubículos sem iluminação. Tal é a disposição geral dos andares acima do rés-do-chão*". Este andar superior era destinado aos aposentos da família do proprietário e à sala de visita. No sótão ficava a sala de jantar, copa, cozinha, e quarto de engomar, que também servia de aposento para as escravas. No rés-do-chão encontrava-se os aposentos dos escravos, que sem eles, dormiriam nos corredores ou nos patamares, e o quarto dos hóspedes e agregados, como também a cocheira [3] (Sobrado nº 01).

O outro sobrado descrito por Vauthier pertencia a uma familia mais abastada, sendo portanto mais refinado, possuindo três andares, além

---

2. Ibid, p. 28.
3. VAUTHIER, L.L. "Casas de residência no Brasil". In: Arquitetura Civil I. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975, pp. 37,39 e 43.

FIG. 1 - TÉRREO (CAD)

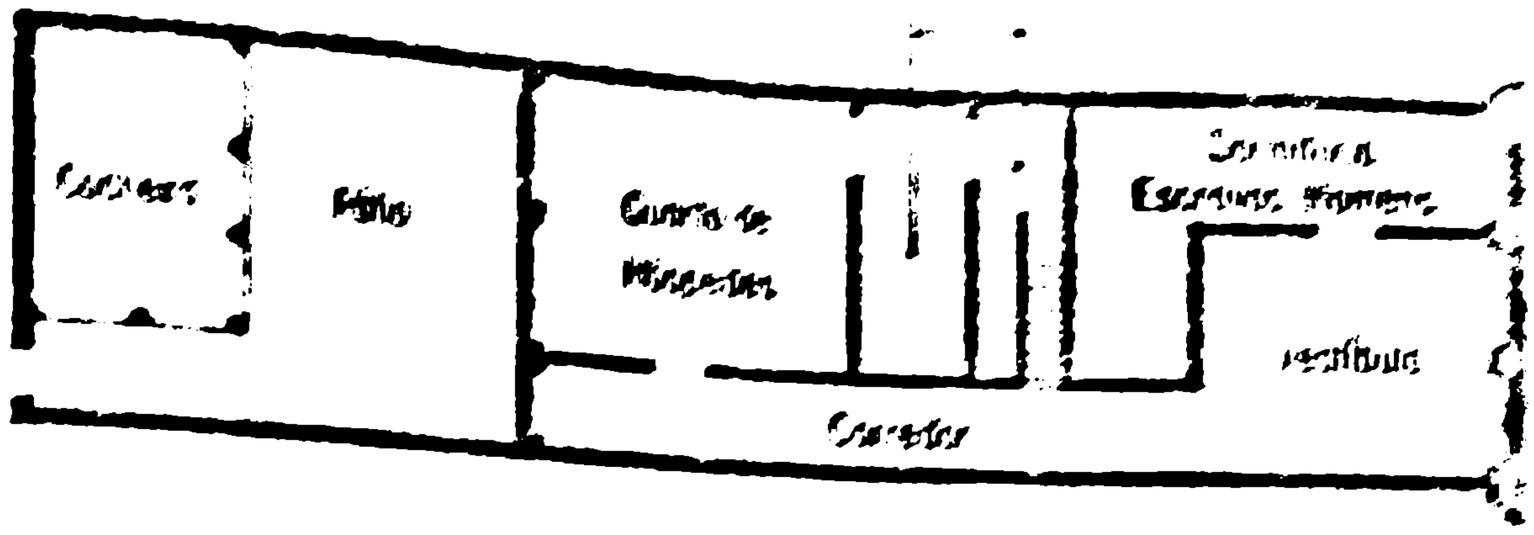


FIG. 2 - PRIMEIRO ANDAR

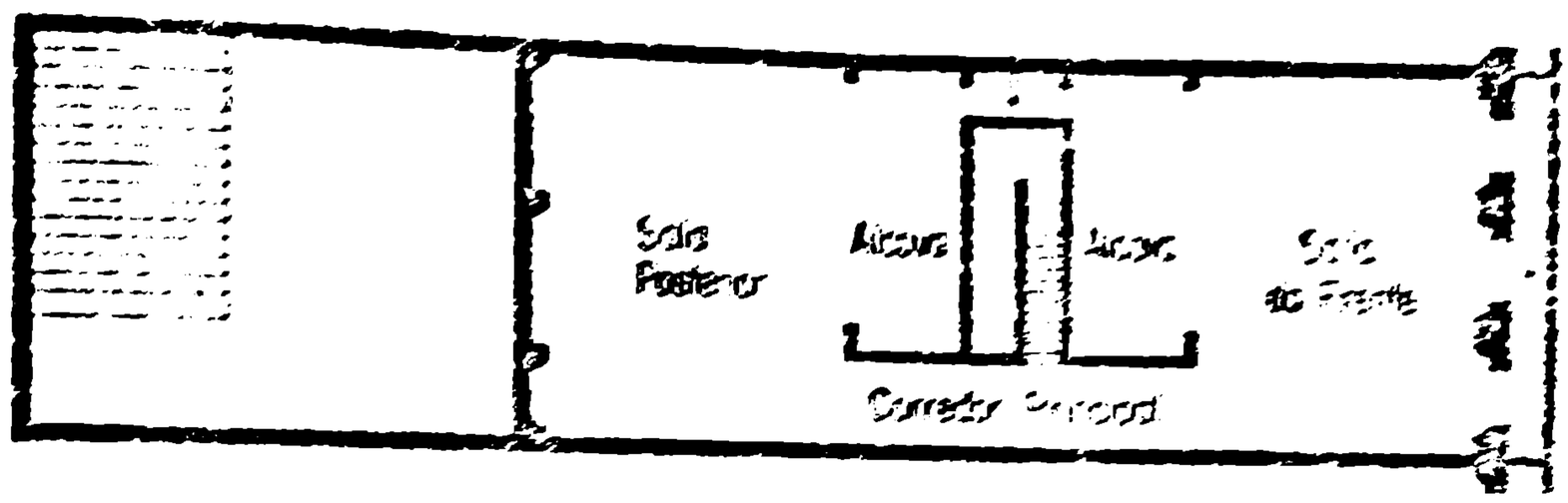
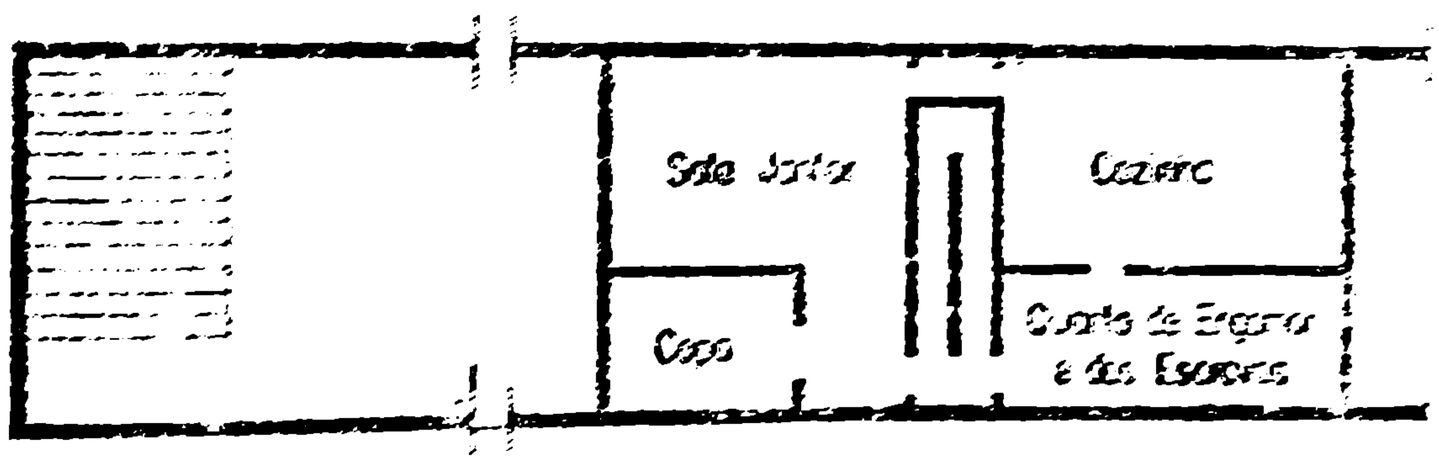


FIG. 3 - SOTÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
MESTRADO EM TECNOLOGIA E URBANISMO

SOBRADO Nº 01 - VAUTHIER

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONSERVAÇÃO

do térreo e sótão. Os três andares superiores possuíam plantas semelhantes, sendo destinados ao uso do senhor e familiares, com alcovas, salão de recepção, sala de jantar, sacadas, etc. As ocupações domésticas estavam concentradas no sótão, como também os aposentos das negras escravas. No pavimento térreo encontravam-se a cocheira e o dormitórios dos escravos [4] (Sobrado nº 02).

Vemos, nos exemplares de Vauthier, a existência de espaços separados para o dormitório dos escravos homens e mulheres, como também os aposentos reservados à escravaria situavam-se sempre nos andares térreos ou nos sótãos destes sobrados.

Mattoso nos descreve a casa padrão do grande negociante em Salvador como possuindo, no térreo, o armazém e depósito de mercadorias, sendo o primeiro andar reservado à familia, o segundo aos caixeiros, o terceiro à escravaria, e os demais (quando existiam) destinados novamente às mercadorias [5].

Maria Graham, em sua visita a Salvador, observou que o andar térreo dos sobrados possuia geralmente celas para os escravos e a cavalariça. Também descreve as casas habitadas por pessoas de baixa renda, como sendo térreas e com sótão onde situavam-se um ou dois quartos, e em baixo da casa havia geralmente uma espécie de pórão no qual viviam os escravos [6].

Temos, no Censo de 1855, muitos casos de famílias abastadas com grande número de escravos habitando em sobrados, principalmente nas Freguesias do Pilar e São Pedro, como o Desembargador Joaquim Teixeira Lima, que morava no sobrado de nº 103 na Rua do Rozário de João Pe-

4. Ibid., pp. 42, 44 e 45.
5. MATTOSO, K.M. de Queiros. Bahia a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo, HUCITEC, 1978, p. 175.
6. GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1956, pp. 148 e 163.

FIG. 1 - RÉS-DO-CHÃO

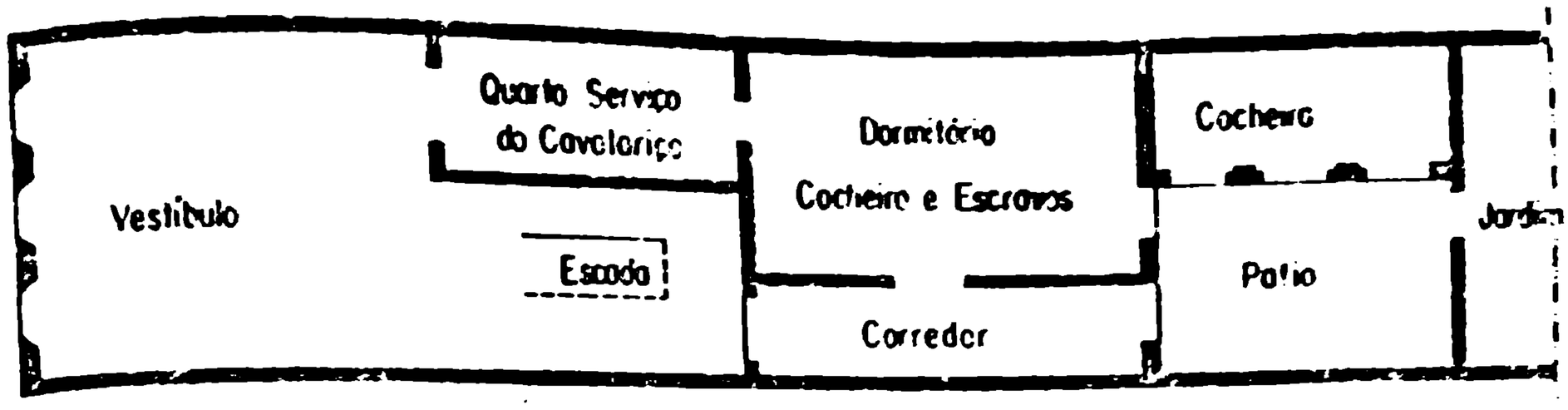
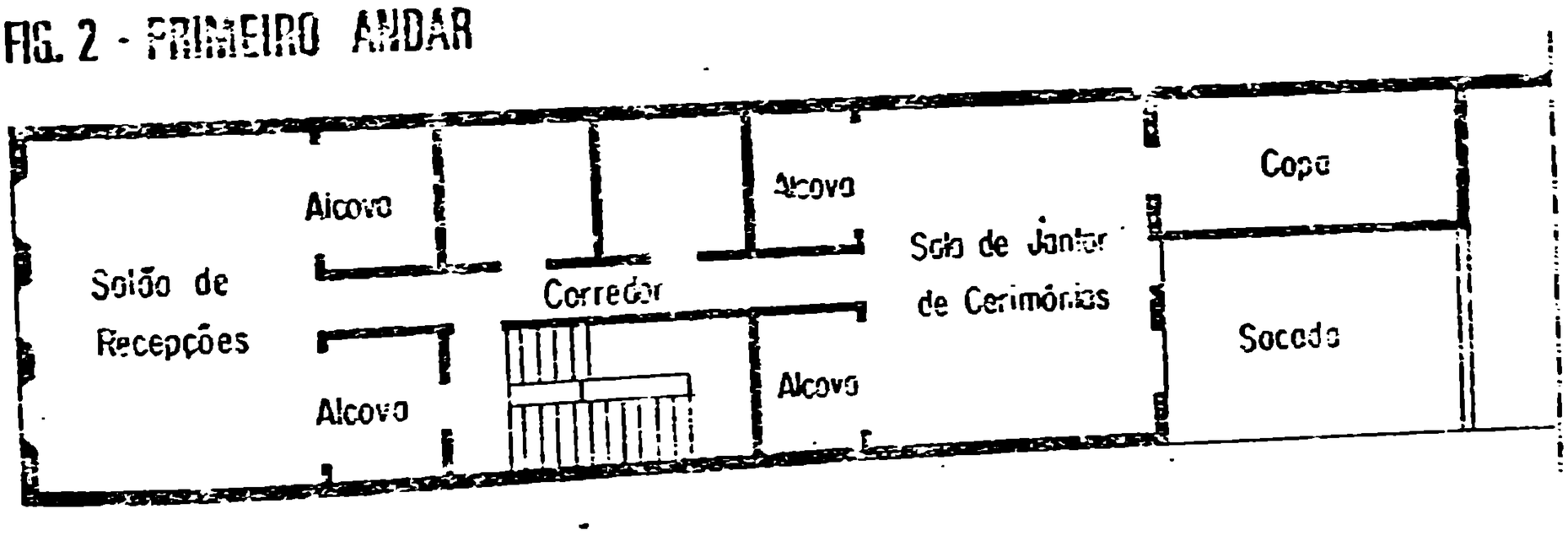


FIG. 2 - PRIMEIRO ANDAR



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

UFBA

SOBRADO Nº 02 - VAUTHIER

ANA DE LOURDES RIBEIRO DA COSTA - ALUNA

reira, 22º quarteirão da Freguesia de São Pedro com sua mulher, nove filhos e sete escravos. Podemos também citar a família de um negociante português que, juntamente com sua mulher, oito filhos, cinco agregados e quatorze escravos, habitava o sobrado nº 41, no 10º quarteirão da Freguesia do Pilar.

Além de ainda serem encontradas famílias mais abastadas habitando em antigos casarões coloniais, vemos surgir no século XIX residências com uma nova tipologia, as quais passaram a ser preferidas por este pequeno grupo. Essas edificações incorporaram novos padrões arquitetônicos com base nos aperfeiçoamentos construtivos e alteração dos hábitos imbuídos de um novo padrão de conforto habitacional, para o qual as antigas residências já não satisfaziam, e sob a influência dos modelos europeus transplantados para cá, principalmente através da missão cultural francesa, de 1816. Também cremos que a presença de grande número de comerciantes estrangeiros aqui residentes contribuiu para a difusão desses modelos. Assim é que foram construídas as residências nobres implantadas em meio a grandes jardins com características semi-urbanas, nas novas áreas nobres como o Corredor da Vitória, para onde afluíram as famílias ricas da cidade.

Em uma descrição de uma dessas residências [7], construída na Ladeira da Barra, estavam situados, separados do corpo da casa, as cocheiras e estrebarias e dois quartos de pedra e cal cobertos com telha, os quais cremos servirem para os aposentos da escravaria, além do sótão.

Dentro da área urbana propriamente dita, surgiam ainda como habitações unifamiliares as casas de porão alto, que representavam uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas. Esta solução permitia maior privacidade aos espaços internos da residência do que as casas térreas, pois ficavam a uma certa altura do nível da rua. Es

7. NASCIMENTO, A.A.V. Dez freguesias da cidade do Salvador. Salvador, FCBa/EGBa., 1986, p. 73.

ses porões podiam ser utilizados simultaneamente para alojamento de empregados e locais de serviço, e para as famílias que possuíam escravos era este o local que lhes era destinado para dormirem.

Ao longo do século XIX, com o crescimento populacional da cidade e as consequentes transformações no meio urbano, novas áreas foram sendo incorporadas à cidade, surgindo outros bairros residenciais como o Corredor da Vitória, Graça, Canela, Garcia, e Ladeira da Barra, para onde se deslocaram as famílias ricas abandonando desta forma o centro da cidade, que se tornava a cada dia mais saturado. Contribuindo para esta fuga do centro também estavam as preocupações com a higiene e salubridade, que assumiriam grande importância no século XIX dado o medo das pestes, sendo a cidade antiga vista como suja e insalubre, propícia para a proliferação de epidemias.

As freguesias centrais como a Sé, que desde a fundação da cidade foram sedes das residências da camada abastada da população, passaram a abrigar os grupos medianos e pessoas pobres. Desta forma, os antigos sobrados coloniais, que constituíam uma grande parte do parque imobiliário da cidade e eram antes habitados por uma única família, passaram a se subdividir para abrigar vários domicílios, transformando-se em habitações plurifamiliares. Vemos então se espalharem pelos vários andares destes edifícios famílias que não tinham nenhuma ligação direta entre si, mas quase sempre possuidoras de escravos. Cada unidade habitacional era considerada um "*fogo*", podendo um mesmo casarão se subdividir em vários "*fogos*"[8].

---

8. A origem do termo "*fogo*" significando o domicílio tem suas origens em Portugal, onde em algumas regiões costumava-se acender o fogo dentro de casa, contrastando com outras onde a cozinha situava-se fora do corpo da casa. Este fogo no interior da casa era aceso sobre uma pedra chata, rebaixada no chão, chamada "*lar*" ou lareira, e era em torno desse fogo que a família se reunia, vindo daí o sentido de lar e consequentemente de "*fogo*" como unidade habitacional. LEMOS, Carlos A.C. Cozinhas, etc. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 29.

Através de anúncios em jornais de meados do século XIX sobre venda ou aluguel de imóveis em Salvador, podemos identificar a tipologia interna destes casarões, onde se evidencia a sua subdivisão em várias unidades. Muitas vezes vemos nestes imóveis subdividos a presença das "*lojas de aluguel*", situadas geralmente no pavimento térreo [9]. Assim, anuncia o Diário da Bahia de 10 de outubro de 1862: "*vende-se um sobrado de 2 andares, sotão, 2 lojas de aluguel, com terras próprias, sito no princípio da ladeira da Rua do Passo, tem quintal, sendo ha pouco de todo reedificado*" 10

Em um sobrado que estava para ser leiloado, conforme anuncia o Diário da Bahia de 6 de julho de 1859, também vê-se a loja sendo usada para moradia:

> "*R. Ariani fará leilão segunda-feira 13 do corrente as 11 horas na sala da Praça do Comércio de um sobrado nº 38 sito às portas do Carmo em terreno próprio com pequeno quintal murado, tendo 3 janellas de frente, grade de ferro, sala de frente, 3 quartos, sala de jantar, cozinha fora, sotão e loja com repartição para moradia; ...*" 11.

---

9. Não sabemos ao certo a origem do termo "*loja*" como espaço destinado para moradia. A hipótese mais provável é de que tenha vindo realmente da tipologia dos casarões setecentistas, onde nos térreos situavam-se os armazéns ou lojas comerciais, e quando estes espaços foram reapropriados para moradia absorveram sua denominação. Hildegardes Vianna, em suas crônicas sobre a Bahia de outrora, se refere ao termo loja como sendo habitação no andar térreo da edificação (VIANNA, Hildegardes. A Bahia já foi assim. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1979, p. 6). Entretanto vemos também o termo "*loja*" sendo usado para designar espaços de moradia nos porões das casas tipologicamente conhecidas como "*de porão alto*". Encontramos num beco da ladeira atrás do Palácio, na Freguesia da Sé, a relação de cinco "*lojas*", que pela forma como estão dispostas na lista parece-nos uma espécie de vila. Este termo ainda hoje é usado. Em recente pesquisa de que participamos nos casarões da Ladeira da Misericórdia, transformados em verdadeiros pardieiros, um velho, morador do casarão chamava cada unidade subdividida de "*loja*".

10. Apud BAHIA. SEC. Pelourinho Informa; Boletim Bibliográfico. 4 (3/4): jul/dez, 1978, p. 162.

11. Ibid., p. 154.

No romance "*O Feiticeiro*" Xavier Marques descreve o sobrado onde habita a personagem viúva, D. Antonia, como sendo uma construção antiga com dois pavimentos, onde no térreo estavam situadas "*lojas de aluguel*" [12].

Também neste exemplo do Diário da Bahia de 06/02/1859 aparece a loja como moradia e o sótão subdividido, além de próxima à estrebaria, no andar térreo, aparecerem especificamente acomodações para escravos com o nome de "*armazéns*":

> "R. *Ariani fará leilão ..., da boa casa bem construída em terreno próprio, à Rua do Passo, nº 7, com sala de frente e de jantar e 3 quartos, sotão com sala e 2 quartos e cosinha, loja com sala de frente e sala de traz e 2 quartos, estribaria e armazéns para escravos...*" [13].

O número de famílias que habitavam um mesmo casarão era variado. Alguns abrigavam um número maior, como o sobrado de nº 112, no 22º quarteirão da Sé, correspondente à rua do Pão-de-Ló que, segundo o Censo de 1855, abrigava cinco famílias distintas, sendo uma no primeiro andar e as outras distribuídas em "*lojas*", cujos moradores constituíam-se em pardos, crioulos e pretos, exercendo ofícios de sapateiro, pedreiro, marceneiro e servente. Noutros casarões moravam apenas duas famílias, como neste, anunciado pelo Diário da Bahia de 15/02/1860, situado no "*Maciel de Baixo, onde morou o fallecido Monsenhor Ramos, com fundos para a Rua da Valla, onde se pode edificar. Tem 2 andares e grande sotão, muito bem edificado, com lojas para a rua e todas as acommodações para duas famílias*" [14].

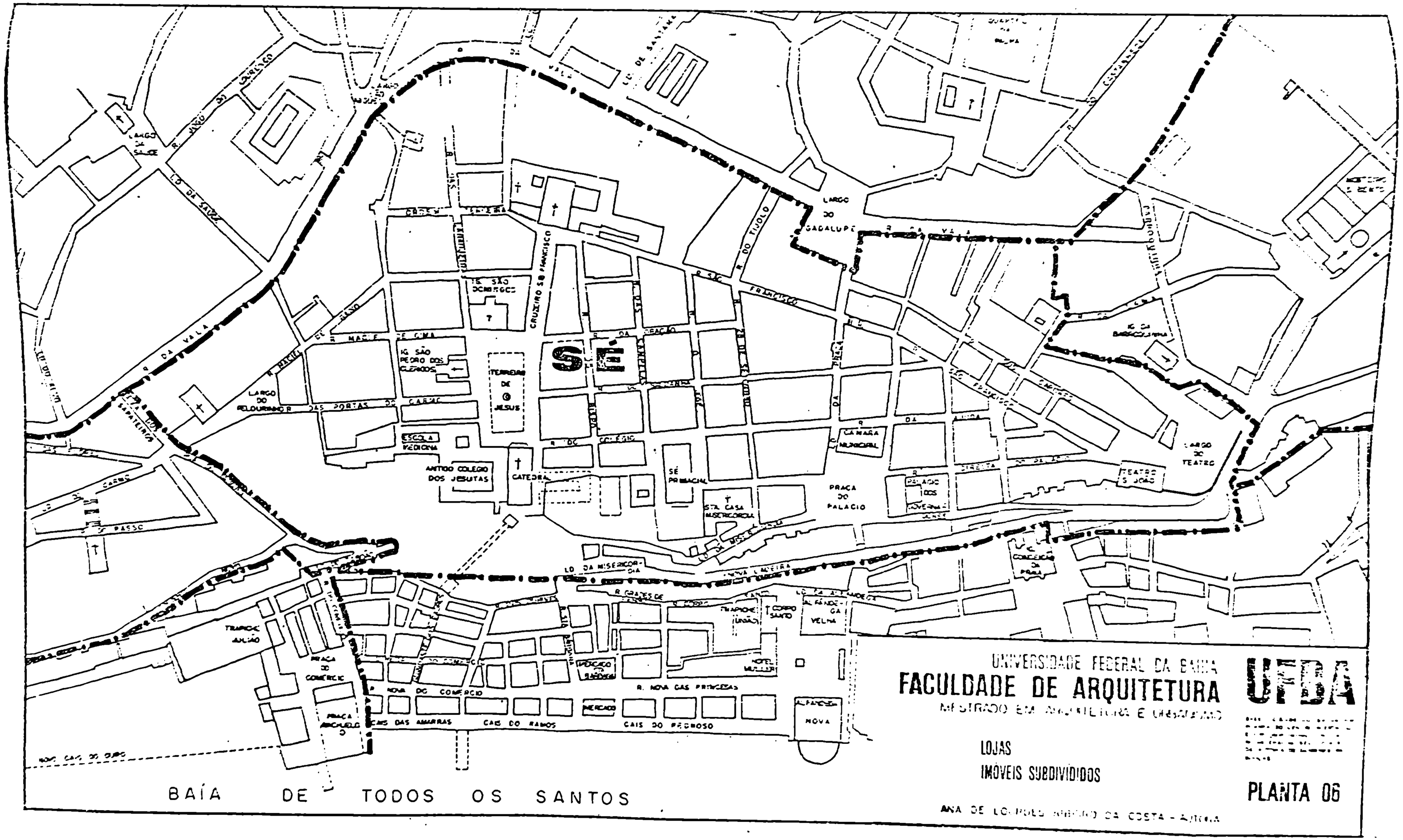
---

12. MARQUES, Xavier. O feiticeiro. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1975, p. 14.
13. BAHIA. SEC., op. cit., nota 10, p. 153.
14. Ibid., p. 157.

Encontramos nos dados do Censo de 1855 inúmeros casos de moradas pluridomiciliares em antigos sobrados, como o situado à rua Direita da Ajuda no 21º quarteirão da Freguesia da Sé, onde, no primeiro andar, moravam D. Alexandrina Maria do Rosário, dois filhos e três agregados; no segundo andar, D. Maria Coelho, com seus sete filhos, sua mãe, uma agregada e uma escrava; e, no terceiro andar, o Sr. José Mendonça, sua família e três escravos. Ou como nesse outro, existente na Freguesia de São Pedro, no 18º quarteirão, em que no primeiro andar moravam um negociante português, sua mulher e dois escravos; e no segundo andar viviam um negociante baiano, sua mulher, quatro filhos, três agregados e três escravos.

Os dados do Censo de 1855 mostram o alto índice de edificações divididos em vários fogos existentes na cidade de Salvador em meados do século XIX, tendo sido encontradas em todas as freguesias estudadas por nós; dentre elas, a Sé e o Pilar são as que apresentam maior número. Na Freguesia da Sé encontramos imóveis subdivididos em todos os quarteirões pesquisados correspondendo às ruas Direita do Palácio, Direita da Ajuda, rua atrás da Ajuda, Ladeira do Aljube, ruas do Bacalhau, do Pão-de-Ló e Ximenes, Ladeira do Galvão, ruas das Vassouras, Tira-Chapéu e Valongo, e Beco na Ladeira atrás do Palácio. O 22º quarteirão foi o que apresentou o maior percentual (rua do Pão-de-Ló até a do Ximenes), correspondendo a aproximadamente 35% dos imóveis existentes no quarteirão. Sabemos ainda que em praticamente toda a Freguesia da Sé existiam imóveis subdivididos em vários fogos. Pudemos identificá-los também nas ruas do Maciel, Portas do Carmo, rua das Laranjeiras, Cruzeiro de São Francisco, Ladeira da Praça e rua da Oração (Planta 06).

Na Freguesia do Pilar, dos sete quarteirões pesquisados por nós só não encontramos sobrados subdivididos no 13º, que corresponde à rua do Noviciado. A maior quantidade deles achava-se no 10º quarteirão, totalizando quase 40% dos seus imóveis. Daremos o exemplo do sobrado



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE ARQUITETURA

MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

UFBA

LOJAS

IMÓVEIS SUBDIVIDIDOS

PLANTA 06

ANA DE LOURDES MARIO DA COSTA - AUTORA

de nº 14 desse quarteirão, que abrigava três famílias: no primeiro andar moravam um português, sua mulher, três filhos, e sete escravos; no segundo andar viviam o caixeiro Joaquim, sua mulher e três filhos; no terceiro andar, a viúva D. Joana Roza, três filhos e cinco agregados. O nono quarteirão (Água de Meninos) também já possuía por essa época uma grande quantidade desses imóveis, correspondendo a 32% do total de imóveis do quarteirão. Os demais quarteirões correspondem à rua São Francisco de Paula, rua da Munganga, rua da Calçada (trecho), rua da Mangueira e um beco desta.

Na Freguesia de São Pedro também apareceram com certa frequência casarões subdivididos, principalmente nos 18º, 20º e 22º quarteirões (sobretudo nesse último Rua do Rozário de João Pereira). No único quarteirão da Freguesia de Santana trabalhado por nós, que foi o 3º, correspondendo à Ladeira da Saúde, foram também encontrados vários casos de sobrados pluridomiciliares. Já na Freguesia de Santo Antonio, o índice encontrado foi bem menor do que nas demais freguesias, com maior concentração no 15º quarteirão.

Encontramos na Freguesia da Penha, no 4º (rua do Papagaio) e no 8º quarteirões alguns casos de edificações pluridomiciliares cujos habitantes possuíam escravos, como a casa nº 21 do 8º quarteirão em que moravam em um fogo D. Maria da Cruz, uma agregada e a escrava Clementina e, noutro fogo, o pescador José Amancio. Para estes quarteirões o número de imóveis subdivididos foi bastante alto, apresentando o percentual de 28,6% do total dos imóveis do 4º, e 24% para o 8º quarteirão. Para a Freguesia da Penha as listas do Censo não especificam se estas edificações eram sobrados ou casas térreas; apenas separam as pessoas por fogos quando existiam vários num mesmo imóvel. Não podemos portanto afirmar que estas habitações multifamiliares eram casarões antigos. Cremos que não o fossem, pois sabemos que a Freguesia da Penha, por ser distante do centro da cidade, era mais usada para o lazer no veraneio. As casas existentes eram sobretudo térreas, com características de chácaras, e casas populares com uma população perma-

nente constituída em sua maioria por pescadores.

Como vimos, o maior número de imóveis subdivididos foi encontrado nas freguesias mais centrais, como a Sé, o Pilar e São Pedro. Cremos ser isto devido às transformações na estrutura social pelas quais passavam estas freguesias, principalmente a da Sé, deixando de ser as freguesias preferidas pelas camadas mais abastadas da população, que fugiam do adensamento cada vez maior do centro e abrigando pessoas com níveis sociais mais baixos.

Apesar das variantes existentes entre os padrões arquitetônicos adotados, em todos existia a dependência da mão-de-obra escrava, quer para a própria construção quer para o funcionamento do edifício. Essa dependência se fazia sentir também no modo de funcionamento da cidade, sendo o escravo responsável pela execução dos serviços básicos necessários ao seu funcionamento. A inexistência nos centros urbanos de equipamentos para o fornecimento de água e serviço de esgotos, pressupunha a existência dessa massa trabalhadora escrava; assim sendo, o funcionamento interno dos edifícios montava-se no braço escravo. No dizer de Reis Filho "*para tudo servia o escravo. É sempre a sua presença que resolve os problemas de bilhas d'água, dos barris de esgoto (os 'tigres') ou do lixo, ...*" [15].

Os escravos que moravam nas residências dos seus senhores pertenciam, em sua maioria, à categoria dos domésticos, pois não obtinham renda alguma que lhes permitisse custear sua moradia.

Vamos encontrar, morando também com seus senhores, escravos exercendo atividades no ganho. Neste caso, para os escravos que trabalhavam integralmente no ganho, cremos que a renda obtida não era suficiente para se auto-sustentarem, pois além da moradia tinham que arcar também

15. REIS FILHO, N.G., op. cit., p. 26.

com os demais custos de manutenção. Vemos também no ganho escravos cuja principal atividade eram as tarefas domésticas, exercendo o ganho de forma esporádica, como algumas negras que saíam às ruas a vender doces e outros alimentos produzidos na casa do seu senhor, ou algumas rendeiras, bordadeiras e costureiras cujo consumo dos seus produtos não se limitava no âmbito da casa do seu senhor, devendo também vendê-los para fora.

Eram encontrados também escravos artesãos que viviam na residência de seus senhores, igualmente artesãos, trabalhando em sua companhia e sendo por eles integralmente sustentados [16]. Podemos citar o exemplo dos escravos José e João ambos sapateiros, cujo senhor era também sapateiro, moradores à rua Direita do Palácio (20º quarteirão), Freguesia da Sé, com a loja de sapatos no mesmo imóvel.

Podiam morar ainda com seu senhor escravos que tinham a sua força de trabalho alugada a outrem, conforme ficasse acertado entre o proprietário e o locatário, como nos mostra um anúncio do Jornal da Bahia de 12/09/1861, oferecendo o aluguel de uma negra cozinheira, lavadeira e engomadeira e um negro para todo o serviço, que continuariam dormindo na casa do seu senhor [17]. Como vimos, para os escravos que eram alugados por um período maior de tempo, geralmente o locatário se comprometia a mantê-los integralmente, dando-lhes alimentação, vestuário, cuidados médicos e moradia. Os contratos de locação de serviços para estes casos eram estabelecidos por uma escritura pública onde se explicitava as obrigações do locatário em assumir o ônus com a manutenção do escravo.

---

16. OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. O liberto: o seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p. 14.

17. Apud VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos. São Paulo, Corrupio, 1987, p. 500.

Ao abordarmos a questão sobre com quem viviam os escravos, ou seja, com quais pessoas ou grupos coabitavam, vemos que para os escravos que residiam com seus senhores havia toda uma convivência direta com os membros da família deste, que geralmente era numerosa, constituída não só do núcleo — pai, mãe e filhos —, como também de tios, tias, primos, avós, sobrinhos, irmãos, agregados, etc, como este exemplo extraído do Censo de 1855 em que habitavam na casa nº 54 do 14º quarteirão da Freguesia do Pilar o caixeiro Manoel dos Santos, sua esposa, duas irmãs, sua mãe, quatro agregados e cinco escravos.

No convívio na residência do senhor, o escravo aprendia as regras e a disciplina necessárias à adaptação à sua condição de escravo. A família do senhor passava ser a "*família*" do escravo, dentro da qual ele ocupava a posição mais humilde.

O Jornal da Bahia (14/08/1861) anuncia a venda de "*tres excellentes pardinhas, óptimas para mucamas, por terem sido criadas no rigor da moral, com zelo e recato*", além de "*dois pardinhos muito lindos para criados*" [18].

Muito ouvimos falar do caráter patriarcal nas relações entre senhor e escravo como uma característica peculiar do escravismo brasileiro. Gilberto Freyre nos fala dos escravos domésticos dentro da estrutura dos engenhos de açúcar, onde vemos esta ligação "*familiar*": "*a casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos -- amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas da casa*" [19]. Esta ligação patriarcal existia tanto no mundo rural como no urbano. Entendemos que

18. Ibid., p. 499.
19. FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984, p. 352.

esse paternalismo era utilizado pelo senhor como uma forma de manipulação para obter do escravo obediência e lealdade. Ligar o escravo ao senhor através de laços afetivos era um modo mais ameno de se conseguir a submissão do escravo, evitando assim revoltas e fugas e mantendo a ordem estabelecida sem que o senhor tivesse que necessariamente utilizar métodos de repressão mais violentos, como o tronco e o chicote.

Para executar os serviços domésticos geralmente eram preferidos os escravos nascidos no Brasil, os "*crioulos*", que muitas vezes nasciam na casa do senhor, onde eram educados, recebendo forte influência da cultura dos brancos. Segundo Reis os crioulos ocupavam uma posição específica na sociedade escravista, onde, por terem nascido e se socializado na escravidão, não possuíam um ponto de referência fora dessa experiência, o que os diferenciava dos escravos africanos fortemente marcados por uma herança cultural trazida da África, sendo este um ponto de conflito entre os crioulos e africanos. Parece evidente a "*docilidade*" do crioulo na medida em que a sua participação em revoltas foi quase nula, não tendo sido encontrado nenhum dentre os acusados na revolta dos Malês, em 1835, como também não se registrou a presença de crioulos, cabras e mulatos nas mais de vinte revoltas escravas que aconteceram na Bahia antes de 1835 [20].

As crianças escravas criadas na casa do senhor, segundo Mattoso, encontrava aí a estabilidade e a ternura que iam marcar sua vida afetiva, reconhecendo sempre o seu senhor como "*pai*" e estando, pelo próprio convívio com os membros da família do senhor, sobretudo com as crianças brancas, bem mais perto da comunidade branca do que da negra [21].

---

20. REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.173

21. MATTOSO, K.M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 126.

Os escravos domésticos dependiam da boa vontade do senhor para conseguir sua alforria. Esta alforria era concedida gratuitamente em função dos bons serviços prestados pelo escravo, ou seja, em troca de sua fidelidade, lealdade e submissão passiva, sendo sempre conferida às crias-da-casa, às amas que criavam os filhos do senhor, aos escravos bem velhos e a recém-nascidos no dia do batismo, chamamos "*forros de pia*". As alforrias eram geralmente concedidas em testamento e quase sempre com condições restritivas, como, por exemplo, a de que prestassem serviços até a morte do proprietário, sua esposa ou até dos seus filhos; dessa forma conseguia-se do escravo melhores serviços e comportamento dentro dos padrões exigidos pelo senhor, sendo fugas e rebeldias motivos para a revogação da alforria concedida [22].

4.1.2 - Escravos Morando por Conta Própria

Encontramos no escravismo urbano, de forma até paradoxal ao próprio sistema, escravos morando longe das residências dos seus senhores, sendo eles mesmos responsáveis pelo custeio de sua moradia. Eram sobretudo os que exerciam suas atividades no ganho. A própria forma como estava organizado o trabalho do escravo de ganho demandava uma certa autonomia para o mesmo, o qual podia negociar livremente o seu trabalho, ou seja, sem a imposição e determinação direta do seu senhor, porém restrito à competitividade no mercado de trabalho. Além disso, a atividade do ganho era exercida nas ruas, longe portanto das vistas e do controle do senhor. Essa liberdade relativa com relação ao senhor permitia ao escravo pernoitar e até mesmo morar em outro local que não a residência do proprietário, como o exemplo encontrado no Censo de 1855 do escravo Matheus e da escrava Afra, trabalhando ambos no ganho e morando no 9º quarteirão da Freguesia da Penha, longe de seus senhores.

22. OLIVEIRA M. Inês C. de., op. cit., pp. 24 e 25.

segundo Andrade, os autos dos inventários "*post-mortem*" deixam entrever que muitos escravos que não moravam na residência dos seus senhores nem dependiam deles para a sua manutenção eram sempre do serviço do ganho [23].

A "*liberdade*" adquirida pelo escravo que trabalhava nas ruas, como também o próprio sistema do ganho, só foi possível na medida em que o poder público passou a assumir o controle direto desses escravos, através do aparato legal, baixando posturas e decretos que restringiam a mobilidade e as atividades dos mesmos, e usando obviamente a força policial para fazer manter a ordem e cobrar as multas. Vemos portanto o poder público passar a exercer a posição de feitor.

Esse controle direto do poder público sobre o escravo tinha por fim precípuo evitar as revoltas coletivas de escravos e as fugas individuais que ocorriam com certa frequência. São muitos os anúncios de jornais que noticiam a fuga de escravos:

> "*Fugio no dia 5 do corrente ao abaixo assignado, uma sua escrava de nome Maria nação nagô, que andava pelas ruas d'esta cidade a vender obras de folha de flandres em um taboleiro; levou vestida saia zuarte azul, camisa de brim, pano de costa inglez já velho com listas vermelhas e azues. Quem a levar à casa do mesmo abaixo assignado, à Rua da Piedade, será recompensado. Idelfonso Ferreira de Araújo*" [24].

Verger, através de pesquisas em anúncios de jornais, conclui que a maior parte dos escravos que fugiam eram de ganho, exercendo o seu trabalho pelas ruas da cidade [25].

---

23. ANDRADE, M.José de Souza. A mão-de-obra escrava em Salvador. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p. 134.
24. Jornal da Bahia. Salvador, 08/05/1855. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 503.
25. VERGER, Pierre, op. cit., p. 502.

As posturas municipais baixadas pela Câmara da cidade de Salvador, já tentavam regular, desde o século XVII, a vida do escravo, como por exemplo a postura de 7 de setembro de 1672, proibindo que se usassem atabaques na cidade [26], como uma forma de repressão e controle do culto religioso e das manifestações lúdicas dos negros em geral. Essa mesma preocupação ocorreria no século seguinte, em 1716, ao se proibir o uso de atabaques e marimbas dentro dos muros e praias da cidade de Salvador, sob pena de seis mil réis [27].

Encontramos ainda no século XVIII a preocupação em controlar os ajuntamentos de negros, como se expressa na postura de 15 de novembro de 1785 da Câmara de Salvador, determinando que em cada lugar onde houvesse ajuntamento de negros ganhadores deveria haver um capataz [28].

No século XIX vemos surgir uma série de posturas que regulam de forma mais direta a vida dos escravos nas ruas, como a postura de 25 de fevereiro de 1831, proibindo os batuques, danças e ajuntamentos de escravos em qualquer hora e lugar, sob pena de oito dias de prisão [29].

Aos escravos também era vedada a permanência *"por mais tempo que o imprescindível"* nas tendas, botequins, tavernas e demais casas comerciais, sob pena de os proprietários das mesmas pagarem multa, além de alguns dias de prisão, como determinam as posturas de 25 de fevereiro de 1831 e de 17 de junho de 1844 [30].

Os escravos só podiam transitar livremente nas ruas durante o dia pois à noite a vigilância era reforçada, numa tentativa de controlar a fuga dos negros. Assim, sob a postura de 06 de junho de 1850, os

---

26. PMS. Fundação Gregório de Mattos. Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no Arquivo Municipal de Salvador: As posturas (1631-1889). Salvador, 1988, p. 18.
27. Ibid., p. 31.
28. Ibid., p. 43.
29. Ibid., p. 48.
30. Ibid., pp. 48 e 75.

escravos só podiam sair às ruas à noite com um bilhete de seu senhor declarando seu nome, procedência e para onde ia, sob pena de quatro dias de prisão ou multa de 1.000 réis [31].

A Câmara de Salvador também proibia que os proprietários de casas comerciais onde se realizassem jogos permitissem sua prática por escravos; caso transgredissem, pagariam dez mil réis e se sujeitariam a oito dias de prisão, conforme a postura de 17 de junho de 1844 [32].

Como vemos, esse controle do poder público se impunha rígido pelas penalidades que recaíam sobre os transgressores, ressaltando dessa forma a importância que assumia para a manutenção da ordem da cidade e do próprio regime escravista.

Em outras cidades da Província da Bahia como Valença, Inhambupe, Santo Antonio de Jequiriçá, Itapárica, Jaguaripe, Alcobaça, Nazaré, Caetité, Rio de Contas, Geremoabo e Tucano também se encontrava a mesma necessidade de regulamentação da mobilidade dos escravos nas ruas . Dentre as posturas elaboradas pelas câmaras das referidas cidades, as proibições mais comuns diziam respeito à permanência dos escravos em casas comerciais por mais tempo do que o necessário, assim como só podiam transitar nas ruas depois de certa hora da noite (nove horas para algumas cidades) com a permissão do senhor; também eram proibidos batuques e danças.

A Câmara Municipal de Santo Antonio de Jequiriçá, em postura de 22 de abril de 1837, proibiu aos donos de embarcações conduzirem escravos sem autorização do seu senhor. Com a mesma intenção do controle da mobilidade do escravo, a Câmara de Jaguaripe exigia a autorização do senhor para que o escravo transitasse por residências ou fazendas alheias (postura de 22/04/1840) [33].

---

31. Ibid., p. 81.
32. Ibid., p. 76.
33. Ibid., pp. 55 e 56.

Não só com respeito à mobilidade ou ajuntamento de escravos recaíam as posturas; constatava-se frequentemente a proibição da venda de objetos considerados perigosos como armas de fogo e facas. A Câmara de Cachoeira, através da postura de 15 de maio de 1840, determinava que não seria permitida a venda de qualquer droga venenosa a escravo, ainda que este possuísse uma autorização escrita do seu senhor [34].

Diante de todo o controle que o poder público passou a exercer sobre a vida do escravo urbano, vemos a legislação incidir também sobre a moradia dos mesmos. Assim, a Câmara Municipal de Jaguaripe, com a postura nº 58, de 22 de abril de 1840, só consentia que se alugassem casas a escravos mediante a apresentação de uma licença do seu senhor. Anos antes, em 1837, a Câmara de Itaparica já baixava esta determinação. Encontramos também nas cidades de Nazaré (em 1845) e Santo Antonio de Jequiriçá (em 1837) posturas referentes à proibição de alugar casas a escravos [35].

Para a cidade de Salvador encontramos uma postura proibindo o aluguel de casas a escravos, cuja data não identificamos embora saibamos ser do século XIX; não temos, porém, certeza de que tenha sido aprovada devido à forma confusa como se acham dispostas as informações no livro de posturas (Livro nº 5-1829-1859). É relevante, entretanto, registrar que existia a preocupação em controlar a moradia dos escravos [36].

Esse controle se expressaria claramente através da Lei de 13 de maio de 1835, decretada pela Assembléia Legislativa Provincial e sancionada pelo Vice-Presidente da Província da Bahia, Manoel Antonio Galvão, onde, em seu artigo 18, lê-se o seguinte texto:

---

34. Ibid., p. 67.
35. Ibid., pp. 65, 58, 77 e 56.
36. Ibid., p. 84.

"É prohibido á qualquer proprietário, arrendatário, sublocatário, procurador, ou administrador, alugar, ou arrendar casas á escravos, e inda mesmo á africanos libertos, que se não apresentem munidos de autorização especial, para isso dada pelo Juiz de Paz, sob pena de incorrerem na mulcta de cem mil réis" [37].

Para a cidade do Rio de Janeiro, a historiadora Marilene Nogueira da Silva, em seu trabalho sobre o "*negro na rua*" também constatou a existência de escravos que habitavam longe das vistas do seu senhor, e que para tal o senhor fazia um pedido formal à Câmara Municipal [38]. Em nossas pesquisas nas fontes documentais primárias para o caso de Salvador, não pudemos encontrar nenhum pedido de licença dessa ordem, embora creiamos que tenham existido, como demandava a própria legislação.

Neste anúncio do Diário da Bahia de 14/10/1865, sobre a fuga de um escravo, há referência sobre a existência de documentos onde se autoriza o escravo a dormir fora da residência do seu senhor:

"*Escravo fugido. Constatando o abaixo assignado que o seo escravo Lourenço, cabra claro, moço, sem barba, corpo cheio, estatura baixa, official de carpina e fugido há tempos, acha-se munido de uma carta em que se lhe concede licença para trabalhar onde quizer e dormir fora de caza, declara que tal carta não lhe foi dada por seo senhor, e que nenhum valor e importância deve merecer – ...*" [39].

Todo este controle do poder público recaía também sobre a própria atividade do ganho, onde, através de decretos, regulamentos e atos eram estabelecidas as formas do exercício dessa atividade. Como vimos no Capítulo II, toda pessoa que quizesse exercer o ganho tinha que possuir uma matrícula. Para o caso dos escravos, era o senhor que encami

---

37. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1835 a 1838.
38. SILVA, Marilene R. Nogueira da. Negro na rua. São Paulo: HUCITEC, Brasília: CNPq, 1988, p. 113.
39. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 502.

nhava um "*pedido de licença*" à Câmara Municipal solicitando colocar seu escravo no ganho. Esse, por sua vez, recebia uma placa (matrícula) com o seu nome, o de seu senhor, a freguesia em que morava, o número de sua residência e a qualidade do serviço a se destinava.

Ao mesmo tempo em que esse contingente de escravos que trabalhava nas ruas era vital para o funcionamento da cidade, ele se constituía numa ameaça constante para a ordem estabelecida. Sabemos que Salvador foi palco de várias rebeliões de escravos, onde se evidenciavam os conflitos sociais existentes. A cidade vivia portanto num estado de permanente tensão, daí ser preciso todo um aparato legal de controle dessa massa escrava. J.J. Reis, em seu trabalho sobre a revolta dos Malês, nos coloca que "*em rebeliões espontâneas ou planejadas, na capital e nas vilas do Recôncavo, nos engenhos e armações de pesca, os escravos mantiveram os senhores em constante insegurança*" [40]. Ainda segundo o mesmo autor, as rebeliões sempre existiram, porém atingiram sua maior intensidade no século XIX. Até o ano de 1830 elas se concentravam no meio rural; a partir daí, passaram a ocorrer em Salvador, sendo que a maior delas e a que mais efeitos causou foi a dos escravos malês, em 1835. Disso resultou a conhecida Lei de 13 de maio de 1835, que promovia um controle severo sobretudo dos libertos, pois nas inssurreições de escravos estes tinham uma participação efetiva.

O ambiente urbano favorecia os contatos entre escravos e outros segmentos da população também explorados, como libertos e pobres livres, permitindo o surgimento de diversas solidariedades: "*é sobretudo o domínio do populacho; os brancos não fazem mais do que por alí passar, os escravos alí se demoram, alí se encontram; é lugar de suas conversas, o instrumento de sua solidariedade. Pela rua eles escapam à dominação do 'pater familias', à integração na família patriarcal, para recriar uma agregação étnica e de classe social*" [41].

---

40. REIS, J.J., op. cit., p. 64.
41. BASTIDE, Roger. Les religions africanes au Brésie. Paris, 1960, p. 165. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 498.

Reunidos nos cantos estes escravos estabeleciam vínculos, trocavam idéias e podiam até mesmo conspirar na medida em que não estavam sob o controle e vigilância direta do seu senhor. O contato com seus companheiros de trabalho, segundo Reis, também evidenciava para o escravo a exploração escravista do trabalho, pois enquanto os livres e libertos se apropriavam de todo o ganho recebido com o trabalho, o escravo era obrigado a levar para seu senhor a maior parte deste [42].

As posturas municipais já expressavam essa preocupação com as agressões que os escravos pudessem exercer, na medida em que proibia a venda de armas aos escravos e também que estes seriam punidos se andassem com paus ou cacetes de ponta. Da mesma forma que proibia os batuques e danças e *"ajuntamentos tumultuários e suspeitos de escravos"* em qualquer hora e lugar [43].

Sabemos que podia ser variada a renda que o escravo obtinha com o ganho, como vimos no Capítulo II, porém para o caso de algumas atividades esta quantia possibilitava que o mesmo arcasse com os custos de sua manutenção. Podemos crer que suas condições de vida, notadamente a moradia, eram relativamente precárias, na medida em que a renda do ganho ia em sua maior parte para o senhor. Daí vemos ser uma alternativa para esses escravos dividir a moradia com os libertos, como estratégia de sobrevivência para ambos.

Os libertos constituíam a camada dos indíviduos egressos da escravidão, vivendo de biscates, de vender nas ruas e feiras ou oferecendo sua força de trabalho, ou seja, exercendo as mesmas atividades de quando eram escravos. Porém, encontramos alguns, que não chegavam a formar um grande número, que conseguiram uma ascensão econômica. Em geral esses libertos tinham que conquistar a duras penas seu espaço na cidade e sobretudo na sociedade. Assim lhes era proveitoso dividir

42. REIS, J.J., op. cit., p. 213.
43. PMS. Fundação Gregório de Mattos, op. cit., p. 83.

sua moradia com os escravos. Encontramos no Censo de 1855 vários casos onde podemos inferir que se tratavam de escravos dividindo a moradia com libertos que não eram seus senhores, pois na coluna de "*observação*" estes escravos recebiam a denominação de "*agregados*", como no fogo chefiado pela liberta Luiza do Bonfim, que vivia de negócio e dividia a moradia com os escravos Raimundo (calafate), Leocádio (negócio), Antonia, Maria do Bonfim e ainda com o liberto Cezar, na Ladeira da Saúde, Freguesia de Santana. Também era este o caso do liberto João Galiza, barbeiro, que dividia seu espaço com o liberto Vicente, carpinteiro, e os escravos Procópio e Felicidade, ambos ganhadores, moradores também na Ladeira da Saúde.

Nas informações básicas das listas do Censo de 1855 não existiu a preocupação de identificar se o recenseado era liberto, dividindo-se a população quanto ao seu estatuto legal em livres e escravos. Ainda assim obtivemos um pequeno percentual de pessoas onde, na coluna de observações, aparecia explicitamente a designação de "*liberto*", correspondendo a 5% da população livre; todavia, sabemos através do trabalho de Oliveira que os libertos constituíam um número be maior [44]. Essa pequena amostra nos permite traçar um perfil da figura do liberto em geral.

No que se refere à qualidade, eles estavam distribuídos da seguinte maneira: constituindo a grande maioria estão os pretos, com 78,3%, seguidos pelos crioulos, com 11,1%, 7,4% de pardos e 3,2% de cabras. Esse alto percentual de pretos é justificado na medida em que a maioria declarou ser originária da África (71,3%) e apenas 28,7% da Bahia (Salvador). Quanto ao estado civil, a quase totalidade dos libertos declararam ser solteiros, com um único caso de casado e outro de viúvo. As principais atividades exercidas por esses libertos eram o ganho (25,5%), concentrado principalmente na Freguesia da Sé, o comércio

44. OLIVEIRA, M. Inês C. de, op. cit.

(23,4%), os serviços domésticos (15,3%), a costura (10,2%), a pesca (6,1%) e os ofícios mecânicos como sapateiro, canteiro, ferreiro, pedreiro, marceneiro e carpinteiro.

Vamos encontrar estes libertos habitando em todas as freguesias da cidade. Existiam, porém determinadas áreas onde percebemos uma maior concentração dos mesmos. Em nossa amostra, a Freguesia de São Pedro foi a que apresentou o maior número deles, seguida pela de Santo Antonio e da Sé.

Mattoso, pesquisando em testamentos, encontrou-os em maior frequência na Freguesia de Santo Antonio, seguida por Santana, Conceição, Sé e São Pedro [45]. Segundo o "*mapa demonstrativo do número de africanos libertos*", elaborado pela Delegacia de Polícia em 1847 a Freguesia de Santo Antonio era também a que apresentava o maior número deles, vindo depois a Sé e São Pedro [46].

Muitos desses libertos moravam na periferia da cidade, como a Freguesia de Brotas onde encontramos 232 libertos vivendo em sua grande maioria dos trabalhos da lavoura e apresentando o ganho como a segunda atividade que concentrou o maior número deste [47]. Vemos aí portanto se articularem as roças de subsistência com atividade urbanas. Em 1827, também no Rio Vermelho (limite entre as Freguesias de Vitória e Brotas) contava com 900 libertos dedicados principalmente a pesca [48].

Maximiliano de Habsburgo faz referências à existência na região do dique de choupanas construídas com varas, barro e folhas de palmeiras, habitadas por negros [49]. Esta região situava-se na periferia da parte

45. MATTOSO, K.M. de Queirós. Testamento de escravos libertos, na Bahia no século XIX. Salvador, 1979, p. 32.
46. NASCIMENTO, A.A.V., op. cit., p. 99.
47. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Série: Governo e Judiciário. Maço 2880-I.
48. VERGER, Pierre, op. cit., p. 526.
49. HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: FCBa, 1982, pp. 104 e 107.

mais urbanizada da cidade e na confluência dos limites das Freguesias de Brotas, São Pedro e Santana; caracterizava-se pela existência de uma mata exuberante e de várias roças de subsistência, com plantações de mandioca e inhame. Habsburgo, caminhando por entre estas roças, constata a presença de "*figuras negras*" ocupando-se da colheita e lavoura. Oliveira, trabalhando com testamentos de libertos, encontrou 45% dos testadores dedicados à agricultura de subsistência e ao criatório de animais, e nos dá o exemplo da liberta Isabel, que era proprietária de uma roça em São Gonçalo, 2º Distrito da Freguesia de Santo Antonio, donde podemos portanto constatar a instalação de libertos na periferia da cidade [50].

As casas desses libertos podiam ser alugadas, com quartos sublocados aos escravos, ou próprias, adquiridas com o pecúlio que conseguissem juntar. Eram em sua maioria construções modestas, de taipa, ou pedra e cal, térreas, de porta e janela, em terrenos foreiros a conventos, igrejas ou grandes proprietários urbanos [51]. Como exemplos, temos o liberto Turíbio, possuidor de duas casas, uma de taipa na Quinta dos Lázaros e outra também de taipa com cobertura de palha na Quinta das Beatas, onde residia, o também liberto João José, proprietário de duas casas de taipa de mão cobertas de telhas, situadas na rua do Matatu. Encontramos ainda uma "*morada de casa de palha*" na povoação de Itapuã pertencente à liberta Gertrudes Vaz. Os libertos podiam também ser donos de apenas parte do imóvel, como era o caso de Luis Francisco que possuía metade de uma casa de taipa coberta de telhas, localizada na Quinta das Beatas [52].

Nos testamentos deixados pelos libertos vemos que esses também possuíam casas assobradadas, embora constituíssem uma minoria, como os

---

50. OLIVEIRA, M. Inês C. de, op. cit., pp. 32 e 44.

51. Ibid., p. 37.

52. Estes exemplos foram extraídos de testamentos deixados por libertos na segunda metade do século XIX, cujo material nos foi cedido pela Profa. Maria Inês de Oliveira.

exemplos da liberta Emília, que possuía um sobrado na Ladeira do Passo no qual morava, de Luiza Gonçalves, proprietária de um sobrado de dois andares situado nas portas da Ribeira, Freguesia da Conceição da Praia, ou ainda da liberta Dimiciana, que possuía vários sobrados, um dos quais, no Maciel de Baixo (Freguesia da Sé), foi deixado de herança para seus doze escravos [53].

Ainda em 1835, o liberto Luis declarou possuir oito casas, cinco delas situadas na Ladeira do Alvo, uma na rua do Jogo do Lourenço e duas na rua da Poeira. Dessas casas uma era um sobrado de dois andares, com loja e sótão, situada na Ladeira do Alvo, as demais eram térreas com portas e duas janelas, estando todas situadas na Freguesia de Santana [54].

Mattoso cita o exemplo de um liberto possuidor de três sobrados situados um na rua da Preguiça, Freguesia da Conceição, e os dois outros na Freguesia de São Pedro, sendo um no Beco Maria Paz e o segundo no Largo Dois de Julho [55].

Podemos perceber através destes exemplos que muitas dessas casas, principalmente as mais modestas, achavam-se situadas em localidades periféricas como a Quinta dos Lázaros (2º Distrito da Freguesia de Santo Antonio), a Quinta das Beatas (Freguesia de Brotas), Matatu (Freguesia de Brotas) e Itapuã. Os sobrados localizavam-se nas freguesias mais centrais como São Pedro, Sé, Santana, Conceição e Passo.

São encontradas também várias referências a escravos habitando em lojas dos antigos casarões setecentistas que estavam divididos em vários fogos.

---

53. Todos os exemplos citados em ambos os parágrafos são referentes aos anos de 1855 a 1867.
54. OLIVEIRA, M. Inês C. de, op. cit., p. 38.
55. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., nota 45, p. 42.

podemos observar nesta descrição de um sobrado multifamiliar, a existência e disposição interna das lojas: *corre praça hoje 3 e nos dias 7 e 10 do corrente, pelo juizo d'orphãos e cartório do escrivão José Maria, uma propriedade de sobrado sita à Rua das Laranjeiras, pertencente ao casal de Antonio Joaquim Fernandes Maciel edificada em terrenos próprios, com 45 palmos de frente, tendo no alojamento 4 portas, sendo 3 das lojas de aluguel a 1a. tem sala de frente, sala de jantar, quarto e cozinha, e as outras duas salas e quarto, o 1º andar tem sala e gabinete, a frente com 5 janellas rasgadas e grades de ferro com bacia de cantaria da Europa, com 2 quartos, sala de jantar, varanda e cozinha toda forrada de estoque, no 2º andar 5 janellas de peitoris envidraçadas, com sala e gabinete, 2 quartos, sala de jantar e cozinha toda telha vã..."* [56].

A disposição interna das lojas era variada, chegando algumas a assumirem o aspecto de "*senzalas urbanas*", como as denominou Reis, com seus espaços amontados de gente, pouca ventilação, nenhuma separação em quartos, nem tampouco privacidade, constituídas por uma só grande sala, sem mobília alguma, às vezes possuindo um caixote de madeira onde se podia guardar roupas, instrumentos de trabalho, dinheiro e amuletos. Os escravos dormiam sobre esteiras estendidas no chão ou, mais raramente, colocadas sobre tábuas [57].

Nessas lojas os escravos podiam tanto morar sozinhos, como o exemplo encontrado no Censo de 1855 da escrava nagô Francisca, de 45 anos de idade, que morava na loja do sobrado nº 23, 9º quarteirão da Freguesia do Pilar, ou dividir o espaço com outros escravos, libertos ou pobres livres, como o caso do calafate crioulo João Gouvea, de 62 anos, que dividia com a escrava Úrsula das Virgens, de 65 anos, a loja do sobrado nº 7 da Ladeira da Saúde, no 3º quarteirão da Freguesia de Santana.

56. Diário da Bahia. Salvador, 03/02/1860. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 10, p. 156.

57. REIS, J.J., op. cit., p. 220.

Com base nos dados do Censo de 1855, pudemos identificar a composição dos grupos que habitavam as lojas como sendo em sua maioria absoluta pessoas pertencentes aos estratos inferiores da população. Na nossa amostra foram encontradas 313 pessoas que habitavam em lojas, representando aproximadamente 6% da amostragem geral do Censo, distribuídas nas Freguesias da Sé, São Pedro, Santo Antonio, Pilar e Santana (Tab. 22). Dentro das freguesias estudadas por nós, não foi encontrada loja apenas na Penha. Cremos que seja em função de que as lojas para moradia eram geralmente espaços aproveitados na parte térrea dos sobrados que tinham um uso comercial, e como a Penha não possuía função comercial, inexistiam em seu parque imobiliário sobrados com esta característica.

Tabela 22

POPULAÇÃO DAS LOJAS

FREGUESIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Sé	70	114	184	58,8
São Pedro	13	14	27	8,6
Santo Antonio	8	7	15	4,8
Pilar	29	37	66	21,1
Sant'Ana	12	9	21	6,7
TOTAL	132	181	313	100,0

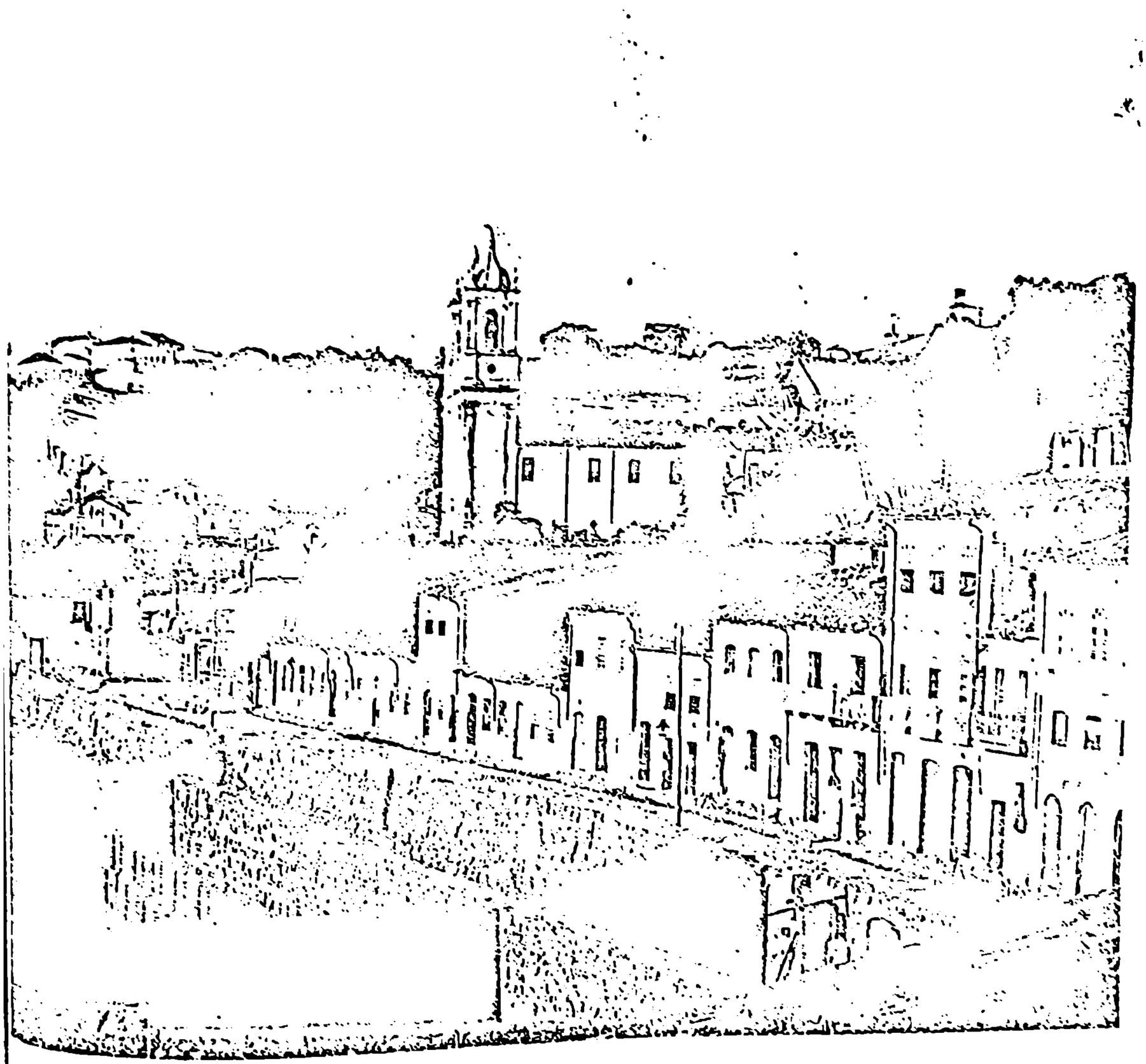
(FONTE: Amostra Censo 1855)

A maior concentração de pessoas morando nesses espaços estava na Freguesia da Sé, o que se apresenta coerente com a realidade dessa freguesia na época. Ela fora uma freguesia de elite que passava então por profundas transformações em sua estrutura social. Seu parque imobiliário, constituído em grande parte pelos sobrados setecentistas subdivididos em vários fogos, abrigava cada vez mais os estratos inferiores da população. As lojas concentravam-se nos quarteirões 21 e 22, correspondendo à rua da Ajuda, Ladeira do Aljube e ruas do Bacalhau, do Pão-de-ló e dos Ximens. Encontramo-las ainda em um beco situado na ladeira atrás do Palácio (23º quarteirão). Estes quarteirões se localizavam nas proximidades da praça do Palácio. Através de outras fontes detectamos a presença de lojas também na rua do Maciel, rua das Portas do Carmo, Ladeira da Praça e rua das Laranjeiras, e cremos que deveriam existir em toda a Freguesia da Sé na medida em que encontramos imóveis subdivididos em boa parte de suas ruas (Planta 06).

A Freguesia do Pilar foi a que apresentou o segundo maior percentual de lojas, situadas nas ruas São Francisco de Paula, da Mangueira, da Munganga e em Água de Meninos. Estas ruas situam-se em uma parte da freguesia que, embora possuísse uma grande concentração de edificações, não correspondia à sua área mais densamente ocupada, localizada em continuidade à Freguesia da Conceição. Infelizmente, não localizamos nenhuma lista do Censo de 1855 desta área, na qual cremos deveria existir uma grande frequência de lojas, em função da já citada alta densidade e da existência de sobrados com até cinco pavimentos, além de sua posição nas proximidades do porto. Encontramos uma nota no Diário da Bahia de 26/08/1864 em que anunciava-se para venda um sobrado de três pavimentos com lojas, na rua do Xixi, situada nesta área mais densa [58].

58. Apud BAHIA. SEC., op. cit., nota 10, p. 166.

Na Freguesia de São Pedro as lojas apareceram no 18º, 20º e 22º quarteirões — este último correspondia à rua do Rozário de João Pereira. Na Freguesia de Santana as lojas apareceram na Ladeira da Saúde, a qual, como vimos, caracterizava-se por abrigar uma população pobre.



Sobrados em Água de Meninos, Freguesia do Pilar, com a existência de possíveis "lojas" nos pavimentos térreos. (Foto feita por MULOCK, em 1860. In: FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias, 1858-1900).

As lojas na Freguesia de Santo Antonio apareceram no 18º quarteirão, porém infelizmente não conseguimos saber quais ruas compunham esse quarteirão. Através de notas de jornal, entretanto, identificamos a presença de lojas na rua dos Marchantes e na rua dos Carvões, nas quais morava uma população pobre.

Na rua do Passo também encontramos referências sobre a existência de lojas. Sabemos que a maior parte do parque imobiliário desta freguesia era constituída por grandes casarões, como podemos vê-los ainda hoje, e que na época já passava por processo de mudança social semelhante ao da Sé.

Dentre os habitantes das lojas vemos a presença do escravo, embora em pequena quantidade, apresentando um percentual de 5,4%, com maior concentração na Freguesia da Sé (Tab. 23).

Tabela 23

POPULAÇÃO DAS LOJAS/ESTATUTO LEGAL

FREGUESIA	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
Sé	173	11	184
São Pedro	25	2	27
Santo Antonio	15	-	15
Pilar	64	2	66
Sant'Ana	19	2	21
TOTAL	296	17	313

As ocupações exercidas por essa população, na nossa amostra, eram as mais variadas porém típicas das camadas mais populares. O ganho era a atividade mais encontrada, sobretudo para a Freguesia da Sé, onde 30% dos moradores de lojas se dedicavam a essa atividade. Também habitavam as lojas pedreiros, sapateiros, marceneiros, carpinteiros, funileiros, quintandeiros, alfaiates, lavadeiras, costureiras, engomadeiras, saveiristas e calafates, dentre outros.

Quanto à qualidade os habitantes das lojas mostravam-se da seguinte maneira (Tab. 24): 33,4% de pardos, 25% de crioulos, 20,2% de pretos, 13,4% de cabras e 8% de brancos. Vemos que as pessoas de cor eram predominantes, com maioria para os pardos, sendo que os pretos e crioulos juntos somavam quase metade da população, o que julgamos importante para o nosso estudo pois geralmente os pretos e crioulos ou eram escravos ou pessoas egressas da escravidão. É importante ainda notarmos que os brancos também se faziam presentes nas lojas, embora em pequeno número.

Tabela 24

POPULAÇÃO DA LOJA/QUALIDADE

FREGUESIA	BRANCOS		PRETOS		CRIOULO		CABRA		PARDO		TOTAL	
Sé	19	10,3%	37	20,1%	35	19%	28	15,2%	65	35,4%	184	100%
São Pedro	-	-	10	37%	11	40,7%	-	-	6	22,3%	27	100%
Stº Antonio	-	-	-	-	7	46,7%	2	13,3%	6	40%	15	100%
Pilar	5	7,7%	13	20%	10	15,4%	12	18,4%	25	38,5%	65	100%
Sant'Ana	1	4,8%	3	14,3%	15	71,4%	-	-	2	9,5%	21	100%
TOTAL	25	8%	63	20,2%	78	25%	42	13,4%	104	33,4%	312	100%

OBS: Para a Freguesia do Pilar um único recenseado não declarou a qualidade.

Quanto à qualidade os habitantes das lojas mostravam-se da seguinte maneira (Tab. 24): 33,4% de pardos, 25% de crioulos, 20,2% de pretos, 13,4% de cabras e 8% de brancos. Vemos que as pessoas de cor eram predominantes, com maioria para os pardos, sendo que os pretos e crioulos juntos somavam quase metade da população, o que julgamos importante para o nosso estudo pois geralmente os pretos e crioulos ou eram escravos ou pessoas egressas da escravidão. É importante ainda notarmos que os brancos também se faziam presentes nas lojas, embora em pequeno número.

Tabela 24

POPULAÇÃO DA LOJA/QUALIDADE

FREGUESIA	BRANCOS		PRETOS		CRIOULO		CABRA		PARDO		TOTAL	
Sé	19	10,3%	37	20,1%	35	19%	28	15,2%	65	35,4%	184	100%
São Pedro	-	-	10	37%	11	40,7%	-	-	6	22,3%	27	100%
Stº Antonio	-	-	-	-	7	46,7%	2	13,3%	6	40%	15	100%
Pilar	5	7,7%	13	20%	10	15,4%	12	18,4%	25	38,5%	65	100%
Sant'Ana	1	4,8%	3	14,3%	15	71,4%	-	-	2	9,5%	21	100%
TOTAL	25	8%	63	20,2%	78	25%	42	13,4%	104	33,4%	312	100%

OBS: Para a Freguesia do Pilar um único recenseado não declarou a qualidade.

Essas pessoas em geral não eram casadas, apresentando apenas um percentual de 5% de casados contra 91,5% de solteiros e 3,5% de viúvos, embora haja evidências de concubinatos.

Na composição dos habitantes das lojas era constante a presença do liberto como, por exemplo, o caso dos africanos libertos Sabino e Maria, ambos trabalhando no ganho e morando em uma loja na rua Direita da Ajuda no 21º quarteirão da Sé, ou o da também liberta ganhadeira Luiza e seu filho, moradores em uma loja na rua do Bacalhau, Sé, ou ainda o desta loja em que moravam seis libertos, três homens e três mulheres, todos exercendo suas atividades no ganho. Muitos desses libertos possuíam escravos, como era o caso de Francisco Lopes Montinho, marceneiro, que possuía três escravos, todos trabalhando no ganho, morando numa loja no 23º quarteirão da Freguesia da Sé.

Alguns escravos alugavam ou sublocavam quartos em lojas, não para pernoitarem mas para outros usos, como o escravo nagô Belchior, carregador de cadeira, que, por não confiar num outro escravo recentemente comprado pelo seu senhor, alugou um quarto na loja do liberto Manoel Calafate para guardar sua caixa e seu dinheiro [59].

Era comum também os escravos alugarem quartos nos fundos das casas, geralmente pertencentes a libertos, pois lhes era proveitoso dividir sua moradia com escravos na medida em que podiam conseguir uma renda a mais. Reis nos dá vários exemplos, extraídos dos processos do levante dos malês em 1835, dessa forma de moradia para os escravos que viviam por conta própria: a escrava Felicidade, de origem nagô, morava com seu companheiro, o liberto Luiz, carregador de cadeira, num quarto alugado por 800 réis nos fundos de uma casa à rua Direita de São Pedro, tendo como vizinhos, num outro quarto alugado, a escrava Firmi

59. REIS, J.J., op. cit., p. 221.

na e o liberto Jacinto; também morava em quarto alugado, nas vizinhanças do Mercado de Santa Bárbara, o escravo ganhador Antonio. Ainda segundo Reis, alugavam quartos em casa de libertos os escravos Ova, Namonin e Marcelina, sendo que Marcelina ocupava o quarto apenas durante o dia para vender seus tecidos, retornando à noite para o Convento do Desterro, onde era escrava de uma freira [60].

A existência de "*vilas de aluguel*" nos fundos de quintais também se evidencia no Censo de 1855. Temos um exemplo explícito na casa do Sr. Juvêncio Lopes, no 34º quarteirão da Freguesia de Santo Antonio, onde existiam alguns pardos sapateiros e uma costureira morando em quartos no seu quintal. A construção de cômodos de aluguel dentro dos quintais das residências nos parece ter sido uma solução usada com certa frequência, uma vez que a Câmara Municipal de Salvador chegou a baixar uma Resolução exigindo licença para a abertura de portão para o acesso a tais cômodos [61].

Para aqueles escravos que viviam por conta própria, sabemos que habitavam ainda em casas de porta e janela ou casinhas, como noticia o Diário da Bahia de 14/10/1865, referindo-se à fuga do escravo Lourenço, oficial de carpinteiro que vivia longe da casa do seu senhor, morando numa dessas casinhas, junto ao recolhimento de São Raimundo [62].

As formas de moradia dos escravos que não habitavam com seus senhores ou locatários assemelhavam-se às dos libertos e pobres livres que precisavam conquistar seu espaço na cidade. Eram caracterizadas pela precariedade, sendo espaços modestos, sem qualquer conforto e muitas vezes insalubres. O viajante austríaco Jerolim Freiherr von Benko, em 1885, observou os negros livres, os carregadores e os estivadores morando em "*miseráveis mansardas*", na Freguesia da Conceição da Praia [63].

---

60. Ibid., p. 222.
61. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1875. Resolução de 14 de junho de 1875.
62. Apud VERGER, Pierre, op. cit., p. 502.
63. AUGEL, Moema Parente. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. São Paulo, Cultrix, 1980, p. 147.

O inglês Lindley, que aqui esteve em 1802, ao comentar sobre as residências da cidade de Salvador, referiu-se àquelas da classe mais baixa, dos soldados e negros, como sendo "*cabanas cobertas de telhas com simples janelas com grades*" [64]. Essas moradias precárias também são mostradas por Rugendas em sua documentação iconográfica feita entre os anos de 1821 e 1825, aparecendo numa prancha a representação de uma habitação de negros: uma pequena choupana construída de taipa (pau-a-pique), com cobertura de palha, e apenas uma porta; vemos os negros e negras seminus, do lado de fora da casa, uns deitados, outros trançando palha, e crianças brincando [65].

HABITAÇÃO DE NEGROS (J.M. RUGENDAS, prancha 85)

64. VERGER, Pierre, op. cit., p. 296.
65. RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1979, p. 211.

Habsburgo, em 1860, também atenta para essas cabanas em locais próximos ao Dique: "*logo encontramos, também, por entre campos sombreados por grandes árvores, uma daquelas míseras choupanas de negros, construída com varas, barro e folhas de palmeiras...*". Em seu passeio à Ilha de Itaparica, encontrou escravos morando em choupanas, com paredes de "*galho seco, mal tapadas com barro e terra*", cobertas com palha e o chão de terra batida, cujo mobiliário consistia em alguns caixotes de madeira, objetos de palha e cabaças [66].

Nas referências encontradas, esses escravos que se auto-sustentavam exerciam suas atividades principalmente no ganho, como carregadores de cadeira e vendedores de tecidos e quinquilharias, como a escrava Emereciana que vivia por si só, de seu "*negócio de vender comidas em Santa Bárbara*" [67], ou seja, no exercício do ganho em geral. Entretanto, encontramos escravos artesãos que viviam independentes do seu senhor, como o caso encontrado no Censo de 1855 do escravo Raimundo, calafate, ou do exemplo já citado do escravo Lourenço, que era oficial de carpina. Obviamente, esses artesãos vendiam sua força de trabalho praticamente como autônomos, recebendo uma remuneração que lhes permitia prover o seu sustento.

Esses escravos de ganho, dentro de certos limites, não dependiam da benevolência do seu senhor para conseguirem a alforria, pois, propiciado pela renda auferida com o ganho, podiam juntar um pecúlio com o qual compravam sua alforria. Dentre as associações que organizavam os escravos figuravam as "*juntas de alforrias*", que consistiam em espécies de instituições de crédito com contribuições financeiras dos seus membros, tanto escravos quanto os já libertos, onde se retirava a soma necessária para a compra da alforria, continuando a pagar o saldo deixado [68].

---

66. HABSBURGO, Maximiliano de, op. cit., pp. 104 e 107.
67. REIS, J.J., op. cit., p. 222.
68. Ibid., p. 204.

4.2 - CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE DAS HABITAÇÕES

As condições de higiene e salubridade das moradas dos escravos eram geralmente precárias, tanto para aqueles que moravam longe de seu senhor, quanto para os que viviam nas residência destes, pois os espaços que aí lhes eram destinados eram sempre os piores da casa, como os porões, sub-solos, sótãos, etc.

Com relação às condições de conforto ambiental das casas baianas em geral, os viajantes estrangeiros mencionavam em seus relatos sempre seu desconforto e falta de higiene decorrentes da pouca ventilação e iluminação, como fez o alemão Oscar Canstat, em 1868: *"das portas abertas das casas emanava uma espécie de bafio que, como tive a ocasião de observar, se faz sentir em móveis abandonados e que se origina da estagnação do ar muito carregado de umidade..."* [69].

A própria tipologia dos sobrados coloniais e o modo como se achavam implantados no terreno, aliados às conclusões climáticas, contribuíam para a existência de espaços insalubres. Kluppel [70], em seu trabalho sobre as habitações coloniais e suas relações com o clima, ao analisar o regime de ventos em Salvador e os *"gráficos de insolação"* conclui que na cidade baixa a ventilação era deficiente tanto pela baixa intensidade dos mesmos, como pela disposição dos edifícios. A massa construída nesta área caracterizava-se por uma alta densidade, com edificações de até cinco pavimentos, implantadas de forma justaposta, criando uma barreira para a ventilação vindo do mar, não permitindo assim uma boa distribuição da ventilação, fato

69. CANSTATT, Oscar. Brasil. A terra e a gente, 1871. Rio de Janeiro, Pongetti, 1954, pp. 248-249. Apud MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., nota 5, p. 194.

70. KLUPPEL, Griselda Pinheiro. Conforto ambiental na arquitetura colonial; um estudo de caso em Salvador. Dissertação de mestrado em fase de preparação, FAU/UFBA, Salvador, 1989.

agravado pela pouca largura das ruas e becos. Em consequência disto, aumentava a deterioração nos edifícios causada pelo acúmulo de umidade e consequente proliferação de microorganismos no seu interior, além de causar desconforto e insalubridade para os seus usuários. Da mesma forma a altura dos edifícios, sua implantação justaposta e a estreiteza das ruas e becos constituíam uma barreira para a penetração da luz solar: em alguns os raios solares só incidiam quando o sol se encontrava a grande altura em relação ao horizonte, por volta do meio dia. Assim a radiação solar direta só incidia nos pavimentos superiores, ficando os restantes sem recebê-la. Como é sabido, a radiação de pequeno comprimento de onda tem ação bactericida benéfica ao homem e às próprias construções.

Foi observando estas condições da cidade baixa que o viajante francês Mouchez, em 1861, fala em *"casas altas e ruas estreitas, onde não circula senão um ar quente, pesado e carregado de miasmas nauseabundos"* [71].

Os porões e sub-solos constituíam-se nos espaços mais insalubres dessas habitações devido à excessiva umidade, à ventilação deficiente e à ausência quase total da luz solar. Ao ver os escravos habitando esses porões, Maria Graham se perguntou *"como é que entes humanos poderiam existir em tais lugares"* [72]. Essas péssimas condições de salubridade vão contribuir para o aparecimento de doenças. Segundo Mattoso, uma das causas que contribuíram para o agravamento do estado de saúde dos escravos foi *"as más condições de higiene de seus alojamentos"* [73].

---

71. MOUCHEZ, Ernest. Les côtes du Brésil. Description et instructions nautiques. 2 ème section. De Bahia à Rio de Janeiro. Paris, P. Dupont, 1864. p. 46. Apud AUGEL, M. P., op. cit., p. 146.

72. GRAHAM, Maria, op. cit., p. 163.

73. MATTOSO, K.M. de Queirós, op. cit., nota 21, p. 120.

para os escravos que não habitavam com seus senhores mas que dividiam com libertos e pobres livres sua moradia, encontramos também precárias condições de higiene nesses espaços, como observou o viajante austríaco Benko ao se referir às "*miseráveis mansardas*" que eram moradas desses pobres [74], muitas habitações formavam verdadeiros cortiços. Já tivemos oportunidade de ver a existência de vários casarões nas freguesias centrais subdivididas em muitos fogos, e ao verificarmos a seguir as péssimas condições de limpeza das ruas da cidade aliadas aos maus hábitos de higiene da população, poderemos ter uma idéia da insalubridade dessas moradias.

Com o intuito de zelar pela saúde pública, a Câmara Municipal baixou, em 1862, uma postura obrigando os moradores a manterem limpas suas habitações : ... "*os moradores desta cidade que em suas habitações, situadas na comprehensão da decima urbana, conservarem aguas sujas ou estagnadas e lixo ou immundices accumuladas, soffrerão a multa de 30$00 rs. ou 8 dias de prisão, além de pagarem as despezas de remoção e limpeza que se effectuarem de ordem da autoridade quando não a façam por si, no prazo que pela mesma lhes for marcado*" [75].

Na cidade do Rio de Janeiro, segundo Marilene R. da Silva, a população moradora do centro costumava frequentemente reclamar à Secretaria de Polícia das péssimas condições dos cortiços [76]: "*existe n'esta cidade um grande número de casas alugadas directamente a escravos, ou à pessoas livres que parcialmente as sublocão a escravos. Os males resultantes de tal procedimento são notórios, ninguém ignorando que essas casas, além de serem valha-couto de escravos fugidos e malfeitores e mesmo de ratoeiros livres, tornão-se verdadeiras espeluncas, onde predominão o vicio e a imoralidade de baixo de mil formas diferentes*".

---

74. AUGEL, M.P., op. cit., p. 146.
75. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa - 1862.
76. Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.55. Apud SILVA, M.R. Nogueira da, op. cit., p. 113.

podemos perceber através das notícias do jornal *"O Alabama"* que a população da cidade de Salvador manifestava preocupação com a higiene e limpeza de suas ruas e quintais, fazendo denúncias sobre o estado precário de uma série de locais, como canos estourados jogando para a rua águas apodrecidas ou pessoas que atiravam pelas janelas águas servidas molhando os transeuntes, etc. Assim como se preocupavam que alguns locais se transformassem em focos de proliferações de doenças, como certos quintais existentes na Sé, Santo Antonio e Sant'Ana que *"por si sós são capazes de desenvolver uma epidemia e devastar uma população"*. Foram pedidas providências ao poder público no sentido de impedir a uns negros que moravam na loja de um sobrado no Maciel de Baixo, Freguesia da Sé, de criarem porcos, obedecendo a postura que proíbe tal criação no centro da cidade [77].

Vemos espalhados pelas várias freguesias da cidade focos de sujeira e imundices e não apenas na cidade baixa. As denúncias feitas no jornal *"O Alabama"* apontam focos existentes na Freguesia de Santo Antonio e principalmente na rua dos Carvões, considerada como um *"desaguadouro de aguas putridas"* onde *"cada casa tem um muro, de cada muro deságua um cano, cada cano forma um charco que exhala insuportável fedentina"*, essa rua dos Carvões era composta por edificações geralmente térreas e habitada por uma população de baixa renda. Na Freguesia da Sé encontramos várias denúncias sobre a sujeira do Beco do Ferrão, onde seus moradores costumavam atirar águas servidas pelas janelas, como também da existência de uma *"montanha de esterquilínios"*. Da mesma forma, eram precárias as condições de salubridade da rua do Maciel de Baixo, onde seus moradores *"podem morrer entoxicados, mas não há viva alma a quem bata o coração de mandar a loja nº 18 E que está causando peste! Na verdade é o suprasumo do desleixo. Há mais de 12 dias que a rua é um lago de excremento que desagua por aquella porta, o fedor é insuportável; o clamor é grande; mas nin-*

77. BAHIA. SEC. Pelourinho Informa: O Alabama; Boletim Bibliográfico. 6 (2): abr/jun., 1980, p. 72.

quem toma a deliberação de remover um mal que affecta a tanta saúde!". Na Freguesia do Passo, principalmente na rua das Flores, várias denúncias referem-se ao despejo de águas pútridas e excrementos para a rua, dando por vezes banhos nos transeuntes [78].

Encontramos um relatório do encarregado de limpeza das Freguesias de Santana e São Pedro, datado de 1862, no qual se coloca a necessidade de se promover melhorias no saneamento da cidade, principalmente através de reparos nos canos que coletavam as águas servidas das residências, como o existente na Ladeira do Gabriel e que recebia as águas de quase todas as casas das ruas das Mercês, Rosário, Faísca e do Fogo, sugerindo que se levasse esse cano até o mar *"para assim poder melhorar-se de certo modo esse foco de infecção"*. Vários outros canos encontravam-se em igual estado na cidade, e segundo o dito fiscal, por falta dessas providências apareciam águas estagnadas, não sendo possível haver limpeza nas ruas da cidade. Da mesma forma visando às melhorias das condições de higiene da cidade, sugeria que fossem estabelecidos locais para que os particulares jogarem seu lixo e entulho nas Freguesias de Santana e São Pedro: na baixa da rua de São Bento para o Castanheda; nas quebranças; na Estrada da Vala; nos fundos da Capela de Santo Antonio da Mouraria; em grandes valas na rua da Independência, num beco da Ladeira da Fonte das Pedras; e em grandes buracos no campo de Nazaré e na roça de Jacinto Alves [79].

As más condições de higiene da cidade de Salvador, atreladas aos maus hábitos da população de atirar lixo, entulhos, excrementos e águas apodrecidas pelas ruas, à inexistência por parte do poder público de um serviço eficiente de limpeza e saneamento básico, às moradias principalmente de pessoas de categoria inferior e dos escra-

78. Ibid., pp. 72-76.
79. AMCS. Ofícios.

vos com excessiva umidade, pouco arejadas, sem a penetração direta do sol e com os quintais amontoados de lixo — constituíam um ambiente propício para o desenvolvimento de doenças endêmicas. Dentre estas, as mais devastadoras foram a febre amarela e o *cholera morbus*.

O *cholera morbus* atingiu a cidade em 1855, castigando de maneira violenta sua popução. As freguesias mais atingidas foram as da Sé, Pilar e Penha. Segundo Athayde, a epidemia alcançou altos índices de mortalidade na Freguesia do Pilar em função das más condições higiênicas da cidade baixa, da proximidade do porto e da precariedade das casas, geralmente úmidas e abafadas, onde habitava em grande número escravos e elementos de camadas sociais menos favorecidas [80]. Vemos também no Pilar um grande número de imóveis subdivididos em várias moradias, denotando um maior adensamento populacional em determinadas áreas, o que pode contribuir para uma maior degradação das condições sanitárias. A mortalidade registrada na Penha, segundo relatório da comissão de higiene, foi atribuída principalmente à precariedade das habitações, à presença de charcos e à obstrução das valas que serviam de esgoto às águas das chuvas [81].

As freguesias menos atingidas foram as da Vitória, paróquia menos densa, aprazível, habitada pela classe alta da cidade, com melhores condições de salubridade, e a Freguesia de Brotas, menos densamente ocupada pelo seu caráter semi-rural e em condições de maior salubridade devido aos trabalhos de saneamento, com a limpeza e canalização do rio Camurujipe [82].

---

80. ATHAYDE, Johildo Lopes. Salvador e a grande epidemia de 1855. Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1985, p. 16.

81. Ibid.

82. Ibid., p. 19.

Encontramos nas "*Instrucções sanitárias populares*", publicadas em maio de 1854 com o fim de alertar e esclarecer a população sobre os perigos da febre amarela, que uma das condições mais importantes durante as epidemias era a salubridade das habitações, devendo-se renovar o ar dos quartos e câmaras e acender no porão fogareiros apropriados [83].

A necessidade de se manterem limpas as ruas e as habitações, evitando focos de infecção, eram fundamentais para se evitar a propagação de moléstias endêmicas, sendo essa preocupação do poder público manifesta através de vários documentos, como a carta enviada pelo Presidente da Província à Câmara Municipal da capital em 1862, onde, devido à suspeita de um surto de *cholera morbus* na Província de Pernambuco, se pede providências no sentido de que fosse efetuada a limpeza das ruas e praças da cidade e que também os particulares limpassem suas moradas (Anexo 2). Apesar destas preocupações, nunca foram implementadas medidas eficazes para a melhoria das condições higiênicas da cidade, continuando esta cada vez mais suja e insalubre.

Se, como vimos, os espaços destinados aos escravos que moravam com seus senhores eram sempre os mais insalubres, para aqueles que não viviam com seus senhores essas condições deveriam ser bem piores.

---

83. AMCS. Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa 1834-1854.

CONCLUSÕES

Encontramos no meio urbano uma diferenciação nas formas do morar escravo, na medida em que esses escravos podiam habitar tanto sob o mesmo teto dos seus senhores ou locatários, quanto morarem longe destes. Na base dessa diferenciação estava a necessidade de funcionamento da própria cidade, fazendo com que o regime escravista assumisse especificidades. A forma de organização do trabalho escravo na cidade gerou a categoria do ganho na qual os escravos obtinham uma renda. Esta renda, por sua vez, iria possibilitar a existência de escravos que se auto-sustentavam, passando o ônus com a sua manutenção da esfera do senhor para o próprio escravo.

Essas especificidades assumidas pelo trabalho escravo no meio urbano iria exigir a presença do escravo na rua, na medida em que a cidade de Salvador tinha seu funcionamento e modo de vida estruturados no trabalho escravo. Desta forma, o trabalho do escravo de ganho demandava uma certa liberdade para o mesmo, tanto de circulação quanto para negociar seu trabalho. Dando suporte para essa necessária "liberdade", o poder público assumiria o controle desses escravos restringindo sua mobilidade através de posturas e regulamentos e usando a força policial quando necessária para a manutenção da ordem estabelecida. Em vista deste controle era permitido ao escravo

habitar em domicílio separado do seu senhor, desde que obtivesse uma autorização especial dada pela Juiz de Paz.

Em função das relações de trabalho que se estabeleciam entre senhor e escravo no meio urbano, por sua vez determinadas pela forma como se achava organizado o trabalho escravo na cidade, vemos que o ônus com a manutenção do escravo podia ficar a cargo do senhor, do locatário ou do próprio escravo. O senhor podia tanto se responsabilizar pela manutenção integral do escravo, como parcialmente, dividindo-a com o próprio escravo, e em muitos casos o escravo vivia inteiramente por si só.

Uma de nossas preocupações no início da pesquisa era a de tentar entender o que presidia a lógica da moradia dos trabalhadores escravos em Salvador no nosso período de estudo. Queríamos compreender melhor essa "pulsação" que, sabemos, ocorria, na medida em que os escravos não se enquadravam nas categorias de uma forma rígida, podendo passar de domésticos ao ganho ou ao aluguel, dependendo das condições do mercado de trabalho; seguindo também esse movimento estava o ônus com a manutenção do escravo que passava do senhor ao escravo e vice-versa. Entretanto, no decurso do trabalho, constatamos que nos faltavam elementos de resposta para tal indagação, na medida em que tudo, ou quase tudo, sobre a questão da moradia escrava no meio urbano ainda estava por fazer. E até mesmo acerca do escravo de ganho em Salvador sabemos muito pouco.

Apesar de não chegarmos a respostas precisas sobre esta questão, encontramos alguns elementos que nos permitiram levantar a hipótese de que nos períodos de crise econômica a tendência era de que o senhor passasse para o escravo o ônus com sua manutenção. Os custos com a alimentação dos escravos variavam em função da conjuntura econômica, a qual determinava a flutuação de preços dos produtos básicos. Assim, nos períodos de carestia, a manutenção dos escravos se

tornava mais onerosa, o que nos leva a crer que para esses períodos o senhor preferiria passar para o escravo a responsabilidade com os custos de sua manutenção, pois era proveitoso para o senhor que, tendo seu escravo no ganho, percebia dele apenas a quantia pré estabelecida não tendo que arcar com o dispêndio que implicava sua manutenção. Entretanto, para aprofundarmos esta questão, precisaríamos de séries que nos mostrassem o percentual de escravos que saíam do domínio direto de seus senhores em consonância com as séries dos períodos de flutuação da economia.

Assim como percebemos diferenciações na moradia do escravo urbano, vemos como o espaço físico da cidade de Salvador respondia e dava suporte a essa realidade. Em função do contingente de escravos que não moravam com seus senhores, como também daqueles que saíam da relação escravista, o espaço da cidade foi sendo organizado e reapropriado, na medida em que eram incorporadas novas áreas ao tecido urbano ao mesmo tempo em que ocorria a reapropriação das áreas preexistentes.

Vamos encontrar os escravos que não viviam com seus senhores coabitando com outros escravos, com seus amigos libertos ou muitas vezes morando sozinhos. Os espaços da cidade "aptos" a receber esses escravos que se auto-sustentavam eram os mesmos "destinados" aos pobres livres ou libertos. Foi então este rastro que procuramos seguir.

A Freguesia da Sé em meados do século XIX passava por um processo de mudança social, deixando se ser uma freguesia de elite para abrigar uma população empobrecida, onde dois terços eram mestiços, com a presença de muitos libertos exercendo em sua maioria a atividade de ganhador, como também muitas prostitutas. A maioria dos envolvidos na Revolta dos Malês declararam morar na Sé e o Censo de 1855 nos mostrou que esta freguesia, juntamente com a de São Pedro, apre

sentava o maior percentual de escravos de ganho. Encontramos em quase todas as ruas da freguesia imóveis subdivididos em vários fogos e "lojas". A área do Maciel, compreendendo as ruas do Maciel de Cima e de Baixo, Portas do Carmo, Cruzeiro de São Francisco, das Laranjeiras, da Oração, da Ordem Terceira e do Beco do Ferrão, apresentava uma concentração de "lojas", imóveis subdivididos, quartos de aluguel nos fundos de quintal, tavernas e casas de jogos. Era uma freguesia densamente povoada, com condições de higiene e salubridade extremamente precárias, sendo uma das freguesias mais atingidas pela epidemia do *cholera morbus*.

O mesmo processo que ocorria na Freguesia da Sé estendia-se para as freguesias vizinhas. O Passo, que nos séculos anteriores fora moradia das camadas abastadas, passou a abrigar uma população pertencente aos estratos medianos da sociedade e também muitos pobres, sobretudo na rua das Flores e rua do Carmo, onde vemos a presença de "lojas" e várias queixas de seus moradores quanto à insalubridade. Embora em menores proporções, vemos também esse processo ocorrer na Freguesia de São Pedro, a qual no século XVIII abrigou a elite da cidade e no século XIX foi sendo habitada sobretudo pelos estratos medianos da sociedade. Encontramos aí o maior percentual de libertos segundo o Censo de 1855.

Na Freguesia de Santana vemos o processo de mudança social acontecer nas Ladeiras do Alvo e da Saúde, exatamente nas áreas contíguas à Freguesia da Sé e com a qual tinha fortes vinculações.

As Freguesias do Pilar e Conceição eram também densamente povoadas, com um parque imobiliário constituído por casarões setecentistas, com péssimas condições de salubridade, e onde vemos uma mistura social com a presença tanto de ricos negociantes portugueses quanto de libertos e pobres livres morando em "miseráveis mansardas". Vemos então as edificações preexistentes sendo reapropriadas pelas ca

madas mais populares, que subdividiam os antigos casarões tornando-os habitações plurifamiliares.

Na Freguesia de Santo Antonio, em seu 1º Distrito, identificamos a área compreendida pelas ruas dos Marchantes, dos Adobes, dos Carvões e dos Ossos como sendo habitada por uma população pobre, constituída por muitos libertos, onde vemos a existência de "lojas", casas de jogos e terreiros. As denúncias de arruaças e insalubridade nestas ruas eram frequentes, sendo a dos Carvões chamada de *desaguadoro de águas pútridas*. Ainda nessa área encontrava-se uma irmandade de pretos, com sede na Igreja dos Quinze Mistérios.

No século XIX, a Freguesia da Penha adensava-se, porém ainda guardava as características de uma freguesia pouco populosa, composta por pescadores, oficiais mecânicos e veranistas, habitanto em casas geralmente térreas. Na rua do Papagaio encontramos imóveis subdivididos em vários fogos cujos moradores eram em sua maioria pardos com atividade de pescador, aparecendo também muitos crioulos e libertos.

Na Freguesia de Brotas e no 2º Distrito da de Santo Antonio vemos surgirem novas áreas com o assentamento de uma população pobre, apresentando um grande número de libertos. Essas áreas correspondiam a Estrada do Matatu, Estrada de Brotas, Quinta das Beatas, Acupe de Brotas, rua da Cruz do Cosme, rua do Pau Miúdo, Estrada do Cabula, Estrada das Boiadas, Largo do Resgate, Estrada de São Gonçaço, Pernambués e Mata Escura. Em toda esta área encontravam-se muitos terreiros de candomblé e ela era reduto de negros fugitivos.

Como pudemos ver, no processo de expansão e reordenamento da cidade de Salvador, no nosso período de estudo, foram sendo reapropriadas pelas camadas mais baixa da sociedade as estruturas preexistentes das freguesias centrais da Sé, Passo, Santana, São Pedro, Conceição e Pilar, ao mesmo tempo em que se estabeleceram em novas áreas das

freguesias semi-rurais como Brotas e o 2º Distrito de Santo Antônio, as quais foram sendo incorporadas ao tecido urbano.

A presença do elemento negro era característica marcante na paisagem urbana da cidade de Salvador. Vamos encontrá-los por todos os espaços da cidade. Pudemos identificar entretanto, algumas áreas onde esta presença acontecia de forma bem acentuada, como no Largo do Teatro onde existia um canto de negros ganhadores, um chafariz concentrando aguadeiros e um batuque (atrás da Igreja da Barroquinha). Da mesma forma que na Baixa dos Sapateiros, no Largo de São Miguel, na Praça da Piedade, no Largo da Ladeira do Taboão, no Mercado de Santa Bárbara, no Terreiro de Jesus, ao pé da Ladeira da Preguiça, etc, vamos encontrar o elemento negro, escravo ou liberto, reunido em cantos, quitandas, mercados, fontes e chafarizes, batuques, irmandades e juntas de alforria.

Com relação aos "cantos" pudemos perceber que se localizavam geralmente nos pontos focais do espaço urbano, os cruzamentos de caminhos, locais de intenso movimento, como os da Praça da Piedade, Baixa dos Sapateiros, Ladeira de São Bento, Ladeira do Taboão, Campo Grande, Largo de São Miguel, Largo do Guadalupe e Ladeira da Preguiça. Ou então próximo ao mercado e ao porto dado as necessidades do transporte de mercadorias. Encontramos também nos cantos uma certa especialização, existindo aqueles que serviam ao transporte de pessoas e mercadorias e os das negras ganhadeiras vendedoras de comidas e quinquilharias.

Ao analisarmos a distribuição da população de Salvador no espaço urbano, notadamente dos escravos, em meados do século XIX, pudemos perceber que em todas as freguesias estudadas encontravam-se elementos representativos das várias camadas sociais habitando lado a lado, o que nos permite concluir que a estrutura espacial da cidade não era estratificada em termos de classes sociais. Entretanto, apesar de não existir uma segregação espacial rígida, algumas áreas apre-

sentavam certa concentração de moradores pertencentes a uma mesma catogoria social. O Corredor da Vitória, cuja ocupação começou no século XIX, se configurou nitidamente como área de moradia da camada mais abastada da população, assim como também a Graça, Ladeira da Barra, Canela e Garcia. Ainda na Freguesia da Vitória, pudemos identificar na Ladeira dos Aflitos uma concentração de pessoas pertencentes aos estratos medianos da sociedade, retratada através da tipologia de suas residências, que se constituíam por sobrados de dois pavimentos com dimensões modestas. Na área semi-rural desta freguesia encontravam-se dois núcleos de população pobre, a Barra e o Rio Vermelho, cuja atividade principal de seus habitantes era a pesca, embora no final do século XIX começassem surgir muitos casarões, os quais não sabemos se serviam apenas para veraneio ou se essas famílias abastadas tinham alí residência permanente.

Na Freguesia de Santo Antonio, encontramos uma população mediana concentrada sobretudo na rua Direita de Santo Antonio; na área contígua a esta rua, constituída pela rua dos Marchantes, Carvões, Adobes e dos Ossos, habitava uma população pobre, com a presença de muitos libertos.

Áreas da Freguesia de Brotas e do 2º Distrito de Santo Antonio, como a Estrada do Matatu, Quinta das Beatas, Estrada de Brotas, Cruz do Cosme, Quinta dos Lázaros, etc, concentravam uma população pertencente aos estratos mais baixos da sociedade.

Quando saímos da escala macro ao nível urbano e penetramos no imóvel, vemos delinearem-se os contornos de uma hierarquização sócio-espacial, retratada pela distribuição dos moradores nos espaços internos dos sobrados plurifamiliares.

Como já vimos, os antigos sobrados coloniais, construídos para a moradia de uma única família, passaram a abrigar várias unidades domiciliares. Ao analisarmos a forma como se distribuíam os domicílios

pelos vários pavimentos do imóvel, observamos que essa distribuição possuía uma relação direta com a forma de inserção dessas pessoas na sociedade, ou seja, com o grupo ou camada social em que se achavam incluídas. Podemos dizer, em certa medida, que a escala social ascendia na medida em que subimos no edifício, ou seja, os pavimentos inferiores (térreos, sub-solos, porões) eram habitados por elementos das camadas mais pobres da população, enquanto os andares superiores eram reservados às famílias mais abastadas, aquelas que ocupavam uma posição superior na pirâmide de hierarquização social.

Cremos que este fato se explique pelo próprio preconceito vindo dos tempos coloniais de que morar ao nível do térreo ou em "casa de chão batido" significava pobreza. Da mesma forma, as tipologias internas dos sobrados incorporavam esse preconceito, dando-se um apuro e tratamento construtivo maior aos pavimentos superiores, também chamados nobres. Estes andares possuíam melhores condições de conforto ambiental, com maior ventilação, iluminação, salubridade, etc. em contraste com a umidade e escuridão dos sub-solos e porões.

O sobrado de nº 57, do 10º quarteirão da Freguesia do Pilar, retrata bem essa hierarquização, sendo ocupada na "loja" por quatro africanos e um crioulo, todos libertos, e por uma escrava africana, cujo chefe do fogo exercia o trabalho de ganhador; no primeiro andar viviam um empregado público e sua mãe, ambos brancos, com uma escrava; e no segundo andar habitavam o negociante português José Alves Espinheira, sua mulher, três filhos, três parentes, quatro agregados e vinte e quatro escravos.

Apesar de crermos que tenhamos conseguido atender aos objetivos do nosso trabalho, queremos colocar que a principal dificuldade com que nos defrontamos, impedindo-nos um maior aprofundamento nas questões a que nos propusemos examinar, foi a inexistência de estudos anteriores sobre o morar escravo nas cidades, principalmente sobre

Salvador onde até mesmo o próprio escravo de ganho é bem pouco estudado. Assim, portanto, tivemos que começar praticamente do ponto zero e recorrer a fontes primárias. Temos certeza de que o que fizemos nesse nosso trabalho foi apenas o começo do entendimento sobre a questão da moradia do escravo urbano e sua influência no reordenamento do espaço físico da cidade.

Sentimos que há necessidade de uma análise mais aprofundada sobre as "lojas" como espaço de moradia dos mais pobres, bem como um estudo mais detalhado sobre a forma física da moradia do escravo urbano e suas condições de conforto (ou desconforto!) ambiental.

Cremos que o estudo das condições de vida dos escravos urbanos passa também pelo entendimento dos quilombos periféricos à área mais urbanizada da cidade. Não nos detivemos nesta questão tanto pela inexistência de trabalhos já sistematizados, quanto pela dificuldade com as fontes primárias, e cremos que este assunto deva ser objeto de pesquisa específica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS:

1. Arquivo do Estado da Bahia (APEB):
   - Censo de 1855
   - Relação dos escravos africanos e nacionais residentes na Freguesia da Vitória. Presidência da Província. Subdelegado 1836-1889. Maço 3005-I.
   - Relação dos africanos libertos residentes na Freguesia de Brotas. Seção de arquivo Colonial e Provincial. Série: Governo e Judiciário. Maço 2880-I.

2. Arquivo Municipal da Cidade do Salvador (AMCS):

   Caixa com documentos sobre escravos: Requerimentos e Licenças; Ofícios; Atestado de Conduta.

FONTE IMPRESSAS:

1. Arquivo Municipal da Cidade de Salvador (AMCS)

   Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Rômulo. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951.

ANDRADE, Maria José de Souza. A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

_____

ATHAYDE, Johildo Lopes. Salvador e a grande epidemia de 1855. Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBa, 1985.

ATHAYDE, Johildo Lopes e MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. "Epidemias e Flutuações de Preços na Bahia no Século XIX". In: L'historie Quantitative du Brésil de 1800 à 1930. Paris, CNRS, 1973.

AUGEL, Moema Parente. Visitantes estrangeiros na Bahia Oitocentista. São Paulo, Cultrix, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

AZEVEDO, Thales de. O Povoamento da Cidade do Salvador. Salvador, Itapuã, 1969.

BAHIA. SEC. Pelourinho Informa; Boletim Bibliográfico, 4 (3/4): jul./dez., 1978.

_____. Pelourinho Informa: O Alabama; Boletim Bibliográfico, 6 (2): abr./jun., 1980.

BAHIA. SEPLANTEC. CPE. A inserção da Bahia na evolução nacional. 1a. etapa: 1850-1889. Salvador, 1980, vol. 1 e 3.

CALMON, F.M. de Góes. Vida econômico-financeira da Bahia; elementos para a história de 1808 à 1899. Salvador. Fundação de Pesquisas - CPE, 1978.

CÂMARA, Marcos Paraguassu de A. Conceição e Pilar: Freguesias Seculares do Centro Econômico e do Porto de Salvador no Século XIX. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1988.

CAMPOS, J. da Silva. "Ligeiras Notas sobre a Vida Íntima, Costumes e Religião dos Africanos na Bahia". Anais do Arquivo do Estado da Bahia, nº 29, 1943, pp. 289-309.

CARDOSO, José Fábio Barreto P. "Modalidades de mão-de-obra escrava na cidade de Salvador (1847-1887)". Revista de Cultura - Vozes, nº 3, 1979.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro, 1978.

CUNHA, Manuela C. da. Negros, estrangeiros; os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo, Liv. Martins/EDUSP, 1972.

DENIS, Ferdinand. Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980..

DIAS, Maria O.L. da Silva. Quotidiano e Poder; em São Paulo no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias, 1858-1900. Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A., 1988.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Oficiais mecânicos na cidade do Salvador. Salvador, PMS/UFBA, 1974.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984.

_____. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura S.A., 1959.

GODOFREDO FILHO, e REBOUÇAS, Diógenes. Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX. Salvador, Raízes Editora, 1985.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1983.

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956.

HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860; esboços de viagem. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: PCBa., 1982.

IANNI, Octavio. Escravidão e racismo. São Paulo, HUCITEC, 1988.

KLUPPEL, Griselda Pinheiro. Conforto ambiental na arquitetura colonial; um estudo de caso em Salvador. Dissertação de mestrado em fase de preparação, FAU/UFBA, Salvador, 1989.

KIDDER, Daniel P. Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

LEMOS, Carlos A.C. Cozinhas, etc. São Paulo, Perspectiva, 1978

LIBBY, Douglas Cole. Transformação e Trabalho em uma economia escravista; Minas Gerais no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1988

MALHEIROS, Perdigão (1824-1881). A escravidão africana no Brasil ensaio histórico, jurídico e social. São Paulo, Obelisco, 1964.

MARQUES, Xavier. O Feiticeiro. São Paulo: GRD; Brasília: INL 1976.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura S.A., 1959.

GODOFREDO FILHO, e REBOUÇAS, Diógenes. Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX. Salvador, Raízes Editora, 1985.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1983.

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956.

HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860; esboços de viagem. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: FCBa., 1982.

IANNI, Octavio. Escravidão e racismo. São Paulo, HUCITEC, 1988.

KLUPPEL, Griselda Pinheiro. Conforto ambiental na arquitetura colonial; um estudo de caso em Salvador. Dissertação de mestrado em fase de preparação, FAU/UFBA, Salvador, 1989.

KIDDER, Daniel P. Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

LEMOS, Carlos A.C. Cozinhas, etc. São Paulo, Perspectiva, 1978.

LIBBY, Douglas Cole. Transformação e Trabalho em uma economia escravista; Minas Gerais no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1988

MALHEIROS, Perdigão (1824-1881). A escravidão africana no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social. São Paulo, Obelisco, 1964.

MARQUES, Xavier. O Feiticeiro. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1975.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. Bahia: A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX. São Paulo, HUCITEC, 1978.

_____. Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX; uma fonte para o estudo de mentalidades. Salvador, 1979.

_____. "Os Escravos na Bahia no Alvorecer do Século XIX". Revista de História, nº 97, 1974, pp. 109-135.

_____. "Os preços na Bahia de 1750 a 1930". In: L'historie Quantitative du Brésil de 1800 a 1930. Paris, CNRS, 1971.

_____. "Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta pela Independência". Universitas (15-16): 5-26, maio/dez. 1973.

_____. Família e sociedade na Bahia do século XIX. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Doz freguesias da cidade do Salvador. Salvador, FCBa./EGBa., 1986.

NASCIMENTO, Iris S. Salles. Espaço de terreiros de candomblé. Dissertação de mestrado em fase de preparação, FAU/UFBA, Salvador, 1989.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. O Liberto: o seu Mundo e os Outros São Paulo: Corrupio; Brasília, DF: CNPq, 1988.

ORBIGNY, Alcide d'. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.

PMS/FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no Arquivo Municipal de Salvador: As Posturas (1631-1889). Salvador, 1988.

PRADO Jr, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1983.

QUERINO, Manoel. A raça africana e seus costumes. Salvador, Progresso, 1955.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1978.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil; a história do levante dos Malês (1835). São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. "População e Rebelião: notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do século XIX". Revista de Ciências Humanas, Salvador, 1980.

REIS, João José e SILVEIRA, Renato da. "Violência repressiva e engenho político na Bahia do tempo dos escravos". Comunicações do ISER, nº 21, out., 1986.

RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

SALLES, Vicente. O Negro no Pará. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na rua: a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988.

SOBRINHO, Gabriel Kraychete. O Capital agromercantil e a indústria na Bahia: do primeiro surto industrial à crise de 1930. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1988.

SPIX, Johann Baptist e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, vol. 2.

TAVARES, Luis H. Dias. "A economia da província da Bahia na segunda metade do século XIX". Universitas (29): 31-40, jan./abr., 1982.

TEIXEIRA, Cid. Bahia em Tempo de Província. Salvador, FCBa., 1985.

UFBA. CEAB. Evolução física de Salvador. Salvador, Centro Editorial e Didático, 1979.

VAUTHIER, L.L. "Casas de Residência no Brasil". In: Arquitetura Civil I. São Paulo, FAUUSP/MEC/IPHAN, 1975.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVIII a XIX. São Paulo, Corrupio, 1987.

_____. Notícias da Bahia - 1850. Salvador, FCBa., 1981.

VIANNA, Hildegardes. A Bahia já foi assim. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1979.

VILHENA, Luis dos Santos. A Bahia no século XVIII. Salvador, Itapuã, 1969, vol. I e II.

WETHERELL, James. Brasil: Apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857. Bahia, 1972.

EKABÓ !

TRABALHO ESCRAVO CONDIÇOES DE MORADIA E REORDENAMENTO URBANO EM SALVADOR NO SÉCULO XIX

ana de lourdes r. da costa

ANEXOS

TABELA I

OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS DO SEXO MASCULINO
SALVADOR/1855

OCUPAÇÃO	SÉ	S. PEDRO	PILAR	ST° ANTONIO	PENHA	SANTANA	
Negociante	-	-	2	-	-	1	
Calafate	-	-	-	-	-	1	
Carpina	-	-	2	1	1	3	
Ganho	4	4	-	6	1	1	
Doméstico	15	13	70	44	1	-	
Pedreiro	1	1	1	2	1	1	
Barbeiro	-	-	2	-	-	2	
Padeiro	-	-	-	-	-	8	
Alfaiate	-	3	3	3	-	-	
Sapateiro	2	2	3	-	1	-	
Marceneiro	-	-	1	-	-	-	
Marítimo	-	-	6	-	-	-	
Boleeiro	-	1	1	-	-	-	
Servente	-	1	8	-	-	-	
Alambiqueiro	-	-	8	-	-	-	
Pescador	-	-	-	-	9	-	
Todo Serviço	11	-	-	-	-	-	
Trab. Fábrica	-	-	-	3	-	-	
Areeiro	-	-	-	3	-	-	
Tanoeiro	-	-	1	-	-	-	
Lavoura	-	-	-	22	-	-	
TOTAL	33	25	108	84	14	17	281 (40%)
SEM ESPECIFICAR OCUPAÇÃO							421
TOTAL DA AMOSTRA							702

FONTE: Censo 1855).

TABELA 1

OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS DO SEXO MASCULINO
SALVADOR/1855

OCUPAÇÃO	SÉ	S. PEDRO	PILAR	STº ANTONIO	PENHA	SANTANA	
Negociante	-	-	2	-	-	1	
Calafate	-	-	-	-	-	1	
Carpina	-	-	2	1	1	3	
Ganho	4	4	-	6	1	1	
Doméstico	15	13	70	44	1	-	
Pedreiro	1	1	1	2	1	1	
Barbeiro	-	-	2	-	-	2	
Padeiro	-	-	-	-	-	8	
Alfaiate	-	3	3	3	-	-	
Sapateiro	2	2	3	-	1	-	
Marceneiro	-	-	1	-	-		
Marítimo	-	-	6	-	-	-	
Boleeiro	-	1	1	-	-	-	
Servente	-	1	8	-	-		
Alambiqueiro	-	-	8	-	-	-	
Pescador	-	-	-	-	9	-	
Todo Serviço	11	-	-	-	-	-	
Trab. Fábrica	-	-	-	3	-		
Arreeiro	-	-	-	3	-	-	
Tanoeiro	-	-	1	-	-	-	
Lavoura	-	-	-	22		-	
TOTAL	33	25	108	84	14	1[illegible]	2[illegible]
SEM ESPECIFICAR OCUPAÇÃO							421
TOTAL DA AMOSTRA							702

(FONTE: Censo 1855).

TABELA 11

OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS DO SEXO FEMININO
SALVADOR/1855

OCUPAÇÃO	SÉ	S. PEDRO	PILAR	ST? ANTONIO	PENHA	SANTANA	
Negociante	-	-	1	1	-	1	
Ganho	1	6	-	10	13	4	
Doméstico	16	27	83	96	-	2	
Padeiro	-	-	-	-	-	3	
Servente	-	-	5	-	-	-	
Todo Serviço	17	-	-	-	-	-	
Lavadeira	-	1	-	1	-	-	
Costureira	-	1	-	-	-	-	
Ama de Leite	-	-	-	2	-	-	
Lavoura	-	-	-	5	-	-	
TOTAL	34	35	89	115	13	10	296
SEM ESPECIFICAR OCUPAÇÃO							491
TOTAL							787

(FONTE: Censo 1855).

TABELA III

OFÍCIOS DOS ESCRAVOS DO SEXO MASCULINO - SALVADOR

Período: 1811 - 1860

OFICIOS	TOTAL
Serviço de Casa	465
Carregador de Cadeira	457
Serviço de Roça e Quintal	414
Ganhador	240
Sapateiro	174
Pedreiro	166
Carpinteiro	136
Serviço de Trapiche	121
Alfaiate	94
Cozinheiro	69
Marinheiro	61
Serviço de Saveiro	61
Padeiro	38
Enxada	37
Marcador e Pescador	36
Barreiro	26
Serviço do Tabaco	26
Marcineiro	22
Calafate	21
Bolineiro	19
Marinheiro de Lancha	17
Carreiro	13
Serviço do Curtume	12
Ferreiro	12
Serrador	12
Canoeiro	12
Alambique	10
Lavar roupa	09
Serviço do Armazém	09
Caldeeiro	09
Torneiro	08
Marinheiro Barra Fora	08
Pintor	07
Funileiro	07
Canteiro	07
Serviço da Fábrica de Algodão	07
Vendedor	06
Músico	06
Copeiro	06
Todo Serviço	06

OFICIOS	TOTAL
Serviço de Gado	05
Serviço de Cobre	05
Serviço do Curral	05
Ourives	05
Arreeiro	04
Marinheiro Governo Embarcação	03
Empalhador	03
Estaleiro	03
Boticário	03
Lavrador de Madeira	02
Marinheiro Carreira Costa	02
Oleiro	02
Contas de Ouro na Prensa	02
Curador	02
Folieiro	02
Talhador de Carne Verde	02
Surrador	01
Polidor	01
Serralheiro	01
Soldado	01
Serviço na Venda	01
Imaginário	01
Jardineiro	01
Serviço da Loja	01
Serviço do Mar	01
Serviço do Navio	01
Cravador	01
Ferrador	01
Fundidor	01
Acendedor de Lampiões	01
Ajudante de Atendições	01
Amassador	01
Serviço do Arsenal	01
Cabouqueiro	01
Caixeiro	01
TOTAL	2.953
SEM OFÍCIO	966

FONTE: ANDRADE, Mª José de Souza. A mão-de-obra escrava em Salvador. 1811-1860.

TABELA IV

OFÍCIOS DOS ESCRAVOS DO SEXO FEMININO - SALVADOR
Período: 1811 - 1860

OFICIOS	TOTAL
Doméstica	841
Costureira	362
Ganho de Rua	345
Lavadeira	230
Cozinheira	145
Engomadeira	57
Rendeira	54
Roça	54
Vendedora	35
Enxada	29
Bordadeira	19
Tirar Pedras	15
Doceira	06
Fazer Contas de Ouro na Prensa	04
TOTAL	2.196
SEM OFÍCIO	859

FONTE: ANDRADE, Mª José de Souza. A mão-de-obra escrava em Salvador. 1811-1860.

TABELA V

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE - SEXO MASCULINO

OCUPAÇÃO	SÉ	SÃO PEDRO	SANTO ANTONIO	SANTANA	PILAR	PENHA
Saveirista	2	1	2	-	1	-
Negociante	13	44	35	8	49	12
Torneiro	1	-	1	-	-	1
Caixeiro	11	20	6	3	31	3
Alfaiate	8	10	21	5	20	14
Estudante	20	16	40	1	17	5
Sapateiro	7	-	12	3	12	3
Marceneiro	8	2	12	1	6	1
Policial	3	1	1	-	-	-
Venda	3	-	-	-	-	-
Talho de carne	2	-	-	-	-	-
Pintor	4	5	10	2	2	-
Calafate	2	-	-	1	-	2
Chapeleiro	2	1	2	-	1	1
Carpina	7	6	8	3	6	21
Criado	-	1	-	-	-	-
Procurador	1	-	-	-	-	-
Advogado	2	1	-	-	-	-
Emp. no Arsenal	1	-	-	-	-	-
Professor	3	-	-	-	1	-
Músico	2	6	1	-	-	-
Empregado Público	8	9	10	4	15	3
Ganho	6	-	5	1	6	1
Confeiteiro	1	-	-	-	-	-
Proprietário	1	2	4	-	-	1
Serralheiro	1	-	-	-	-	-
Ourives	2	5	3	-	5	1
Militar	1	-	-	-	1	-
Emp. Cxa.Econômica	1	-	-	-	-	-
Charuteiro	1	1	1	-	-	-
Desembargador	2	1	-	-	-	-
Pres. da Província	1	-	-	-	-	-
Escrivão	8	3	-	1	-	-
Guarda Alfândega	1	1	-	-	-	-
Pedreiro	5	3	8	1	4	8
Maquinista	1	-	1	-	-	-
Tintureiro	1	-	-	-	-	-
Taverneiro	1	-	-	-	1	-
Seus Bens	-	-	1	-	-	1
Pedestre	2	-	-	-	-	-
Ferreiro	1	6	8	1	5	5
Canteiro	2	2	-	-	1	1
Padre	1	2	-	-	-	-
Médico	1	6	1	1	3	-
Barbeiro	1	2	1	1	2	-
Tanoeiro	1	-	-	-	4	1
Tecelão	-	-	8	-	-	-
Copista	-	5	2	-	-	-
Doméstico	-	2	1	-	1	-

OCUPAÇÃO	SÉ	SÃO PEDRO	SANTO ANTONIO	SANTANA	PILAR	PENHA
Costureira	1	-	-	-	-	-
Armador	-	1	-	1	-	-
Boticário	-	2	-	1	2	-
Tipógrafo	-	2	-	-	1	-
Marítimo	-	3	-	1	1	4
Boleeiro	-	1	-	-	1	-
Funileiro	-	1	3	-	2	-
Acend. Lampiões	-	1	-	-	1	-
Cuteleiro	-	1	-	-	-	-
Padeiro	-	2	-	-	-	-
Alferes	-	3	1	-	-	-
Lavoura	-	-	3	1	-	-
Espingardeiro	-	-	1	-	2	-
Latoeiro	-	-	4	-	3	1
Escultor	-	-	2	-	1	-
Embarcadiço	-	-	1	-	-	-
Fogueteiro	-	-	1	-	-	-
Feitor	-	-	-	1	-	-
Retratista	-	-	-	-	1	-
Pescador	-	-	-	-	4	64
Artífice	-	-	-	-	7	-
Seleiro	-	-	-	-	2	-
Coreeiro	-	-	-	-	5	-
Capitão naval	-	-	-	-	2	-
Trab. fábrica	-	-	-	-	1	-
Mendigo	-	-	-	-	1	-
Caldereiro	-	-	-	-	1	-
Servente	-	-	-	-	1	-
TOTAL	160	181	221	42	233	154
Não Decl.Ocupação	139	132	90	40	190	82
TOTAL GERAL	299	313	311	82	423	236

FONTE: Amostra Censo 1855.

TABELA VI

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE - SEXO FEMININO

OCUPAÇÃO	SÉ	SÃO PEDRO	SANTO ANTONIO	SANTANA	PILAR	PENHA
Negociante	3	4	22	3	2	5
Quitandeira	2	-	-	-	1	-
Lavadeira	3	-	3	1	-	-
Criada	3	1	1	-	-	-
Ganho	9	4	4	1	3	5
Ama de Leite	2	1	-	-	2	-
Proprietária	1	2	3	-	5	-
Costureira	24	13	168	-	2	35
Seus Bens	6	-	1	-	-	-
Engomadeira	2	-	1	2	-	-
Estudante	-	4	9	-	1	-
Chapeleira	-	1	-	-	-	-
Professora	-	1	-	-	-	-
Doméstica	-	10	12	1	2	-
Lavoura	-	-	1	-	-	-
Mendiga	-	-	2	-	-	-
Empregada Pública	-	-	-	-	-	1
TOTAL	55	41	227	8	18	46
Não Decl.Ocupação	375	434	187	71	530	228
TOTAL GERAL	430	475	414	79	548	274

FONTE: Amostra Censo 1855.

TABELA VII

FREGUESIA	OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA		
OCUPAÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Serviço da casa	272	319	591
Canhador	15	12	27
Ama	-	2	2
Criado	9	1	10
Lavadeira	-	17	17
Cozinheiro	8	9	17
Sapateiro	11	-	11
Pedreiro	9	-	9
Carpina	12	-	12
Quitandeira	-	1	1
Vende verduras	-	3	3
Serviço de armazém	7	-	7
Compradeira	-	1	1
Rema saveiro	2	-	2
Alfaiate	2	-	2
Tanoeiro	1	-	1
Serviço da rua	-	5	5
Marinheiro	1	-	1
Marceneiro	3	-	3
Alambiqueiro	6	-	6
Serviço da fábrica de rapé	31	-	31
Carregador de cadeira	18	-	18
Pescador	14	-	14
Roceiro/Lavoura	151	45	196
Copeiro	2	-	2
Lacaio	4	1	5
Venda	-	1	1
Costura	1	8	9
Vende caixinha	-	1	1
Ignora-se	4	19	23
Não declarou	65	28	93
TOTAL	648	473	1.121

FONTE: "*Relação dos escravos africanos e nacionais residentes na Freguesia da Victoria - 1849*".

TABELA VIII

BROTAS	OCUPAÇÃO DOS AFRICANOS LIBERTOS		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Lavoura	91	71	162
Ganhador	1	28	29
Serviço da casa	-	6	6
Quitandeira	-	4	4
Venda	-	4	4
Negócio	1	7	8
Alfaiate	1	-	1
Carpina	2	-	2
Pedreiro	1	-	1
Lavadeira	-	1	1
Sapateiro	1	-	1
Caixeiro	2	-	2
Marchante	1	-	1
Mendiga	-	4	4
Sem ocupação	-	6	6
TOTAL	101	131	232

FONTE: *"Relação dos africanos libertos residentes na Freguesia de Brotas"* - Subdelegacia de N.S. de Brotas - 13/01/1849.

ANEXO I

Ill^mos Snrs Prezidente e Vereadores da Camara Municipal

Francisco Jozé de Farias Villaça, na convicção de que á Illustrissima Camara d'esta Capital compete a Policia do seu Municipio, vem perante V.SS^as representar contra o facto de se reunirem na Rua do Commercio esquina do Bêco dos Galinheiros, justamente junto da caza onde tem loja de fazendas seccas o suplicante, immensos africanos que se dedicão ao mister de ganhadores; formando assim o referido lugar um canto tão numeroso, que não só quasi que proibem a passagem por aquelle beco, porque tambem produzem tão horrivel algazarra, e proferem taes obscenidades que incommodão os negociantes que se não podem distrahir de suas serias occupações.

O suplicante, Ill^mos Snrs., é não so victima de taes incommodos, mas tambem de roubos continuos; de sorte que o tem obrigado a trazer a porta que dá para o mesmo beco fechada. Não tendo pois o dito lugar as proporções em que se reunião os mesmos africanos ganhadores, pelo seu pequeno espaço requer o suplicante a VV.SS^as se dignem ordenar a remoção do dito canto para lugar mais espaçoso, como seja o Largo da Ladeira do Tabatão, onde se reunem os ganhadores de cadeira, junto do negociante Germano, de modo que fique desempedido o tranzito publico, e o suplicante livre de tão incommodos visinhos.

A illustrissima Camara Municipal, sollicita como é em promover o bem estar de seus municipes, não se negará sem duvida em remover o mal de que se queixa o suplicante, pois d'esse modo ganhando a confiança publica, terá a inestimavel gloria de promover a felicidade, no circulo de suas attribuições, dos povos que a olhão como a verdadeira expressão de seus mais puros sentimentos.

P. a VVSS^as se dignem tomar em consideração quanto leva dito o suplicante.

FRANCISCO JOZE DE FARIAS VILLAÇA

NEXO 2

alácio do Governo da Bahia em 4 de janeiro de 1862

endo de absoluta necessidade, á bem da saúde publica conservar a cida
om todo o aceio possivel, mormente agora que, segundo consta de parti
ação official, grassa na Povoação de Cruangy, na Provincia de Pernamb
o, uma epidemia que se presume ser á cholera morbus, dêem V.Sª Mces su
rdens para que, com a maior brevidade possivel se trabalhe na limpe
las ruas e praças desta capital, empregando egualmente seus esforços pa
a que os particulares limpem também suas moradias.

esta Presidencia podem V.Sª Mces propor e pedir o que julgarem necess
io, podendo contar, desde já, com os africanos livres, cujo numero ind
arem para serem empregados no serviço que se tem de realisar.

Deus guarde a V.Sª Mces

JOAQUIM ANTONIO

o Presidente e Membros da
mara Mal desta Capital.

ANEXO 2

Palácio do Governo da Bahia em 4 de janeiro de 1862

Sendo de absoluta necessidade, á bem da saúde publica conservar a cidade com todo o aceio possivel, mormente agora que, segundo consta da participação official, grassa na Povoação de Cruangy, na Provincia de Pernambuco, uma epidemia que se presume ser á cholera morbus, dêem V.Sª Mces suas ordens para que, com a maior brevidade possivel se trabalhe na limpeza das ruas e praças desta capital, empregando egualmente seus esforços para que os particulares limpem também suas moradias.

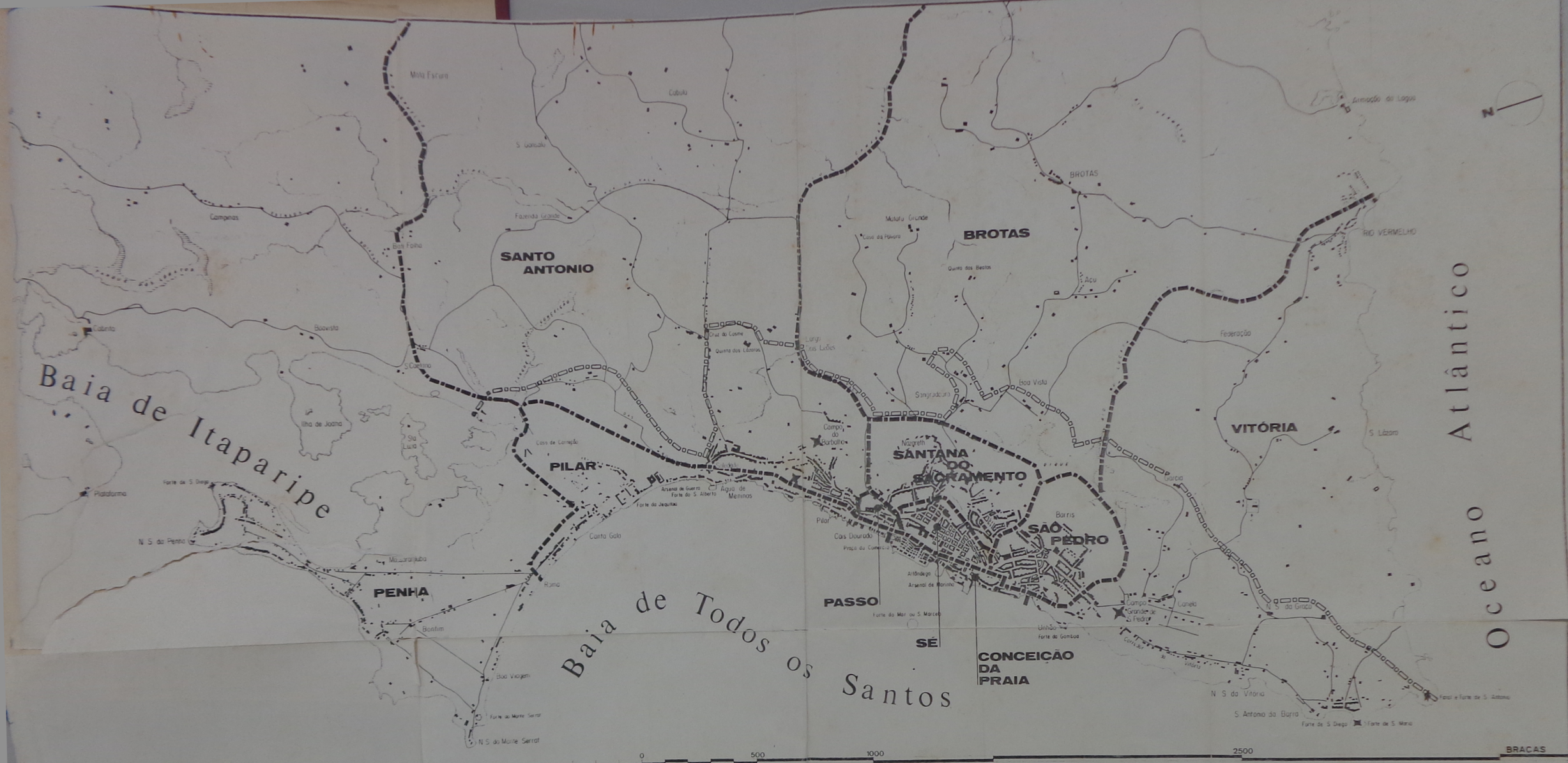
Esta Presidencia podem V.Sª Mces propor e pedir o que julgarem necessario, podendo contar, desde já, com os africanos livres, cujo numero indicarem para serem empregados no serviço que se tem de realisar.

Deus guarde a V.Sª Mces

JOAQUIM ANTONIO

O Presidente e Membros da Camara M.al desta Capital.

PLANTA 9



PERIMETRO URBANO

LIMITE ENTRE FREGUESIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE ARQUITETURA

MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

UFBA

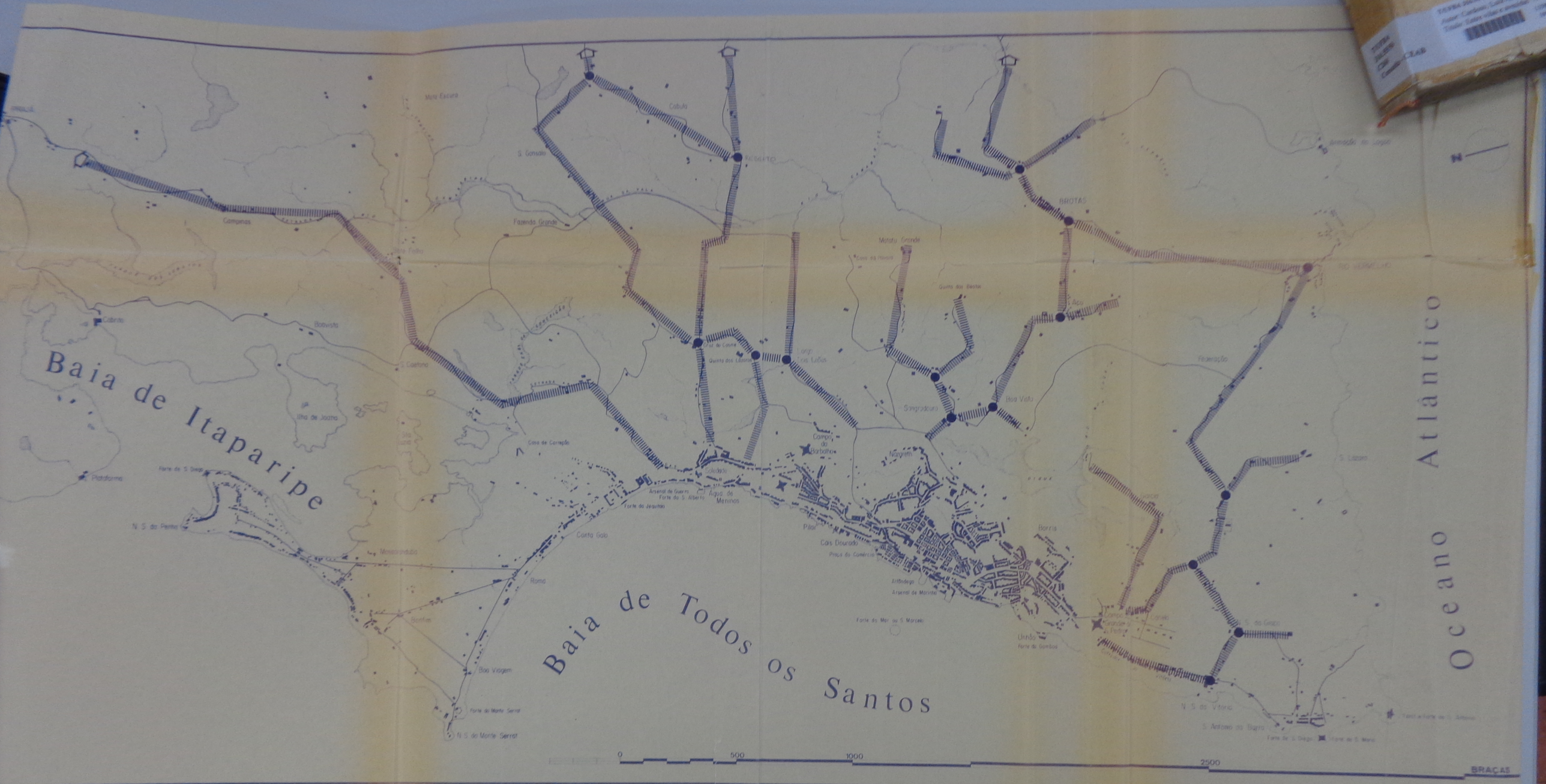
FREGUESIAS URBANAS

EM SALVADOR NO SÉCULO XIX

ANA DE LOURDES RIBEIRO DA COSTA AUTORA

FONTE: MAPA BASE COMPOSTO PARCIALMENTE DO MAPA TOPOGRÁFICO DA CIDADE DE S. SALVADOR E SEUS SUBURBIOS, LEVANTADO POR CARLOS AUGUSTO WEYLL, DEDICADO À ASSEMBLEIA PROVINCIAL.

PLANTA 20



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE ARQUITETURA

MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

EXPANSÃO DA CIDADE DO SALVADOR

ANA DE ALMEIDA RIBEIRO DA COSTA - AUTORA

UFBA

PLANTA

03

IRMANDADE DE NEGROS

L - CONFRARIA DE N.S. DA BOA MORTE
M - CONFRARIA DO SENHOR BOM JESUS DAS NECESSIDADES E REDENÇÃO DOS HOMENS PRETOS
N - CONFRARIA DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DO ROSÁRIO DE N.S. DAS PORTAS DO CARMO
O - IRMANDADE DA IGREJA DOS QUINZE MISTÉRIOS

CANTOS

1 - CANTO DO ARSENAL
2 - ARCOS DE STA. BÁRBARA
3 - ENTRE OS ARCOS DE SANTA BÁRBARA E HOTEL DAS NAÇÕES
4 - RUA DO COMÉRCIO (AO LADO DOS COBERTOS GRANDES)
5 - CANTO DO CAIS DOURADO
6 - CANTO DO TABOÃO
7 - CANTO DA PREGUIÇA
8 - RUA DA AJUDA (ATRÁS DA CADEIA)
9 - LG. DE S. BENTO (PRÓXIMO AO HOTEL PARIS)
10 - CANTO DO PORTÃO DE S. BENTO
11 - RUA DO CABEÇA
12 - LARGO DOIS DE JULHO
13 - LARGO DA PIEDADE (EM FRENTE AO CONVENTO)
14 - RUA DO GUADALUPE
15 - RUA DA MANGUEIRA
16 - CANTO DE SÃO MIGUEL
17 - BAIXA DOS SAPATEIROS (CANTO DA RUA DA VALA)
18 - LG. DO BOQUEIRÃO

FONTES E CHAFARIZES

A - FONTE DAS PEDREIRAS
B - FONTE DOS PADRES OU DO TABOÃO
C - FONTE DOS AFLITOS
D - CHAFARIZ DA PIEDADE
E - FONTE DO COQUEIRO DA PIEDADE
F - FONTE DO DIQUE OU DA PUPILEIRA
G - CHAFARIZ DO LARGO DO TEATRO
H - FONTE DO GRAVATÁ
I - CHAFARIZ DO TERREIRO
J - FONTE DAS PEDRAS OU FONTE NOVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

UFBA

IRMANDADE DE NEGROS
CANTOS, FONTES E CHAFARIZES

ANA DE LOURDES RIBEIRO DA COSTA - AUTORA

PLANTA 04

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

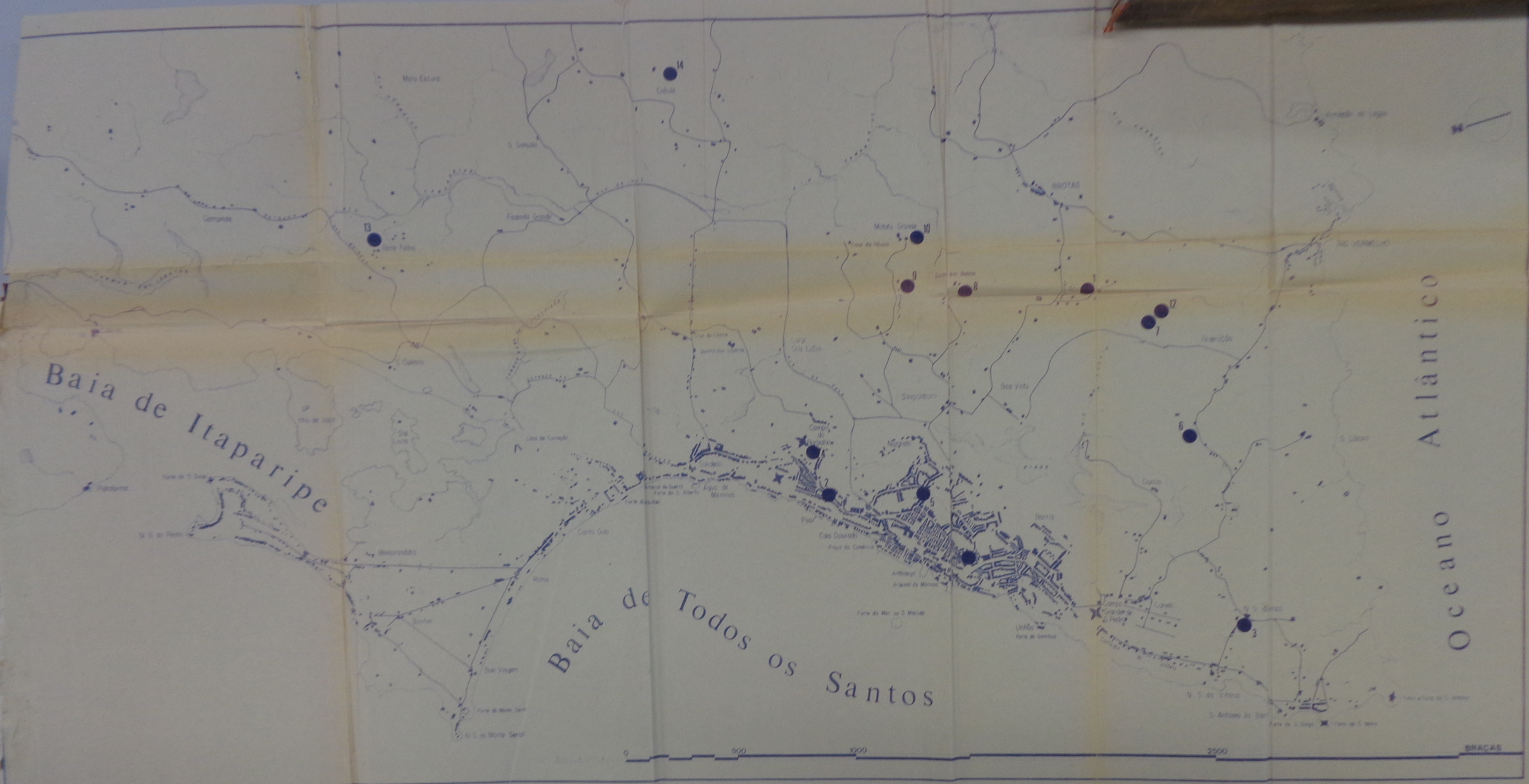
UFBA

PERCURSOS PRINCIPAIS

ANA DE LOURDES RIBEIRO DA COSTA - AUTORA

4

PLANTA 50



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

BATUQUES

UFBA